

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

BRUNO LIMA ROCHA

**A Interdependência Estrutural das Três Esferas: uma análise
libertária da Organização Política para o processo de radicalização
democrática**

Tese de doutoramento apresentada como
requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Ciência Política no Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Baquero

Porto Alegre, março de 2009.

**A Interdependência Estrutural das Três Esferas: uma análise
libertária da Organização Política para o processo de radicalização
democrática**

Banca Examinadora:

Coordenador: Prof. Dr. Marcelo Baquero (UFRGS)

Prof. Dr. Adílson Cabral (UFF)

Prof. Dr. Eduardo Vizer (UBA)

Prof. Dr. Gabriel Vitullo (UFRN)

Profa. Dra. Jussara Prá (UFRGS)

Prof. Dr. Valério Brittos (Unisinos)

Porto Alegre, março de 2009.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, esposa e filho, por tudo o que passamos e estamos construindo, e pela alegria de trazer o João Camilo ao mundo enquanto concluía a tese. Também quero dedicar a minha família de sangue, mãe, tia, tio, avós e prima, por tudo e para sempre. Em especial ao meu avô, Jorge, que falecera antes de ver tudo isto pronto. Igualmente dedico a meu sogro, genro, cunhada, cunhado, sobrinho, contra parente, pela ternura e o conforto. Também quero oferecer estas palavras aos motivadores de tudo isso: a todos os homens e mulheres que ofereceram suas vidas, pouco ou muito, algo ou tudo, para agir no princípio de semear ventos, colher tempestades e depois desta a bonança coletiva.

AGRADECIMENTOS

Esta sempre é a parte mais complicada. Ficamos na ânsia de não cometer nenhuma injustiça, e nem tampouco parecer piegas ou domesticado. De forma generalizada agradeço imensamente a amigos, companheiros, companheiras, mártires e referentes. Nesse âmbito, fica o meu muito obrigado aos vizinhos da Grande Santa Isabel, 4º distrito da Vila Setembrina, meu chão por adoção e onde esta obra foi escrita. Do morro à sanga, do beco até a avenida, daqui não saio mais. Na figura coletiva de todos el@s, resumo o quanto sou grato.

De forma específica, dentro do âmbito acadêmico-universitário, inicio agradecendo a CAPES pela bolsa de doutorado, sem a qual seria impossível chegar a este momento. Igualmente ao conjunto do PPG de Ciência Política, nas partes ruins e boas do total dos sete anos de pós. Na adversidade aprendi e na generosidade se cresce. Um abraço especial para a turma de mestrado que entrou em 2002, extensivo aos colegas de doutorado com quem compartilhamos aulas neste ano e em 2003. Discrepávamos em aula e conseguimos manter um ambiente saudável, sadio e cooperativo fora dos debates. Ainda na UFRGS, agradeço ao primeiro orientador (de mestrado) Carlos Arturi, por me receber ao chegar e por me ver afastar sem traumas. Na seqüência, ao Marcelo Baquero, orientador de uma tese e de um doutorando mais que arisco. Sua generosidade intelectual permitiu este momento. Tenho certeza de que usara toda a sua vertente freireana para tanto. Grato pelo diálogo, a paciência, a orientação e a boa divergência.

Ainda na seara acadêmica, aos novos/velhos colegas da comunicação, do Emerge, do Cepos e da Ulepicc. Sem individualizar os homenageados, sinto-me muito contente em poder ter um pé na ciência política e outro de onde nunca saí. Suamos a camisa e queimamos tanta retina juntos que não há muito mais para dizer.

Embora estes artistas não o saibam, agradeço a energia e o combustível para o trabalho intelectual vindos da raiz do samba nos vinis de Bezerra da Silva, Martinho da Vila, Jorginho do Império, Moreira da Silva, Roberto Ribeiro, Clara Nunes, Paulinho da Viola e João Nogueira dentre outr@s bambas; do nativismo rio-grandense a garra para horas escrevendo saíram dos acordes em vinil de Noel Guarany, Cenair Maicá, Pedro Ortaça, João de Almeida Neto e dos versos de Jayme Caetano Braun dentre tantos guascas a mais; *del lado de Allá que es el mismo lado federal* vieram notas e cantos de Alfredo Zitarrosa, Olimareños, Loz Zucará, José Larralde, Jaime Roos, Atahualpa Yupanqui, Jorge Cafrune, Chito de Mello, *la payada* de Carlos Molina, y *otros laburantes del canto y de la palabra*.

Por fim, nos versos abaixo, lapidados pela poetisa libertária uruguaia Idea Vilariño, deixo meu profundo e sincero agradecimento aqueles e aquelas que vivem através de seus atos

LOS ORIENTALES

De todas partes vienen, sangre y coraje, para salvar su suelo los orientales; vienen de las cuchillas, con lanza y sable, entre las hierbas brotan los orientales.

Salen de los poblados, del monte salen, en cada esquina esperan los orientales.

Porque dejaron sus vidas, sus amigos y sus bienes, porque es más querida la libertad que no tienen, porque es ajena la tierra y la libertad ajena y porque siempre los pueblos saben romper sus cadenas.

Eran diez, eran veinte, eran cincuenta, eran mil, eran miles, ya no se cuentan.

Rebeldes y valientes se van marchando, las cosas que más quieren abandonando.

Como un viento que arrasa van arrasando, como un agua que limpia vienen limpiando.

Porque dejaron sus vidas...

SUMÁRIO

Apresentação do Trabalho de Tese.....	10
1. Bases da Teoria da Interdependência Estrutural das Esferas: uma análise libertária do papel da Organização Política para o processo de radicalização democrática	16
1.1. O Método Utilizado	16
1.2. A Questão Central, o Problema de Pesquisa e os objetivos secundários:	23
1.3. A análise estratégica e o Jogo Real da Política	25
1.4. A matriz estruturalista, os primeiros passos na definição do que é ciência e o enfoque realista.....	33
1.5. A estrutura de classes e a categoria de dominação	47
1.6. Um mapa analítico do terreno onde esta tese tem a intenção de ser universalizável.....	53
2. Condições iniciais para formar uma teoria para incidência e conflito na América Latina: identidade – posicionamento político – pressupostos teórico-epistemológicos. 56	
2.1. A raiz do conflito e da origem da produção intelectual latino-americana. Uma visão do período da bipolaridade.....	58
2.2. Um pensamento social brasileiro e latino-americano.....	62
2.3. Acercamento e afastamento dos poderes centrais	74
2.4. Institucionalização e radicalização da ciência social na Argentina anterior ao golpe de 1976	77
2.5 O estudo de caso mexicano e a obra fundamental de Casanova	83
2.6 A afirmação de uma base teórico-epistemológica através da obra de Celso Furtado.....	88
2.7.A tomada de posição.....	90
3. A Interdependência Estrutural das Esferas: ancestralidade e atualidade da construção e origem desta teoria.....	92
3.1. A ancestralidade e o marco orgânico no qual a obra coletiva de Cariboni foi produzida	93
3.2. A “importância da Teoria” e o trabalho de Raul Cariboni	96
3.3. Uma definição adequada da categoria ideologia	105
Parte II A atualidade da teoria das 3 esferas e a contribuição original	108
3.4. Os três níveis de representação.....	108
3.5. Sobre o conceito estrutura global	110
3.6. A representação das esferas e das estruturas	113
3.7. A relevância da luta ideológica como forma organizativa de identidades, sujeitos e agentes	117
4. Aspectos do treinamento necessário para a organização política e o partido de quadros	119
4.1. O debate da caracterização e tipificação de funções do partido político no regime democrático	120

4.2. O problema repressivo deve ser levado em conta	127
4.3. O estudo da organização política e a carência na ciência política atual	128
4.4. A polifuncionalidade	130
4.5. Caracterizando o partido de quadros com intenção de ruptura	131
4.6. Um possível e factível cenário para o desenvolvimento deste tipo de organização	135
4.7. A respeito do tema do treinamento de quadros e o ambiente institucional propício	141
4.8. Habitus, domínio e inteligibilidade dos códigos das classes onde se está, a idéia de inserção social e o recrutamento adequado.....	145
4.9. Retomando a arena prioritária para este modelo e suas razões	148
4.10. A ancestralidade do modelo de organização aqui desenvolvido	151
4.11. Desenvolvimento do modelo de organização aqui apontado	154
4.12. Aspectos conclusivos quanto ao tema do partido de quadros	156
5. O conceito de Processo de Radicalização Democrática: uma forma social de defesa, criação e ampliação de direitos.....	157
5.1. Na busca de um “paradigma” de uma área necessariamente aparadigmática ...	158
5.2. A importância da identidade; quando a matriz epistemológica também é política e estética	170
5.3. O diálogo do Capital social com a “sociedade civil”: a redefinição deste conceito aplicado em uma nova institucionalidade.....	179
5.4. As limitações da democracia representativa e a localização teórica da radicalização democrática	186
5.5. Território desorganizado, fragmentação e reorganização do tecido social. As condições essenciais para a radicalização democrática.....	193
Parte II A perspectiva do Poder Popular e das forças em acumulação	194
5.6. A perspectiva do Poder Popular como forma de acumulação de forças do processo de radicalização democrática.....	195
5.7. O conceito de independência de classe.....	196
5.8. A hierarquia de prioridades e a necessidade de coordenação para o processo de radicalização democrática	199
6. Uma crítica econômica dos constrangimentos sofridos pelos câmbios da democracia brasileira atual.....	202
6.1. As visões do Estado como regulador social e na definição macroeconômica. Premissas e temporalidade	203
6.2. Premissas de Análise na relação entre os limites democráticos e o desenho de Estado	208
6.3. A versão latino-americana e os modelos de Estado: neoliberal e desenvolvimentista	212
6.4. Caracterizando a conjuntura macro econômica e de desenho democrático em que vivemos hoje no subcontinente	215
Parte II A análise da política econômica quando da passagem de governo de Fernando Henrique para Lula e os constrangimentos estruturais	217
6.5. A transição da democracia representativa consolidada no Estado Neoliberal ..	218
6.6. Fatores e agentes de constrangimento do exercício do poder político	221
6.7. A permanência do constrangimento e da impossibilidade estratégica	231
6.8. Um debate conclusivo a respeito dos limites da disputa democrática dentro de um constrangimento estrutural que impede uma opção estratégica	236
Parte III Dois exemplos que fundamentam e evidenciam a conclusão lógica	237

6.9. A “estabilidade econômica e política” e os custos de geração de emprego direto	238
6.10. Os hábitos de consumo cultural dos brasileiros e o volume de investimentos do Estado nesta rubrica, através do orçamento do Ministério da Cultura	241
7. Estudo Estratégico em sentido pleno a aplicabilidade da teoria da interdependência no crescimento da Organização Política.....	244
7.1 O que é estratégia?.....	245
7.2 A guerra como extensão da política. A política como expressão de guerra total.....	246
7.3. O conceito estratégico e a Grande Estratégia	250
7.4. A inteligência, o planejamento e o conflito interno.....	255
7.5. Na América Latina a luta popular ganha forma anti-imperialista	260
7.6 A luta de classes no longo prazo	262
7.7. A interdependência das três esferas aplicada. O <i>modus operandi</i> da FAU	264
7.8. A violência como linguagem e o Jogo Real da Política	274
Parte II A proposta de análise estratégica aplicada no Jogo Real através de uma organização política com intenções de câmbio	278
7.9. Categorias fundamentais para a análise e incidência a partir da organização política proposta	279
7.10. Retomando o conceito estratégico aplicado no conflito social permanente (os prazos)	282
7.11 Os níveis de incidência adotados nesta Parte II.....	283
7.12 Os recortes geográficos – os espaços e territórios de incidência.....	285
7.13 Os conceitos básicos de tempos e movimentos. Um mapa conceitual.....	286
7.14 A idéia de processo e a acumulação de forças necessária para a radicalização democrática.....	288
8. Conclusões da Tese	291
8.1. A exposição da parte intrínseca através dos capítulos.....	291
8.2. Respondendo as duas questões centrais.....	292
8.3. A aplicação e ampliação do conceito estratégico centrado no acionar da política	293
9. Referência Bibliográfica.....	295
9.1. Bibliografia.....	295
9.2. Documentos eletrônicos consultados.....	304
9.3. Hemerografia.....	317

LISTA DE FIGURAS E TABELA

Página 21

Figura 1: Gráfico de representação da Interdependência das esferas Política; Econômica e Ideológico-cultural.

Página 22

Figura 2: Gráfico de projeção das esferas onde o conjunto das práticas se manifesta.

Página 22

Figura 3: Gráfico de representação do entramado de práticas das distintas esferas atuando em uma sociedade concreta

Página 23

Figura 4: Gráfico de representação onde o campo das práticas sociais em nível de conjuntura aplicada para uma conformação social concreta.

Página 31

Figura 5: Tabela demonstrativa de nível de confiança nas categorias e instituições

RESUMO

A tese formaliza a Teoria da Interdependência Estrutural das 3 Esferas (política; ideológica; econômica) aplicando seu modelo de análise no estudo do papel da Organização Política Finalista e na projeção de um processo político e social denominado de Radicalização Democrática. A exposição desta Teoria de Médio Alcance divide-se em partes intrínseca e extrínseca, iniciando com a articulação das categorias e seguindo com a argumentação lógica. A dimensão ontológica do trabalho se posiciona a partir dos pressupostos ideológico-doutrinários anarquistas. A dimensão teórico-epistemológica se localiza na aproximação do estruturalismo com a centralidade da ciência política, em específico da democracia de tipo social. A dimensão metodológica localiza o trabalho dentro dos estudos de análise estratégica. O trabalho formula uma teoria que instrumente o conceito de construção de Poder Popular. Este é criador de uma nova institucionalidade, onde as distintas representações e cortes de interesse e identidade estejam representados em uma base societária distributivista, com plenitude de direitos e garantias individuais e coletivas das liberdades de reunião, expressão, manifestação e organização.

ABSTRACT

The thesis formalizes the Theory of Structural Interdependence of the 3 spheres (political, ideological, economic) applying its model of analysis in the study of the role of the Organization and the final political projection of a social and political process known as Radicalizing the Democracy. The exposure of a Middle Range Theory (empirical theory construction) divides itself into intrinsic and extrinsic parts. The first part provides the essential theoretical statements, and the second one provides the definition of terms and all logical arguments. The ontological dimension of the thesis stands from the doctrinal-ideological anarchists assumptions. The theoretical-epistemological dimension is located in the approach of structuralism with the centrality of political science, in particularly in the social dimension of democracy. The methodological dimension is located in the strategic studies and subsequent analysis. The thesis produces a theory whose instrumentalizes the concept of building People's Power. This power creates a new political design, where the different sectors, identities, class fractions and segments is represented in a social equality based society with full rights and guarantees of individual and collective freedoms of assembly, expression, expression and organization.

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE TESE

O fator expansivo da democracia participativa do demos frente a democracia oligárquica das elites tem uma manifestação colateral na explosão cívico-cultural que historicamente vêm acompanhando a suas escassas manifestações. Isto prova que, a extraordinária capacidade criativa inserida nas energias que são liberadas quando o povo seu próprio destino sem interferências nem representações profissionais.

(Rafael Cid, 2008, p.36)

Este trabalho tem uma ancestralidade que vai muito além do período de doutorado, da pós-graduação em ciência política na UFRGS e até mesmo a relação com o ensino formal. Nesta Apresentação, exporemos o foco do trabalho inicial, as áreas que podem ser desenvolvidas, as vinculações acadêmicas e os possíveis desdobramentos. Entende-se que essas informações irão facilitar a compreensão do leitor do texto, do contexto e da intencionalidade encontrada.

Início a tese expondo a trajetória pessoal acadêmica e política que resultaram neste trabalho; exponho as áreas e eixos de estudo; explico o porquê dos títulos dos capítulos, da bibliografia escolhida e a conjunção de métodos adotados. Partindo desta intencionalidade, a tese é voltada para o estudo de uma teoria de médio alcance, na verdade a formulação desta, e que como todo trabalho de fôlego não é um ato de brilho individual, mas o processamento de um debate coletivo. O posicionamento como Teoria de Médio Alcance, não se dá pelo fato de testarmos ao longo do trabalho as hipóteses levantadas, mas por provarmos no discurso articulado os dois teoremas enunciados.

Teorema 1: A aplicação da estratégia possibilita o conflito social através da luta popular. Sem organização política finalista não há possibilidade de estratégia

permanente, portanto não há planejamento estratégico e nem conceito estratégico. O inverso também é verdadeiro.

Teorema 2: A luta popular constrói Radicalização Democrática e acumula Poder Popular. A democracia se torna substantiva à medida que serve como valor organizacional na acumulação e coordenação de forças pelas maiorias (Poder Popular) e o avanço nas conquistas de direitos, redistribuições, soberania, garantias e liberdades são obtidas através do conflito social organizado.

Chegar à formalização destes dois teoremas, tendo como eixo de análise ao papel da organização política finalista não eleitoral e de ideologia-doutrina anarquista foi um largo caminho. Entende-se que o estudo de partido político finalista com democracia interna é uma lacuna na ciência política, mesmo considerando os estudos dos chamados “partidos revolucionários”. Em geral, se naturaliza, tanto na interna do campo como na sociedade, o modelo de partido de representação, ou o intermediário entre setores da sociedade e o desenho formal do exercício do poder. Um partido, ou organização política, que atue tendo a democracia social (participativa, substantiva, deliberativa, com multiplicidade de formas de representação e delegação, democracia radical) como valor indispensável é uma via de estudo da ciência política que vai ao encontro da Teoria Democrática que está por ser construída. A participação política específica por fora das concorrências da democracia representativa não é exclusividade dos chamados “movimentos sociais” e o desenvolvimento deste estudo é uma lacuna na ciência política, por mais aberta e ampla que seja seu espectro. Parte da intencionalidade do esforço aqui apresentado de somar no avanço do estudo desta modalidade de partido político, onde se professa uma ideologia, tem-se uma base doutrinária e aposta-se na arena não-institucional para construir outra institucionalidade como forma de exercício de poder contra-hegemônico ainda sob o regime de democracia formal.

Como se nota, esta tese tem um passado teórico e uma vinculação ontológica. Mas, precisamente não se trata de uma obra anarquista, mas um trabalho teórico-epistemológico cuja dimensão ontológica é anarquista. Opto por apresentar esta dimensão de forma direta por opção metodológica. Isto porque colaborar com o avanço desta escola de pensamento no âmbito acadêmico também uma intenção do trabalho. O

mesmo foi iniciado em 1970, através dos trabalhos de Raul Cariboni¹, historiador uruguaio e responsável pela formação política da *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU). Esta Organização Política, adepta de ideologia anarquista adotou em sua formação interna a alguns pressupostos teórico-epistemológicos do estruturalismo que, somados às formas históricas de fazer política e mobilização libertária, resultaram em um *modus operandi* e uma construção teórica pioneira na América Latina, materializada nos dois documentos apresentados e debatidos aqui: *Huerta Grande* (1970) e *El Copey* (1972).

Nestes estudos, que pode ser considerado material de teoria empírica ou de médio alcance, se apresenta uma teoria política de transformação social, baseada na análise estruturalista, nas idéias-guia do anarquismo politicamente organizado e tomando como sujeito protagonista as maiorias mobilizadas. Também se encontra a fundamentação ideológica-doutrinária e teórico-epistemológica para o uso sistemático da força simultaneamente da prática de democracia como um valor fundamental tanto na interna da organização, nos ambientes político-sociais e sociais, assim como na montagem de um espaço público do movimento popular onde as distintas posições fossem toleradas em uma idéia de *ruta común*. O conceito de interdependência estrutural, de que a política é a síntese decisória discursiva e de que a ideologia é transversal a todas as esferas se condensa nesse período.

Como esta tese é centrada no objeto da ciência política – o exercício do poder organizado – não nos ateremos na história política da FAU, e nem na dimensão da filosofia política do anarquismo. De agora em diante, dá-se o histórico da trama intelectual da tese. Os canais por onde esta passou se dão, a partir de 1973, em duas vias. Uma, dentro do Uruguai, nos grupos de estudos organizados pelos militantes da FAU encarcerados no sistema político-prisional uruguaio, em especial no Penal de Libertad. Neste lugar se estrutura o pensamento do anarquismo politicamente organizado, conhecido no Cone Sul como especificismo², e se aprofundam os estudos em

¹ É preciso compreender que ao citarmos Cariboni, nos referimos na verdade ao conjunto da equipe de formação e análise política que trabalhava sob coordenação deste e diretamente vinculada ao Secretariado da FAU em clandestinidade como na submersão (respectivamente 1967-1971 e 1971-1973). Ver FAU e FAU Secretariado General.

² Trata-se da denominação adotada no Cone Sul para o formato de organização política anarquista recriada a partir dos anos 1950 no Uruguai, como uma soma das experiências prévias, flexibilizando

cima da obra de autores como Foucault, Althusser e Poulantzas. O conceito de classe não centralizado na categoria exploração econômica se concretiza nesses estudos.

Outra etapa de construção da ancestralidade desse trabalho se dá também com militantes da FAU, presos políticos no sistema prisional argentino, em especial na Penitenciária de Máxima Segurança de La Plata, Província de Buenos Aires. Nesta prisão, o autodidata argentino Mauricio Malamud³ ministrava, na cadeia, cursos de formação aproximando o pensamento estruturalista e o campo nacional-popular. O desenvolvimento das categorias de discurso, estrutura de pensamento, importância da linguagem, a questão da identidade se condensa e ganha forma nesse período.

A relação direta com alguns operadores políticos que passaram por estas etapas de formação se dá a partir de dezembro de 1994. Já a minha contribuição neste processo específico de formulação iniciou-se em abril de 1998, no bairro do Cerro de Montevideu e após na cidade de Colônia do Sacramento. O que hoje se formaliza como tese de doutoramento, tem sua estrutura em cima de uma série de estudos e material de formação não-acadêmica que tive a oportunidade de ajudar a formular, antes mesmo de adentrar na pós-graduação em ciência política. Este esforço se dá em grande parte, e não em sua totalidade, em função de compromisso militante com a Federação Anarquista Gaúcha (FAG), organização política aliada estratégica da FAU.

Neste esforço de formulação, o tema da tese - a Organização Política e seu papel - é de longa data objeto de estudo e experimentação. Já a Interdependência Estrutural é fruto de uma pesquisa retomada em 2003, cujo texto base em formato não acadêmico foi concluído somente em novembro de 2007, nas cidades lindeiras de Santana do Livramento e Rivera, na Fronteira Oeste do Rio Grande⁴. Eis o porquê da data remota

teoricamente as modalidades de intervenção e sendo uma soma de experiências iniciadas em 1868 com a Aliança Internacional. Para uma definição de especificismo, ver FAO (2007).

³ O único registro eletrônico que encontrei a respeito de Malamud está em: LA PÁGINA DE TOMAS ABRAHAM. *Acerca del profesor N.E. Perdomo*, documento eletrônico encontrado em: <http://74.125.45.132/search?q=cache:Urh9bqnIFJOJ:www.tomasabraham.com.ar/filosofia/perdomo.htm+mauricio+malamud&hl=es&ct=clnk&cd=1&gl=ar>; arquivo consultado em 10 de setembro de 2008. O relato que apporto aqui é oral, com pessoal que trabalhou e estudou diretamente com esse pensador autodidata.

⁴ Esta tese, conforme corresponde é autoral; mas de inspiração coletiva. O processo cumulativo científico que temos no campo acadêmico se dá de forma parecida no universo da esquerda não-parlamentar. A diferença está nos ritos e formalidades, que são distintos. Aguardei o documento que tem papel

da conclusão da tese, considerando que iniciei o doutorado em março de 2004. O material original (ver FAU/FAG 2007) serve como inspiração, fonte direta e matriz teórico-epistemológica. E, conforme já havia exposto, na seara acadêmica por excelência, o elo da história com a disciplina de estudo se encontra no acionar libertário e na aproximação com os chamados estruturalistas, ainda na acirrada conjuntura latino-americana da segunda metade dos anos 1960.

Como guia de leitura, exponho que a tese se divide em:

- o início de uma proposta epistemológica (Capítulos 1 e 2);
- um problema teórico a ser resolvido através da elaboração de uma teoria de médio alcance, (Capítulos 3 , 4 e 5);
- a reafirmação dos objetivos da pesquisa, na forma de pensamento estratégico e treinamento para sua aplicação, justo quando o processo reencontra a conclusão (Capítulos 6, 7 e 8 e a representação geométrica no Anexo).

A partir deste trabalho se abrem algumas vias de estudo, tais como: de novo desenho institucional; do experimentalismo político-jurídico; de estudo das teorias e formas de mobilização popular; de ação coletiva fomentada por minorias políticas; de definição do sentido de democracia como exercício de direitos, liberdades, distribuições e garantias; do processo de acumulação de forças através da radicalização democrática; do estudo dos conflitos de baixa intensidade e participação massiva; da dimensão ideológica anarquista.

O conjunto destes estudos derivados deste trabalho se orienta por uma dimensão normativa que visa o exercício das liberdades políticas, religiosas, culturais, identitárias, individuais, étnicas sobre uma estrutura societária sem classes, de organização político-jurídica-administrativa federalista e economicamente distributivista. A sentença acima resume a normatividade encontrada na tese. Afirmo esta normatividade porque vou ao encontro da afirmação de Cid (2008, p. 37)

fundacional para a Interdependência das 3 Esferas porque, da mesma forma que seria impossível desenvolver estudo em cima da teoria habermasiana (por ex.) sem a obra de Jungen Habermas, seria impraticável desenvolver uma teoria de médio alcance sem os fundamentos da matriz a qual esta se filia.

Do contrário, se o povo termina suplantado pelas elites e reduzido a um espelhismo epistemológico, o sistema político se converte em 'roleta russa' reversível. Esta serve igual para passar legalmente de uma situação de ditadura a outra de democracia pactuada (como a transição espanhola do Pacto de Moncloa), assim como o caminho inverso, da democracia dos espelhismos elitistas ao totalitarismo.

1. BASES DA TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA ESTRUTURAL DAS ESFERAS: UMA ANÁLISE LIBERTÁRIA DO PAPEL DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PARA O PROCESSO DE RADICALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

Neste capítulo, inicio explicitando o método utilizado para a modelagem teórica, a formulação da questão central, dos problemas de pesquisa, dos objetivos complementares e o diálogo empregado para a aproximação de distintas áreas de saberes que se complementam⁵.

1.1. O Método Utilizado

Utiliza-se aqui um formato de base estruturalista por compreender ser o mesmo o mais adequado para uma tese teórica. A postura em relação ao uso da metodologia que adoto – e de qualquer metodologia - comparte com Dencker & Viá (2001, p. 29) o seguinte ponto de vista:

O uso da metodologia deve ser fruto de uma reflexão sobre a atividade científica. Na realidade, todas as abordagens podem ser usadas desde que o método escolhido possa ajudar na resolução dos problemas de pesquisa. O objetivo dessa reflexão é chamar a atenção para a importância de não transformarmos o método em uma ‘camisa-de-força’, que aprisiona o pesquisador em um projeto de pesquisa científica. [...] Encontrar o equilíbrio entre as tendências e desenvolver um método próprio, adequado ao seu objeto de estudo, são os desafios que se colocam para o pesquisador.

⁵ Para fins didáticos, explicito que todos os grifos ao longo do texto desta tese são meus.

Entendo ser necessário expor uma forma de montagem de teoria, de modo que possa explicitar a parte intrínseca da mesma. Aplica-se aqui uma modelagem que está construída a partir do trabalho de Gibbs *apud* Thompson (1976), Baquero (2004 polígrafo), Baquero & Prá (2004 polígrafo) e Dencker & Viá (2001). Tomamos como base um modelo de construção de teorias, não como uma receita pronta, um recipiente pré-fabricado para ser preenchido, mas como um formato aceitável e epistemologicamente coerente. Gibbs *apud* Thompson (1976, p.1) aponta três formas aceitas pelo campo acadêmico para a construção de teorias.

Uma é o modelo de Teoria Formal, que incorpora equações como linguagem pura, aplicando as sentenças na forma de equações matemáticas. Outra tem o modelo de Teoria Normativa Pura; esta é puramente discursiva, sem preocupação com a incidência na sociedade, no mundo da vida. Sua montagem se dá em cima da racionalidade discursiva, sendo que a preocupação por torná-la efetiva não cabe aos formuladores da teoria, mas sim aos que a vão utilizar.

Outro formato, que é o incorporado aqui, trata da Teoria de Médio Alcance, ou Teoria Empírica. Esta teoria tem base normativa e tangibilidade. A produção desta teoria é um discurso coerente com instrumentos de medição e incidência que permitem seu teste, adaptação, validação, falsificação e conseqüente adequação. Outra característica desta modelagem é a construção do conhecimento, não como representação, mas como saber estratégico.

O formato de exposição adotado aqui é o dos dois autores citados acima, que apresenta uma convenção estruturalista de construção, apresentação e exposição das teorias. Este formato de construção tem a intencionalidade de aumentar a clareza de seus componentes e a eficiência e a organização e apresentação do sistema de idéias chamado de Teoria. Esta forma de construir se baseia em três princípios:

- Interpelação lógica entre os componentes declarados.
- A diferenciação entre definições e assertivas empíricas
- Nem todas as assertivas empíricas são de mesmo tipo

Estes três princípios permitem que a apresentação da Teoria se dê em duas partes. Primeiro, na parte intrínseca, equivalente a metáfora de ser o esqueleto da teoria. Para tanto, no esqueleto, se utiliza uma articulação lógica e coerente da construção substantiva (intrínseca). A outra parte da apresentação é a parte extrínseca. Esta, pelo formato construído, dá a definição dos termos empregados no segmento intrínseco e qualquer outro aspecto, termo, conceito parcial, fragmento que sejam necessários para comunicar e justificar a teoria para o leitor.

Incorporo este formato de montagem para tornar explícita a parte intrínseca da Teoria da Interdependência das Esferas aplicada na análise no papel da Organização Política no processo de Radicalização Democrática. A parte extrínseca é, portanto, o restante deste primeiro capítulo e os seguintes, incluindo o conclusivo, o capítulo 8, quando voltamos a expor a parte intrínseca da Teoria.

Segundo Gibbs (*apud* Thompson 1976, p. 2), a parte substantiva da modelagem de uma Teoria de Médio Alcance consiste em três termos. São eles:

- construtos: termos que não são nem completamente definíveis nem aplicáveis empiricamente

- conceitos: termos que são completamente definíveis, mas não são empiricamente aplicáveis

- referenciais: termos que designam empiricamente fórmulas aplicáveis ou operacionalizáveis

Já as assertivas da parte intrínseca servem para relacionar os termos substantivos e dar um ordenamento lógico na linguagem de sentenças. Estas são compostas de cinco tipos (Baquero 2004, polígrafo, p.10):

- (1) axiomas: formulações que relacionam construtos;

- (2) postulados: formulações que relacionam os construtos como conceitos;

- (3) proposições: formulações que relacionam conceitos;
- (4) transformacionais: formulações que relacionam conceitos com referenciais;
- (5) teoremas: formulações formalmente derivadas que relacionam referenciais.

Antes de seguir na exposição da parte intrínseca, é preciso observar uma ressalva quanto à apologia deste formato. Segundo Baquero (2004, polígrafo, p. 11): “Obviamente que esta forma de construir teorias não se constitui exclusivamente num livro texto. De fato, a natureza do processo de construção de teorias não pode estar baseada num tipo de livro de cozinha. O que o formato da construção de teorias acima discutido permite é melhorar a clareza e a apresentação e organização de uma teoria. É dentro desse espírito que o formato é utilizado neste estudo.”

Para a boa exposição das assertivas e formulações desta teoria, é necessário expor os pressupostos da mesma. O modelo de processo para a incidência da organização política proposto nesta tese se adéqua ao contexto latino-americano pós-transição e a partir do receituário neoliberal. A democracia de procedimentos que se aplica nesse cenário tem, necessariamente, de isolar e fragmentar o sentido de unidade de classe(s) e desorganizar o tecido social formador de identidades coletivas. A disputa política consolidada nestas democracias não passa pelo avanço dos direitos individuais e coletivos para o bem comum e tampouco se empodera a população de modo a participar de forma direta das decisões fundamentais para o país.

Portanto, de forma estrutural (podendo se aventar a hipótese do desenho de não participação ser deliberado), dá-se o esvaziamento da política e a substituição do conflito político e social pela massificação de premissas ocultas (de corte ideológico-doutrinário) referenciadas no suposto domínio da “técnica” originária da “economia”. Ou seja, baseada no hiper-estruturalismo neoliberal. A inversão desse quadro passa necessariamente pela construção de um modelo teórico-organizativo, que veja o espaço-síntese da política, que não substitua a instância política-específica pelo sujeito social organizado (o agente social na forma de movimentos populares) e que tome a ideologia

como componente interdependência estrutural da sociedade. Para isso é preciso que, deliberadamente, não se oculte a dimensão ontológica das premissas teórico-políticas.

A garantia da multiplicidade de organização e representação de interesses, sujeitos, identidades, setores de classe se dá através da ação coletiva coordenada de um ou mais agentes políticos imbuídos deste objetivo finalista. Ao manifestar esse objetivo através de força social, esta é a manifestação do processo de Radicalização Democrática. Este processo é leva e se dá através do acúmulo de forças dentro da construção político-social chamado de Poder Popular.

Expondo a Dimensão Intrínseca

Axioma I: A não existência de organizações políticas de objetivo finalista significa o abandono da estratégia e, por tanto, é a vitória pontual da hegemonia dominante;

Axioma II: A confusão entre ideologia, doutrina e teoria leva a incapacidade preditiva-analítica, portanto à paralisia das políticas proativas, à indefinição estratégica e, por tanto, à incorporação e admissão das premissas ocultas hegemônicas no contexto dominante;

Axioma III : A fragmentação do tecido social baixa o estoque de capital social e dificulta a forja de identidades coletivas, por tanto, prejudica a organização dos sujeitos sociais e impede o empoderamento das maiorias;

Axioma IV: A crescente mediatização das relações sociais aumenta e reforça o comportamento individualista na vida privada e indiferente na vida coletiva;

Axioma V: Quanto maior a noção de que a estabilidade democrática se dá na forma de procedimento e não em termos substantivos (como políticas econômicas distributivas e um desenho de economia política independente e soberana), aumenta a indiferença ao exercício de direitos, o que leva a uma maior apatia e ceticismo;

Axioma VI: A idéia de equilíbrio desigual entre classes e “jogo de soma zero” leva à paralisia do processo reivindicativo e naturaliza a injustiça social sob procedimento da concorrência entre partidos;

Axioma VII: A mudança no comportamento político se dá através de uma escalada de mobilização coletiva, incluindo a midiática e cultural, reorganizando o tecido social e valorando a democracia como a pluralidade dentro do processo de luta popular.

Postulado 1: O horizonte de idéias-guia sistematizadas é o primeiro delimitador da profundidade e do tipo de acionar político;

Postulado 2: Na atual etapa do capitalismo o horizonte de idéias é midiaticizado e as atividades cotidianas se vêm atravessadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs);

Postulado 3: O acúmulo de forças dos sujeitos sociais passa pela construção identitária e isto também se dá através dos agentes sociais motivados pelas organizações políticas incidindo sobre e a partir destes setores;

Postulado 4: A incidência nos sujeitos sociais organizados deve atender aos distintos níveis de intervenção, em escala e complexidade, dentro das maiorias. Para atendê-los é necessária a existência de uma ou mais organizações políticas que adotem este formato organizacional e atue no processo de Radicalização Democrática;

Postulado 5: A estratégia permanente para a Radicalização Democrática passa pelo protagonismo popular, obrigando o Estado a ser responsivo e é compatível com a ampliação de direitos e liberdades coletivas e individuais, atendendo a multiplicidade de sujeitos, demandas, identidades e questões generalizáveis.

Proposição 1: A análise e a percepção da realidade é organizável através do desenho da interdependência estrutural das esferas política, econômica e ideológica;

Proposição 2: Não há determinação de uma esfera sobre a outra;

Proposição 3: A esfera ideológica é estruturante de todas as demais;

Proposição 4: A esfera política (jurídico-militar) concentra a síntese das formas de conflitos e decisões.

Transformacional 1: A ação coletiva por parte das maiorias só tem seu protagonismo assegurado se for desenvolvida no marco não-institucional, para que isso ocorra é necessário o finalismo determinado na forma de organização de minoria política;

Transformacional 2: O exercício da política no formato de ação coletiva não-institucional obriga o Estado a ser responsivo, tornando-o mais público e, por consequência, mais democrático;

Transformacional 3: A democracia se torna substantiva à medida que um conjunto de forças sociais organizadas a incorporam como um valor essencial para a justiça social.

Teorema 1: **A aplicação da estratégia possibilita o conflito social através da luta popular.** Sem organização política finalista não há possibilidade de estratégia permanente, portanto não há planejamento estratégico e nem conceito estratégico. O inverso também é verdadeiro.

Teorema 2: **A luta popular constrói Radicalização Democrática e acumula Poder Popular.** A democracia se torna substantiva à medida que serve como valor organizacional na acumulação e coordenação de forças pelas maiorias (Poder Popular) e o avanço nas conquistas de direitos, redistribuições, soberania, garantias e liberdades são obtidas através do conflito social organizado.

O conjunto da parte extrínseca será demonstrado nos capítulos a seguir. Retorno à modelagem teórica nas conclusões do trabalho.

1.2. A Questão Central, o Problema de Pesquisa e os objetivos secundários:

Esta tese de doutoramento em ciência política afirma seu principal objetivo, dentre os vários a ser localizados dentro do texto. É vontade através deste trabalho de dar uma forma teórica ao debate, formulação e conclusão da questão central, apresentada em dois tópicos:

1) Formular uma teoria que instrumente o conceito de construção do Poder Popular, criador de uma nova institucionalidade, onde as distintas representações e cortes de interesse e identidade estejam representados em uma base societária distributivista, com plenitude de direitos e garantias individuais e coletivas das liberdades de reunião, expressão, manifestação e organização.

2) Formular uma idéia de processo de Radicalização Democrática, onde se aplica a acumulação de forças para a construção desta forma de Poder, tendo por base a análise estratégica aplicada nas categorias centrais apontadas para este objetivo. Tanto o acúmulo de forças para a criação de um poder emanado das maiorias como o processo que radicaliza e torna substantiva a democracia tem, neste trabalho, como eixo de análise, o papel da Organização Política. Este modelo de instituição política tem sua atividade-fim na construção do Poder Popular e como atividade-meio para isso o processo de Radicalização Democrática.

A Questão Central se depara com dois problemas de pesquisa a ser solucionados. O problema atual para qualquer organização e movimento com intenções de ruptura desenvolve-se sobre um procedimento já clássico da política, aplicado para a sociedade de classes contemporânea. Parto de duas premissas políticas e estratégicas, que tomo como válidas e hoje são operacionalmente absolutas. Assim, para retornar à questão central e atingir o problema de pesquisa, é preciso tomar estas premissas como dado de realidade e exigência para qualquer operador político. Estas são as necessidades de, no caso do conflito estudado na tese:

1ª - Dividir para reinar (dominância)

2ª - Concentrar forças para o conflito (a-dominância)

Assim, o problema de pesquisa para atender aos objetivos da questão central é buscar a resposta para duas perguntas:

- A excessiva fragmentação dos sujeitos sociais, somada a incapacidade de aglutinar dos agentes, pode impedir tanto a dominação organizada como a organização da resistência contra a dominação?⁶

- Quais as formas de ação coletiva e formatos de organizar coletivamente para acumular forças rumo a um processo de ruptura?⁷

Este antagonismo atravessa o eixo do trabalho por onde veremos o confronto das intencionalidades e bases conceituais. Concluo a exposição de objetivos e problematizações afirmando que, como tese de doutorado em ciência política, existe outras duas metas, estas dentro do âmbito institucional e acadêmico:

- Avançar no estudo da configuração atual da sociedade de classes, especificamente na idéia de classes oprimidas, na nova pobreza, na luta por ampliação de direitos coletivos e suas formas de organização contemporâneas na América Latina. Assim, a conclusão deste trabalho formaliza uma Teoria de Médio Alcance, mas com base totalizante, que sirva como instrumental teórico para a análise e incidência finalista em nosso Continente⁸.

- Contribuir para o avanço da pesquisa e análise incidente e com identidade latino-americana e de aproximação da Universidade Pública para com as demandas das

⁶ Assumo como válida tanto a existência de classes como a fragmentação das maiorias que compõem a sociedade dividida em classes. Esta ausência de unidade, tanto no aspecto identitário como nas formas estruturantes de vida coletiva, buscarei afirmar e comprovar ao longo do trabalho.

⁷ Ruptura com a ordem constituída pode implicar em vários processos distintos. O termo e a profundidade necessárias veremos com afinco no Capítulo 5.

⁸ E por extensão generalizável, no Brasil e na América Latina, sabendo das limitações teóricas e de realidade distintas.

maiorias. Especificamente no campo da ciência política, participando do esforço da construção de um pensamento político de teoria democrática latino-americana. Sendo esta vista como um grande arcabouço teórico-epistemológico onde as matrizes de pensamento que operam e incidem no meio acadêmico a partir desta ótica coexistam e contribuam nos conceitos substantivos de democracia, como o de participativa, deliberativa, substantiva, radical, popular, dentre outros.

1.3. A análise estratégica e o Jogo Real da Política

Explicito a aspiração da construção epistemológica dentro das ciências humanas, especificamente na ciência política, para demonstrar para leitores e críticos qual a intencionalidade política e teórica da tese. Este trabalho visa também à aproximação de duas áreas aparentemente distintas, ou ao menos afastadas, dentro da ciência política. Mais precisamente, trata-se do debate a respeito da ausência de objetivos finalistas (estratégicos) como forma de derrota e/ou enfraquecimento do movimento popular e das organizações políticas inseridas nestes setores de classe organizada. Partimos da premissa que uma acumulação de forças só é possível quando existem os recipientes para este acúmulo, ou seja, instituições políticas e sociais que operem nessa lógica e com objetivos finalistas de longo prazo⁹. Entendo que neste campo é perfeitamente aplicável um desenvolvimento dos estudos estratégicos, iniciados ainda no final da graduação (em comunicação social, habilitação jornalismo, UFRJ, 2001), a partir de uma leitura crítica - e oposta - de Golbery do Couto e Silva e Carl von Clausewitz¹⁰.

Cheguei neste objetivo e vontade através das pesquisas e trabalhos de monografia e dissertação de mestrado, onde justamente abordei a análise estratégica a partir do estudo de dois órgãos federais de segurança e inteligência¹¹. Entendi haver alcançado um limite do estudo estratégico do ente estatal, onde não há possibilidade do trabalho implicar nem em proposição, e tampouco em reflexão teórica aprofundada por dentro destas instituições. Por isso resolvi-me por mudar o tema do estudo e apontar um novo público alvo, visando outro foco para o trabalho de análise estratégica.

⁹ Abordamos este tema específico no Capítulo 4.

¹⁰ Veremos com precisão esta análise no Capítulo 7.

¹¹ Trata-se das duas agências federais da atualidade. O primeiro trabalho foi a respeito do *modus operandi* da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e a dissertação de mestrado foi sobre as disputas internas do Departamento de Polícia Federal, também conhecido como Polícia Federal (através da sigla oficiosa, PF). Ambos os trabalhos constam na Bibliografia.

Uma leitura da bibliografia e também através da observação da trajetória individual de autores mostra que a mudança de público alvo, de objeto de estudo, de destino da pesquisa e da explicitação da posição de partida, são fenômenos recorrentes dentro do universo das ciências sociais em geral e da ciência política em particular. O que há de contra-hegemônico é o posicionamento e não a função. Porque a construção desta teoria prevê uma postura, um ponto de partida e de mirada do “cientista social”. Entendo que estas posições sempre existem, a diferença é que opto por explicitá-la¹². O faço não por preciosismo ou para marcar uma distinção para com o campo, mas por identificar esta necessidade de rigor para abordar o tema.

O que faço é teoria que parte da reflexão e da posição não diletante. Portanto, quem faz este tipo de trabalho se coloca como analista estratégico¹³; formulador e participante, criando hipóteses e operacionalizando-as no real. Desde o princípio operando e analisando para um dos lados (vários) do(s) conflito(s) de classes e projetos de pátria, povo, terra e sociedade.

De um ponto de vista estritamente acadêmico, reconheço que o termo analista estratégico tem a correlação com analista simbólico, afinando-me com a definição de livro de Brunner e Sunkel (1993, p.11-14).

Segundo estes pesquisadores chilenos, três marcas caracterizam o analista simbólico. São elas:

- identificam, solucionam ou arbitram problemas mediante a manipulação de símbolos, para este trabalho empregam instrumentos analíticos aguçados pela experiência (grifo meu);

- habitualmente seus rendimentos não estão ligados às horas que emprega no trabalho, mas sim nos resultados de seus produtos de análise, com ênfase na qualidade, originalidade, oportunidade e inteligência dos mesmos;

- no campo profissional, suas carreiras não são lineares ou necessariamente hierarquizadas, mas sim é dependente de suas redes de relações, capacidade de trabalho, formas de interação e trabalho em equipe.

¹² Adentro neste debate na primeira parte do Capítulo 2

¹³ Ver Silva (Golbery do Couto e) *apud* Lima Rocha (2003, capítulo 1).

Este perfil se contextualiza com a alocação de verbas para demandas que passam pelos saberes das ciências humanas e sociais, e da ciência política em específico, mas não necessariamente passam por mais recursos para as universidades públicas. A demanda crescente é de pessoal especializado e polifuncional¹⁴ com capacidade para solucionar problemas reais e concretos, em geral, no menor espaço de tempo possível. Temas como desenvolvimento organizacional, planejamento estratégico, desenho de sistemas, formação e reorientação de recursos humanos, marketing e publicidade, sub-contratação de funções públicas, avaliação de conhecimentos e áreas correlatas; estão dentre as áreas para as quais se pode prestar algum tipo de consultoria e/ou projetos de assessoria de médio e longo prazo.

Também exerce o analista simbólico, ou o estratégico, o necessário domínio das teorias dominantes e com maior peso gravitacional em cada um dos campos onde este atua. Reconheço esta função e busco na tese uma exposição tanto deste domínio, como da capacidade de utilizar parcelas de teorias adjacentes. Estas entram como complemento de áreas de estudo que a Teoria da Interdependência Estrutural das Esferas, aplicada na análise do papel da Organização Política no processo de construção do processo de Radicalização Democrática (ou seja, esta tese), deve dialogar e problematizar.

Voltando à caracterização do analista simbólico, reconheço esta correlação com a do analista estratégico, admito toda esta funcionalidade e a partir dela me posiciono em condições e funções dentro das sociedades de classes existentes na América Latina. Conforme já disse antes, a frieza da análise também implica o posicionamento prévio, o que irá definir se uma predição está antecipadamente correta ou não. É a forma de racionalização usada por Golbery do Couto e Silva (1981a, 1981b) para o planejamento estratégico, através de uma máxima. Eis a assertiva:

“O objetivo subordina o método, conforme as condicionalidades.”

¹⁴ É muito interessante observar como o mesmo conceito de polifuncionalidade era aplicado por organizações políticas com intenções de ruptura, conforme abordamos nos Capítulos 4 e 7. Na definição de “quadros médios” que é empregada na tese, o conceito de indivíduo polifuncional é empregado.

O que vemos hoje como norma hegemônica e muitas vezes não dita, é a premissa oculta, de um único e pretensão objetivo que se universaliza pela própria prepotência do chamado “pensamento único¹⁵”. Digo que esta premissa não é total e menos ainda absoluta. Início usando o exemplo do analista simbólico como muito próximo do analista estratégico porque entendo ser este o ofício e a função de tornar tangível a imensa massa de conhecimento científico e acadêmico de modo a poder incidir na realidade. Portanto, cabe ao analista ir além da premissa oculta e das regras aparentes e formais.

Para operar na política, o formulador de análise e incidências deve reconhecer a amplitude do leque de variações possibilidade de cada conjuntura, de cada momento. E, também tem de reconhecer a estratégia tal como é natureza desta área de estudo. Ou seja, como a ciência do conflito; uma disputa de interesses irreconciliáveis; a interação competitiva por agentes contrários; com o fator risco permanente; sendo que qualquer análise realista deve tomar as condicionalidades como dadas de antemão.

Neste sentido, quando o cientista político¹⁶ ou profissional de áreas afins trabalha apenas dentro das condições hegemônicas, como num simulacro de desenvolvimento de um saber de tipo “único” ou para quem este prestar “consultoria”, será nesta situação onde o chamado analista simbólico pode ser considerado também como um prestador de serviços. Ou seja, um profissional especializado embora muito versátil, com alto grau de informação estratégica (dotado de fontes de *inside information*¹⁷) e com capacidade de trabalho em equipe.

¹⁵ No Capítulo 5 nos dedicamos de forma lateral a abordar a crítica ao pensamento único e a premissa oculta. Expomos três clássicos do neoinstitucionalismo e vemos como a premissa destes autores não está nada oculta. O ocultamento destas sob um suposto jogo de tabuleiro de soma zero poliárquica é fruto da hegemonia do pensamento neoliberal e neoinstitucional clássico do pós-guerra sobre a deformação do campo da ciência política. Já no Capítulo 6 fazemos um debate e polemizamos com as concepções de Estado e democracia constrangidos pelo peso gravitacional das teorias econômicas, particularmente o neoliberalismo, operando como pólo de força por sobre a política e a ideologia declaradas. O problema da premissa oculta é permanente nestas abordagens.

¹⁶ Registro também a existência e o uso do termo politológico, empregado em língua castelhana e francesa para designar o cientista político.

¹⁷ Para um conceito apropriado de *inside information*, ver PALAST, Greg. *A melhor democracia que o dinheiro pode comprar*. São Paulo, Francis, 2004. O termo ganha uma boa definição no Capítulo 6: Pat Robertson, General Pinochet, Pepsi-Cola e Anticristo: Reportagens especiais investigativas. Uma visão complementar e crítica pode ser encontrada na cobertura de Greg Palast da reunião do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.gregpalast.com/imf-and-world-bank-meet-in-washington-greg-palast-reports-for-bbc-televisions-newsnight/> (documento consultado em 02 abril de 2007). Uma visão da atuação do tipo de prática de *inside information* no capitalismo informacional e financeiro pode ser encontrado no depoimento de Greg Palast para o

Este analista, o simbólico, difere um pouco dos analistas de informação das agências de inteligência e organizações militares. O analista simbólico teria um papel intermediário entre um analista de informações, um formador de recursos humanos (treinamento, formação e reconversão) e de um estrategista clássico. Estas três características citadas acima, portanto, avaliamos como sendo parte do perfil do trabalho do analista simbólico.

No Brasil a função não é novidade e temos vários *cases*¹⁸ de sucesso. Consideramos importante explicitar a função do analista simbólico porque o entendemos como uma possibilidade – não excludente – da tipificação de um profissional altamente qualificado, e que pode vir a trabalhar para distintos mercados, tanto de lógica empresarial como de lógica política específica. Entendo que esta polifuncionalidade aproxima a figura do analista simbólico ao papel de um dos analistas por mim mais utilizado em distintas atividades profissionais e de ofício (tais como textos, artigos, dissertação de mestrado, cursos e livro publicado).

Este outro analista utilizado ao longo da tese é o general riograndino¹⁹ Golbery do Couto e Silva²⁰. Ele, consagrado estrategista das Forças Armadas (FFAA) brasileiras, é utilizado não porque concorde com o destino e atividade-fim de suas análises e incidências, mas por outra virtude. Entendo que este gaúcho, militar de carreira, aplicou e operacionalizou em um sistema lógico e materializável, conceitos a princípio estanques e abstratos.

Golbery do Couto e Silva (1981a, 1981b) tinha a capacidade de execução, além da predição, fator esse que considero essencial. Muito de seus conceitos já foram superados, mas ainda no panorama do pensamento estratégico continuam válidos e

jornalista Alex Jones, a respeito dos documentos secretos do Banco Mundial sobre a Argentina. O mesmo se encontra em: <http://www.gregpalast.com/world-bank-secret-documents-consumes-argentinaalex-jones-interviews-reporter-greg-palast/> (arquivo consultado em 02 de abril de 2007).

¹⁸ Os colegas de comunicação com habilitação em publicidade me perdoem a ironia, mas a linguagem carrega o conceito e o tipo de trabalho empregado. Para uma boa definição de *case* ver: FALCÃO, Eduardo; GRANDI, Rodolfo; MARINS, Alexandre (orgs.). *Voto é marketing, o resto é política. Estratégias Eleitorais Competitivas*. São Paulo, Loyola, 1992.

¹⁹ Em geral costuma-se confundir o termo. Riograndino é o cidadão natural da cidade do Rio Grande, litoral sul do Rio Grande do Sul, porto mais meridional do Brasil. Golbery é natural deste município que fora a primeira capital lusa da então Capitania de São Pedro.

²⁰ Ver Capítulo 7.

funcionando nas organizações que o executam. Vou além. Se e caso o general fosse mais lido ao invés de comentado, princípios básicos da política e da estratégia não seriam tão ignorados. Afirmo que a simples noção de Programa Máximo e Programa Mínimo, ou Objetivo Estratégico e Meta Tática para a Etapa estão quase perdidos no uso corrente.

Um exemplo do abandono conceitual da idéia de processo está na constatação de que o conceito de meta (*target*) hoje quase inexistente em seu sentido estratégico. Em Silva (1981a, p.266) encontramos uma citação de Golbery para um texto de Arthur Lewis (Princípios de Planejamento Econômico), diferenciando a meta da atividade planejadora e do balanço inicial da equação de possibilidades, recursos disponíveis, prazos planificáveis e a estimativa de interação dos agentes contrários. “A meta é, de fato, aquilo que nos propomos de realizar como resultado da ação que pensamos realmente empreender”. Mais à frente, a definição de “condicionalidades” se dá ao definir as estimativas. “É muito importante estimá-la (a meta) sem quaisquer ilusões quanto ao que é de fato possível fazer”. Dou este exemplo para demonstrar a possibilidade de que o corpo conceitual de uma tese como esta tem de expor um processo político além das noções generalizantes e não substantivas dos conceitos empregados.

O mesmo se dá na crítica de Silva (1981 a, p. 89) ao pensamento elaborado de forma “simplista” ou “reducionista”. Segundo Golbery, e tomando como aporte um conceito de Mannheim, “o pensamento planejado, que está na base de toda a doutrina, implica no abandono definitivo do conceito simplista da causalidade linear e no reconhecimento da interação concomitante como o complexo e indissolúvel que dá organicidade de fato às estruturas dinâmicas em perpétua evolução.” Entendo que a opção por negar qualquer matriz de pensamento de causalidade linear é essencial para a capacidade de predição. Em função do abandono das ambições estratégicas de agentes sociais e também pela redução analítica dentro dos parâmetros poliárquicos, vivemos na ciência política hegemônica hoje uma perda de capacidades e habilidades.

Esta perda atinge a termos equivalentes a ser alfabetizado em análise. O que dirá de noções básicas complementares como: acumulação de forças; caracterização de etapa; mera descrição do cenário complexo; identificação de agentes centrais e secundários com seus respectivos interesses estratégicos e táticos; coerções aplicáveis;

manobra de envergadura, dentre outras. Entendo que Golbery fez de sua erudição terreno fértil para a incidência sobre a sociedade. Não discuto aqui o caráter normativo desta, mas reconheço o seu mérito como analista estratégico e considero suas obras como fundamentais tanto para o pensamento político brasileiro (com ênfase na modernização conservadora e no desenvolvimento da sociedade de controle) como para esta tese. Estamos e estou em posições opostas de origem, assim como também estou perante boa parte dos *advisors* ou *consultants* (consultores) operando no Planalto Central. Mas, considero que ambos nos oferecem boas tipificações de analistas estratégicos compatíveis como aquilo que podem ser considerados analistas simbólicos.

Afirmada a diferença, esta tese de doutorado em ciência política também tem como objetivo apresentar parâmetros mínimos que possam iniciar um diálogo entre o conhecimento acadêmico e sua incidência na sociedade realmente existente, nutrida esta incidência de intencionalidade, propósito estratégico, frieza analítica e o rigor necessário para operar no Jogo Real da Política (incluindo normas legais e reais, formais e informais). Neste aspecto me refiro diretamente à busca por uma ciência política produzida e vinculada à América Latina. Uma disciplina aberta pautada em estudos das relações, instituições e seus valores que processam e administram poder, como parte consistente das ciências humanas e sociais, incidente dentro de sua complexidade e dotada, por tanto, da contundência da análise estratégica²¹.

O conceito de Jogo Real da Política é aqui por mim definido como “um conjunto de regras e instituições formais e informais, legais e ilegalizadas, com discursos explícitos e implícitos e margens de manobra que ultrapassam o constrangimento”. Este conceito tem sua semelhança com a definição de Clausewitz (p. 127) quando este afirma que “a guerra assemelha-se mais ainda à política[...] a política é a matriz na qual a guerra se desenvolve”. Por consequência este conceito de Jogo Real e a definição de guerra como tendo origem na política – e por tanto como a guerra sendo uma variável da política e desta da guerra – necessita uma teoria que não confunda o sentimento empregado de crença em objetivos finalistas e na estratégia que assegura a esta finalidade com o conhecimento científico do jogo em si.

²¹ Por compreendermos que este conceito, o de análise estratégica, é central para o decorrer do trabalho, dedicamos a esta área de estudo a integralidade do Capítulo 7.

Temos por diante a dificuldade própria da definição da natureza daquilo que estamos chamando de política, especificamente de Jogo Real, dado que a “realidade” não é algo absoluto, mas sim o conjunto de existências constituídas, sendo ou não perceptíveis. Clausewitz (p. 108) nos aponta esta dificuldade e assinala uma saída: “Para reconhecer com clareza a dificuldade que representa a elaboração de uma teoria da guerra, para poder deduzir de tal dificuldade o caráter que a teoria deve ter, tem de se considerar mais de perto as dificuldades essenciais inerentes à natureza da atividade bélica”.

O Jogo Real da Política, pela ausência de pré-definição de regras absolutas, necessita de uma teoria que da complexidade e das interações entre agentes opostos e aliados, extraia a organicidade dinâmica que só existe em um cenário real. Para tanto, a capacitação teórica do operador político se parece com a de um homem ou mulher em posição de comando em um cenário de guerra. Vou ao encontro e concordo com a crítica de Golbery ao pensamento simplista e de causalidade linear. Nenhum formulismo permite a decisão acurada e nenhum treinamento indireto possibilitará uma carga de habilidades acima da ambientação. Clausewitz (p. 114) nos dá um exemplo desta capacitação teórica, pondo-se em acordo com aqueles que vêem a importância do conhecimento como algo tangível e de aplicação estratégica e não o confundem com algo que, embora importante, não é científico. Ou seja, Clausewitz faz a crítica da formulação do conhecimento como representação.

A teoria existe para que as pessoas não precisem estar permanentemente pondo as coisas em ordem e traçando caminhos, mas para que se encontrem as coisas ordenadas e esclarecidas. Ela é destinada a educar o espírito do futuro chefe de guerra, digamos, antes, a orientar a sua auto-educação e não a acompanhá-lo no campo de batalha, assim como um pedagogo prudente orienta e facilita o desenvolvimento espiritual do jovem sem que, no entanto, o traga amarrado a si durante toda a sua vida

Aquilo que não é científico pertence ao universo dos sistemas de crenças, que no entender deste trabalho, é inerente à condição humana e interdependente com os saberes científicos. Os sistemas de crenças tomam como matéria prima o elemento ideológico, que no caso da natureza da guerra (análoga a política) é assim caracterizado por

Clausewitz (p. 109), como o fruto da experiência acumulada em um meio hostil e adverso, com o risco real: “[...] o combate engendra um elemento de perigo em que todas as atividades da guerra têm de se manter e evoluir, como um pássaro no ar ou um peixe na água [...] a coragem não é um esforço de inteligência, é um sentimento assim como o temor.”

1.4. A matriz estruturalista, os primeiros passos na definição do que é ciência e o enfoque realista

Conforme vimos na Apresentação, esta aproximação da análise estratégica com um posicionamento analítico a favor da Radicalização Democrática e fundamentado na identidade e na importância do componente ideológico, tem uma similitude com o corpo conceitual do “estruturalismo” que chegara à América Latina a partir da segunda metade da década de 1960 do século XX. Veremos neste tópico a relevância desta matriz de pensamento científico para a construção desta tese.

Desta aproximação com o “estruturalismo” decorrem posições e postulados filosóficos e epistemológicos. O primeiro deles diz respeito justamente à concepção do surgimento, de como aparece uma ciência humana. Vou ao encontro de Foucault quando este afirma que: “Não oferece dúvidas que cada uma das ciências humanas se tenha feito por ocasião de um problema, de um obstáculo de ordem teórica ou prática²²” (Foucault in Coelho, 1968, p.46). Portanto, vemos o surgir de uma ciência, de uma disciplina, se uma subdisciplina, subcampo ou novo campo de saberes como um problema a ser resolvido e um desafio a ser transposto. No caso desta tese, o desafio é a solução teórica para uma possibilidade de realização do Poder Popular como uma nova forma de institucionalidade constituída.

Sabemos que o caráter de “novidade” deste tipo de abordagem, ou mesmo de redescoberta, sofrerá as mais variadas críticas. Nada que não passe pelo debate acadêmico de bom nível, e também pelas idiosincrasias do campo. Vemos o fenômeno novo, ou “ressuscitado”, como algo positivo em todas as circunstâncias.

²² Trata-se da coletânea portuguesa organizada por Eduardo Prado Coelho em Lisboa, agosto de 1967. Na Introdução, de sua autoria, Coelho trás o interessante subtítulo: “Introdução a um pensamento cruel: estruturas, estruturalidade e estruturalismos.” Este livro trás o recorte necessário para a compreensão dos paradigmas que esta geração de pensadores franceses se propõe e todo o rigor necessário para romper com as regras de disciplinas pré-estabelecidas de forma administrativas.

Nas raízes daquilo que estudamos, sendo a própria área de saberes e disciplinas cumulativas conhecidas como “ciências humanas”, surgem como algo distinto e um fenômeno inaugural. Ainda segundo Foucault (idem ao anterior, p.46): “o fato de pela primeira vez desde que existem seres humanos e que vivem em sociedade, o homem isolado ou em grupo, se ter tornado objeto de ciência – isso não pode ser considerado nem tratado como um fenômeno de opinião: é um acontecimento da ordem do saber”.

Esta abordagem de “acontecimento da ordem do saber” implica em reconhecer os quesitos necessários para um estudo de rigor (vamos expor logo em seguida) e ao mesmo tempo refutar premissas de antemão. A forma escolhida de fazê-lo é a declaração inicial do marco de intenções, da vontade de incidência e da necessidade de buscar uma episteme própria para o tema. Não será com premissas ocultas de “maximização de ganhos e diminuição de perdas” e nem tampouco com “exemplificações oriundas da econometria” que iremos debater e propor um encadeamento conceitual para acumulação de poder e democracia substantiva. Nenhuma idéia pré-concebida de jogo de soma zero pode ser distributivista e participativa.

O debate aqui traçado visa o empoderamento dos operadores reais da política, conceituados por nós como agentes sociais. A tese visa aproximar nossa visão a partir das realidades vividas pelas classes mais pobres da sociedade - cuja definição geral, segundo nossa caracterização é de classes oprimidas – e cujos setores de classe com possibilidade de serem organizados conceituamos como sujeitos sociais. Eis a assertiva:

“Agentes (operando no nível de incidência político, político-social ou social) organizam e incidem sobre Sujeitos. Na ausência destes agentes concretos e sem um sujeito realmente existente, não há nada que se organize.”

Ou seja, é necessário ter uma formação social concreta, historicamente constituída, dotada de identidade e sentido coletivo (mesmo que latente) para que possa ser organizada no sentido da acumulação de parcelas de poder próprio. Eis o porquê da tese necessariamente atravessar o debate da cultura política e da composição do tecido social organizado, e para tal, passa pelo conceito de capital social.

Repetimos que, nossa busca é pela formulação de um entramado teórico que seja operacional a partir da posição estratégica das classes oprimidas. Assim, contribuimos para aproximar a academia com o real, ajudando na diminuição do hiato no centro de saber para com a sociedade; indo de encontro do círculo “virtuoso” e auto referenciado pelos próprios pares dentro do campo universitário. Esta tese e o esforço do qual ela é parte visa tornar acessíveis conceitos operacionais, municidores de capacidades para o processo de decisão daqueles que operam a política de dentro das classes oprimidas.

Para aplicar esta proposta, a de um estudo estratégico embasado em uma nova teoria de médio alcance, é necessário um terreno. Entendemos que não se faz política nem tampouco se analisa a política fora do mundo real e concreto. Para isto, são necessários quatro elementos que compõem o terreno: sociedades concretas; um recorte de espaço geográfico; linha de tempo (para inferência) e experiências formuladoras de idéias-guia.

O recorte propriamente dito é onde se aplicam as hipóteses e inferências apontadas ao longo do texto. Isto é, o continente chamado de América Latina e especificamente nas experiências de superação do neoliberalismo e do Consenso de Washington. Este recorte tem como bases de início das experiências – arbitrário por suposto, como todo corte – a duas passagens do cenário político latino-americano dos anos 1990. Uma é o chamado Levante Zapatista ocorrido no estado de Chiapas, sul do México, em 1º de janeiro de 1994 (Ornelas 2004). Outra experiência marcante é a derrubada do presidente equatoriano Abdala Bucaram Ortiz em 5 de fevereiro de 1997, com apenas seis meses de mandato (Torre, 2005).

A relevância da experiência zapatista se dá por uma série de fatores (Parra 2002 e Ornellas 2004). Um deles é a abordagem de controle do território, outro, que pode ser compreendido como causa deste é a ancestralidade das populações originais e sua relação com a terra nativa. Isto ocorre num momento em que o uso dos recursos naturais é visto como commodity e não como patrimônio coletivo não renovável. Interessante também é ressaltar que o uso da força abriu espaço político, levando inclusive a um impasse na política tradicional e contribuindo de forma decisiva para dar cabo do regime Priista, levando a uma renovação conservadora na política profissional

mexicana. Por fim, dos elementos que cabe ressaltar, é o reflexo da não-profissionalização da maioria dos encarregados políticos, havendo um bom índice de rotatividade e de aprendizado comum nas funções de coordenação.

A experiência da rebelião popular que derrubou Abdala Bucaram, em fevereiro de 1997 (com apenas 120 dias de mandato) ganha contornos de relevância por inaugurar um processo que culmina em uma série de *puebladas* (Pachano 2005 e Torre 2005) onde diversas modalidades de luta e participação tiveram presentes. Elementos ideológicos, incluindo os de motivação republicana incidiram com peso, somada ao vazio constitucional e a presença constante da organização social dos povos originais no formato de confederação indígena (Confederação Nacionalidades Indígenas de Equador) como vetor destas lutas. Assim, compreendo que a queda de Bucaram se equipara a uma modalidade inaugural. É quando a fragmentação da multiplicidade de sujeitos sociais representados dá lugar a uma unidade tática (ao menos) gerando uma experiência vitoriosa. Tal feito histórico assegura um grau de confiança das maiorias equatorianas que se mobilizavam contra os efeitos da dolarização da economia e dos efeitos do comportamento político das elites dirigentes associadas à presidência e ao próprio presidente Bucaram. A derrota do presidente Jamil Mahuad em janeiro de 2000 e do coronel Lucio Gutiérrez em abril de 2005, entendo que são a culminação do processo iniciado com a rebelião do verão de 1997.

O fato de haver ressaltado estas duas experiências não é para estudo de caso, mas justo o inverso, é para aproveitar o que há de generalizável e universalizante (para o Continente) destes dois episódios históricos, e que no momento que concluo a redação da tese (dezembro de 2008) mantêm a sua vitalidade. Tomo estas experiências como inauguradoras de um discurso de ação direta popular, democracia direta, espaço público horizontal e decisão coletiva mediante amplo debate.

Estas práticas políticas vão de encontro e em repúdio às medidas de governo, necessariamente decisões fundamentais para os respectivos países, e que não passaram por nenhuma forma de consulta. Entendemos que na América Latina, suas sociedades concretas passaram e seguem sofrendo o acionar de duas idéias aplicadas sobre dois discursos completamente antagônicos. O primeiro é o conjunto dos efeitos da desconstrução do tecido social a partir das “reformas” do neoliberalismo. O segundo

conforma um conjunto arbitrário (por ser de minha escolha) de práticas generalizantes que acumulam para o conceito de Poder Popular como forma de organização dessa mesma sociedade fragmentada.

Uma vez considerado o recorte de terreno (espaço) e período histórico (tempo) desta tese, retorno à matriz estruturalista que deu origem aos estudos que nutriram a origem deste trabalho. Vou ao encontro das raízes da escola estruturalista. Não passo nesse momento por George Canguilhem (1904-1995) – de quem Michel Foucault (1926-1984) foi assistente – mas por um livro que demarca o início da afirmação da idéia de que o inconsciente é irreduzível e opera sobre qualquer formulação de pensamento. Estou me referindo à obra cuja primeira edição original em francês é datada de 1938 e tem a autoria de Gastón Bachelard (1884-1962). Para a tese, o material utilizado é a edição hispano-mexicana de 1972.

Além da linguagem refinada, por vezes aproximando-se da poesia, Bachelard como filósofo e epistemólogo nos oferece um rico manancial de possibilidades de crítica e de conhecimento sobre a formação do pensamento científico. Para a abordagem desta tese, mais relevante do que a afirmação de que o “tema ou a abordagem é ou não científico”, importa mais a aplicação de método de rigor e precisão. O esforço do conhecimento demanda a existência do “espírito científico”, que pelas palavras do próprio Bachelard implica em:

Mostraremos o efeito da memória sobre a razão. Insistiremos sobre o fato de que não pode prevalecer de um espírito científico, enquanto não se está seguro de, a cada momento de sua vida mental, ter de reconstruir todo seu saber. Somente os eixos e bases racionais permitem tal reconstrução. O resto é apenas baixa mnemotecnia. A paciência da erudição não tem nenhuma relação com a paciência científica. (Bachelard, 1972, p. 10).

Faço acordo com esta postura e vou além. Vejo que existe um duplo discurso. Na maior parte das vezes, uma corrente hegemônica de um determinado campo se afirma como científica, mas se nega a rever seus próprios paradigmas. A afirmação de cientificidade se dá sobre uma posição de força e controle dentro de um campo de saber ou subárea. A amplitude de visão na politologia implica por tanto a consideração de

todos os cenários analíticos e a explicitação da premissa. Não existe “espírito científico” possível de florescer quando uma idéia de equilíbrio ótimo prevalece na formulação teórica por em cima das práticas políticas realmente existentes. A formulação de tipo-ideal, ou melhor, de tipos ideais, entendo como modelagem e não como “base científica”.

Por isso vejo como positiva a atitude inversa. Assumir a tipificação de modelos como influência direta da normatividade, portanto é algo intencional. A normatividade que gera modelos serve como força motivadora para a pesquisa, o estudo, a análise e a incidência. Equivale para a epistemologia como a esfera ideológica é para a política. A normatividade é necessariamente uma construção de idéia.

As idéias têm irreduzibilidade e uma existência material tão “concreta” como qualquer matéria de tipo físico. Isto vale para a idéia normativa e a capacidade de abstração para a realização científica. Na ausência de abstração, prevalece qualquer coisa, menos o “espírito científico”. Indo ao encontro de Bachelard: “Em todas as questões, para todos os fenômenos, é necessário passar antes de tudo da imagem para a forma geométrica e logo após, da forma geométrica para a forma abstrata, e recorrer o caminho psicológico normal do pensamento científico.” (Bachelard, 1972, p.10).

Reconheço que é difícil compreender esta base de pensamento e ainda mais difícil nos dias que vivemos, quando a hegemonia em nosso campo opera dentro de uma suposta “racionalidade” pré-concebida e absoluta. Bachelard também afirma que o pensamento abstrato não é sinônimo de “má consciência científica” como o pensamento trivial costuma colocar. Entendo que o conceito se dá de forma abstrata em seu formato original. Por isso a abstração ativa e dinamiza o espírito científico (Bachelard, p.8). É no estado abstrato (posterior e mais avançado aos estados concreto e concreto-abstrato, classificação de estados de pensamento) que o espírito empreende informações voluntariamente subtraídas da intuição do espaço real, voluntariamente desligadas da experiência imediata (hegemônica e aparentemente onipresente) e até polemizando com a realidade básica, sempre impura e sempre disforme (p.11).

É na falsa aparência de “concretude” que o pensamento hegemônico do momento se arvora e atribui “cientificidade”. Vejo a normatividade como necessária e

fundamental para alimentar o “espírito científico”, mas ao mesmo tempo a normatividade não deveria nem substituir um fenômeno realmente existente, ou ainda pior, simplesmente negar que estes fenômenos existam. Na ausência de “pesquisa”, as práticas políticas e sociais existentes na sociedade são vistas como “empíria” quando o que na verdade falta é a abstração e modelagem teórica que possa formatar hipóteses de pesquisa e teorias de médio alcance que dêem sustentação para estas mesmas experiências. Qualquer ilustração fora desse marco torna-se mais normativa que a acusação de normatividade que os inauguradores de experiências e leituras de fenômenos sofrem.

Faço acordo com Bachelard a respeito do tipo de ilustração necessária para exercer o “espírito científico” e vejo estas bases condizentes com o pensamento político e social necessário para solucionar as questões fundamentais para as democracias latino-americanas e o pensamento político e social que deve surgir e se afirmar como fruto da busca pela solução destas questões. Segundo o filósofo a ilustração deve ser normativa e coerente; deve tornar claramente consciente e ativo o prazer da excitação espiritual no descobrimento da verdade; isto porque, tamanha fecundidade tem de resultar em algo, porque uma hipótese científica que não levanta nenhuma contradição se aproxima de ser uma hipótese inútil, da mesma forma que uma experiência que não retifica nenhum erro, que é meramente “verdadeira”, que não provoca debates, para que serve? (p.13)

Por fim, duas conclusões são essenciais para compreender a definição de experiência científica a qual esta tese e seu autor se filiam. A primeira afirma que “uma experiência científica é, portanto, uma experiência que contradiz a experiência comum”, portanto, necessariamente não pode aceitar a hegemonia de pensamento como algo perene, mas simplesmente circunstancial e fruto da correlação de força de momento. A outra vai ao encontro da necessidade de crítica fundamentada, contrapondo um sistema de idéias com outro e contra outro. Deste modo, é impossível para uma ciência humana montar uma teoria com o pressuposto e as bases teóricas e metodológicas incompatíveis com os objetivos de pesquisa, incentivados e motivados pela normatividade prévia. Assim, “a crítica racional da experiência é solidária com a organização teórica da experiência”.

Sigo nas raízes desta Teoria de Médio alcance aportando uma proposta de definição metodológica e trazendo o tema permanente da interdependência, a esfera ideológica. A seqüência da retomada dos pilares da chamada escola estruturalista apresenta agora uma síntese feita por Louis Althusser (1918-1990) a respeito da fecunda leitura da obra de Sigmund Freud (1856-1939) feita por Jacques Lacan (1901-1980). O texto, simplesmente chamado de “Freud e Lacan²³”, foi levado ao público na forma nada convencional de um artigo “jornalístico”, nos números 161 e 162, da revista *Nouvelle Critique* (dezembro de 1964/janeiro de 1965).

Neste texto considerado clássico, Althusser faz uma retomada das bases epistemológicas de Freud, dos esforços de que um pensamento pioneiro tem para se afirmar e do necessário apoio que Lacan exerceu sobre a área de conhecimento chamada de psicanálise. Deste material, nos interessam dois blocos conceituais. O primeiro afirma o inconsciente como único e irreduzível. Isto vai ao encontro da afirmação desta tese, enfatizada no capítulo 3, que afirma ser a esfera ideológica das sociedades humanas é tão estruturante como os conjuntos de relações e produções chamados de economia e política (incluindo nesta última o jurídico e o militar). O segundo bloco de idéias que nos interessam é a própria estrutura de pensamento científico apresentado por Althusser, estrutura esta com a qual concordamos e nos afiliamos.

O filósofo francês descendente de argelinos começa afirmando a própria dificuldade da psicanálise se erguer como conhecimento reconhecido pelos seus pares e difamada por opositores, tanto no campo das idéias como dos controles de “epistemologia administrativa”. Inicia afirmando que:

Que fosse especialmente difícil escapar-lhe, facilmente o compreendemos e em primeiro lugar pela função dessa ideologia²⁴: tendo as idéias “dominantes” representado magnificamente o seu papel de “domínio”, impondo-se mesmo, contra a

²³ Para efeitos de bibliografia, trata-se de, ALTHUSSER, Louis, *Freud e Lacan*. 3º capítulo da 3ª parte (Psicanálise) do livro de COELHO, Eduardo Prado, *Estruturalismo, antologia de textos teóricos*, pp. 229-255. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1968.

²⁴ Observação do autor da tese, Althusser refere-se a “ideologia” como o conjunto de idéias guia dominantes no cenário europeu e francês anterior à 2ª grande guerra e que exerciam um grau de domínio sobre novos conhecimentos, incluindo na correlação a própria ausência do direito de existir. Qualquer semelhança com a colonização da economia de inspiração filosófica neoliberal sobre a política e da própria colonização da abstração em formato de modelos matemáticos resumida à econometria que exerce enorme peso gravitacional sobre as grandes linhas de pensamento econômico não são mera coincidência.

vontade deles, aos próprios espíritos que queriam combatê-las. Mas compreendemos também pela queda do revisionismo psicanalítico que tornou possível esta exploração: a queda na ideologia começou, com efeito, pela queda da psicanálise no biologismo, no psicologismo e no sociologismo. (p.230)

Interpreto que esta chamada “queda na ideologia” é o abrir mão do próprio paradigma, no caso da psicanálise, do paradigma do inconsciente como único e irreduzível, como objeto exclusivo de sua ciência, e o transitar por áreas de saberes então consagrados, ou seja, então dominantes. O mesmo ocorre hoje com as quedas dos objetos perante as áreas dominantes, na derrota da pesquisa das sociedades realmente existentes na América Latina perante uma normatividade oculta (e por vezes nem tão oculta), das premissas falsamente universais (como a da racionalidade objetiva, do individualismo metodológico e do pano de fundo como jogo de soma zero), da não explicitação dos pressupostos (o que obriga o pesquisador e o teórico a se posicionar desde o início do trabalho) e da negação das motivações ideológicas de todo acadêmico, pesquisador, analista ou ilustrado. O problema, no meu modo de ver, não são as premissas e suas decorrências, mas sim as premissas ocultas e o suposto de um pensamento universal que sequer se abre para ser refutado ou falsificável. O conhecimento enquanto representação, aplicado na área da ciência política, em especial, tem essas características.

Retornando a Althusser, o mesmo afirma que, então na metade da década de '60 do século XX, a defesa de Freud e Lacan nos embates travados na França a respeito da psicanálise e, por consequência da esfera ideológica e sua irreduzibilidade, implicava as seguintes exigências:

1º) Não só recusar como sendo uma mistificação grosseira a camada ideológica de sua exploração reacionária²⁵;

2º) Mas também evitar cair nos equívocos, mais sutis, e mantidos pelo prestígio de algumas disciplinas mais ou menos científicas, do revisionismo psicanalítico;

²⁵ Uma analogia perfeitamente aplicável de “mistificação grosseira” é buscar nos estudos do inconsciente as bases adaptativas para o indivíduo de forma acrítica nas sociedades de classe e estruturalmente injusta o mesmo se dá quando debatemos um modelo político com “bases científicas” de funcionamento ótimo e sub-ótimo, ou então em busca de “equilíbrio” como uma vontade universal.

3º) E finalmente dedicarmo-nos a um trabalho sério de crítica histórico-teórica para identificar e definir, dentro dos conceitos que Freud teve de empregar, a verdadeira relação epistemológica (grifo no original) que existe entre estes conceitos e o conteúdo que eles pensaram. (p. 231)

Logo na seqüência Althusser afirma que “sem este triplo trabalho de “crítica ideológica (1º e 2º) e de “elucidação epistemológica” (3º), inaugurado na França por Lacan, a descoberta de Freud ficará, naquilo que tem de específico, fora do nosso alcance. (p.231).”

Entendo serem estas assertivas exatas e válidas para o estudo e a crítica de toda área de saber elaborada com base na estrutura da pesquisa científica. A crítica ideológica é parte constitutiva de todo saber das “ciências humanas e sociais aplicadas“, e a relação epistemológica é a única forma de se descobrir ou não se há ou não descoberta no novo conhecimento ou hipóteses levantadas. No caso de Freud e seu pensamento e estudo estruturado por Lacan, a descoberta revela-se pelo método e rigor, sem abrir mão do objeto, o inconsciente como matéria prima de formação dos conjuntos de representações que formam a “ideologia”; tal e como a matéria prima da política são os conjuntos de relações, instituições, representações e operadores de poderes de fato e latentes.

Althusser segue em seu esforço didático e na defesa do objeto e da ciência em questão, respectivamente, o inconsciente e a psicanálise. Poderíamos fazer analogias com outros objetos únicos e suas respectivas ciências em questão, mas me mantenho fiel ao texto de origem, trazendo que: “compreenderão facilmente que um artigo tão breve²⁶, que pretende abordar um problema de tal importância, se deve limitar ao essencial (grifo meu), se não quiser trair o seu fim: situar o objeto (grifo no original) da psicanálise, para dar dele uma primeira definição, dentro dos conceitos que permitem a localização, preâmbulo indispensável à elucidação deste objeto.”(p.231).

²⁶ E proporcionalmente, uma tese é uma obra breve para dar forma e institucionalização acadêmica a uma Teoria de Médio Alcance, portanto assumo a analogia entre o artigo de Althusser com o esforço desta tese. O mesmo se dá com os debates coletivos anteriores neste e em outros períodos históricos.

Aponto aqui uma primeira analogia com os mesmos fins. O objeto em questão nesta tese é um modelo de análise, com procedência ideológica, proposta de método, com ancestralidade política e acadêmica, com localização no espaço e tempo, através de conceitos-chave e cujas premissas se dão na forma de assertivas. O modelo de análise é a Teoria da Interdependência Estrutural das 3 Esferas (Ideológica-Política-Econômica); o método é a análise estratégica; as ancestralidades acadêmicas são a antiga escola estruturalista, somada a este estudos que se alinha com os demais estudos das democracias substantivas e radicais na América Latina e dentro do campo da ciência política; a ancestralidade política é o especificismo anarquista, praticado no Rio da Prata e atualmente no Cone Sul, debatendo seu instrumento de incidência política, a Organização Federalista; a localização do espaço e tempo é nosso Subcontinente após os embates e a queda do 2º Consenso de Washington; e o mapa conceitual básico se encontra no sub-tópico 1.5 deste primeiro capítulo.

Entendo que a explicitação do método é uma virtude e uma exigência. Ao mesmo tempo vejo que a normatividade serve de inspiração, mas não pode operar como “tapa olhos” buscando adequar às realidades nas teorias. Althusser nos apresenta um quadro resumido e bastante didático, com o qual nos filiamos. Faz um resumo do que é, para ele, Freud, e que apresentamos abaixo: “1) Uma prática (a cura analítica). 2) Uma técnica (método de cura), que dá lugar a uma exposição abstrata, de aspecto teórico. 3) Uma teoria, que está em relação com a prática e com a técnica. Este conjunto orgânico prático (1), técnico (2), teórico (3) recorda-nos as estruturas de todas as disciplinas científicas”.

Seguindo na comparação, apresento: 1) uma prática, implementando a análise estratégica sobre as matrizes histórico-estruturais e tendo como núcleo duro da teoria a interdependência das três esferas; 2) uma técnica, de análise, aplicando distintos métodos, mas partindo de uma análise descritiva sobreposta às práticas do item 1; 3) uma teoria, a interdependência estrutural das três esferas, projetada no médio alcance, a América Latina pós 2º Consenso de Washington. Eis a estrutura a qual fazemos acordo, indo ao encontro de Althusser quando este afirma ser esta comum a todas as disciplinas científicas.

Por fim, trago aqui a análise que Althusser faz da leitura e avanços dos estudos de Freud feitos por Lacan. Julgo muito interessante não apenas pela estrutura de pensamento apresentada como pela compreensão do inconsciente como objeto. Segundo o autor citado:

Lacan reconhece que Freud funda uma ciência nova, pois “descobre”, formaliza a existência de um objeto novo, o inconsciente. Uma ciência, nova ou não, é uma ciência, obedecendo, portanto às estruturas comuns existentes em todas as ciências. Esta possui uma teoria e uma técnica (método) que permitem o conhecimento e a transformação de seu objeto numa prática específica (grifos no original). Como em qualquer ciência autêntica constituída, a prática não é o absoluto da ciência, mas um momento teoricamente subordinado; o momento em que a teoria tornada método (técnica) entra em contato teórico (conhecimento) ou prático (a cura) com o seu objeto próprio (o inconsciente). (p.236)

Entendemos que o vínculo com o objeto próprio, em nosso caso, é umbilicalmente vinculado ao problema que se pretende responder e a forma como se intenta solucionar este problema. Na maior parte das vezes a prática analítica (na comparação com o texto de Althusser, a prática psicanalítica) não encerra em si os segredos da análise estratégica: ela encerra apenas uma parte de sua realidade, aquela que existe na prática. Ela não encerra em si os seus segredos teóricos (p.236). Faço a comparação porque o mesmo ocorre com a análise, muitas vezes, no âmbito acadêmico destrutado como “jornalística²⁷”, por passar por uma sobrecarga de dados descritivos, que são absolutamente necessários. Os segredos teóricos narrados por Althusser se encontram na decomposição dos conceitos empregados, sua historicidade e as marcas indeléveis que cada etapa da formação do pensamento fere no espírito científico do pesquisador. A certeza, quando chega de forma rigorosa, é fruto de inúmeras dúvidas, de difíceis e cruéis formulações de pensamento. Como defendo o conhecimento como aplicação estratégica e substantiva indo muito além do conhecimento como representação, entendo e percebo estas marcas como cicatrizes intelectuais.

²⁷ Reconheço que o tema é polêmico e muito mal abordado. A defesa do jornalismo como fundante do pensamento político o farei em outro momento, logo posterior a apresentação da tese e, na seqüência, sua publicação e formato de livro impresso e digital.

Pelas definições narradas acima e expressas já na primeira página da tese vejo que é necessário ir além dos “clássicos” da ciência política que advogam a democracia minimalista, das grandes linhas de pesquisa com base nas escolas “racionalistas” e dos livros-base escritos em países centrais²⁸. Tenho a intenção restritiva de buscar o que há de mais fundamentado na ciência política (de enfoque aberto), nas ciências humanas²⁹ e sociais, recortando o que vejo como modelos aplicáveis isto dentro da América Latina³⁰, e não tipos-ideais formulados nos países de capitalismo central.

Como elemento básico de toda formulação teórica, apresento aqui a concepção de conceito ao qual expesso adesão³¹. Assumimos a definição que um conceito existe enquanto ferramenta de análise, como parte do instrumental teórico, e necessita ser testado. O conceito do conceito é composto dos seguintes elementos:

Conceito = elementos ideológicos

formas, técnicas e tecnologias de analisar a realidade

experiências históricas (matriz histórico-estrutural)

interesses estratégicos

Das várias categorias que a tese discute, me concentro e sigo na busca de quatro categorias-chave³² para modelar uma acumulação de forças de radicalização democrática na América Latina contemporânea. As duas primeiras se referem ao

²⁸ Isto se aplica mesmo para eixos centrais do trabalho, cuja produção é muito mais desenvolvida fora da América Latina, tal como a linha da cultura política e dos estudos de capital social. É por isso que nestas subáreas abordo autor (es) do Continente, como Baquero, cujas pesquisas problematizam justamente os problemas que nossas sociedades se obrigam a solucionar. Veremos algumas críticas já na primeira parte do Capítulo 2. Já o resgate da escola estruturalista conecta com a tese através dos grupos de estudos dos anos '60 e '70 na Argentina e Uruguai.

²⁹ Vejo as ciências humanas como uma grande área afim de pesquisa e estudo, sendo cada vez mais importantes o cruzamento de disciplinas. Um exemplo prático desta posição é no subcampo da ‘economia política da comunicação, da informação e da cultura’; espaço acadêmico cujo maior peso gravitacional é o da União Latina desta área de estudo (ver: Ulepicc, capítulo Brasil: www.ulepicc.org.br)

³⁰ Esta é uma opção política, mas antes de nada, uma opção teórica. Entendo ser a CLACSO (www.clacso.org) um centro de excelência que, nas produções e centros afiliados a este Conselho, dá mostras e provas que existe esta possibilidade.

³¹ Esta concepção do conceito é derivada do documento “A importância da Teoria”, da equipe de formação política da Federación Anarquista Uruguaya (FAU), datado de 1970, e coordenado pelo secretário de formação política desta organização, o professor de História, Raul Cariboni. Veremos este documento no Capítulo 2. Para consulta: CARIBONI, Raul. *A importância da teoria (huerta grande)*. Documento encontrado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.estrategiaeanalise.com.br/teoria.php?seltitulo=80701dc83b3474f76f5d16db2f5843f6> (arquivo consultado em 02 de fevereiro de 2008).

³² Sobre as quais nos debruçaremos nos Capítulos 3, 4 e 5.

ambiente/cenário/teatro de operações. As duas seguintes são expressões sociais concretas, portanto, sofrem as condicionalidades e operam dentro e sobre os dois primeiros conceitos:

Tecido Social

Fragmentação

Poder Popular

Organização Política Finalista

Portanto, para construir a tese e aplicar as projeções destas categorias narradas acima com a interdependência estrutural, incorporo também os pressupostos do chamado realismo científico como forma de abordagem. Dentro da literatura gerada nos países de capitalismo central, na qual evitamos utilizar em larga escala como referência³³, uma obra de referência para este enfoque e método epistemológico é a de Ruth Lane (1997). O termo realismo científico é uma recente compreensão da filosofia da ciência, quando se enfatiza os modelos explicativos aplicados em processos reais (Lane, viiii). Sua adaptação para a ciência política vem com uma aplicação ampliada de modelos explicativos, rompendo tanto com as fidelidades acadêmicas pré-estabelecidas como com as lealdades de defesa de subáreas e tipos de ênfase³⁴. O argumento da autora, com o qual concordo, afirma existir um tipo de teoria concreta (analítica e incidente), reconhecida de fato, que estuda as interações políticas entre pessoas reais e desenvolve explicações para os eventos e fenômenos que acontecem e como estes se dão.

Um exemplo usado por Lane (p.116-117) nos parece ser uma boa tipificação daquilo que estamos fazendo. Segundo a autora, o método característico de modelo político funciona melhor quando da realização de análises duras. Assim, a decomposição de sistemas em partes, a exposição da lógica de interação entre atores com diferentes objetivos e recursos, a projeção de cenários partindo desses dados concretos e não tipos-ideais de como supostamente estes mesmos atores reais

³³ Exceto a chamada escola e tradição estruturalista, conforme as razões já explicitadas.

³⁴ Apenas fruto de observações pessoais, ousou afirmar que a “disputa” entre culturalistas e institucionalistas travada hoje na ciência política brasileira se inclui no que chamo de lealdade e rivalidade entre sub-áreas. Apesar de me inclinar para os processos reais, e por tanto do enfoque de cultura política, entendo que não se realiza a política real fora de algum enquadramento institucionalizado, seja este legal ou não, estatal ou privado, com objetivos econômicos, religiosos, militares ou políticos.

“deveriam” agir, resultam, majoritariamente, em maiores acertos do que nos esquemas de conhecimento enquanto forma de representação. Isto porque, em geral, a análise se debruça sobre interações políticas de grande complexidade (p.131-132), onde a racionalidade abstrata dos ganhos de recursos materiais é subordinada de fato a uma grande variedade de características cognitivas. Assim, darão e agregarão valores distintos, segundo cada ator/agente, tendo como eixo a própria normatização de seus grupos de origem.

Tomamos o enfoque “realista” como paradigma identitário (reconhecemos que chegamos a ser até “ultra-realistas”), ao aplicar-se na tese, porque buscamos a análise sobre as interações estratégicas entre distintos agentes compartilhando um ou mais cenários reais sobrepostos. Isto toma o significado e a necessidade de construir algo testável e falsificável no diálogo com a realidade e de matriz e fundamentos latino-americanos (marcos). A intenção e a vontade para construir esta teoria é proporcionar aos agentes sociais que organizam e/ou incidem nos setores de classe mais desfavorecida, um instrumental teórico³⁵ utilizável e uma explicação totalizante que subsidie as ações parciais inevitáveis.

1.5. A estrutura de classes e a categoria de dominação

Se há uma característica que pode ser criticada na ciência política hegemônica é o fato de que esta corrente abandonou a dimensão social da democracia. Ao mesmo tempo, entendemos que a dimensão social não substitui e nem condiciona necessariamente um regime político ou uma modelagem de partilha de poder. Ainda assim, na ausência da sociedade, qualquer análise se torna excessivamente normativa, impossibilitando inclusive a adaptação realista de um modelo poliárquico ou democrático. Considerando que o trabalho se localiza dentro do campo normativo da radicalização democrática e da defesa dos interesses coletivos, compreendemos que existem conflitos – latentes e declarados – nas sociedades de classes latino-americanas. Visto que compreendemos que a categoria exploração não pode ser absoluta, precisamos de uma categoria de análise que englobe a exploração e abarque outras formas de domínio (López 2001) dentro da estrutura de classes. Por isso apontamos a categoria de dominação.

³⁵ Sem nenhum tipo de trocadilho, poderíamos chamar a este instrumental de “ferramentaria de análise”.

Ao apontar este conceito de dominação como ferramenta de análise para as maiorias da América Latina, passamos a compreender o papel da exploração, do imperialismo e a coordenação entre os campos de saber e atuação. Estes fatores permitem e proporcionam a dominação ser predominante em relação à resistência (dos dominados) e a sabotagem do modo de produção (por aqueles que têm sua força de trabalho explorada).

A dominação, segundo Errandonea (1986) começa sendo definida a partir da idéia de legitimidade. Entendemos que deve haver vontade de obediência, uma norma que permita aos dominados obedecer e aos dominantes exercer sua autoridade partindo de algo legítimo. Por vezes esta legitimidade não tem base jurídica formal, mas é uma norma social prévia mesma do direito.

Compreendo que a dominação não se dá necessariamente através do convencimento, mas pode ser também através da coerção, ou da combinação das mesmas. A "naturalização" da existência entre dominantes e dominados, concederia legitimidade para esta situação de fato. Se a prática ao longo do tempo se torna ideologia e ganha legitimidade, 500 anos é um período largo o bastante para "naturalizar" as formas de dominação na América Latina.

A dominação se realiza sob forma de relação, sempre bilateral, onde há um mínimo de vontade (costume, hábito incorporado, naturalizado) entre as partes e os setores. Numa relação normativa, constituindo uma probabilidade composta pelas mútuas expectativas de: mandar e obedecer; explorar e ser explorado; dominar e ser dominado; excluir e se enxergar à margem; reprimir e sentir o peso da repressão; deter a hegemonia e enfrentar as formas de resistência.

Todas estas variáveis (e muitas outras) se materializam e conformam em conteúdos possíveis de fazer parte dos mandatos de dominação. É como se mesmo a mais cruel e sádica forma de dominar o homem sobre o homem tenha limites de eficácia, dentro das expectativas causadas pelas normas (impostas ou subliminares) desta mesma dominação.

A legitimidade é o requisito imprescindível para gerar o consenso necessário para a continuidade e para institucionalizar as formas várias de dominação. O consentimento que gera o consenso (Chomsky, apud Mitchell & Schoeffel 2002, p. 359), o consentimento sobre uma base de idéias permitidas pelos opressores, é a base necessária para a estabilidade das normas de dominação.

A quebra dos mecanismos de consenso possibilitaria a resistência e a ruptura dos dominados, sejam estes, mecanismos de idéias, pura força bruta, ou a mais comum, a combinação complexa entre ambas as formas de dominação. O consenso dominante é a base da autoridade opressora, o fundamento que se faz notar em distintos níveis, a todos os setores de uma sociedade cuja força criadora e produtiva é dominada por uma minoria hegemônica.

Errandonea (1986, p. 94 e 95) cita, de forma exemplar e genérica, a tipos de sistemas de dominação³⁶ mais encontrados no capitalismo. Seriam estes:

1) Exploração - esta forma prevalece nas sociedades com economia de mercado e tem um papel de determinante quase exclusivo no capitalismo do tipo gerado na Europa a partir do século XIX. Não se deve omitir a existência de outras formas de dominação econômica, menos freqüentes é verdade.

2) Coação física - é seguramente o mais antigo da história, e está presente como última medida de qualquer sistema de dominação de fato. Sua maior limitação consiste em que seu uso efetivo é muito desgastante. Os aparelhos policiais-repressivos e as organizações militares modernas é a manifestação atual desta forma de dominação.

3) Política-burocrática - é a capacidade de acionar as decisões que afetam a toda uma sociedade, é geralmente constituída pelo conjunto de mecanismos que conformam os organismos de governo e o sistema político-legal, somados com a instrumentalização que implica o aparelho de Estado como um todo, assim se caracterizaria o tipo de dominação político-burocrático.

³⁶ Igual a anterior, págs. 94 e 95

A forma mais generalizada de dominação na atual etapa do capitalismo é a estrutura de classes. Esta forma se manifesta quando a probabilidade estável (o consenso através do consentimento) de obter obediência contínua se institucionaliza e opera sobre rotinas produtivas. Estas rotinas se baseiam na exploração da força e potencial de trabalho das maiorias pelas minorias proprietárias dos meios.

Não nos referimos somente aos meios de produção, mas também os de violência (coação física, polícia, militares, inteligência, para-militares, etc.) distribuição, circulação de bens (materiais e simbólicos) e capacidades decisórias (organismos internacionais e estatais, instrumentos de normatização da vida social, como o aparelho judiciário, dentre outros). Assim se dá a relação de dominação. Esta instituição contínua de dominação atua e se constitui sobre a maioria dominada as classes sociais. O sistema onde estas ocorrem configura uma estrutura de classes.

É fundamental compreender que o conceito de classe é relativo à existência de outras classes. A estrutura de classes sociais se manifesta sobre a distribuição daquilo que é desigual nesta mesma sociedade. Esta desigualdade não se manifesta somente na distribuição dos bens, mercadorias e recursos materiais. Óbvio que a desigualdade de distribuição material tanto é quantitativa (montante, total bruto) como qualitativa (total líquido, valor agregado e simbólico) de meios, bens, mercadorias e divisas de várias formas.

Mas, a estrutura de classes se manifesta de forma mais ampla, sobre tudo o que se distribui desigualmente: podemos citar o acesso diferenciado ou exposição aos meios de comunicação; no exercer do poder político; na barganha e correlação de forças na defesa dos interesses; nas aspirações de prestígio e papel na sociedade; na representação histórica das classes oprimidas no capitalismo; na coação física; no funcionamento e "isenção" do judiciário e na "correção" dos desvios da sociedade; na significação religiosa e suas normas de comportamento e conduta e em todas as formas de disputa de poder e relações na sociedade de classes.

Embora não seja o eixo central deste capítulo, é fundamental ao menos expor que a dominação de classe é algo que se manifesta de forma global. Simultaneamente ao modo de produção, desenvolveu-se um modo de dominância capitalista sobre o mundo,

talvez nunca antes tão desenvolvido como na atual etapa do sistema. Não é função deste trabalho abordar o tema da globalização, embora se reconheça a importância do tema, em especial para a compreensão do assim chamado de pensamento único neoliberal . Isto seria a hegemonia a partir de uma base de idéias estipuladas como fonte de argumento e raciocínio. Esta forma de pensamento e ação social derivada é legitimada através da mídia capitalista e demais instituições que elaboram discursos válidos que fundamentam a forma de dominação contemporânea.

Entendo que na atualidade existe uma estrutura contemporânea, onde se dá uma composição de setores sociais, sujeitos sociais e frações de classe que conformam, de maneira posicional, as chamadas classes oprimidas, classes auxiliares e a classe dominante (nesta incluída as frações de elite dirigente). Para uma definição mínima desta hipótese de trabalho, buscamos algo que exista e funcione. Assim, consideramos que são algumas classes (contando com vários setores de classe e dentro destes diversos sujeitos sociais) que sofrem um conjunto de dominações. É critério de análise, portanto, não apenas o salário, mas onde se situa o sujeito social no sistema capitalista, ou seja, sua função social.

Propomos inicialmente 3 fatores econômicos de análise para definir as Classes Dominantes (que é composta da Classe Burguesa + Elites Dirigentes: Elite Política, Elite Militar e Elite Tecno-Jurídica):

- Acúmulo de capital
- Acúmulo de propriedade
- Exploração do Trabalho

Além dos fatores econômicos (Classe Burguesa), a dominação também conta com frações de classe que conformam elites dirigentes. A soma destes exemplos são: Tecocratas de 1º. Escalão, elites políticas e militares de alta patente (estes são a elite militar). Ao menos na América Latina podemos afirmar que este conjunto conforma uma Elite Nacional. Um exemplo generalizável da elite nacional brasileira: oligarquias, grandes capitalistas brasileiros, elites políticas fisiológicas, tecnocratas, novas elites convertidas vindas da oposição, altas patentes militares e a fração de confiança do capital financeiro e multinacional operando no Brasil.

Uma polêmica que necessita de maior definição é a idéia de uma classe ou de um conjunto de classes oprimidas. Daí o debate a respeito do emprego do conceito Oprimidos ou Classes Oprimidas? Usamos Classes Oprimidas para fazer o recorte que define com quais oprimidos haveria o interesse estratégico de trabalhar. Várias são as Classes Oprimidas, e não uma única classe que sofre opressão. As Classes Oprimidas são compostas por mais de um sujeito social. Quem são estes sujeitos sociais? Minimamente, ao menos em termos de salário, emprego, renda e função, definimos que as Classes Oprimidas são compostas dos setores de Classe Excluída + os setores de Classe Trabalhadora. Assim, os sujeitos sociais das Classes Oprimidas são:

- Trabalhador Assalariado
- Trabalhador Informal
- Trabalhador Precarizado
- Excluídos (que no critério econômico são os desempregados, ou subempregados, chagueadores).

Assim, ainda propomos três critérios para pensar a condição de classe a partir do próprio sujeito social:

- Identidade de Classe e sentido de pertencimento
- Possibilidades (de saídas coletivas ou de mobilidade social)
- Necessidades materiais (urgentes e de consumo)
- Demandas políticas (que podem vir a se tornar um projeto coletivo)

A soma destes 4 fatores acima, mais a origem e a posição social, influenciam diretamente na formação da consciência de classe.

Portanto, não caímos no risco de confundir as Classes Oprimidas apenas com aqueles/aquelas que estão sob situação seja de exploração econômica, seja de miséria e exclusão. Mas sim um conjunto de sujeitos sociais, setores de classe, incluindo desde os mais pobres até aqueles que ainda estão no mundo do trabalho e do emprego. Todos estes conformam as Classes Oprimidas.

A condição de Opressão implica a soma destas 4 formas de domínio:

- Exploração econômica

- Dominação física (repressiva-jurídico-militar)
- Exclusão da sociedade capitalista, de seus serviços e direitos
- Alienação política + Dominação Política (administrativa-burocrática), desde a forma de ausência do direito de se organizar, até a existência deste direito e a impossibilidade concreta disto acontecer.

No conceito empregado neste trabalho, é a existência conjunta destas 4 formas que geram as Classes Oprimidas.

1.6. Um mapa analítico do terreno onde esta tese tem a intenção de ser universalizável

Para operacionalizar as formulações, o instrumental teórico se apresenta na seqüência, na forma de mapa analítico, apresentando elementos que são generalizáveis na América Latina.

- A sociedade capitalista é dividida em classes (Rossell e Poveda 2005). A sociedade de capitalismo periférico e semi-periférico que se encontra nos países da América Latina também se divide em classes (Boron 2006a). A dimensão ideológica transcende a divisão de classes, mas é fundamental para este tipo de embate, visto que classe implica em antagonismo (López, pp.51-52, 2001).

- Entre estas sociedades, existe um grau de unidade e identidade. Como todo conceito, signo, símbolo ou referência, a unidade e identidade estão em disputa, e tem distintas significações. A tese assume por tanto que existe a disputa do conceito e existe América Latina (Coronil 2000).

- As sociedades de classes dos países da América Latina são desiguais entre si, mas tem alguns eixos e bases semelhantes (Porzecanski 2005). Não importando o grau de desenvolvimento econômico, é alto o grau de informalidade e o desemprego é estrutural (Ortiz, Cabello, López Herrera 2007). Não importando o grau de desenvolvimento político, é alto o grau de insatisfação com a democracia representativa (Di Filippo 2006). As desigualdades extremas entre classes sociais é algo padrão nestas sociedades, havendo também camadas inteiras da população que são ou desprovidas, ou pouco assistidas, em seus direitos básicos (Moneta 2007).

- Existem lugares de não-Justiça e territórios onde, por diversas razões – desde insurgência armada até paramilitarismo (Castillo 2006) – o Estado é visto com

desconfiança, não presta assistência aos seus cidadãos (Rocca 2006) e muitas vezes, o ente estatal atua como força de ocupação (Mayre, Andrew e Maria 2002).

- A configuração da atual sociedade de classes é fragmentada e fragmentadora. Existe assim uma lógica estruturante da fragmentação social, agindo sobre as mais diversas camadas e setores de classe (Veiga 2004). A fragmentação não é um fenômeno isolado nem localizado, é transversal a toda a sociedade (Nugent 2003).

- A maioria das populações da América Latina se encontra nas classes mais baixas. Deste modo, os distintos setores de classe têm dificuldade em se verem de forma unitária (Ahumada, 2002), suas demandas têm um custo político, organizacional e comunicacional maior que em etapas anteriores do capitalismo (Chacarera 33, 2006). Na bipolaridade e no período das fronteiras ideológicas, o custo repressivo era maior (Piuzzi 2002), mas em compensação, as sociedades de classes sendo menos complexas permitiam o aumento do poder de barganha e conquista das classes subalternas (No hay derecho 2007).

- A ausência de maior unidade nas classes mais baixas facilita a dominação de fato embora dificulte a institucionalização da democracia representativa (Rojas Bolaños 2005). O inverso se dá, quando há maior unidade nas classes mais baixas, e há interesse estratégico, a democracia representativa pode ser ou não reforçada por esta unidade (Regalado Alvarez 2004).

- Esta atual configuração de classes fragmentadas implica formas também atuais na luta de classes, que segue existindo, mas de forma mais complexa do que no período da bipolaridade e da industrialização (Ospina Peralta 2003).

- Esta luta de classes atual na América Latina se vê permeada por temas identitários, de formação nacional e étnica, de territorialização (Quijano 2000); também de disputa por concepção de democracia, com distintos graus de violência (Figuroa e Tischler 2002), com disputa de projeto nacional e outras formas de luta associadas à luta econômica (Seoane, Taddei e Algranati, 2006). Esta tese parte do pressuposto da não-determinância de uma esfera sobre outra (Unda 2006) e da complexificação da interação estratégica.

- Neste contexto, os operadores da política institucional têm interesse em desorganizar as instituições do tecido social das classes baixas, aumentando sua fragmentação e subordinando-o a política institucional (Amat, Brieger, Ghiotto, Llanos e Percovich, 2002). A ciência política hegemônica termina por fazer a fundamentação teórica desta desorganização de cima para baixo (Roitman Rosenmann 2008), na

medida em que estes centros de saberes ignoram o fazer político além da democracia representativa e até certo ponto institucionalizada (Boron 2006b).

- Assim, recursos políticos como o clientelismo, somado com a criminalização da pobreza (Jelin 2003), ao conflito entre pobres (Pucciarelli 2002) e a disseminação da economia ilegal (capitaneada pelo tráfico de drogas de baixo custo, Salvia 2004), fragmenta ainda mais o tecido social (Gutiérrez 2003) - em especial o das regiões conurbadas e metropolitanas (Angarita Cañas 2004) - baixando seu estoque de capital social e reforça um comportamento político baseado em cultura individualista, paroquial e de curtíssimo prazo (Tunnermann Berheim 2005).

- A ação da mídia corporativa, comercial e de massa, reforça e acentua este comportamento político narrado acima (Guareschi e Bizz 2005 pp. 61-65). Pelos pressupostos desta tese, a esfera ideológica é considerada como estratégica para qualquer tipo de alteração social profunda, o trabalho comunicacional deixa de ser subordinado a um determinado projeto específico e utilitário e se torna a pré-condição de disputa de hegemonia. Não há como incidir de forma profunda em nenhum setor social sem a elaboração, difusão e troca simbólica a partir de um discurso-síntese. Tal discurso só pode existir no cotidiano das maiorias desorganizadas através da ação comunicacional (Vizer, 1999 pp.265-268).

- A recomposição deste tecido social, realizada a partir de objetivos comuns e inimigos comuns (Perez 2002), pode reforçar ou recriar formas atuais de luta de classes (El sindicalismo, la izquierda y el movimiento anti-globalización en América 2005). A interdependência das esferas econômica, política e ideológica aponta para uma análise onde os distintos temas confluem para uma possível nova acumulação de forças (FAU-FAG 2008): as questões que em tese estariam separadas na análise e no discurso praticado hoje se veriam confluindo a partir da possibilidade de um discurso-síntese e de uma meta palpável no longo prazo.

- A recriação destas formas de luta de classes pode implicar em situações limite tanto para o sistema político como para a concepção de democracia representativa (Núñez del Prado 2006) . Esta tese, dentro do rigor necessário, se vê também como instrumental de incidência para a radicalização democrática, visando o aumento de participação das maiorias (Farah H. 2006) dando formas reais para que os setores de classes oprimidas tomem parte nas decisões fundamentais das sociedades concretas onde vivem (FAU-FAG 2008).

2. CONDIÇÕES INICIAIS PARA FORMAR UMA TEORIA PARA INCIDÊNCIA E CONFLITO NA AMÉRICA LATINA: IDENTIDADE – POSICIONAMENTO POLÍTICO – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICOS

Neste capítulo formula-se o enunciado que respalda a tese deste trabalho. Conforme já vimos no capítulo 1, o autor desta tese e que oficia estas palavras crê e pratica sua produção fiando-se em alguns elementos. Dentre outros, me baseio na capacidade de análise, soma das virtudes da inferência, dedução e indução, na necessidade da busca incessante pela precisão e na precisão do analista de modo a tomar uma decisão convicta. Entende por tanto que a tomada de posição é uma necessidade para a formulação de pensamento e produtos tangíveis das ciências sociais.

Tomada de Posição é conceituada como = lugar de fala + posicionamento político + pressupostos teórico-metodológicos + reconhecimento de identidade coletiva

Retorno a este enunciado ao final do Capítulo 2, fundamentando-o com o pensamento que considero clássico e expresso por Celso Furtado (2003). Este Capítulo parte de um pressuposto de questionamento, profundo e franco que, entendo eu, deveria ser realizado por qualquer pesquisador. O rigor necessário é acompanhado da ousadia também mandatária para realizar tal obra. Isto porque é a própria construção das ciências sociais na América Latina, e o lugar de fala do(s) autor(es), produtor(es) de conhecimento como representação ou como bem tangível e estratégico, o tema deste parte da tese.

O ponto de vista analítico inclui ao papel e posicionamento (político; teórico-epistemológico e identitário) do formulador de teoria e análise como central, tanto no

processo como no produto final deste trabalho intelectual. Para esta tese, o lugar de fala é fundamental para compreender os enunciados e seus objetivos e pressupostos. Nesta segunda parte do Capítulo retornamos ao momento em que o campo das ciências sociais estava por se institucionalizar – período do pós-guerra, das fronteiras ideológicas, da bipolaridade – e ancorava-se o conhecimento produzido no universo acadêmico no “estado da arte” na América Latina, aos desafios de democratização, desenvolvimento autônomo e a necessária ciência de cunho autóctone para estas mesmas realizações.

Algumas dúvidas surgiram ao longo dos estudos para este Capítulo, sendo elas:

- 1) Estavam as elites conformadoras das ciências sociais no continente, alargando seu papel e penetração política dentro do próprio Estado, através de suas formulações enquanto simultaneamente ocupam postos-chave no país?
- 2) Estiveram estas mesmas elites portando-se mais como reprodutoras de pensamento das ciências sociais - e de forma mais ampla das chamadas ciências humanas - gerado nos países centrais, incorporando bases e matrizes teóricas cujas demandas e precedentes são típicas de outras sociedades bem diferente das latino-americanas?
- 3) Por fim, veriam a estas elites, dentro de parâmetros dos países centrais, as convulsões sociais e as relações reais de tensão entre classes (em sentido mais amplo) como uma "anomalia", dotando-se esta intelectualidade de capacidade prescritiva visando a "solução" de determinados problemas?

Na parte conclusiva da segunda parte do Capítulo, sustenta-se com base na obra de Celso Furtado uma idéia-chave. É o posicionamento de uma elite somado às premissas teóricas os dois fatores de influência de modo decisório a existência ou não de teorias e projetos de execução de políticas públicas, macro-econômicas e de desenvolvimento.

2.1. A raiz do conflito e da origem da produção intelectual latino-americana. Uma visão do período da bipolaridade

A partir da problematização abordada na Introdução deste Capítulo, se estrutura a base de argumentação e o resgate histórico-estrutural. Antes de entrarmos neste último, entretanto, é necessário abordar os nexos entre o texto que segue e o problema de pesquisa da tese. Entendo que a proposta de construção de modelo teórico de possibilidade de organização política finalista tem relação direta com a posição, o lugar de fala, os parâmetros do produtor de conhecimento.

Em função desta confluência de posicionamento inicial e a inter-subjetividade do trabalhador intelectual em uma área paradigática é que se dá a crítica da existência e o desenvolvimento de ciências sociais subordinadas aos países centrais e com matrizes teórico-epistemológicas daí derivadas. Para este tema, as obras citadas, respectivamente são as de Guerreiro Ramos (1957) e Otávio Ianni (1971), as quais nos fornecem a análise do desenvolvimento e da identidade da ciência social brasileira (incluindo os cientistas sociais), observando nestes autores suas reflexões e apontamentos do tema. Os textos e conceitos debatidos também nos dão a entender o quanto foram combatidos, em seu momento, pela “hegemonia” do campo no período.

O segundo tema, que reconhecemos ser um pouco mais difuso, trata do apontamento e busca de soluções nacionais (o ser nacional, a realidade nacional, as problemáticas nacionais), a partir do saber das ciências humanas e sociais, para os problemas de fundo dos países latino-americanos. Este tema nos interessa, sobretudo, pela noção de ancestralidade que nele consta e a própria definição de América Latina que a afirmação destas “nacionalidades” trás internalizadas.

Para tanto se examina o desenvolvimento das ciências sociais no México e da obra de Sílvia Sigal (2002), a respeito do papel dos intelectuais e o poder na Argentina. O debate argentino é centrado na década de 1960 e tem como pano de fundo as crises e possibilidades ao final da ditadura militar iniciada com o general Juan Carlos Onganía

(1966), finaliza com o também general Alejandro Lanusse (1973) e conclui este período com a vitória eleitoral do peronista Héctor Cámpora. Finalizando, apontamos uma possível linha contínua entre ambos os blocos de temas, tomando por base nossa própria referência teórica e assertivas de Celso Furtado que expomos a seguir.

Embora aborde um período contemporâneo, da globalização e quase unilateralidade mundial, nos pareceu de maior precisão, assumir para nossa crítica a procura de uma nova episteme elaborada por Boaventura de Souza Santos (2002). Sua contemporaneidade não invalida a crítica regressa ao momento histórico amplo que abordamos, quase que inteiramente centrado no pós 2ª guerra e da bipolaridade do século XX.

A primeira crítica que incorporamos diz respeito à suposta generalização universal da ciência dita moderna. Segundo o autor português, este universalismo é posicional, trata-se da capacidade do ocidente central de taxar e classificar como “local, particular e contextual a todas as formas de conhecimento que com ela rivalizam” (Santos, 2002, p.14). Seguindo este raciocínio, é o poder de taxar, de dar o nome, de localizar, de gerar uma convenção a respeito de X conhecimento ou Y tema, que equivale para os meios científico-acadêmicos a mesma relação de centro-periferia que se vê em outras áreas. Seria, segundo Santos (p.15), “a capacidade de um conhecimento tornar o outro em matéria-prima ou recurso para sua realização, o que faz de um científico e moderno, e o outro particular e local”.

Reconhecendo como verdadeira a afirmação de Santos (p.16), são os cientistas sociais, de formas mais ou menos relutantes, herdeiros e portadores dos paradigmas científicos hegemônicos. Fica uma dúvida: a ciência social que abordamos neste trabalho, é ela mesma reprodutora deste paradigma, geradora de uma contra-hegemonia ou teria as condições potenciais de gerar uma nova hegemonia? Embora Santos tenha formulado estas questões no tempo presente, entendemos que elas valem para o período delimitado nesta tese.

É justo por esta validade que se nota um *continuum* na relação centro-periferia, ou centro – semiperiferia – periferia, como caracteriza Boaventura. É a continuidade de

relação de dependência e subordinação intelectual de um “campo globalizado” o alvo da crítica do sociólogo português e com a qual concordamos. Compreendo que esta mesma subordinação torna impraticável a montagem de teorias tangíveis com metas transformacionais das realidades existentes e vividas. Dá-se por lógico que romper com a subordinação é a condicionalidade para a normatização destas mesmas teorias.

Retornando ao raciocínio e exposição de Santos, a dicotomia entre Centro-Periferia, 1º e 3º Mundo, se verifica também no interior das ciências humanas e sociais. Observamos especificamente nos estudos analisados nesta seção, que no período da institucionalização do campo das ciências sociais vivia-se um momento cujos temas do desenvolvimento, da independência-interdependência, das possibilidades de autodeterminação nacional dos países latino-americanos eram centrais para boa parte dos cientistas sociais. Havia distintas formas, aproximações, abordagens teórico-epistemológicas, motivações de ordem ontológicas, de tipo ideológico-doutrinário, mas as problemáticas pautadas visavam à solução destas questões. O marco, o paradigma era este, de forma difusa, mas nitidamente pautado (Ramos 1957 p.81).

Já na contemporaneidade da globalização, e em especial nas balizas históricas onde esta tese se situa, o conflito no interior do campo se dá, segundo, Boaventura de Souza Santos, na dicotomia entre ciência-mercenária (e/ou consultoria-mercenária, dentro do paradigma hegemônico e centralizado por esta hegemonia) X ciência-ação (p.18). Fazemos uma analogia entre um rigorismo científico com supostas intenções neutras e cujas matrizes epistemológicas vinham de países centrais e a busca por uma episteme e metodologia aplicável e capaz de apontar solução para as grandes questões nacionais, como é o caso da obra de Ramos (1957).

Segundo a classificação contemporânea de Santos, haveria uma divisão entre centro - semi-periferia - periferia, substituindo a classificação do período bi-polar, entre 1o, 2o e 3o mundos. Vamos reconhecer, desde nosso ponto de vista, a existência de países latino-americanos com bom nível de desenvolvimento industrial e científico, posicionando-se nesta escala, de cima para baixo, Brasil, México e num período recente Argentina. Feito

este comentário, citamos ao cubano Roberto Retamar (apud Santos, p.20) quando este afirma: “Não há ninguém que conheça melhor a literatura dos países centrais do que o leitor da periferia”. O autor português faz uma analogia com os cientistas sociais da semi-periferia, afirmando serem estes os melhores conhecedores das bases teórico-epistemológicas e daquilo que é produzido nos países centrais.

Ao reconhecer esta afirmação acima como verdadeira, então se conclui que o esforço das ciências sociais (se não de toda, de boa parte dela) no período do Estado-desenvolvimentista, como a de contribuir com uma episteme própria e problematizando as realidades vividas, não se fez concretizar. Parece lógica a analogia entre dependência econômica, crise de soberania e desenvolvimento científico autônomo, estando as ciências humanas e sociais incluídas. Um fator lógico como, quem financia impõe parcial ou totalmente o tema estudado, é uma afirmação mais que satisfatória e suficiente. Como afirma Santos; a correlação entre dependência e “ciência moderna é fator de muito epistemicídio a favor do poder imperial” (p.14). Uma vez que nossa realidade e trabalho abordam justamente uma área de saber científico em países da semi-periferia e periferia do ocidente chamada América Latina, esta tese por sua própria natureza se posiciona junto da crítica de Santos e contra a idéia e ação de “epistemicídio”.

Com base nas observações, este Capítulo se centra sobre os temas apresentados pelos autores estudados. Reconhecemos que os temas emergentes daquele momento histórico, ao menos para os cientistas sociais examinados, são os relacionados com a modernização institucional, desenvolvimento industrial, criação de um universo científico próprio e soberania nacional. É a partir das afirmações de Santos que se formula críticas ao alcance que estas idéias e intenções políticas tiveram no momento de sua realização. E ainda sob este ponto de vista, faz-se a crítica da conformação de uma elite intelectual e suas preocupações mais prementes.

2.2. Um pensamento social brasileiro e latino-americano

Tomando por base a obra clássica de Guerreiro Ramos, *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* (1957), constata-se nesta uma série de críticas, comentários, muitas vezes em forma de recorte taxado de “ensaístico” ou na forma “jornalística” de “artigo de batalha”. Ramos escreve a obra polemizando contra seus críticos e opositores, tecendo alianças, afirmando pressupostos para compor uma área de simpatia, um conjunto de temas, que relativizados com o tempo e período histórico de sua produção, bastariam por si mesmos para toda intencionalidade deste Capítulo. Entendo que isto se dá quando uma obra é clássica, tendo seu marco de produção na base histórico-estrutural de seu momento, transcende a si mesma (a obra) e autor, na problematização a que se propõe e na continuidade em momentos históricos posteriores. Nesta obra de Ramos (1957), ressaltamos, de forma descontínua e de acordo com nosso interesse, a temática que nos parece mais contundente e temos de aprofundar.

O fundamento complementar é a obra de Octavio Ianni (1971), *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*, que em nossa opinião é tão ampla e contundente quanto à primeira. Considero que uma das diferenças entre as obras é a motivação da crítica e a afirmação da ciência social válida para apontar os problemas identificados, por respectivos autores, como os de maior envergadura. Na sua abertura, Ianni aponta duas grandes correntes sociológicas no continente latino-americano. Uma corrente que ele classifica como sendo posta “fora-da-lei”, justo por ser a que melhor contribuiria “para o conhecimento das condições de existência social das diferentes classes sociais na América Latina” (p.1).

A sua produção, a da corrente dita “fora da lei”, aponta para reconhecer e interpretar o modo de acomodação, tensão e negação recíproca entre as classes. No que diz respeito a estrutura, aponta as dimensões de apropriação econômica e dominação política, nos distintos Estados e regiões do continente (p.2). Também se expressa um elogio metodológico, pois Ianni afirma ser esta corrente positivamente crítica tanto na produção - a interpretação dos problemas sociais - como nos métodos de pesquisa empregados (p.2).

O contraponto de Ianni é bastante contundente. Afirma ser a corrente hegemônica uma produtora de conhecimento sobre os problemas sociais propostos pelas classes dominantes. Entendemos que o emprego da categoria de classe dominante e não setores de elite econômica e/ou política é empregada constantemente, objetivando ao menos uma análise também estrutural do binômio dominação política e apropriação econômica. Retornando a crítica, a finalidade desta corrente hegemônica, segundo Ianni, é colaborar com o *status quo*, e assegurar a manutenção das condições sociais vigentes.

Observa por fim, que o pressuposto “científico” desta corrente é que a sociedade seja normalmente estável, sendo as crises e convulsões vistas como uma “anomalia” (p.2). Assim, para a ciência social vinculada à classe dominante, o tensionamento e negação recíproca de atores coletivos que mobilizam e polarizam as classes, em especial os setores das classes despossuídas, seria uma “doença daquela sociedade”. Nas duas primeiras páginas de seu livro, aponta serem estas duas correntes as que geram a contradição principal, sobre a qual irá discorrer ao longo de sua obra.

Já Guerreiro Ramos (1957) parte do pressuposto que não se produz conhecimento sociológico sem uma compreensão objetiva da sociedade nacional³⁷. Esta compreensão é fruto de um processo histórico, gerador de uma objetividade distinta daquela visada nas ciências ditas duras (da natureza e físicas), e onde se interpenetram objeto e observador³⁸. A objetividade nas ciências humanas tem natureza múltipla, e sempre se afirma em função da perspectiva da produção dos autores, considerando o leque e complexidade desta abrangência (p.1). É desta condição que deriva o pensamento das ciências sociais produzidas.

³⁷ Posso fazer a analogia desta afirmação com algo seguidas vezes repetido por mim em público, em debates e artigos de mais diversos tipos. A pretensão universalizante de pressupostos de tipo “equilíbrio ótimo ou sub-ótimo” não resistem, no caso latino-americano, a nem sequer uma simples narrativa descritiva das sociedades concretas de nosso Continente.

³⁸ Esta interpenetração de objeto e observador, ao contrário da pretensa e falsa afirmativa de neutralidade, e fundamental para a objetividade em si do rigor analítico e da frieza prescritiva segundo as condicionalidades e intencionalidades do observador-cientista. Este conceito de por si fundamenta todo o Capítulo e serve como referência para a minha afirmação de que o Posicionamento do Trabalhador Intelectual das ciências sociais = lugar de fala + dimensão ontológica + arsenal/ferramentaria teórica-epistemológica + referencial identitário.

Ramos afirma que a ciência social então praticada no país é fruto de uma indução de processos e de tendências na sociedade brasileira. A(s) disciplina(s), ainda carente das pressões reais que possibilitem o fato da tomada de consciência das condições dadas para a própria produção sociológica, torna-se incapaz de efetivar uma interpretação objetiva de nossa sociedade (p.18). A razão disto, segundo Ramos, é a lógica da situação colonial, a qual historicamente o país vem alterando apenas em grau, mas sem nunca alterar a natureza mesma da condição de colônia.

A este respeito cabe assinalar o estabelecimento de um diálogo deste autor também em termos de semi-colônia, ou semi-periferia, país periférico dotado de desenvolvimento e autonomias relativas comparado às condições de sua região, como afirma Santos. Esta condição colonial é um complexo de situações e relações, somadas à exploração econômica, a dependência, a assimilação, a aculturação e a associação intersubjetiva com o colonizador.

Guerreiro Ramos aponta a necessidade da intenção do cientista social – e em nosso caso, do cientista político em específico - em romper com sua dúbia condição, para somente assim produzir um conhecimento voltado para sua sociedade, a partir de sua própria realidade (grifo meu). Na América Latina, segundo o autor, o conhecimento produzido pelos cientistas sociais passa muito mais por informar aos nativos da produção “científica” produzida na metrópole – isto considerando a condição de colônia do Brasil, segundo o próprio Ramos - do que gerar o conhecimento para e a partir da própria terra³⁹ (p.19).

Esta condição deriva para uma dupla dominação, sutil e complexa, onde o trabalhador intelectual não se identifica e não se posiciona na condição do colonizado. O acesso ao idioma do colonizador (o bilingüismo), gerando o culto pelo falar bem, falar bonito; a

³⁹ É impressionante a vitalidade destas afirmações e a contundências destas críticas no interior de um campo desenvolvido e consolidado. Estamos escrevendo esta tese meio século após a obra de Ramos e a essência do debate e da superação a ser atingida permanece a mesma. Isto se nota ainda mais aprofundada no campo da ciência política e nas sub-disciplinas relacionadas às proposições de funcionamento poliárquicos e de democracia ritualística.

duplicidade psicológica de colonizador-colonizado; de colonizado aceito e com trânsito na metrópole⁴⁰ não permitiria, em definitivo, a este intelectual se posicionar a partir de uma identificação com a condição objetiva e dotada de mecanismo complexa que ele mesmo sofre a de dominação colonizadora (p.18).

Cabe observar a extrema vitalidade destas duas afirmações, tomando como parâmetro os pressupostos da crítica feita por e que afirmei estar em concordância Citando a Guerreiro Ramos, posso fazer a primeira premissa. A de que na constituição das elites produtoras das ciências sociais latino-americanas em geral e brasileiras em específico, hegemonicamente variou o grau de colonização, mas não a natureza de colônia e de produtores de conhecimento a partir de uma condição de duplicidade.

*Mas a formação do sociólogo brasileiro ou latino-americano consiste, via de regra, num adestramento para o conformismo, para a disponibilidade da inteligência em face das teorias. Ele aprende a receber prontas as soluções, e quando se defronta com um problema de seu ambiente, tenta resolvê-lo confrontando textos, apelando para as receitas que se abeberou nos compêndios. Adestrado para pensar nos pensamentos feitos, torna-se freqüentemente, quanto aos sentimentos e à volição, um répétiteur (**repetidor**), isto é, sente por sentimentos feitos, quer por vontades feitas, como diria Péguy. (Ramos p. 79)*

A segunda premissa também está na obra de Ramos, e se dá sobre uma base de intenção. É a carga de intencionalidade o primeiro passo “objetivo” para alterar a condição também objetiva do posicionamento e da identificação do cientista social com o seu objeto de análise (sua própria sociedade). A terceira premissa passa por Ianni. Se o trabalhador intelectual - ou o intelectual membro de uma elite produtora das ciências sociais e humanas - parte de uma base que a sociedade está em equilíbrio e suas condições vigentes são dadas; se este mesmo intelectual observa aos problemas sociais (preferíamos afirmar questões sociais) a partir de uma perspectiva das classes dominantes e frações de classe dirigente,

⁴⁰ Entendo que isto ocorre também por estar este trabalhador intelectual dotado de *habitus* incorporado do campo hegemônico e das premissas que vêm da metrópole.

toda e qualquer convulsão e tensionamento será vista como anômala, e seu receituário será a cura para esta anomalia (Ianni, p. 32 e p. 172)

Os métodos de trabalho, as premissas e pressupostos partirão deste mesmo propósito, o de corrigir uma anomalia. Assim os trabalhos científicos deste intelectual criticado por Ramos terá a intenção de acomodar as tensões de acordo com a perspectiva de equilíbrio. Este trabalhador especializado – o intelectual formulador e executor de teorias - já está hegemonicamente posicionado a partir das classes dominantes, alçado à categoria de técnico científico do *status quo*, especialista em prescrever esta acomodação.

Estruturalmente, no período do Estado-desenvolvimentista e da bipolaridade, ambos os autores afirmam haver a relação contínua de situação colonial do Brasil, e da estrutura complexa de dominação política, apropriação econômica e subordinação ideológica. Como parte das elites locais, ou sendo mais preciso, na constituição de sua própria elite intelectual com funções neste Estado semi-colonizado, os intelectuais das ciências sociais e humanas teriam uma posição no mínimo dúbia - ao menos enquanto produtores de saber e conhecimento sobre sua própria sociedade - e só romperiam com esta duplicidade se exercessem a intenção de romper com a própria condição de existência dúbia e duplo pertencimento (a de ser elite colonial e culturalmente pertencendo à metrópole). Toda a produção, metodologia e escolha de temas derivariam desta condição e destas tensões. Para Ramos, o conflito se dá entre colônia X nação. Já para Ianni, o conflito central é entre a capacidade crítica X hegemonia dominante.

A continuidade da crítica de Ramos se debruça sobre o fenômeno do cientista social brasileiro produzindo a partir do referencial da metrópole. O autor tipifica, para a época de sua obra, os seguintes fenômenos:

- simetria conceitual e sincretismo a partir do referencial dos países centrais; dogmatismo na aceitação de argumentos de autoridade (desde o centro emitido e por eles reproduzido) e/ou na reprodução de textos de autores consagrados;

- dedutivismo, fruto do dogmatismo, tomando os pressupostos estrangeiros como ponto de partida explicativo para os fenômenos locais-nacionais, assim a contingência histórica⁴¹ fica abstraída, substituída por categorias absolutizadas e geradas fora desta mesma contingência;

- alienação vinda do fato dos estudos aqui produzidos não serem fruto de intencionalidade, de fortalecer ou promover a autodeterminação do país dependente;⁴²

- inautenticidade como resultante das categorias listadas anteriormente, uma vez que o cientista social brasileiro – isto é, o intelectual tipificado nesta crítica - não é produtor das categorias que utiliza, e pouco maneja (grifo meu)⁴³ estas mesmas categorias e processos empregados (Ramos, 1957, pp.19-23).

Tal listagem tipifica e aponta com vigor, o fenômeno da dupla condição. Esta é a de colonizado com mentalidade gerada e voltada para a metrópole, que segundo Ramos, se encontra na maioria dos produtores posicionados na hegemonia do campo de estudos sociológicos daquele momento histórico. Redundante seria afirmar, segundo Ramos, que recebeu críticas de vários lados, encaixando a taxonomia do perfil por ele narrado em muitos de seus colegas. Para Ramos, indo além das polêmicas entre seus pares, somente as condições de intento de progresso, intencionalidade de busca de autodeterminação (mesmo que restritas ao plano econômico) nacional, é que gerariam as condições de possibilidade para emergir uma “sociologia em mangas de camisa”.

⁴¹ Ao negar a matriz histórico-estrutural, o intelectual colonizado parte da idéia de normatização oriunda dos países centrais. Nega sua própria trajetória, pois não se enxerga nela, mas como um elemento de fora.

⁴² Esta contradição o autor coloca como essencial e prioritária, mais uma vez, com a modéstia devida e o reconhecimento de seu pioneirismo, me filio a esta crítica, a afirmo como válida e atual.

⁴³ No Capítulo 1 apliquei a referência a esta familiaridade com categorias estranhas às aplicáveis nas áreas de experimentos do cientista, seguindo a crítica de Bachelard (1972) quando este diz que: “Insistiremos sobre o fato de que não pode prevalecer de um espírito científico, enquanto não se está seguro de, a cada momento de sua vida mental, ter de reconstruir todo seu saber. Somente os eixos e bases racionais permitem tal reconstrução. O resto é apenas baixa mnemotecnica. A paciência da erudição não tem nenhuma relação com a paciência científica.”

Muitas das críticas relacionadas a Guerreiro Ramos a localizam no “hiper estruturalismo”. Entendo que esta afirmação é absurda, porque taxar esta premissa de “hiper estruturalista” é negar a evidência de que Ramos ressalta permanentemente que seja o papel da perspectiva e da intencionalidade⁴⁴, como essencial na produção científica nas “humanas e sociais”. Esta premissa tem fundamentos de romper com a estrutura da natureza das relações de dependência, a variação de grau na natureza colonial permanente em nosso país. Uma vez que este autor não ressalta a perspectiva de classe como contradição prioritária, é então a intencionalidade de autodeterminação nacional o fator que precede, para ele, a possibilidade de uma produção sociológica brasileira e com autenticidade⁴⁵.

Segundo Ianni, a divisão de correntes da ciência social latino-americana, já no plano teórico-científico, passa pela intencionalidade do agente social e do ator individual (ambos grifos meus). No caso, Ianni se refere ao produtor científico brasileiro ou de algum outro país da região. O que posteriormente, com olhos de hoje, poderíamos constatar como a formação de uma elite de cientistas sociais, com passado ensaísta e alçado à condição de científica pela incorporação de métodos e premissas de países centrais.

Esta elite se viu surgindo e se desenvolvendo dividida, de acordo com os óbices estratégicos emergenciais naquele momento histórico. Estas contradições em vários países (o nosso, em parte, inclusive), entre uma oposição direta de uma parte desta “elite intelectual” não operando como classe auxiliar para com os mandatários de regime de força, não se associando de forma auxiliadora da fração de classe dirigente associada à potência hegemônica da época e aliadas às classes dominantes operando no país. No caso brasileiro, esta concertação de classe e elites tendo tomado à frente do Estado-nacional brasileiro a partir de 1º de abril de 1964 com o Golpe Militar.

⁴⁴ No campo da prática política, a intencionalidade tem analogia com a vontade política e a perspectiva analítica é análoga do sentido de pertencimento.

⁴⁵ Esta tese admite a perspectiva nacional e do subcontinente latino-americano e a posiciona ao lado de uma perspectiva da estrutura de classes, a partir da categoria de dominação como central para câmbios profundos em nossas sociedades.

Ianni discorre com precisão a respeito da institucionalização definitiva da ciência social em nosso continente. Começa pela periodização convencionada, cujas distinções entre fases pré-científica, de institucionalização e propriamente científica são como um artifício descritivo, que muitas vezes reduziriam o pensamento criador da ciência (Ianni, 1971, p.18). Se o autor afirma que o ato da descoberta é um ato de imaginação criadora (p.20), questiono seriamente como este ato pode ser exercido e desenvolvido, se os argumentos de autoridade classificam como ensaísticos, especulativos, pré ou para-científicos e de filosofia social (p.19) a modelos desvalorizados? E como podem jovens na profissão (ao menos jovens na época), desenvolver uma inteligência criadora se aquilo que os baliza metodologicamente os impede de exercer responsabilmente a imaginação sociológica?

Reiteramos a dúvida, de como se faz possível romper com a dependência científica se as regras de “ciência”, o poder de taxar de local-parcial-ensaístico e/ou especulativo provém (e na época provinham e ao padrão segue) de categorias, modelos, métodos e premissas alienígenas da realidade latino-americana? Caso ocorresse a intencionalidade do produtor de gerar algo tangível para incidir a parte de nossa realidade e não sobre a realidade, mesmo que dotado destes modelos e métodos, a contradição entre vontade e instrumental de realização seria (e segue sendo) gritante.

Seguindo além, na última fase de tornar este saber científico definitivamente, entra o tema do cientista social como técnico. Este é o trabalho que em última análise, irá validar ou invalidar uma configuração social (p.20). Posteriormente, é este técnico, funcionário com responsabilidades em projetos governamentais, privados, político-partidários, acadêmicos e contemporaneamente no terceiro setor; a implantar determinadas medidas e gerenciar sua execução. Enfim, a sociedade não abrindo mão do instrumental de análise político e sociológico, o qualifica como técnico-científico, o profissionaliza, ressaltando assim a preocupação com o aumento das tensões e antagonismos complexos dos países latino-americanos.

Entramos em um problema de relação-integração entre sujeito e objeto, e também de produtor de conhecimento e destino da produção. Isto nos remete diretamente à categoria de ciência-consultoria empregada por Santos (2002, p.20). Compreendemos portanto que o tipo de produção derivada da integração sujeito-objeto varia tanto conforme o tipo de estudo e o tipo de agente que o encomenda - e também o executa - assim como a carga de intencionalidade de contratante e contratado, demandante e agente da demanda. O objeto e o tema escolhido refletem esta intenção, tanto dos trabalhadores intelectuais dotados de alguma autonomia como da composição de centros/redes de centros de pesquisa e excelência e destinados a finalidade de gerar o saber autóctone referenciado nas sociedades concretas latino-americanas.

Me parece óbvio que o período, o momento histórico cujos textos aqui citados de Ramos (1957) e Ianni (1971), tenham sido de intensa disputa e vontade política de poder estudar os temas latino-americanos, através de categorias de rigor – e apropriadas para tal finalidade - geradas desde a realidade onde se quer incidir sobre. Nesta primeira parte do Capítulo tratamos a respeito das ciências sociais na América Latina, sua institucionalização e a perspectiva do(s) autor(es). Ficam automaticamente excluídos os conhecimentos e categorias de rigor geradas com esta mesma carga de intenções – a de incidir sobre a própria realidade – mas, que não pertencem ao universo acadêmico-oficial e muitas vezes estatal, que é este sobre o qual discorreremos.

Reforço a idéia que o desejo de incidir sobre uma determinada realidade, necessita do apropriado espírito científico para tal empreitada, empregando métodos e categorias de rigor. No caso narrado até aqui trato de categorias sociológicas, mas poderiam ser de outra natureza, inclusive das ciências físicas e materiais. Tal esforço é fruto do exercício de vontade política, aplicável a qualquer coletividade humana dotada desta vontade e de relativa capacidade para sua execução⁴⁶.

⁴⁶ Apenas para manter-nos no intervalo histórico das obras de Ramos (1957) e Ianni (1971), muitas organizações político-militares, partidos de intenção rupturista, e também conspirações de direita, estruturas orgânicas no interior do aparelho de Estado, poderiam dotar-se de (técnicos), para validar e/ou ajudar a gerenciar a aplicação e consequência social de seus projetos políticos. O técnico prestar serviços não significa, necessariamente, uma associação direta entre saber acadêmico a serviço de projetos estatais ou privados

Considerando o momento histórico narrado, a institucionalização das ciências sociais acompanhava um momento de crescimento econômico, de desenvolvimento para romper com a dependência, de “motivação nacionalista, que suscitam as transformações de super-estrutura em nosso país” (Ramos, p.33). Este mesmo autor ressalta antes a importância da historicidade no pensamento, chegando por tanto – para ele - o momento histórico de romper com a dependência, se institucionalizando em uma economia expansiva, uma geração de cientistas sócias profissionais em sintonia com a intenção de conhecer e transformar a própria realidade. O nascente campo das ciências sociais teria como tarefa romper com o binômio de:

ciência nacional brasileira = dependência científica.

Ou seja, para Ramos naquele momento, esta era a seria a forma de se posicionar e contribuir com a autodeterminação e desenvolvimento,

No que diz respeito à “cultura da dependência”, Ianni aponta algumas características limitadoras da ciência social latino-americana de então:

- o caráter externo de grande parte da problemática apresentada;
- implicações teóricas inerentes à adoção, de problemática muitas vezes mal conceitualizada, secundária ou simplesmente externa;
- interpretação insatisfatória, superficial ou errônea de nossas sociedades, fruto da adoção de problemáticas externas e/ou de falta de espírito crítico;
- as relações mesmo entre ciência e política, conforme expressas na produção sociológica (p.40).

Segundo Ianni estas características seriam também resultantes da flutuação teórica de acordo com o “prestígio acadêmico” de intelectuais em voga nos países de capitalismo

dentro das normas democráticas. Aliás, a instabilidade política é mais normativa na maioria dos países latino-americanos do que a “estabilidade”, premissa prescritiva de regimes liberais de países de capitalismo central, na minha compreensão, não verificada em nossa realidade.

central. Uma afirmação quase impressionista, revelando a fundo uma “cultura de dependência”, onde o posicionamento duplo se expressa desde a fonte de estudo, o apresentar de temas e problemáticas, o instrumental teórico-metodológico utilizado e a execução posterior.

Para não cairmos num universo de redundância, onde apresentaríamos uma série de argumentos destes dois autores, além dos já apresentados, apenas para ilustrar um ponto de vista assemelhado entre Ramos e Ianni (ao menos no texto destas obras), e por mim compartilhado, enfatiza-se as observações, fruto de raciocínio lógico e indo ao encontro da proposta desta tese. Durante o dito processo de inauguração, suposta “fase ensaística pré-científica”, etapa anterior da institucionalização e alçamento à categoria de “profissionalismo científico”, ao longo de todas estas etapas, ambos os autores afirmam premissas para a construção de uma ciência social autóctone e independente.

Primeiro e antes de nada, reforço a idéia expressa por eles da intenção, a vontade política de exercer esta colaboração científica para o desenvolvimento nacional. A intencionalidade, se diferenciada a dimensão ontológica da teórica, é um corretor dos problemas de perspectiva apresentado a esta elite intelectual. É a posição dúbia dos intelectuais da colônia, o fato de muitos serem dotados de *habitus* da metrópole, uma lacuna identitária que não os posiciona a partir do ponto de vista e de vida cotidiana do objeto. Sendo o objeto a sua própria sociedade, certa “miopia” é exercida pelos poderes coloniais por sobre o produtor de pensamento científico-sociológico.

Assim a intencionalidade é o primeiro fator para gerar a perspectiva apropriada, a intenção também de estar no esforço de autodeterminação, e não apenas como reproduzidor de uma ciência desinteressada, de matriz ocidental e por condições de hegemonia, auto proclamada universal, conforme as premissas de Santos que incorporo na tese. Dentro deste universo, as transformações estruturais gerariam as condições mínimas para que esta intencionalidade se manifeste, e a partir desta, o instrumental teórico e metodologia de pesquisa apropriada.

O que diferenciaria a interpretação de Ianni para a de Ramos, é a carga de desafios estratégicos que ambos priorizam. Ramos ressalta a questão da dependência e o rompimento com a natureza de condição de colônia. Nesta condição se varia historicamente apenas o grau e não a natureza das relações de submissão.

Já Ianni não nega estas condições, mas entra no tema da complexificação social da América Latina, no efervescer e da tensão entre as classes despossuídas e elites locais-nacionais possuidoras. Fruto desta tensão ele aponta dois movimentos simultâneos: - a dominação política; e - a apropriação (exploração) econômica. Também posiciona a esta elite econômica e dirigência política como alinhada com a dependência, e questiona qual o papel do cientista social como “técnico”. Questionando assim a serviço de quem está o instrumental sociológico gerado, mesmo que autóctone e apropriado pelos latino-americanos.

Por fim, nesta parte do Capítulo, chegamos ao ponto rupturista, ao menos de ruptura de episteme. Mesmo que também fruto da época, e como todo pensamento fruto também do momento histórico vivido, Ramos afirma a necessidade e a vontade por uma ciência social militante, a serviço e como instrumental de autodeterminação (p.88). Questiona a transplantação de estruturas políticas - assim como fez o questionamento e a crítica das teorias sociológicas importadas - e as divide entre dois tipos:

- as predatórias, como a base institucional que fez a independência dos países latino-americanos

- as acelerativas, como classifica a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)⁴⁷, órgão de consultoria da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ianni de sua parte, afirma concluindo a necessidade do estudo da sociologia da dependência. Nesta área, observa a necessidade de aprofundar o modo como se constitui e

⁴⁷ Ver a obra, coletânea de textos clássicos cepalinos organizada por BIELSCHOWSKY (2000), com apoio da própria CEPAL e do Conselho Federal de Economia do Brasil.

desenvolve a dependência estrutural (p.183), e avança em direção aos estudos sobre o acionar imperialista. É o imperialismo que produz as condições de dependência estrutural, e simultaneamente, dialeticamente, cria as condições de sua negação (p.183). Se pelo raciocínio lógico de ambos os autores, concordando com eles nesta premissa, é a intencionalidade e a vontade política que geram as condições prévias de busca por um instrumental apropriado, é por tanto a intenção de opor-se ao imperialismo e compreender os mecanismos de nossa dependência o gerador as condições de perspectiva do sociólogo enquanto técnico-científico dotado desta tarefa.

Assim, engajamento e posição individual de acordo com os interesses coletivos, seriam os passos necessários para a criação de uma ciência autônoma e nacional. O posicionamento interno, em suas próprias sociedades, destas elites (não apenas a nacional, mas em dois exemplos latino-americanos), veremos nos tópicos que seguem.

2.3. Acercamento e afastamento dos poderes centrais

Os sub-tópicos que seguem expõem o posicionamento de duas elites intelectuais latino-americanas, a argentina e a mexicana, especialmente dos produtores de pensamento nas ciências sociais. Nos referimos a este posicionamento tanto nas estruturas de poder formal, como no grau de institucionalização e autonomia universitária. Assim, a estabilidade levaria a uma maior profissionalização, mas a função técnico-científica estaria a serviço das premissas expostas por Ianni acima. A resultante de tudo isto é o produto destes intelectuais, que são os estudos e pesquisas a respeito de suas sociedades.

Dos casos pelos quais passamos, Argentina e México, observamos alguns temas de fundo que afloram destes exemplos históricos. Tomando por base as afirmações acima, reconhecemos a duplicidade de papel e de perspectiva do intelectual latino-americano (grifo meu). Estando este trabalhador intelectual duplamente posicionado, bilíngue em relação ao colonizador, com habitus da metrópole; reconhecendo também que este conceito remete a uma estrutura que também é estruturante, ainda que não totalizante, apontamos algumas questões:

- Seria neste caso, a estabilidade do sistema universitário, certa “neutralidade” do mesmo, características ressaltadas como positivas e necessárias pela maioria dos autores, também uma forma de manter esta dubiedade fora do alcance das pressões nacionais?

- Não seriam os conceitos de rigor e profissionalismo levados à confusão, como certa defesa de um campo intelectual com grau de autonomia, ou ao menos de campo periférico, onde estes conflitos inerentes ao(s) produtor(es) de ciência(s) humana(s) e social(is) e suas matrizes teórico-epistemológicas (importadas, exógenas), estariam a salvo das pressões advindas das pressões de tipo Centro-Periferia?

- Supondo que uma contra-hegemonia intelectual seja gestada no seio de uma rede nacional e autônoma de universidades. Supondo o reconhecimento desta ameaça da parte do Estado, agente desta dubiedade como política central e submissa aos desígnios centrais. Não seria mais que óbvio esperar a perda desta autonomia e elevados graus de repressão de acordo com o nível de ameaça representado por esta contra-hegemonia?

Entendemos estas questões como fundamentais para a compreensão da institucionalização ou não das ciências sociais em alguns países latino-americanos e do respectivo comprometimento de seus protagonistas para com os temas de fundo de suas sociedades. Nos exemplos vindos da Argentina, a diferença é gritante. Ainda que não venhamos a nos aprofundar nestes processos, vemos dois fatores de sobrevivência da autonomia universitária e da conseqüente estabilidade necessária para o desenvolvimento cumulativo destas ciências.

A primeira é posicional, do papel dos intelectuais nos postos-chave do Estado argentino e mexicano. Ainda que no país vizinho foi a geração de 1870, de grandes ensaístas e intelectuais uma das mais importantes da república, os intelectuais não chegaram a se afirmar como fração de classe dirigente. O mesmo não se pode dizer do México e muito menos do caso brasileiro. Tanto aqui como no país vizinho dos Estados

Unidos da América, os intelectuais vêm assegurando seu papel de dirigentes da república, em distintos níveis.

No México inaugurado pelo regime do Partido Revolucionário Institucional (PRI), o Estado, o Partido e a construção social se tornam necessidades centrais para este modelo de dominação. A dicotomia e o afastamento entre os intelectuais, o corpo universitário priista, viria a se dar a partir dos anos 1960, voltando depois a aproximar-se, novamente com a valorização e dotação de verbas para este mesmo setor. Poderíamos afirmar que o movimento do Estado de aproximar-se, pode hipoteticamente, gerar uma acomodação do tensionamento entre as classes dominantes e seus dirigentes para com esta fração de classe que, uma vez revalorizada, torna-se dirigente também.

A segunda questão aborda um tema de fundo, permanente desde as fases ditas como “ensaísticas”, tanto do pensamento histórico como do sociológico. Nota-se tanto no México como na Argentina, que o afastamento em relação aos poderes centrais e os trabalhadores intelectuais das ciências sociais, é também o fruto de um novo período de estudos. A obra clássica de Pablo González Casanova (1967), *La democracia en México* inaugura e abre a perspectiva para demandas de estudos não mais sobre o “ser nacional”, mas sim sobre a realidade nacional. Substitui a abstração por pesquisa teórica aplicada na realidade, munida de dados empíricos.

Enfim, passa ao estágio de estudar uma realidade lida e construída a partir da vontade de compreender a própria sociedade. O mesmo ocorre com os intelectuais argentinos. É a aproximação com o nacionalismo popular (ainda que de cunho peronista de esquerda), que faz a metodologia de pesquisa voltar-se para a “descoberta” do país interior. O “ser nacional” passa a ser redescoberto na intelectualidade argentina defensora da autonomia universitária, pelo corpo intelectual que seria o próprio partido da reforma. Examinam-se a seguir estas duas questões.

2.4. Institucionalização e radicalização da ciência social na Argentina anterior ao golpe de 1976

Na obra de Sílvia Sigal (2002), *Intelectuais e Poder na Argentina*, tomamos como referência a parte do livro que retrata e analisa a década de sessenta. Esta Argentina radicada na França apresenta como problema central de pesquisa a representação do discurso dos intelectuais do país, a reconversão dos temas gerais e do sujeito coletivo, para o retorno aos interesses individuais. Aprofundando, os defensores e portadores-geradores dos discursos da realidade nacional, interpretação concreta da busca do “ser nacional” e sua conseqüente emancipação, seriam atendidos pelo espaço que a democracia legal os concede. Assim, reconverteriam seu discurso de Povo, Nação e Revolução para os interesses do indivíduo numa sociedade liberal: a Lei, os Direitos Humanos e a Consciência.

O que distinguiria o processo argentino para outras sociedades do ocidente - que abordamos como Periferia ou Semi-Periferia, ou seja, de ocidente periférico - foi a adesão de intelectuais de sólida formação marxista aos temas nacionais. Ou seja, este grupo de produtores de bens simbólicos e de estudos científicos se afiliara ao nacionalismo popular em sua versão peronista de esquerda em sua maioria.

Outra marca deste processo foi a adesão desta geração de intelectuais a uma opção rupturista, e muitas das vezes indo além da elaboração de discursiva e chegando a tomar parte nos braços operacionais, geradores de fatos de violência política. Esta foi a associação de intelectuais ao seu povo, sem reticências (segundo a autora), e, por conseqüência, aos seus projetos de emancipação. A representação do político na Argentina seria tão ou mais concreta do que a própria política efetiva. A ação direta armada como linguagem política, também foi largamente incorporada por estes intelectuais.

No que diz respeito à universidade argentina, e das ciências sociais propriamente ditas, a questão chave seria as garantias da Reforma de Córdoba de 1918⁴⁸, com as

⁴⁸ Para uma narrativa histórica dos conteúdos que levaram à rebelião e a posterior reforma universitária de Córdoba ver La Juventud argentina de Córdoba. *La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de*

conquistas de co-governo universitário, autonomia e paridade representativa. E, também a conseqüente estabilidade que geraria profissionalização e institucionalização.

Um paralelo torna-se imperativo, a ser realizado para com o sistema político. Estabilidade institucional tanto no Legislativo como no Executivo (p.1), estabilidade para o exercício da profissão de técnico-científico de humanidades. O retorno da democracia em 1983, a derrota do peronismo nas urnas e o fato de tanto a União Cívica Radical (UCR) como o Partido Justicialista (com hegemonia do peronista de direita) apresentarem espaços em postos-centrais em seus partidos e governos eleitos, inaugurando assim uma nova fase da relação entre intelectuais e a política no país vizinho. Se a “nova fase” é a incorporação e a estabilidade, por associação lógica, a fase anterior, anterior mesmo ao regime de 1976, é a instabilidade e afastamento dos intelectuais das estruturas formais de poder.

Uma vez afastados do poder central, Sigal pergunta, qual foi o papel do político para os intelectuais argentinos (p.2)? E, como e porque a uma fração destes, conservadores é certo, lhes cabia a difusão de uma determinada visão da história argentina que ganhava proporções de programa de governo (p.2)? Uma primeira conclusão que se pode ter é que o papel de reconstrução permanente da história do país, ganhando contornos de programa de ação política. Este programa não se aplica apenas a governos, mas também a regimes, partidos e organizações político-militares. Esta reconstrução permanente é um papel central para os intelectuais argentinos. A construção de mitos unificadores e a elaboração de identidade coletiva, para todos os distintos matizes da política argentina, a função de grupos de escritores em um país alfabetizado, estas seriam e são formas da sociedade compreender e fazer a releitura de si mesma (p.3).

Assim, o *modus operandi* de grande parte da intelectualidade argentina é a dotação de um sentido político a algo vagamente especializado como o manejo do discurso e da

cultura. Ganha um caráter misto entre o cultural e o político (p.9), permitindo pois apontar fatores explicativos para o itinerário ideológico e político de grupos de intelectuais deste país. Pela negativa, deduz-se o impacto e a rejeição entre os intelectuais de uma motivação anti-intelectual, como a consigna peronista do primeiro governo: “alpargatas sim, livros não”. O mesmo ocorrendo – um certo anti-intelectualismo - no interior deste campo periférico, com a metodologia de maior precisão e científica de Germani, sua “objetividade” e inclusive as polêmicas de financiamento externo para pesquisas.

A progressão desta dicotomia levou a uma associação já preconizada por Ramos, a dos métodos com os intuitos, das premissas teórico-epistemológicas e a sociedade colonial onde se produz. Tal enfrentamento, de contornos políticos, mas com uma pauta teórico-epistemológica e de funcionamento da Universidade, chegaria ao seu auge em 1966, às vésperas do golpe de Onganía. É neste período quando o movimento estudantil combate simultaneamente aos subsídios privados para pesquisas e o cientificismo preconizado pelos professores (p.84).

Esta disputa dos sessenta tem suas raízes nas afiliações dos intelectuais, não somente a partidos políticos, mas também às formas de tentar construir uma Nação ou uma Civilização. A dicotomia se dá entre civilização liberal, incluindo aí os primeiros partidários da reforma, e o nacionalismo. Este, o nacionalismo, se subdivide entre popular e reacionário. Como a idéia de destino também tem origem em uma reconstrução histórica. E é este revisionismo histórico função essencial do conjunto da intelectualidade (p.11).

Poderíamos, forçosamente, enquadrar no campo de civilização liberal a primeira e segunda geração de cientistas sociais argentinos, especialmente também por sua condição de não-peronistas e banidos no primeiro governo. Não por coincidência, a chamada fase de ouro da Universidade de Buenos Aires (UBA), que diríamos de importância quase que da mesma dimensão da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) foi entre 1955 (ano da derrubada do primeiro governo peronista) e 1966, ano do golpe de Onganía. Após mais este golpe, as universidades sofrem intervenção e professores são demitidos.

Na seqüência da narrativa crítica, Sigal afirma que, uma vez atingida à fase “científica” das ciências do homem, superando a ciência social acadêmica (parcial e temporalmente) a assim denominada por Gino Germani como “para-sociologia Argentina” (apud Sigal, p.90). O intelectual ítalo-argentino, ponto de confluência das tensões dentro de seu campo e instituição, apregoa começar do zero, inaugurando no campo um esforço sistemático, mas também deixando de lado não apenas uma tradição ensaística, mas um conjunto de conhecimentos. O “curioso” descarte é citado deixando de lado inclusive as influências que a dita fase pré-científica, ensaística, teve sobre o próprio pensamento sociológico. A importância de Germani é vista pela autora partindo de uma analogia entre o peso de Sartre para a França, Gramsci para a Itália e Mariátegui⁴⁹ para o Peru (p.91), como um exemplo das influências que ocorreram por toda América Latina.

O processo de institucionalização da ciência social na Universidade argentina, foi conseqüência também do fim do governo peronista. A fase científica marca também um traço comum entre a intelectualidade de formação marxista, da esquerda acadêmica que obviamente não estava dentro da tradição anti-intelectual. Não estudariam mais o ser nacional, ao menos não naquela fase - embora o fenômeno se repita conforme veremos a seguir - mas sim a busca da realidade nacional (p.93). O chamado momento pós-peronista inaugura por tanto uma possibilidade de estudar este mesmo fenômeno, o populismo peronista sob o signo nacional-popular (p.94). A radicalização se dá com seu espaço institucional fechado pelo anti-peronismo de Onganía. O cenário institucional e a conjuntura política viriam a aproximar a perspectiva entre intelectuais, na medida em que se politizavam e tendo posteriormente como seus objetos de estudo:

- a realidade do país;

⁴⁹ Por vezes, a história do pensamento social parece adquirir padrões sutis, mas muito perceptíveis. Os “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana”, de 1928, inauguram uma série de temas de fundo que dizem respeito a todo o continente. A temática do indígena seria para os países andinos análoga da questão do africano para o caso brasileiro. E, no caso desta parte do trabalho que citamos, também José Carlos Mariátegui contesta aos estudos de cunho restauracionistas do passado incaico e parte para estudar a realidade de seu momento da herança inca. É interessante observar polêmicas semelhantes em épocas distintas. Estes conceitos são repetidos no prólogo de Mariátegui ao livro (Tempestade nos Andes), também de ordem que poderia ser classificada de pré-científica, de autoria de Luis Valcárcel (apud Mariátegui in LÖWY, 1999.)

- a capacidade mobilizadora do populismo;
- a autenticidade das massas;
- as reais condições de vida e sobrevivência.

Podemos deduzir esta soma de fatores como efeito mobilizador da própria intelectualidade e seu objeto de estudo. A UBA fechada pelo regime militar de 1966, a capacidade associativa se eleva a uma prática de “universidade das catacumbas”, onde se realizam mais de dois mil (2.000) grupos de estudo com uma média de oito a dez participantes em cada um deles (p.70, Klimovsky *apud* Sigal). Estamos falando por tanto de uma massa crítica de mais de 16.000 jovens com capacidade de leitura crítica da realidade, motivação ontológica e tempo livre para aplicar sua incidência teórica a partir das hipóteses geradas no “subsolo” da intelectualidade engajada.

A batalha epistemológica da maioria da esquerda e do movimento estudantil era contra o “cientificismo” e o financiamento externo (e privado) às pesquisas e investigações nas ciências sociais. A motivação maior desta mesma jovem intelectualidade de esquerda é o estudo da realidade nacional, e a aproximação em perspectiva com seu objeto de estudo. Compreende-se assim uma boa parte das razões explicativas do engajamento militante que estes mesmos intelectuais tiveram na resultante da realidade nacional somada ao nacionalismo popular. Isto é, a adoção do sujeito coletivo e da missão de ser portador deste discurso e o apoio ou participação direta em organizações político-militares, hegemonicamente da esquerda peronista.

Como um aspecto complementar, gostaríamos de narrar um trecho de aula inaugural ocorrido na Faculdade de Ciências Econômicas da UBA, no ano de 1973, logo após a vitória para presidente de Héctor Cámpora, candidato dos peronistas e em especial de sua esquerda. O encarregado da aula fora um jovem sociólogo, Horacio González, membro da

unidade dos Montoneros⁵⁰ da UBA. Esta organização ocupava espaço central na Universidade do peronismo progressista. No regime anterior, o nome da cadeira era “Introdução ao conhecimento do Estado e Sociedade”. Na hegemonia populista, e também nacionalista de esquerda, o título fora mudado para “História Nacional e Popular”. O elemento básico era somar a agitação política para 10.000 novos estudantes, baseado em um discurso de revisão histórica, mais apropriadamente seria dizer, em uma interpretação histórica.

Dizia o encarregado montonero que: “a contradição principal sempre foi entre libertação e dependência, não importando quais sejam os atores políticos em cada momento da história argentina”; em outro trecho do discurso, González retorna:

ainda que os conflitos anteriores tenham recebido outras denominações, outras identidades culturais ou partidárias, de toda maneira são antecedentes deste conflito maior que se revela nítido no momento histórico que vivemos. A justificativa da leitura e da validade ou não, de acordo com esta contradição, é o que faz os Montoneros de 1973 afiliarem-se ou não a unitários ou federalistas, aos caudilhos americanistas em contra da elite portenha, a um partido ou caudilho que mobilizasse de fato o país interior (González apud Anguita y Caparrós, 1998, pp.42-43).

Observa-se assim um padrão desta intelectualidade de formação originariamente marxista, que uma vez afiliada ao nacionalismo popular, reedita a função de revisionismo histórico. Ou seja, a realidade nacional estudada necessita de um discurso do ser nacional como influência dos fatores de motivação para o câmbio social. Já a dita ciência social “científica”, está na base de argumentação de Sílvia Sigal, com a qual concordamos, só poderia se valer como tal, de acordo com suas próprias pretensões de alguma neutralidade e profissionalismo, em um regime mais estável. Este regime, de regularidade na competição

⁵⁰ Organização político-militar inserida na esquerda peronista argentina. Foi a maior organização política com braço militar da Argentina. Surgira de origem católica, se fundira com as Forças Armadas Revolucionárias (FAR, peronista de origem marxista) em 1972 e a partir deste momento passa a ter hegemonia absoluta na esquerda daquele país. Para maiores informações ver Anguita y Caparrós, (1998). Para uma leitura crítica da trajetória política da OPM Montoneros, ver a tese de doutorado de Gasparini (1999), em formato de livro editado pela Editorial de La Campana.

democrático-representativa e com a permissão para o Partido Justicialista disputar os pleitos, se veria chegar a partir de 1983, mas ainda que sob o signo de falência do Estado e suas sucessivas crises financeiras, descrédito político e quebra do tecido social.

2.5 O estudo de caso mexicano e a obra fundamental de Casanova

A institucionalização e escolha de temas no caso mexicano vêm de um padrão mais próximo do brasileiro e é o tema onde adentramos agora. Os três autores que tomamos como base para esta parte do Capítulo, Reyna (1979), Castañeda (1989) e Loyo (1982), concordam em classificar de modo linear a investigação das ciências sociais no México. Esta se subdividiria, classicamente em fase pré-científica, científica e de institucionalização. Derivada neste país do Direito e da Antropologia - cuja problemática do indígena e da terra já mobilizara a base da Revolução de 1910 e foi a primeira das ciências sociais em sentido estrito com desenvolvimento – as demais disciplinas das ciências sociais (a saber sociologia e ciência política) iniciaria sua fase chamada de científica a partir de meados da década de 1950.

Mas segundo Reyna (pp.61-63), ainda que com aplicações metodológicas modernas, as investigações sociológicas e políticas de então pouco ou nada teriam que ver com sua própria problemática nacional. Apontar estas problemáticas, que aliás, o regime do Partido Revolucionário Institucional (PRI, que durara de 1946 a 2000) não conseguia nem queria dar respostas⁵¹, era o mesmo que questionar a legitimidade do regime. Segundo o autor, o sistema não estava “preparado” para críticas.

É neste sentido que a obra clássica de Casanova (1967), *La democracia en Mexico*, inaugura uma fase de fusão da metodologia científica com as demandas da problemática

⁵¹ Para uma boa leitura da trajetória do autoritarismo de tipo partidista no México, vale consultar o capítulo do mesmo Reyna, que é parte de uma coletânea publicada pela Clacso. O texto se encontra em: REYNA, José Luis. *México: una democracia incipiente*. Publicado em: *En los intersticios de la democracia y el autoritarismo. Algunos casos de Asia, Africa y América Latina*. CORNEJO, Romer (org.), CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, outubro 2006. ISBN: 987-987-1183-60-9. Acesso ao texto completo em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/cornejo/reyna.pdf> (arquivo consultado em 08 de agosto de 2008).

nacional (grifo meu). A resultante desta equação fora um questionamento cada vez mais sistemático do sistema político e do regime priista, desenvolvendo-se em relações de repressão e violência sistemática. Este processo acaba por culminar com o massacre de Tlatelolco⁵² em 1968, onde cifras de estimativas presumem em no mínimo 5.000 estudantes mortos.

Não que a obra de Casanova por si só tenha sido a razão para esta escalada, longe disso. Mas no que diz respeito das ciências sociais, inaugura sua fase científica, de pesquisa empírica, de apontamento de realidade, questionando a problemática e encaminhando linhas de ação nacionais. Desta obra, também sob incentivo de González Casanova, derivaram estudos de estratificação social, buscando as causas básicas da desigualdade social. O mesmo se deu em outras áreas de estudo como da estrutura agrária, setor camponês e a relação das sociedades indígenas com as não-indígenas.

A progressão dos temas e a problemática nacional levaram ao tema central da década de sessenta ser a dependência (p.72). Observamos ser este um tema recorrente em vários países e é apontado como contradição central por vários autores. Com a acomodação vinda do mandato de abertura política do PRI de Luís Echeverría (primeira metade da década de setenta), boa parte das problemáticas nacionais e sociais levantadas pela Universidade passa a ser incorporadas como políticas públicas. E assim reencontram o papel e a proximidade do poder com a intelectualidade e cientistas sociais mexicanos. Como se dá este movimento de tensão e acomodação entre a ciência social e Estado é o que se discute a seguir. Uma das derivações lógicas é a aproximação da academia para temas como Estado e sociedade, passando a ser o mesmo ente estatal como objeto central de estudo. Neste momento, autores

⁵² Para uma boa leitura a respeito do papel das organizações políticas no interior do movimento estudantil mexicano, as causas do emprego do método de conflito e contestação de massas e a correspondente repressão do regime Priista vale a leitura de: GÓMEZ NASHIKI, Antonio. *El movimiento estudiantil mexicano. Notas históricas de las organizaciones políticas, 1910-1971*. Publicado em *Revista Mexicana de Investigación Educativa* [en línea] 2003, 8 (017): Acesso ao texto em:: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=14001712> ISSN 1405-6666, arquivo consultado em 09 de agosto de 2008.

como Gramsci recobram sua importância (p.72), servindo como base teórica das relações entre o Estado, o sistema político e a sociedade de classes.

Retornando um pouco antes da obra de Casanova, Loyo (1982, p.327) afirma ser necessário para a atividade científica, um espaço institucional propício, dotado da estabilidade e autonomia necessárias para se conformar se não como um campo, ao menos como um setor reconhecido e com parcelas de dirigência do país. Este espaço institucional fora se consolidando e ganhando seu espaço de excelência na Universidade Nacional Autônoma de México (UNAM). Considerando a natureza do regime do PRI, subentende-se que tamanha tranqüilidade era também fruto de uma relação cúmplice e dúbia na carga de críticas e no tipo de estudo realizado pela intelectualidade mexicana. Indo de encontro a esta afirmação, Loyo (p.336), nos diz que fora a repressão executada pelo Estado e o regime, a partir de movimentos autônomos de trabalhadores do ano de 1958, culminando com a violência sistemática, que mudara a posição dos intelectuais. Até então este setor veria ao Estado mexicano como em essência, herdeiro do processo insurrecional de 1910.

Ambos os movimentos teórico-epistemológicos e políticos levaram ao movimento estudantil e a vida acadêmica em um determinado momento, a desqualificar tudo aquilo que não fosse derivação do marxismo e outras leituras de esquerda (p.337). A politização e a sindicalização de categorias de trabalhadores e de estudantes universitários levaram a disputa ao nível teórico também (p.331). Ao mesmo tempo, segundo este autor, a confrontação e violência física tornavam instáveis as possibilidades de trabalho e pesquisa desde um ponto de vista mais científico e acadêmico.

Mais uma vez a pauta teórico-epistemológica vê-se marcada, segundo Loyo, pela obra fundamental de Casanova (p.335). Isto se dá por que, segundo a autora, “o trabalho de Don Pablo contemplaria a temática do poder e da dominação”. E, esta temática estaria sob uma ótica mais ampla, não necessariamente enquadrando os estudos advindos na ciência política, história, sociologia ou antropologia (p.334). Isto difere, e muito, do enquadramento mais rígido que na época seria feito nos EUA e na Europa ocidental (ou seja, no Centro). A evolução das pautas teórico-epistemológicas, somadas às medidas

repressivas e duras do governo de Días Ordaz (o presidente quando do massacre de 1968), levou a um tensionamento contundente entre a intelectualidade e o Estado, o PRI e o regime (p.336).

O mandato seguinte, o de Echeverría, seria o oposto, levando a um processo de distensionamento e acomodação desta oposição dos intelectuais para com o Estado. O movimento do presidente foi de relaxamento dos níveis repressivos, maior tolerância à crítica nos meios acadêmicos, fundos e financiamentos para centros de pesquisa, margem de manobra para oposição política e para o sindicalismo independente - isto é, independente dos braços sindicais do PRI. No mandato seguinte, a política econômica recessiva não viria acompanhada de um nível maior de repressão política. Assim, a acomodação destes setores de intelectuais, apesar das contradições sociais, se completaria.

Castañeda (1989) por sua vez examina as capacidades de intervenção do pensamento social no México. A primeira área é próxima e também abordada (inaugurada seria melhor) pela antropologia, que é o tema indígena e o camponês. Nesta área, coube à sociologia um papel de racionalização política da problemática nacional (p.409). Mais uma vez reitera-se o papel da obra de Casanova (1967) onde se reafirma (e com dados, estatísticas, pesquisa empírica) o caráter dual da sociedade mexicana, o de processo revolucionário não concluído e a concentração de poder no Executivo (p.420). O que ressalta a obra é a nova totalidade articulada por González Casanova; não a totalidade abstrata, mas os conceitos e categorias que permitiriam compreender (ou melhor, interpretar e incidir sobre) a realidade mexicana.

Um problema de fundo solucionado é o do compromisso do universitário para com a transformação do país (p.421). O engajamento profissional somado com a identificação de um dos problemas estruturais, a centralidade do Executivo mexicano. Este por sua vez é agente e executor de colonialismo interno (tipo domínio de enclave) que é resultante de uma dependência estrutural, levaram a toda uma geração de jovens cientistas sociais e de áreas afins a buscar um rompimento com o modelo vigente. Mais uma vez a episteme ganha conotações de importância política dentro do âmbito acadêmico-científico.

A institucionalização das ciências sociais veio junto de um esforço do Estado mexicano em se tecnificar para solucionar sua crise (p.427), expandindo também sua política social. A transformação por dentro do Estado necessitava de uma vigorosa crítica e esta foi fornecida pelos ex-opositores de 1968. A nova legitimidade não seria mais apenas a defesa da ordem pública, mas o reconhecimento da crise e do papel do Estado (lembramos, ainda que sob regime priista) como um agente externo da própria crise e uma das formas de intervir para solucioná-la.

O marxismo acadêmico, avançado epistemologicamente, sofre acomodação de seu antigo tensionamento, passa a dialogar com o Estado nacional, inaugurando uma nova esfera pública (p.428). Os anos 1980 viriam a ser a década da crise financeira, sendo também chamada de década perdida, a da crise da dívida, mas “menos perdida” que a de '90. Na década de '80, com a política sendo transformada em técnica (p.429) e as elites das ciências sociais e do homem, após se verem valorizadas para superar a contradição marcada em 1968, caem em segundo plano num ambiente “tecnificado”. Relembro que segundo os parâmetros de Ramos, esta “técnica” seria importada e não autóctone.

O traço comum aos três autores citados é ressaltar a obra de Casanova como portadora de uma nova totalidade (grifo meu). Esta nova totalidade ultrapassa e escapa assim do que consideramos um falso dilema, que é a dicotomia entre a pesquisa e a prática política. Neste caso, a problemática nacional de concentração de poderes, sociedade dual, estrutura e dependência seria a o centro do conflito para a geração de cientistas sociais e trabalhadores intelectuais do 1968 mexicano (grifo meu). A episteme apresentada a partir deste posicionamento forçara ao Estado mexicano a recuar e abrir-se. Ao incorporar a este setor até então “na oposição ao Estado priista”, o dos cientistas sociais e pesquisadores, automaticamente muda o foco das problemáticas por estes “técnicos” elaboradas. Embora a escolha dos problemas se mantenham semelhantes, o ângulo da solução e o posicionamento inicial (lugar de fala e ponto de partida) muda consideravelmente.

2.6 A afirmação de uma base teórico-epistemológica através da obra de Celso Furtado

Conforme vimos ao longo do Capítulo, o argumento central por nós levantado é que a afirmação de uma base teórico-epistemológica autóctone é considerada como pré-condição para o desenvolvimento da produção técnico-científica nacional. De sua parte, a institucionalização das ciências sociais, necessita de uma relação de acomodação e estabilidade institucional para com o Estado, isto sendo válido para os países latino-americanos. Se e quando o grau de crítica e de levantamento de problemáticas e possibilidade de execução de soluções apontadas pelas ciências sociais, se contrapõem com os poderes de fato constituídos - a ordem pós-colonial e o arranjo das classes dominantes locais- é justo quando a estabilidade institucional (que para tal, necessita ser contínua) é posta em risco.

Observamos também que a temática da dependência, e até mesmo da dependência estrutural, é central e recorrente na etapa do Estado-desenvolvimentista, justamente abordada pelos autores nos textos base do Capítulo. Ninguém teria mais autoridade para relacionar dependência com a episteme necessária para superá-la (ou sequer compreendê-la) do que o economista brasileiro Celso Furtado. Justo por isso, e para não escapar da redundância, aponto dois pressupostos teóricos de Furtado.

O primeiro que ressalto é “clássico”, diz respeito à própria formulação da categoria dependência e suas formas de análise econômica. Em “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, Elementos de uma Teoria do Subdesenvolvimento” (Furtado *in* Bielchowsky, 2000⁵³), o economista trata e discorre das condições necessárias para compreensão do fenômeno histórico latino-americano. Podemos realizar um diálogo imaginário com Santos, quando este afirma a condição de força, a correlação que permite ao ocidente universalizar sua própria experiência. O mesmo vale para a economia. Furtado

⁵³ Este texto trata-se do Capítulo 4, da obra clássica de Furtado de 1961, do mesmo título, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura. Na coletânea que sacamos este texto, a origem é da edição argentina de 1971.

diz textualmente que “a teoria do desenvolvimento que se limite a reconstituir em um modelo abstrato - derivado de uma experiência histórica limitada”, e depois segue, “as articulações de uma determinada estrutura, não pode pretender elevado grau de generalidade” (p.241). Ou seja, é necessário um processo de pensamento derivado de um determinado momento histórico, próprio da sociedade (ou da região geopolítica) sobre a qual se quer incidir.

O subdesenvolvimento, como fenômeno derivado da condição colonial e pós-colonial, tem de ser visto como um fenômeno específico, e necessita de um esforço de teorização autônomo (p.262). As simples analogias da parte dos economistas, de receituário balizado pelas experiências das economias desenvolvidas, resultam em soluções inaplicáveis para a superação da condição de subdesenvolvimento (p.262). Vê-se que a carga de críticas feita por Ramos é reeditada por Furtado, tanto na formulação teórica como na execução de programas derivados destas mesmas formulações.

Dentro de um universo de ciências sociais e humanas abertas, incluindo aí a economia, podemos observar que esta crítica continua e permanece mais de quarenta anos depois. Furtado em entrevista a revista Caros Amigos, reafirma a questão do pressuposto e do problema teórico de cientistas sociais e economistas munidos de referencial teórico inaplicáveis para nossa realidade. As soluções aplicadas em nível de macroeconomia teriam suas origens, segundo Furtado (2003), na incapacidade dos economistas em compreender um sistema econômico brasileiro com algum grau de autonomia.

É por isso que nunca o “possibilismo” do receituário econômico de matrizes no Centro, não abre perspectiva de mudança (p.30). De outra parte, a própria reflexão fica distante da execução, se reflete e não se desdobra em ação, não há repercussão contundente a partir do esforço reflexivo (p.31). Mais uma vez, observamos um possível diálogo entre ciência-ação (Santos) e o que apregoa Furtado (2003). A identificação do objeto da economia, que segundo ele não é o nível econômico, mas o social, leva à outra condição de formulação teórica e possibilidade de incidência sobre a realidade nacional.

Concluimos por tanto que as ciências sociais e humanas na América Latina têm em seu processo de institucionalização e na sua fase científica em diante, dois conflitos centrais ressaltados ao longo de toda a tese. A primeira é a temática teórico-epistemológica, onde a intencionalidade e a perspectiva do cientista podem habilitar ao rompimento da dependência científica e da dupla identidade (colonizador e colonizado). A segunda é quanto ao nível das relações desta elite intelectual com os poderes dirigentes e dominantes do país. Esta relação será tão ou mais tensa quanto mais contundente forem as críticas e inábil for o Estado de absorver tanto estas críticas como a mão de obra científica que a formulou.

São as questões de fundo, os conflitos centrais de uma sociedade concreta e de um país, que quando aplicadas na política científica e acadêmica, filiam ou não este setor a uma ou outra posição. Seja como elite que é fração de classe dirigente, ou setor de intelectuais de fora do arranjo dirigente e em oposição aos próprios setores dirigentes e classes dominantes de um país. Ao elencar a questão de fundo estratégico e posicionar-se perante a mesma, o cientista social obtém sua perspectiva e proximidade/afastamento do objeto. Aponta assim sua capacidade e/ou vontade política de incidir sobre a sua própria realidade.

2.7.A tomada de posição

Neste capítulo proporcionamos uma visão crítica dos dilemas e disputas de perspectiva política e teórico-epistemológica, a partir do debate da conformação das ciências sociais no período Desenvolvimentista. O recuo na ancestralidade em nosso campo de atuação acadêmico-profissional é uma necessidade. Isto porque a construção de uma teoria de médio alcance, aplicável em organizações políticas e movimentos populares existentes nas sociedades concretas da América Latina contemporânea, exige que em todo momento, aquele que oficiou este trabalho (um trabalhador intelectual especializado) se posicione.

Reitero assim que:

Tomada de posição = lugar de fala + posicionamento político + pressupostos teórico-metodológicos + reconhecimento de identidade coletiva

Esta afirmação diz respeito tanto ao posicionamento do trabalhador intelectual como de seu papel no contexto que pretende analisar e incidir. Esta incidência pode se dar tanto como produtor de teoria e bens simbólicos como no trabalho diretamente vinculado a uma organização política de tipo finalista e que necessita, como pré-condição mesma de existência, a uma instância de tipo teórico.

3. A INTERDEPENDÊNCIA ESTRUTURAL DAS ESFERAS: ANCESTRALIDADE E ATUALIDADE DA CONSTRUÇÃO E ORIGEM DESTA TEORIA

Neste capítulo abordamos a importância da construção desta Teoria partindo de uma mirada inversa. Ou seja, trazemos o debate de origem, do lugar de partida e de fala - a frente teórica de uma Organização Política de matriz libertária - para a legitimação deste saber como tese de doutoramento em ciência política. Dedico-me essencialmente, nesta parte do trabalho, ao debate com e desde a instância de formação política específica, ressaltando a linguagem apropriada para o texto acadêmico.

O ponto de partida é a obra condensada de Raúl Cariboni (2003 e 2006) e o ponto de chegada é o material teórico da Federação Anarquista Gaúcha (FAG)⁵⁴, organização política fundada em 18 de novembro de 1995 e sua aliança estratégica na América Latina, a *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU)⁵⁵, fundada em 26 de outubro de 1956. Este material, chamado “*Documento Wellington Gallarza e Malvina Tavares: material de trabalho para a formação política conjunta*” (FAU/FAG 2007), foi redigido ao longo de dois anos tendo sua conclusão em novembro de 2007⁵⁶. A intenção do documento citado assim como desta tese é lançar os fundamentos de uma teoria de médio alcance, cuja parte intrínseca já foi exposta no início do Capítulo 1, tendo como base de sua modelagem os trabalhos de Gibss (1972), Thompson (1976) e de Baquero (2004, polígrafo). A meta deste

⁵⁴ FAG, 2006

⁵⁵ FAU, 2004

⁵⁶ Como fui um de seus autores, estive incumbido de delegação para sua defesa e exposição em Espanha em setembro de 2008 (ver CGT Catalunya 2008; Debate Libertário 2008; Nodo 50 2008; Rojo y Negro Digital 2008; Socialismo Libertario 200 e Solidaridad Libertaria 2007).

trabalho teórico é ofertar a possibilidade tanto de uma análise totalizante (tomando a política como síntese) como uma predição de incidência. O próprio esforço de realizar este trabalho em geral e deste Capítulo em particular faz parte do elo que, através desta tese, eu como autor me proponho a realizar.

Dito isso, defino aqui qual é o rol do trabalho intelectual segundo a mirada desta tese e desta proposta teórica. Reforço também o espaço que ocupa e o propósito mesmo deste trabalho e do tipo de trabalhador que executa esta obra. Marcando assim também a visão de trabalhador intelectual especializado e do objeto em si. Nas linhas a seguir apresento uma visão da Organização Política, da diferenciação necessária entre Teoria e Ideologia e a respectiva crítica do documento histórico coordenado e com redação final de Cariboni (iniciado em 1970 e cuja difusão pública se deu neste último ano 1972). Na segunda parte do Capítulo apresento um recorte de minha autoria (à exceção dos gráficos demonstrativos) e cuja matriz é a versão final do documento gaúcho/uruguaio citado (FAU/FAG 2007).

3.1. A ancestralidade e o marco orgânico no qual a obra coletiva de Cariboni foi produzida

A relevância do estudo do documento que segue (*Huerta Grande*) se dá por ser o mesmo, juntamente com o documento chamado (*Copey: uma crítica libertaria al problema del foco*, ver Cap.7 e FAU Secretariado General, 2005), os textos antecessores da matriz que abordamos na tese. O autor, em suma, o redator dos debates internos como coordenador de uma equipe de formação política e frente teórica (ver Mechoso, 2002, p.437), é o professor de História e ex-militante do secretariado da FAU Raúl Cariboni (preso em março de 1973, saindo na anistia uruguaia em março de 1985, ver Mechoso 2002, p. 482). A intenção do documento original era aportar, de forma sintética, os conceitos básicos para a análise política (visando à incidência), a partir do corpo militante de uma Organização Política de base federalista e libertária.

Antes de entrar no debate do *Huerta Grande*, considero interessante a caracterização feita pelo autor citado (Cariboni) da própria concepção de organização, política e poder.

Entendo que esse aporte é sintético e ilustra o tema a seguir. Em Mechoso (2002, p. 194) se encontra o documento original da FAU, que circulara publicamente e fora amplamente difundido nas bases sociais organizadas por esta força política, e que é datado de 20 de abril de 1970. O título é “A Organização Política é o decisivo” e o parágrafo que segue aponta uma definição que considero válida também para esta tese:

O problema do poder, decisivo para o câmbio social profundo, somente pode ser resolvido em nível político, e através da luta política. E esta requer uma forma específica de organização: a organização política⁵⁷. Somente através de sua ação, enraizada nas massas⁵⁸, pode ser obtida a destruição do aparato estatal burguês e a sua conseqüente substituição por mecanismos de poder popular⁵⁹. Certamente, as formas de poder, o Estado, se localizam em um nível preciso da atual estrutura social. Embora tenham, obviamente, relações de interdependência com os níveis restantes da realidade social (econômico, ideológico, jurídico, militar, etc.) não pode a política ser reduzida, simplesmente a estes outros níveis. Em termos concretos isto significa que a atividade política não pode ser reduzida a luta econômica, a prática sindical [...]

Como concepção de Organização Política, o texto original (Mechoso, 2002, p. 195), – redigido por Cariboni, mas não assinado - mais à frente, coloca a definição da “função demonstrativa” aplicada das vitórias pontuais, no acúmulo de forças e na narrativa de um discurso coerentemente articulado entre as práticas políticas e sua respectiva difusão e propaganda. Esta atividade permanente, de longo prazo, se nutre, mas não surge da “prática

⁵⁷ Cabe uma observação. Neste caso, o do documento original, de intenção revolucionária; no modelo advogado na tese, de mesmo perfil, mas agindo na etapa de radicalização democrática visando o acúmulo do Poder Popular.

⁵⁸ Nota-se a influência da linguagem e dos conceitos da época. Para a tese o conceito que substitui o de “massas” é o dos sujeitos sociais, e o conceito de “movimento de massas”, é substituído pelo de agentes sociais que, uma vez organizados, constituem movimentos populares.

⁵⁹ Neste processo, a metodologia de análise aplicada na tese compreende a etapa anterior, conforme desenvolvida no Cap. 7. Isto é, a da radicalização democrática, através da expansão de direitos universais, contemplando as três esferas e os seis níveis de incidência aqui propostos.

espontânea das massas. Se entende a este nível como aquele que supõe a superação do espontaneísmo através do desenvolvimento de uma atividade especificamente política⁶⁰.

A definição conceitual de longo prazo que aplico, é a da organização como sinônimo de permanência da presença política através de inserção social, vitórias pontuais, acúmulos por setor e historicidade da luta via episódios contundentes está indo ao encontro da posição teórica e metodológica definida por Cariboni (como organizador), encontrada no(s) livros de Juan Carlos Mechoso (2002, 2005 e 2006). Em Mechoso (2002, p. 196), se encontra a associação de “linha estratégica”, com a “capacidade de previsibilidade do que está por vir, dentro de um lapso de tempo mais ou menos prolongado, sendo que esta condição analítica implica e inclui necessariamente a linha de ação da Organização que realiza a análise de maneira que esta instância política possa influir sobre as conjunturas no sentido mais eficaz e adequado.”

A previsão dos acontecimentos e a compreensão de que a “linha estratégica” está subordinada ao objetivo finalista e constringida pelas condicionalidades estruturais, implica um adequado trabalho teórico. Entendo que esta necessidade, a de trabalho teórico compatível com o desafio e a decisão onde o agente político coletivo (a organização) está implicado, é generalizável a todo modelo organizativo.

Já a predição desta tese e o diálogo que esta estabelece com a obra de Cariboni (2003 e 2006) são rigorosamente aplicados no modelo de Organização Política – de base federalista e libertária, especificado no Cap. 4 – advogado aqui, sendo que este texto também é a seqüência histórica do trabalho do professor de História uruguaio. Faço a ressalva que não se trata de um modelo absoluto, uma vez que o tipo de formação política e o enfoque teórico-metodológico não são absolutos. Assim, defendo que para cada modelo orgânico de partido exista a sua correspondente frente teórica e as instâncias formativas respectivas.

⁶⁰ Atividade política no intento de criar um espaço público dos movimentos e setores organizados e canalizador das lutas espontâneas. O fator de acúmulo é a capacidade de mobilização e de conquista e não o desempenho no jogo eleitoral oficial. Como viemos expondo, esta arena, a eleitoral, é secundária para o modelo ampliado da tese e no modelo específico, a mesma é descartada.

3.2. A “importância da Teoria” e o trabalho de Raul Cariboni

Apresento na seqüência trechos deste texto⁶¹, seguido de comentário, complemento ou críticas de minha autoria. Para facilitar a compreensão, neste sub-tópico, todas as citações são do original chamado de *Huerta Grande* e todo o texto não citado, incluindo os grifos, são meus.

O primeiro tema relevante que Cariboni aborda logo no início do texto é o “pensar corretamente”, quando este nos diz que:

Para entender o que acontece (a conjuntura) é preciso poder pensar corretamente. Pensar corretamente significa ordenar e tratar adequadamente os dados que se produzem, em quantidade, sobre a realidade. Pensar corretamente é a condição indispensável para analisar corretamente o que acontece em um país em um momento dado da História desse país ou de qualquer outro. Isso exige instrumentos. Esses instrumentos são os conceitos. Para pensar com coerência é necessário um conjunto de conceitos coerentemente articulados entre si. Se exige um sistema de conceitos, uma teoria. Sem teoria se corre o risco de pensar cada problema só em particular, isoladamente, a partir de pontos de vista que podem ser diferentes em cada caso. Ou em base a subjetividades, palpites, aparências, etc.

Nota-se que o texto aplica uma definição de que pensar corretamente significa ordenar os dados apreendidos da realidade (ao menos àquela que é aparente e tangível) e ter uma formulação discursiva coerente com os objetivos e condicionalidades às quais o corpo organizativo está subordinado. A articulação coerente do pensamento implica na utilização de um instrumental teórico, cuja dimensão “técnica” não pode amortecer e nem subestimar a dimensão ideológica (ontológica) motivadora do sistema de crenças que mobiliza este conjunto de homens e mulheres. A articulação coerente do sistema de pensamento

⁶¹ Surpreende o rigor e a contundência de um texto que começou a ser escrito em 1970, ganhou este formato aqui apresentado em 1972 e tem vitalidade até o dia e o momento em que concluo esta tese, em pleno dezembro de 2008. O tamanho, pela capacidade de condensar idéias, também é surpreendente. O texto não ultrapassa 4 laudas, em corpo Times New Roman, justificado e com espaço simples.

instrumentalizado (através do corpo conceitual), subordinado aos objetivos, dentro de um marco estratégico e motivado (orientado) pela dimensão ideológica é o que pode possibilitar a visão totalizante.

Assim, a objetividade estratégica, é dotada de fatores como os de acúmulo, de posição, de movimento, de aglutinação, de concentração, de manobras com envergadura. Estes fatores estão dentro de um marco totalizante de um sistema de pensamento político-estratégico, que é uma teoria formada por conjunto de conceitos coerentes e articulados entre si. Deste modo, pode a organização superar as particularidades, subjetividades, impressionismos e especificidades de cada conjuntura, sujeito social, frente de inserção e ambiente onde se está incidindo.

Cariboni (2006) segue na crítica e análise preditiva da importância da articulação da teoria com a prática política: “um partido/organização pode evitar graves erros porque pensou a si mesmo a partir de conceitos que tem um grau importante de coerência. Também cometeu erros graves por um insuficiente desenvolvimento de seu pensamento teórico enquanto Organização”.

Entendo que a observação acima se aplica na diferenciação de Programa de Trabalho para uma Linha Geral de agitação pautada pelo calendário de reivindicações já consagradas, datas históricas e a pauta das eleições parlamentares e para o Executivo. O desenvolvimento teórico e a boa medição das relações sociais do entorno da organização podem assegurar o grau de realismo necessário e a percepção daquilo que é transcendente à própria idiosincrasia do ambiente interno. É preciso ter em mente a busca incessante do Estado da Arte da Teoria Política de Intenção de Câmbio Profundo. Este aprimoramento deve ultrapassar os limites do “preciosismo intelectual”, sendo aquilo que habilita a localização do corpo coletivo (a si mesmo), aos setores de classe que se pretende organizar/representar e a sociedade concreta existente dentro dos limites espaciais onde se está inserido. Incorporar o rigor da análise de um trabalho para um corpo especializado que fomenta e alimenta o debate interno necessário para o balizamento preciso deste agrupamento humano que se organiza como associação voluntária integrativa. Esta tarefa,

de animação permanente, intenta fazer dos militantes a massa crítica com alguma capacidade de formulação, de modo que a universalização dos conceitos básicos e de uma carga razoável de informações possibilite o nível formativo necessário para dar existência real às determinações orgânicas de democracia interna.

Indo ao encontro do que afirma Cariboni, vemos a sua definição de programa e linha política.

Sem linha para o trabalho teórico, uma Organização, por maior que seja, é confundida por condições que ela não condiciona nem compreende. A linha política pressupõe um programa, ou seja, as metas que se quer alcançar em cada etapa. O programa indica que forças são favoráveis, quais são os inimigos e quem são os aliados circunstanciais. Mas para saber isso é preciso conhecer profundamente a realidade do país. Por isso, adquirir agora esse conhecimento é a tarefa prioritária. E para conhecer é preciso teoria.

Entendo que as formulações acima nos oferecem uma modelagem visível das carências, acertos, virtudes e mazelas do pouco ou muito trabalho teórico, da suficiente ou da falta de aplicação de métodos científicos na lida política. Podemos concluir que o bom conhecimento da realidade, somado com a qualidade de intervenção de acordo com o objetivo finalista é o fruto direto da capacidade teórica (aqui caracterizado como um sistema de conceitos coerentemente articulados), somado com a metodologia analítica para a incidência (sendo esta a sobreposição do pensamento histórico-estrutural aplicado sobre um tabuleiro de análise estratégica) e estando a dimensão ideológica preservada e retroalimentada pelo fazer da política cotidiana.

Por contraposição lógica, o pouco conhecimento da realidade (a baixa compreensão da sociedade concreta e seus constrangimentos estruturais), em geral facilita a mística interna esterilizante. Esta “mística exagerada e esterilizante”, se caracteriza por um discurso excessivamente emotivo e que somente se retro-alimenta, fazendo a confusão intencional entre culto da simbologia com a frieza analítica que é pré-condição para qualquer

incidência de longo prazo. Este discurso político se materializa para o público externo, em geral, através de um programa muito aberto, de linha pouco coerente (com evasivas conceituais e baixa coerência interna), o que corresponde na qualificação da incidência política em um caráter excessivamente agitativo.

Somo aos fatores citados acima a necessidade da qualidade da intervenção, caracterizando-se a coesão, a partir do âmbito interno para o externo, como um perfil de estilo de trabalho político. Esta forma de procedimento atua tanto nas instâncias política específicas, como na política-social, social e do associativismo como um todo. Afinal, nas arenas públicas, a conduta de seus membros é a materialidade da intervenção organizada da agrupação que se pretende fomentadora de câmbio profundo. O trabalho de Cariboni aponta também o estilo, a forma de intervenção, quando a organização é identificada além do arsenal simbólico característico da política, mas também pela coerente articulação discursiva e analítica materializada na intervenção política de seus membros.

Do ponto de vista metodológico, a teoria política de matriz libertária tem de dialogar com outras teorias, que não ocupem o mesmo espaço, mas que possam ser úteis para as análises e incidências necessárias para o desenvolvimento desta organização. Assim, segundo Cariboni, o ponto do diálogo, se dá na formulação de conceitos operacionais adequados na doutrina já pré-existente. “Teremos, então, que tomar a teoria conforme vamos elaborando, analisando-a criticamente. Não podemos aceitar qualquer teoria de olhos fechados, sem crítica, como se fosse um dogma.” Esta afirmativa implica em reconhecer e criticar, simultaneamente, e não iludir-se com a elaboração intelectual de outros.

Isto eu compreendo que também caracteriza um repúdio orgânico às adesões de tipo “clichê”. No termo aplicado abaixo, “cartazinho da moda”, é a crítica de Cariboni (com a qual faço acordo) da citação pela citação, pela profusão de discurso com pretensões científicas, mas cuja importação de paradigmas estranhos e tipos ideais inaplicáveis tornam esse mesmo esforço inócuo e estéril. Se isso pode ser desastroso na produção acadêmica de um trabalhador intelectual, para uma equipe de formação política que tem como meta

alimentar a capacidade de análise, tal esterilidade é a negação da instância em si mesma. Entendo que por isso a crítica abaixo é tão contundente.

Não iremos adotar uma teoria para pô-la em um "cartazinho de moda". Para viver repetindo "citações" que outros disseram em outros lugares, em outro tempo, a propósito de outras citações e problemas. A teoria não é para isso. Para isso a usam os charlatães. [...] Quem compra um grande torno moderno e, ao invés de tornear fica falando do torno, faz um mau papel, é um charlatão. Da mesma forma aquele que, podendo ter um torno e usá-lo, prefere tornear a mão, porque era assim que se fazia antes...

Neste ponto acima vejo uma aproximação da crítica intramuros do círculo virtuoso do mundo acadêmico, do conhecimento enquanto representação. É notado o elogio, mesmo que através de outros termos, do conhecimento enquanto um produto tangível e de aplicação estratégica. Isto se dá, analiso, porque no texto de Cariboni não se aventa a possibilidade de aplicação de um conhecimento fruto de método científico e cabedal teórico coerente, por fora do marco orgânico e da intencionalidade de ser um agente de câmbio. A caracterização do “charlatão” como aquele que faz “um mau papel”, e vejo como perfeitamente aplicável na atualidade. Pode ser visto este “mau papel” tanto entre operadores políticos e acadêmicos, dentre os que produzem discursos intangíveis ou importam categorias desnecessárias ou imaterializáveis em nossas sociedades⁶².

Este absurdo se dá seja pela complexidade argumentativa desacompanhada de uma fórmula de incidência, seja pelos que apenas copiam como os que aplicam tipos idéias pré-formatados. A pretensão universal de uma categoria ou um conjunto de predições categóricas, assim como a capacidade que um conhecimento tem de fazer do outro o particular e a si mesmo o conhecimento global é fruto tanto da correlação de forças como do potencial simbólico dos “charlatães”. A diferença do “grau de fracasso”, sem entrar no

⁶² Quando generalizo “nossas sociedades”, me refiro às sociedades concretas existentes na América Latina, englobando países, regiões, territórios ou grandes divisões como: Cone Sul, Zona Andina, Caribe, Centro-América, dentre outras.

mérito valorativo do que seria pior, é que o epistemicídio que nos fala Boaventura de Souza Santos (2002), quando aplicado na prática política resulta em fracassos de fins trágicos.

O mesmo se dá na comparação da tecnologia a ser empregada, ironizando “quem prefere torneir a mão, porque assim se fazia antes...”. Na política, o anacronismo tático pode levar a uma esterilidade das idéias-guia, justo pela incompatibilidade que estas idéias de tipo doutrina terão na aplicação teórica. O equívoco estratégico, fruto da confusão e “cegueira valorativa” daquilo que é tático e do que é estratégico para atender aos objetivos finalistas através de uma estratégia permanente, segundo os fins e as condicionalidades, costuma cobrar um preço elevado para os que cometem erros básicos.

Entendo que se nota acima, na citação do original de Cariboni, a preocupação em produzir teoria cujo produto de análise seja tangível, acessível, compreensível, tendo factibilidade entre a prática discursiva e a incidência organizativa cotidiana. Isto se dá, porque a preocupação maior não é nem com o proselitismo político e nem com a fundamentação da filosofia política. Embora estes dois fatores sejam relevantes, o que importa é a tangibilidade adequada ao terreno, ao espaço geográfico, inserida no tecido social e na estrutura de classes a partir de onde se opera e se organiza. O conhecimento enquanto representação se confunde e mescla a teoria com a dimensão ontológica pura (ideológica), tornando assim, a teoria, em muito algo pouco científico, acercando-a a mais uma peça de discurso atuando como um espelho de um sistema de crenças com pretensões científicas. A confusão e o apontar de algumas diferenças entre teoria com ideologia é abordada na seqüência.

A análise profunda e rigorosa de uma situação concreta, em seus termos reais, rigorosos, objetivos, será assim uma análise teórica de caráter o mais científico possível. A expressão de motivações, a proposta de objetivos, de aspirações, de metas ideais, isso pertence ao campo da ideologia. A teoria torna precisa, circunstancializa as condicionantes da ação política: a ideologia motiva-a e a impulsiona, configurando-a em suas metas "ideais" e seu estilo. Entre teoria e ideologia existe uma vinculação estreita, já

que as propostas destas se confundem e se apóiam nas conclusões da análise teórica.

Uma ideologia será tanto mais eficaz como motor da ação política, quanto mais firmemente se apóie nas aquisições da teoria.

Esta definição acima é uma necessidade que entendo ser atual. Isto porque a confusão entre teoria e ideologia é presente e permanente tanto no campo da prática política como na perspectiva do trabalhador intelectual com vocação científica e acadêmica. No rigor da proposta, Cariboni diferencia a dimensão ideológica, que eu denomino ideológica-doutrinária, e dialoga com a proposta apresentada nesta tese, caracterizando a dimensão ontológica como sendo de natureza não-científica (portanto equivalente à dimensão ideológica). Já a teoria, pela interpretação que faço de Cariboni, equivale às dimensões intrínsecas e extrínsecas do esqueleto-teoria; e o seu produto tangível, quando aplicado na incidência, tem seu equivalente na prática política.

A meta de desenvolvimento da teoria é equivalente ao grau de especificidade necessário para a mesma. Manter a capacidade totalizante sem frear os avanços é uma equação delicada e que cabe à Organização Política definir. Entendo que não há limites para o desenvolvimento intelectual, mas há limites para o trabalho teórico. A massa de dados, de informações brutas, que passem pelo ciclo de inteligência, será tão operacional quanto à capacidade de gerar um bem tangível com este ordenamento. Uma massa de dados brutos e bem analisados pode fundamentar um discurso acachapante. Este mesmo discurso será tão ou mais contundente à medida que as categorias centrais estejam definidas e postas em conflito com as categorias usadas pelo adversário. O parágrafo abaixo aborda de forma contundente as limitações do trabalho de uma frente teórica vinculada a uma organização política. Esta analogia pode ser feita também com o conhecimento produzido em nossas sociedades e que se localizam no campo das ciências humanas e sociais aplicadas.

Fica dito com isso que o processo de conhecimento da realidade social, como o de toda realidade objeto de estudo, é suscetível de um aprofundamento teórico infinito. Assim como a física, a química e outras ciências podem aprofundar infinitamente o conhecimento das realidades que constituem seus respectivos objetos de estudo, a ciência social pode

aprofundar indefinidamente o conhecimento da realidade social. Por isso é inadequado esperar um conhecimento "acabado" da realidade social para começar a atuar sobre ela tratando de transformá-la. Não menos inadequado é tentar transformá-la sem conhecê-la a fundo.

Sendo o conhecimento “suscetível de um aprofundamento teórico infinito”, Cariboni afirma ser esta capacidade interminável, inesgotável. Portanto, o grau de medição da profundidade necessária para influir e incidir sobre e desde uma determinada sociedade tem de ser algo definido. O debate típico entre comparatistas e especialistas não cabe em uma frente teórica de uma Organização Política. Se por definição ideológica o modelo aqui advogado não entende como legítima a limitação do desenvolvimento intelectual, este mesmo modelo se pauta por uma operacionalidade. Assim como esta tese entende ser a normatividade interessante para a ciência política, desde que a mesma pautar e fomente a tangibilidade dos conhecimentos, não cabendo neste propósito, portanto, a teoria normativa pura. Por vezes, o excesso de dados complexifica de tal forma a análise que torna a mesma inoperante. O mesmo vale para modelos abstratos e cujas variáveis são tão grandes que só podem se dar sobre uma linguagem de equação matemática e cuja modulação só é viável através de um programa de computação altamente desenvolvido.

Tal como afirma Cariboni no parágrafo acima, a medida da profundidade deve ser determinada de acordo com o desenvolvimento teórico, a massa crítica e a capacitação dos analistas. O preciosismo das pequenas variações semânticas, marcados pela “guerra de posições” entre intelectuais especializados, em geral com carência de definição substantiva dos próprios conceitos – ou dos fenômenos conceituados e caracterizados – são tão inúteis para análise política como a simplificação absurda e o temor a complexidade societária que vivemos. Para o Jogo Real da Política, não cabem nem preciosismos alimentados na vaidade intelectual e menos ainda os esquemas importados de outras sociedades. A validade se dá na articulação coerente de um sistema de conceitos que gera um grau de certeza suficiente e que não se confunde com a cegueira teórica e a distorção simbólica - fruto da análise pobre e da pouca crítica interna.

A crítica a esta confusão entre discurso ideológico e pobreza teórica é caracterizada por Cariboni. Impressiona a validade de seu discurso.

Em uma realidade como a nossa, com a formação social de nosso país, o desenvolvimento teórico tem que partir, como em todas as partes, de um conjunto de conceitos teóricos eficazes, operando sobre uma massa o mais ampla possível de dados, que se constitua a matéria prima da prática teórica. Os dados por si só, tomados isoladamente, sem um tratamento conceitual adequado, não dão noção da realidade. Simplesmente adornam e dissimulam as ideologias a cujo serviço se funcionalizam aqueles dados. Os conceitos abstratos, em si mesmos, sem se encaixar em uma base informativa adequada, não aportam tampouco ao conhecimento das realidades. O trabalho no campo teórico que se desenvolve em nosso país, flutua habitualmente entre ambos extremos errôneos.

No texto acima, Cariboni traça a diferença entre conceito operacional e conceito abstrato. Como já dissemos antes, a abstração faz parte das idéias-guia, dos conceitos doutrinários, não cabendo a função de conceitos essencialmente abstratos para a prática teórica aqui apresentada. O tema da “dissimulação da ideologia” a vejo não como a caracterização da ideologia como falsidade, mas sim com o mascaramento das opções doutrinárias como sendo de “ordem técnica”. Por estar em contra esta postura, posição esta que faço acordo, o autor uruguaio faz a crítica simultânea tanto do empirismo como da teoria normativa pura.

No caso da empiria pura e bruta, afirma que a quando a massa de dados não tem ordenamento lógico e nem atende a uma dimensão ideológica previamente definida, a mesma está ordenada por um discurso síntese fruto de uma ideologia que não se apresenta de forma explícita. Esta dissimulação a faz naturalizar-se, sacando assim a capacidade de criticá-la tendo como exemplo e raciocínio justamente a ordenação de dados na forma de um discurso coerente. Já a crítica dos conceitos abstratos, se os mesmos não aportam ao conhecimento da realidade, estes são falsificadores da percepção do real. Afastando a teorização sobre a sociedade da dimensão societária para e desde onde se quer produzir

teoria, este corpo conceitual também se confunde com a dimensão ontológica (ideológica), quando muito aporta algo de doutrina, mas não de incidência e muito menos de predição e antecipação de cenários.

Apresentei neste sub-tópico os recortes e fragmentos do texto original de Cariboni (2006), e julguei por bem não comentá-lo todo, apenas as partes mais relevantes para a seqüência deste trabalho, que se dá na segunda parte do Capítulo. Antes de entrar na continuidade histórica, política e teórica-metodológica da obra que teve como coordenador ao responsável de formação política da FAU (entre 1967 e 1973), entendo ser necessário um breve sub-tópico apresentando minha interpretação condensada a respeito do tema da ideologia.

3.3. Uma definição adequada da categoria ideologia

A temática ligada à definição de ideologia e o uso ou não desta categoria é fruto de largas polêmicas, tanto nos círculos acadêmicos como em partidos e organizações políticas. Nesta tese em geral venho abordando o tema, partindo já de uma definição da interdependência da esfera Ideológica como própria do mundo das representações, dos símbolos, das significações, das interpretações do mundo da vida e todo o universo ao que diz respeito da memória, da identidade e do sentido de pertencimento. Já no primeiro Capítulo afirmamos, através do texto de Althusser (*apud* Coelho, 1968), ser o inconsciente um objeto próprio, único e transversal ao sistema de dominação e da estrutura de classes. Portanto, seus frutos, não podem ser “jogo de espelhos e nem falsificação de realidade material” porque a formação do homem, de hominídeo em produto civilizatório humanizado e humanizante passa pela construção dos significados.

Repito o que já foi dito e reafirmo a posição não para desconsiderar a polêmica a respeito da categoria ideologia. Reconheço os debates e os embates, mas me atenho às definições aqui expostas. Entrar nesse tema com profundidade é mais uma janela aberta a partir desta tese de doutoramento, fruto do documento FAU/FAG (2007) somada ao diálogo realizado através das obrigações profissionais e de ofício acadêmico.

Voltando ao foco deste sub-tópico, a definição recente que mais se aproximou daquilo que este trabalho e seu autor têm como expressão ideológica, eu a encontrei em um texto da argentina Susana Murillo (2008).

Em seu trabalho, equivalente ao Capítulo 1 “*Acerca de La Ideología*”, do livro *Colonizar el dolor. La interpelación ideológica del Banco Mundial en América Latina. El caso argentino desde Blumberg a Cromañon* (2008), a autora argentina nos tras uma boa definição do conceito de ideologia. Nesta, ela nega a idéia de “falsa consciência” e tampouco estabelece uma distinção ontológica entre a ordem econômica e o ordenamento político. Isto vai ao encontro da definição de Foucault (*apud* Murillo, 2008), quando este afirma que “as práticas sociais constroem objetos, conceitos, técnicas e formas de subjetividade”. Vou ao encontro desta definição e faço acordo com Murillo quando a mesma afirma que “desde essas perspectivas, a ideologia caracterizada como falsa consciência nada aportaria; sobretudo porque esta caracterização se baseia sobre a distinção fictícia dentre a super-estrutura jurídico-política e a infra-estrutura econômica”.

É justamente esta crítica e a afirmação da interdependência e não da metáfora de super e infra-estrutura que me aproxima de seu conceito de ideologia. Neste conceito, Murillo afirma que a valorização do conceito tem como fim o avanço teórico na compreensão de diversos processos. São eles (de forma resumida):

1) vislumbrar de que modo o ser que nasce de um ventre humano se hominiza, não somente por razões biológicas mas também por razões culturais;

2) compreender por que no processo de hominização, os mecanismos positivos ou produtivos de poder, desenvolvidos em formas de dispositivos, se constituem em ideais subjetivos;

*3) ajuda a evitar o cinismo (Zizek *apud* Murillo 2008) que, mesmo sabendo da dominação de umas forças sociais sobre outras (grifo meu), por omissão naturaliza este processo de domínio;*

4) *analisar como os mecanismos de poder são espaços de luta que transformam e são transformados pelas subjetividades individuais e coletivas (também constituídas dentro destes espaços) em diversos momentos da história;*

5) *aporta luz sobre a compreensão de processos onde, por vezes, grupos humanos em situações de extrema vulnerabilidade, aderem a propostas de caráter autoritário*

6) *permite revisar uma noção de “subjetividade” onde esta aparece como produto “passivo”, isto para repensá-la, as subjetividades, como um produto ativo e construtivo, algo que se faz também a partir das práticas sociais.*

Esta larga definição em defesa do conceito de ideologia e da importância de seu desenvolvimento teórico me parece mais que satisfatória. Isto porque acerca a ciência política neste trabalho praticada da noção de que como seres humanos, nós estamos além de uma suposta dicotomia entre “espírito” e “corpo equivalendo a uma máquina”. A própria noção foucaultiana de corpo, de corpos, é algo que se constitui desde a mirada e a apreciação históricas. A esfera ideológica é parte constitutiva de uma carne humana que se faz sujeito, mas não de forma transparente ou necessariamente “consciente”, como pleno de razão pura. É um processo simultâneo, compartimentado onde toda a condição de existência acarreta algum grau, maior ou menor, de imaginário, que é constitutivo da existência mesma.

Aqui apresento a Interdependência de Três Esferas onde o político-jurídico-militar aparece como lugar de síntese, mas não como determinante, e tampouco a esfera de trocas e produções, como é a economia. Uma boa definição do papel da Esfera Ideologia (conceito ampliado) se encontra na obra de Castells (2003, *El Poder de La Identidad*), especificamente no capítulo 1: *Paraísos comunales: identidad y sentido em la sociedad red*, mais especificamente no sub-tópico “*La umma contra el yahilía: El fundamentalismo islâmico*” (pp. 42-51), quando o autor espanhol afirma que “o resultado histórico de uma ideologia não se mede em votos ou pastas ministeriais, ou nem sequer em apoio popular organizado, mas sim em sua capacidade de modificar crenças, desafiar os valores dominantes e alterar as relações de poder globais...”

Mesmo estando Castells se referindo ao chamado fundamentalismo islâmico, ou integrista, entendo que o exemplo conceitual acima é perfeitamente análogo às construções de identidades latino-americanas. Assim, a definição do poder de uma ideologia aportado por Castells, nos remete à sua própria condição de existir como categoria. Isto porque o câmbio profundo de mentalidades não pode ser fruto de uma relação passiva e de subordinação às demais relações e práticas sociais. Estas formas de disputa e contra-peso da esfera, conceito e categoria determinada e própria chamada ideologia ocupa um lugar central no desenvolvimento de qualquer modelo de organização política. Este peso redobra em importância e gravitação, a ponto de deformar o campo e referenciar aos demais, (segundo o conceito de Bourdieu 1997, p.60), e sua aplicação pode significar um fator decisivo na relação conflitiva entre a radicalização democrática e a limitante e limitadora ordem constituída.

Parte II: A atualidade da teoria das 3 Esferas e a contribuição original

3.4. Os três níveis de representação

Nesta Parte II do capítulo, para fins didáticos, explico que o texto original é de minha autoria, são raras as citações e aqui é apresentada uma versão particular de um documento coletivo FAU/FAG (2007) do qual fui um de seus redatores. Como é o padrão desta tese, distingo minha contribuição para o avanço desta teoria para assim ficar mais simples para o leitor identificar onde está o ordenamento novo e a construção discursiva própria e inédita. As páginas que seguem representam a condensação autoral de um texto dez vezes maior do que o aqui apresentado.

A intenção desta parte do trabalho é apresentar em forma discursiva o modelo geral de análise. Para isso, recorro aos tópicos e a representação geométrica, por considerá-la didaticamente superior às demais. Inicio apontando os três níveis de representação⁶³:

⁶³ Obs: não confundir com os níveis de incidência, que são seis, que decupados das Esferas Interdependentes, são, e ordem alfabética: direito-jurídico; econômico; ideológico; militar; político e social.

- a) Núcleo duro do capitalismo - corresponde ao nível sistêmico. Compreendemos por “núcleo duro” os elementos teóricos (entendendo-os como elementos constitutivos de uma teoria de médio alcance) o que dá sentido de existência e de caráter fundacional ao capitalismo. É parte deste núcleo constitutivo a propriedade privada; a exploração; o disciplinamento dos corpos; a modalidade de representação, administração e justiça; um sistema coercitivo e repressivo; e a existência de classes sociais. Ou seja, uma burguesia⁶⁴ (em seu sentido genérico), trabalhadores (também em seu sentido genérico) e a distribuição de um número cada vez maior de pessoas no mundo do trabalho informal e na exclusão social. Esta exclusão das relações formais de trabalho e emprego gera noções e costumes distintos no consumo, a saúde, a educação, nas moradias, sempre produzindo subgrupos ideológicos.
- b) Formações sociais concretas. São as formações sociais concretas que coexistem em uma mesma região, nações, são formas de vida, mas sobre um sistema de dominação hegemônica. Como uma contra cara dos elementos teóricos do capitalismo, é o conhecimento pragmático que não chega a ter um grande nível de abstração, mesmo porque na realidade não se encontram “modelos puros”. Os elementos constitutivos do capitalismo operam sobre todas estas formações.
- c) Elementos gerais das conjunturas (e vida-cotidiana-social). É o momento atual, um tempo social determinado. Toma a mesma definição da conjuntura.

Este sistema de dominação capitalista, constituído pela exploração, a dominação político-burocrática e a opressão (onde se inclui a discriminação, a exclusão e a repressão) estaria composto por distintas esferas. Neste modelo, apresentamos três, que consideramos essenciais para a existência do sistema e que geram a interdependência entre elas. De modo transversal atua, no mínimo, mais uma esfera. As esferas de interdependência estrutural são: econômica; político-jurídico-militar; ideológica-cultural com o conseqüente disciplinamento dos corpos e indivíduos (idéias-representações- comportamento- “modo” de informação e as tecnologias de poder a ela unida). A esfera que é transversal e

⁶⁴ Neste caso a generalização que me parece mais apropriada é a do termo em inglês *ruling class*.

“atravessa” a todas as demais é a aplicação generalizada das Tecnologias Informacionais e Comunicacionais (TICs).

Toda esta constelação de esferas onde se localizam as estruturas de dominação que circulam pelo corpo social se localiza no que denominaremos vida-cotidiana-social. Como o propósito desta tese é a operacionalizar as potencialidades de incidência para acumulação de forças a partir de um trabalho político cotidiano, é necessária uma prévia análise das forças sociais que possuem graus de antagonismo. Este grau de antagonismo latente é a matéria prima para o trabalho de qualquer organização política com intenções de mudança. Dessa constelação, a organização política advogada nesse trabalho prioriza as que pareçam poder constituir forças sociais que tem graus de enfrentamento pontual ou geral com o sistema de dominação.

A esfera ideologia requer um desenvolvimento determinado de sua análise para que não fique delimitada na construção da figura de linguagem de super-estrutura e infra-estrutura. Já afirmamos antes em distintas partes desta tese (incluindo o próprio Cap. 3) e repito aqui a afirmação de que é o inconsciente (matéria prima do ideológico) como um objeto próprio, portanto único e indivisível. Assim estamos afirmando que a esfera ideológica não deve estar adjudicada na visão de que a mesma tem como “função” tão comumente de distorcer, mascarar a “realidade”, da “racionalidade”. Estamos em contra esse tipo de afirmação, e a vemos como falsa e perfeitamente falsificável conforme demonstramos no Capítulo 1. Compreendemos que as idéias têm um tipo próprio de materialidade, são tangíveis e palpáveis. São tão contundentes quanto uma medida econômica ou uma decisão política.

3.5. Sobre o conceito estrutura global

O conceito de estrutura(s) é para nós a composição de seus elementos e suas relações, sendo que o relacional também compõe as estruturas. Não se estabeleceria a priori a determinação de uma estrutura sobre as outras. Essa dominância seria produto das análises respectivas e não estão dados *a priori*. A figura proposta é a de uma resultante de um

encadeamento que se retroalimenta. Vale dizer então que seria uma estrutura global sem predomínio pré-estabelecido de uma esfera sobre outra. Ou seja, sem determinância a não ser a interdependência. O “determinante”, se queremos usar o termo, seria a matriz que esse conjunto global capitalista possui no atual período. Tomamos assim a sadia distância do reducionismo assim como do relativismo.

O conceito estrutura se aplica, inicialmente, de duas formas considerando os objetivos desta tese. Deste modo, se aplica para as relações de mudança mais lenta e para as relações de mudança mais rápida. Ou seja, são distintas as velocidades de mudança e de transformação, entrando neste cálculo as variáveis de Alternância (mudança mais rápida e com menor grau de conservação) e Permanência (mudança mais lenta e com maior grau de conservação). Por exemplo, uma estrutura do aparelho coercitivo do Estado pertence às de mudança lenta e as práticas do ativismo político as de mudança mais rápida. Tampouco se tenta a priori estabelecer homogeneidade de tempo entre as distintas esferas que compõe a totalidade social. Seu ritmo de mudança, dito em termos “teóricos” é questão para precisar com muito cuidado.

Desta forma temos um sistema, o capitalista, que atravessa várias etapas históricas mantendo elementos estruturais que o reproduzem em suas distintas variantes em seu devir histórico.

O modelo mantém o caráter de “autonomia (ou independência) relativa” das distintas esferas. Estas esferas maiores (as três citadas como as de interdependência estrutural) têm em seu interior a elementos que constituem por sua especificidade outras esferas que chamaremos menores pelo momento. Também afirmamos existir uma autonomia que existe entrecruzada em perpétua articulação e inter-influência. São esferas interdependentes, onde as esferas menores têm equivalência aos níveis de análise e incidência. Aplicamos o termo esfera para substituir o de nível que dava mais a idéia de blocos separados.

Por ideologia entende-se, como já foi assinalado antes, ser a mesma composta de sistemas internos que tem também sua “autonomia relativa”, tais como: idéias-práticas,

tecnologias de poder, representações e comportamentos. O disciplinamento, por este modelo, se aplica tanto para o funcionamento mais direto do sistema em geral como para comportamentos específicos.

Na definição de ideologia é importante reiterar algo de fundamental importância. Tudo o que tiver relação com o conceito Resistência atravessa aos sistemas ideológicos sem pertencer a tal campo já que se trata de uma categoria mais geral e que aparece em todas as esferas. Afirmamos também que nos lugares de existência das formações sociais concretas é onde pode se produzir elementos ideológicos de antagonismo, possível rebelião, resistência latente. Esta formação ideológica de indisciplina se dá em função das práticas sociais que os sujeitos sociais devem realizar em sua vida cotidiana. Assim, o cotidiano produz e reproduz as condições de sua existência.

Queremos retomar o que já foi exposto na primeira parte do Capítulo 3, que é a idéia básica de que a ideologia é um terreno composto de certos objetos e o saber científico é outra. E que a ideologia não tem como objeto conhecer.

Neste modelo reconhecemos a existência e deixamos para uma segunda oportunidade toda a relação do mundo mediático, tanto na sua produção de conteúdo, como na atuação política e em sua organização empresarial. Neste sentido, o sub-campo da Economia Política Informação, da Comunicação e da Cultura, com sua relativa autonomia e o reconhecimento dos padrões técnico-estéticos como portadores de ideologias e fomentador de comportamentos me parece de grande relevância. Conforme expliquei na Apresentação, tanto esta área como a da engenharia institucional de conformação do Poder Popular tem de ser vista na continuação dos trabalhos derivados desta tese.

Ainda assim ressalto a especial atenção aos grandes conglomerados de mídia, onde os localizamos, dentro do terreno da difusão da produção de sentidos e idéias de fundo ideológico. Um exemplo clássico é a preparação do terreno no nível das idéias e fatos midiáticos que deram suporte às políticas neoliberais, base da “globalização” que atinge a América Latina a partir da década de 1990 (Amat, Brieger, Ghiotto, Lllanos e Percovich,

2002). O mediático hoje penetra em todas as esferas produzindo efeitos muito relevantes em cada uma delas. Um exemplo vivo é o golpe que se produziu a partir de uma operação de mídia em abril de 2002 na Venezuela (Lopez Maya, 2004). Ressalvo que o aprofundar nesta área, assim como da estrutura política-jurídica do modelo defendido nesta tese, será meta de futuros trabalhos.

3.6. A representação das esferas e das estruturas

Neste tópico apontamos o único gráfico que consta do corpo da tese. Os demais constam no anexo e não no corpo do texto. Considerei importante manter a estes em função de sua capacidade de representação. Para compreender o que estamos retratando, as estruturas são compostas por seus elementos e suas relações, sendo que o relacional também é parte das próprias estruturas. As estruturas mais estáveis e de mudança lenta condicionam o campo das relações sociais propriamente ditas. Nestas, se formam uma totalidade onde cada esfera tem uma forma específica e diferenciada de relação. A separação para a análise está sempre sugerindo duas coisas: que pertencem a um conjunto comum e que tem suas singularidades

Gráfico de representação da Interdependência das esferas Política; Econômica e Ideológico-cultural⁶⁵

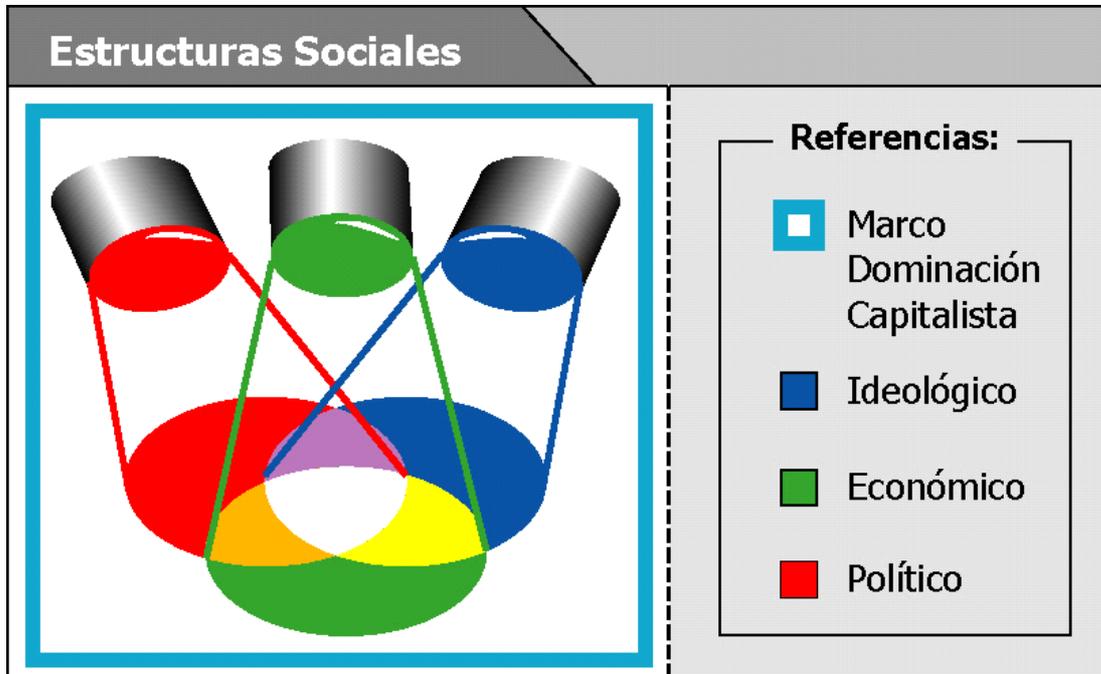
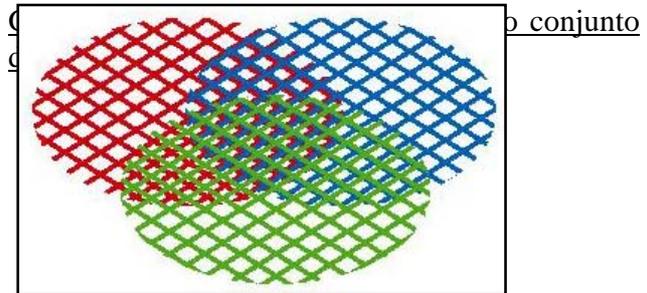


Figura 1

Na figura 1 (acima) O conjunto das estruturas inter-relacionado é a reflexão das esferas projetadas. Ao centro destas há uma área(s) marginal(is) cruzadas transversalmente pelo conjunto estrutural dominante. O campo marginal (branco, ao centro) representa a(s) zona(s) para a ação desde as margens. Tem o significado das “pontas” em que o sistema não tem força para sua reprodução consistente; onde há luta de setores nas distintas esferas e cujo reflexo pode gerar uma situação de a-dominância, se e caso a partir desta área (destas formações sociais concretas), operem organizações políticas com esta finalidade.

Todo o campo considerado como a soma das formações sociais concretas em latência de a-dominância pode ser pensado como resistência. Esta área é a representação onde a dominação exerce uma hegemonia bastante relativa ou então não chega por inteiro. É onde estão se produzindo latências de comportamentos centrífugos ao modo de dominação, incluindo as formas de resistências.

⁶⁵ Todos os gráficos eu os mantive na versão do documento original, encontrado em FAU/FAG 2007.

Figura 2

Nesta figura 2 se tem a projeção das esferas onde o conjunto de Campo das práticas políticas, político-sociais e sociais se manifesta (com organizações políticas, partidos de representação, sindicatos, entidades de base, movimentos populares, instituições sociais) em sua interação constante. A interação não está pensada como determinação, ou condicionante de um agente político por sobre um agente social, e nem vice-versa. Epistemologicamente esta interação é algo distinto e a influência preponderante de um nível de participação (de um círculo concêntrico) sobre outro não está posto a priori. Esta posição de importância e determinação é papel da análise teórica e deve se encontrar na avaliação da etapa ou a conjuntura de um sistema que já configuramos como Capitalista.

F

i

g

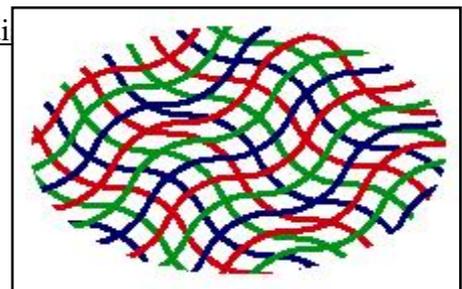
u

r

a

3

Gráfico de representação do entramado de práticas das di
sociedade concreta.



Como toda representação, ressalto que se trata de uma aproximação, em abstração, da sua existência na realidade de conformações sociais concretas. Partimos da base de que o poder circula por todas as projeções das esferas. Ou seja, ainda quando pertencem aos oprimidos em suas práticas específicas e “próprias”, existe uma conformação de relações de poder. Simultaneamente afirmamos que onde há opressão há resistência. A resistência é uma substância constitutiva da dominação.

Figura 4

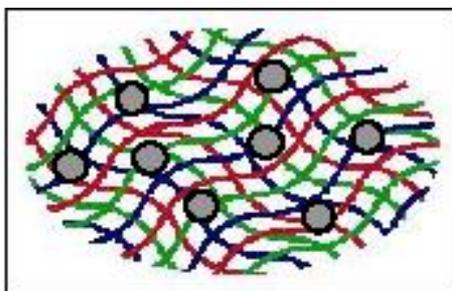


Gráfico de representação onde o campo das práticas sociais em nível de conjuntura aplicada para uma conformação social concreta.

Por conjuntura compreendemos o momento atual em um cenário complexo e que maneja tempos distintos. A conjuntura trabalha em diacronia e sincronia, somando aos elementos do acaso. Aqui se incorpora a categoria de **vida-social-cotidiana** que está graficada em círculos diferentes no mesmo entramado. Se têm em conta aqui só aqueles conjuntos sociais (compostos por sujeitos sociais a ser organizados por agentes sociais) que formam ou que tem potencial para formar forças sociais (a força seria a soma da rebeldia latente com a organização através de agentes). Em um segundo momento entraria nesta avaliação uma gama de experiências sociais coletivas que são de outra magnitude, mas de tipo convivência e sem uma definição reivindicativa direta, mas que em momentos dados podem chegar a constituir outro caráter ou reforçar forças sociais existentes. Os círculos representados na Figura 4 podem ser de distintos matizes tais como: comunidades indígenas, sindicatos operários, cooperativas de moradia, ocupações de terras, reivindicações por diversos direitos, movimentos ecologistas, imigrantes, etc.

3.7. A relevância da luta ideológica como forma organizativa de identidades, sujeitos e agentes

A luta ideológica passa pela necessidade da crença de que as idéias tenham circulação e vigência, que o ideológico tem seu peso e as idéias são materializáveis. Desde as lutas operárias do século XIX está a presença das lutas ideológicas como motor e combustível da aspiração a novas idéias, com a mesma contundência da ação direta e os grandes movimentos populares.

Em determinados momentos históricos se produzem com peso um conjunto articulado de idéias, representações, noções no interior do imaginário dos distintos sujeitos sociais. Este conjunto articulado de carácter imaginário, e que toma a forma de “certezas” defendidas pelos mesmos sujeitos sociais. Isto é o que pode transformar estes sujeitos em protagonistas de sua própria história ou em sujeitos passivos e/ou disciplinados pelas forças dominantes. Isto é o que chamamos de ideologia. Assim, a ideologia tem a ver diretamente com a constituição histórica dos sujeitos sociais, e, com a forma como eles se expressam na sociedade. É algo bem distinto da noção de que a ideologia seja a falsificação da realidade, justo porque ela é um dos componentes fundamentais de qualquer realidade social.

Estes momentos podem se expandir chegando a se totalizar, criando assim um paradigma no que diz respeito da organização de sujeitos em processo de protagonistas através da luta reivindicativa e da escalada do protesto. Mas, em outros momentos as ideologias se sobrepõem na mesma sociedade ou ficam vivendo em zonas isoladas. Na atualidade, como fruto da fragmentação neoliberal, romper o isolamento de representações ideológicas com potencial emancipador é tarefa permanente, chegando à altura de pré-condição de existência de sua atividade-fim, de uma organização política com intenções de câmbio profundo.

Frente a todas as mudanças e perdas de direitos sociais (Sanchez, 1998), frente à cultura que proclama o fim das ideologias e da história, que declara o capitalismo e suas instituições como a única realidade possível (Lander, 2002); é neste momento que a luta

ideológica ganha dimensões estratégicas para a produção de um novo sujeito histórico.

É neste momento que a capacidade de representação de um conjunto de idéias materializáveis pode ser capaz de confrontar a tais concepções dominantes com base na ação direta. A partir da ideologia, do poder das idéias, é que se pode articular coletivamente um conjunto de agentes em uma expressão de resistência e de avanço na medida em que convoca distintos sujeitos sociais e os converte em agentes capazes de reescrever a história e conceber um novo mundo.

4. ASPECTOS DO TREINAMENTO NECESSÁRIO PARA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E O PARTIDO DE QUADROS

Antes de iniciarmos o tema, é necessário expor algumas bases necessárias para compreender o seu correto desenvolvimento. Neste capítulo busca-se aprofundar a proposta de modelagem política, e transita no diálogo com as teorias e interpretações de maior gravitação na ciência política praticada no Brasil e na qual particularmente fui treinado. Trata-se de um exercício de construção de uma tipificação de Organização Política, um “modelo de partido”, de acordo com a proposta da tese e do estudo e análise estratégica no sentido amplo.

A hipótese formulada neste capítulo, dentro da perspectiva da democracia social, é a de acumulação de forças e radicalização democrática de longo prazo. O modelo aqui apresentado, embora tenha matriz e perspectiva libertária (assim como toda a tese), não tem necessariamente um só viés ideológico, mas representa uma possibilidade de aplicação dentro de um campo de intenções, motivações normativas e interesses estratégicos dentro da América Latina em geral e do Brasil em particular.

Assumimos algumas pré-condições que estão sempre presentes. Todo “modelo de partido” inclui na modelagem as condições e regras pelas quais este partido/organização política está constrangido e por onde esta mesma instituição (legal ou não) se dispõe a percorrer dentro de suas metas de médio e longo prazo (veremos o planejamento estratégico no Capítulo 7). Para ser teoricamente coerente é necessário apresentar modelos factíveis de serem testados, mas que, antes de nada, sejam aplicáveis de acordo com as hipóteses levantadas.

Como afirmei no Capítulo 1, é impraticável o exercício teórico de uma tese como essa tendo a premissa oculta de jogo de soma zero no conjunto de uma sociedade realmente existente. O problema que me proponho a contribuir na solução em particular neste Capítulo 4 é a possibilidade de construir um processo visível, palpável, em termos de sistematização teórica, a partir das práticas políticas realmente existentes na América Latina de hoje.

Nas linhas que seguem, o debate se dá sobre parâmetros de treinamento político, partindo do treinamento em si ao qual um cientista político passa no centro de formação onde eu mesmo tive a grata experiência de duros e fecundos embates teórico-metodológicos.

4.1. O debate da caracterização e tipificação de funções do partido político no regime democrático

Devo ressaltar que não é intenção desta tese e nem do capítulo entrar no debate específico a respeito das teorias de partidos políticos. Reconheço que a ciência política tratou largamente o assunto, que o objeto de análise – partido político – é uma unidade de análise estrutural essencial para a o campo e que há extensa literatura a respeito. Segundo Baquero (2000 p. 22): “Os estudos produzidos sobre partidos têm-se orientado em várias direções: aqueles que examinam os partidos do ponto de vista das funções que desempenham; aqueles que se preocupam com a caracterização do que os partidos são; aqueles que os analisam do ponto de vista de suas estruturas; aqueles que do ponto de vista ideológico, buscam compreender os partidos a partir do seu papel histórico.”

Reconheço a validade de todas estas orientações de estudo, mas realizo nesta tese e neste capítulo um estudo que, do ponto de vista ideológico, aborda o partido no funcionamento de sua estrutura, daí certa ênfase a partir dos termos e conceitos empregados

por Panebianco (1982). Esta abordagem das funções orgânicas é para observar o tipo de execução que esta unidade de análise tem no exercício do processo de Radicalização Democrática. No texto que segue, nosso eixo analítico é o funcionamento da organização política e o treinamento necessário para sua projeção. O que muda é o ponto de vista ideológico explícito – e não implícito, do tipo premissa oculta – e a localização da organização social voluntária e integrativa (partido político de quadros dotado de democracia interna) como estratégica para a acumulação de forças desde um ponto de vista classista e libertário.

Antes de voltar ao tema da modelagem desta organização, é interessante o diálogo com parte da literatura vigente. Abordo em específico naquilo que diz respeito à caracterização do partido, ao tipo de participação, ao ambiente macro-político (qual democracia?) e o formato de processo de longo prazo onde esta organização se insere. Para a caracterização de partidos políticos, uma definição passa por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004, tomo II, p. 905) quando os autores caracterizam o partido como:

[...] o partido compreende formações sociais assaz diversas, desde os grupos unidos por vínculos pessoais e particularistas às organizações complexas de estilo burocrático e impessoal, cuja característica é se moverem na esfera do poder político. [...] as associações que podemos considerar propriamente como partidos surgem quando o sistema político alcançou um certo grau de autonomia estrutural, de complexidade interna e de divisão de trabalho que permitam por um lado, um processo de tomada de decisões políticas em que participem diversas partes do sistema e, por outro, que entre essas partes se incluam, por princípio ou de fato, os representantes daqueles a quem as decisões políticas se referem [...]

Bobbio, Matteucci e Pasquino caracterizam os partidos como sendo de tipo de organização de massa (pp. 900, 901) ou eleitoral de massa (p.901) e é visto como um fenômeno equivalente a uma configuração organizativa e como conjunto de funções desenvolvidas (p.903). Caracterizo estas funções, dentre várias, como as de representação política, intermediação política, questionamento político, incidência nas decisões

fundamentais de uma sociedade, escola de quadros para elites, nicho de poder específico, e porta-voz de interesses diversos, difusos e específicos. Também compreendo esta unidade de análise como um recipiente fomentador e acumulador de força social e de experiências de protesto e contestação. A função de pólo de debate estratégico é a natureza da organização social de tipo partido político aqui sendo estudada.

Já Villalba e Muñoz (2006 pp. 45-47) aportam uma classificação de partidos mais complexa e completa. Estes seriam⁶⁶: carismáticos (com forte liderança de um indivíduo, muitas vezes adotam seu nome ou aderem a este personagem); programáticos (que se estruturam em torno de um programa); monoclássistas (cujo foco organizativo e de representação é de uma classe ou setor de classe); policlássistas (se dizem representar a interesses comuns a toda a sociedade); doutrinários (baseiam sua prática política em um sistema de idéias morais, políticas ou filosóficas, com alguma coerência discursiva); confessionais (adeptos de uma doutrina social de origem religiosa); nacionalistas (invoca o nacionalismo, o território original com motivação étnica, cultural, religiosa e expressando vontade de autonomia ou independência); de quadros (segundo os autores, caracterizados pela verticalidade de mando e autoritarismo); de massas (segundo os autores, caracterizados pela democracia interna e interação entre chefes, quadros e bases).

Nota-se que a maior parte das caracterizações e tipificações de partidos políticos diz respeito a agremiações que operam e disputam dentro de sistemas políticos constituídos. Mas, esta engenharia institucional não é algo “natural” na política e nem nas sociedades. A relação direta entre complexidade do sistema político e a existência de partidos nos remete a um período anterior da representação. É importante ressaltar a etapa do Estado moderno anterior aos partidos, como reforço da crítica à “naturalização” de uma forma organizativa. Para Bonavides (1978, p.439), a presença do partido político como parte do sistema político, legal, jurídico e estatal foi uma luta de posições. “Com efeito, não foi fácil ao Estado moderno acomodar-se em termos jurídicos a essa realidade nova, essencial e poderosa que é o partido político. Rejeitou-o o quanto pôde.”

⁶⁶ Nesta citação e na que segue, os comentários entre parênteses são de minha autoria

Entendo a relevância de se retornar para uma conceituação anterior a um sistema político legal, e não apenas restrito ao social. Porque para pensarmos em modelos não hegemônicos de organização social de tipo partido político é preciso compreender que a democracia de partidos de intermediação política não é absoluta e nem tampouco é a única forma de exercício do direito a se organizar e a expressar opinião e interesses.

Dentro da literatura a respeito de partidos políticos encontram-se distintas teorias, tipologias e formatos de análise. Entendo que uma generalização ilustrativa se encontra em Villalba e Muñoz 2006, onde os autores indicam como características dos partidos políticos: “organização permanente e durável; organização completa até em nível local; vontade de exercer e conquistar poder; vontade de convocatória, de atração e obtenção de respaldo popular; organização e representação de classes sociais” (pp. 41-42).

Além destas características, Villalba e Muñoz 2006 apresentam os níveis de participação, segundo sua leitura de Gramsci e de Duverger. Ressalvo que estas tipologias abordam, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino, a partidos eleitorais de massa. Concordo com esta caracterização, visto que estas tipologias abordam organizações sociais de filiações abertas. Voltando a caracterização das formas de participar, para Gramsci (*apud* Villalba e Muñoz pp. 42-43), haveria três níveis de participação: base (necessitam de força de coesão); dirigentes (organizam parte da força de coesão); quadros (elementos polifuncionais) e outros elementos organizativos (encarregados de questões específicas e político-técnicos).

Já na tipologia retratada por Villalba e Muñoz a respeito do estudo de Duverger (pp. 44-45); este divide o grau de participação em círculos, estando estes divididos em: eleitores (conjunto de cidadãos que expressam sua preferência a uma legenda ou sigla); simpatizantes (eleitores confessionais, que expressam aberta e regularmente sua preferência político-partidária); aderentes (afiliados de base mínima responsabilidades na estrutura) e militantes (aderentes ativos, em número menor e com capacidade organizativa superior).

O modelo compreendido por esta tese remonta à outra tradição, por fora do jogo eleitoral e que não se enquadra nestas tipificações. Para fins didáticos e termos comparativos, a modelagem organizativa se refere a um partido de quadros, com organização por círculos de compromisso e adesão e com democracia interna. No campo doutrinário, se vê como interlocutor de uma frente de classes (classista, mas não exclusivista de um setor de classe); opera para a sociedade através de um viés classista e de maiorias; admite e reivindica a origem nacional e popular e necessariamente é programático. Mais à frente aprofundamos o conceito.

Entendo que é fundamental, antes de seguir na tipificação do partido político, entrar no tema do ambiente macro onde o mesmo está inserido. Na hipótese de trabalho desta tese, a organização política não é necessariamente de tipo partido competidor, partido eleitoral. E, não se trata necessariamente de fortalecer ou não a saída de tipo insurgente, mas de aprofundar a capacidade de avanço democrático no interior das lutas e disputas pela ampliação de direitos coletivos e individuais. Por suposto que o modelo advoga uma base societária ditributivista e por raciocínio lógico, a mesma é impossível sem disputa em distintos níveis. Mas, antes de entrar nesse mérito, faz-se necessário o debate a respeito da democracia.

Tal como a maioria dos cientistas políticos, entendo que não há uma teoria unitária de democracia e que a mesma está em disputa. Também compreendo como válida a afirmação de que a vida em sociedade através do exercício de liberdade de expressão, de reunião, de organização e de manifestação são os pré-requisitos básicos para uma sociedade democrática. Embora essenciais, estes direitos não são fins em si mesmos. E, a garantia da estabilidade destes direitos não pode existir excluindo a dimensão social, distributiva, jurídica e econômica da democracia. Assim, não compreendo como “democrática” uma sociedade plena de direitos, mas onde as maiorias não influem de forma direta sobre e a respeito das decisões fundamentais.

Abordando este tema através da unidade de análise partidos políticos, nos encontramos com um debate de fundo. O mesmo trata das regras e condutas pela qual o

trabalho se posiciona. Para isso, necessita debater qual o conceito de democracia estamos adotando? Para Baquero 2000 (p.17), “[...]apesar de todas as categorizações conceituais de democracia que se encontram na ciência política, dois tipos de orientação tem se sobressaído. Por um lado a democracia liberal e, por outro, a democracia social.” Para Baquero (*id*), embora fruto de polêmica, divergências, debates e embates na bibliografia no interior do campo, ambas as concepções tem como pontos comuns de convergência: “soberania popular, direitos humanos, igualdade de oportunidades e livre expressão.”

Faço acordo com esta definição generalizável de democracia e vejo que no avanço da democracia liberal, pois à medida que os pressupostos neoliberais avançam, a soberania popular perde espaço para os agentes que operam na lógica de mercado, vem sendo retirado conteúdo dos regimes democráticos. Simultaneamente a perda de regulação social e a estabilidade procedimental do regime político, outras formas de expressão políticas vem ganhando terreno.

Há uma extensa bibliografia abordando o tema dos movimentos populares, dos “novos movimentos” e da relação destes com os partidos políticos. Ao mesmo tempo, segundo Offe (1992, p. 164) “há um aumento de ideologias e atitudes ‘participativas’ que levam as pessoas a se servirem cada vez mais do repertório de direitos democráticos existentes”. Esta característica agrava o distanciamento entre os partidos constituídos, operando dentro do jogo eleitoral e a partir dos procedimentos formais e evitando o conflito para o aumento destes mesmos direitos. Ainda para Offe (*id*) outros fatores fortalecem este hiato de “representação formal”, seria “o uso crescente de formas não formais de participação política” (como as já por mim retratadas, as que fortalecem as modalidades de protesto através de mobilização e geração de fatos políticos); e “as exigências e conflitos políticos de temas que conseguem se ‘politizar’”.

Isto se dá, porque fruto da correlação de forças, há a capacidade de um setor da sociedade, sujeito social organizado (através de um(s) agente(s) dotado deste propósito) ou fração de classe, de conseguir tornar politicamente aceitáveis temas que em uma etapa

anterior eram vistos como de “ordem moral, privada ou confessional”. Tal é o caso, dentre vários, dos direitos reprodutivos (questão do aborto), do assédio moral (humanização do trabalho) e das causas vinculadas direta ou indiretamente à ecologia (passando por demandas ambientalistas, preservacionistas, indigenistas, camponesas, dentre outras tantas).

É neste cenário de quebra do monopólio da representação, fazendo a crítica da intermediação profissional e sendo obrigado a operar num terreno de identidades fragmentadas e multiplicadas que está sendo proposta e desenvolvida a modelagem de “partido” (leia-se organização política específica) desta tese. O enfoque organizativo deste capítulo é visto como um foco de debates, um eixo de análise. Não se vê como único, mas compreende que as formas de funcionamento refletem o projeto político em si, na forma viva por estar sendo exposto e reproduzido em meio das relações sociais e em cenários cada vez mais complexos.

O foco deste capítulo e sua modelagem se dão através da análise e proposição organizativa da organização política, isto porque “são os conceitos essenciais a ser desenvolvidos” (Panebianko, 1982, p.17) para analisar o partido político. Para Panebianko (p.15), “naturalmente as organizações, e por tanto, também os partidos, tem um conjunto de características que obedecem a imperativos técnicos: exigências derivadas da divisão do trabalho, de coordenação entre distintos órgãos, da necessidade de desenvolver certa especialização em suas relações com o entorno, dentre outras exigências.”

Concluindo a apresentação do tema, a modelagem desta organização passa por uma conceituação inicial. *“O conceito fundamental da organização política libertária são os círculos concêntricos. Este conceito é simples e implica separar as formas de atuação e os níveis de compromisso. O político específico corresponde ao ideológico e é para os militantes politicamente organizados. Como esta organização não é de massas, portanto não tem filiação aberta. Compreende-se que o nível político-social e social devem ser massivas e abertas a todos os militantes populares. O político-social é para um setor afim, que compartilhe um estilo de trabalho, mas não necessariamente adepto no sentido ideológico-doutrinário. Já o social propriamente dito é para o conjunto das classes*

oprimidas, para a noção generalizável de povo como um todo. Corresponde às instâncias gerais da luta de classes e popular, proporcionando a organização do tecido social-produtivo, que é o pilar e o terreno do projeto de Poder Popular, através do processo de Radicalização Democrática.” (Lima Rocha, 2008, i)

4.2. O problema repressivo deve ser levado em conta

O modelo aqui abordado é o do treinamento de quadros médios para um partido de minoria, ou organização política com ingresso seletivo, visando à acumulação de forças, tendo como objetivo finalista alguma forma de ruptura com a ordem constituída, é necessário que a teoria seja coerente com o cenário e leve ao menos em conta o aspecto repressivo. No caso do modelo a ser apresentado, tal modalidade se encaixa nos parâmetros de defesa interna aplicada no caso brasileiro atual. Em todo Estado ou formação social concreta, existe um aparato profissional ou não, de antecipação de defesa das condições dadas como normas de convivência.

No caso brasileiro, a caracterização que aplico é vivermos num regime de democracia representativa em processo de consolidação (após 1985), onde os agentes da ordem (contra-insurgência) operam como reserva estratégica (última instância) contra os agentes de transformação da ordem (insurgência). Ou seja, as instituições políticas e sociais que exercem a vontade política de não-alinhamento, quebrando o pacto jurídico-burguês e o consenso democrático de concorrência por parcelas do poder real, segundo as definições da Agência Brasileira de Inteligência (Agência/ABIN⁶⁷), são potenciais geradores de políticas

⁶⁷ O texto é de citação literal e se encontra sua referência na bibliografia apresentada ao final da Tese. O citei na íntegra em meu trabalho de conclusão de curso em jornalismo (Lima Rocha, 2001, Introdução) e que posteriormente se transformou em livro (Lima Rocha, 2003, Cap. 1) e cujo Capítulo 1 foi deveras revisado e ampliado. Após vem sendo aplicado em cursos e oficinas de formação de movimentos populares e organizações políticas de quadros (desde março 2003) e sendo material básico para as cadeiras de educação continuada na Unisinos (Estratégias de Comunicação e Política, 2008.1 e 2008.2, ver: http://www.unisinos.br/educacaocontinuada/index.php?option=com_content&task=view&id=170&Itemid=207&modulo=verCurso&class_nbr=4277&strm=0545&tipo=NAO e http://www.unisinos.br/educacaocontinuada/index.php?option=com_content&task=view&id=170&Itemid=207&modulo=verCurso&class_nbr=4277&strm=0545&tipo=NAO&aba=2 arquivo consultado em 09 de agosto de 2008).

de confronto. Estes possíveis agentes são as organizações políticas e/ou movimentos populares com programas e/ou intenções de ruptura.

Especificando o agente, estas organizações trabalham a partir de setores de classe oprimida (ou desfavorecida) que teriam demandas justas. Uma vez que estas demandas não são correspondidas, podem incorrer em atos de violência (ver Lima Rocha 2001). A hipótese que trabalharemos está além da alegada pela Agência. Partindo das bases da análise estratégica, nossa premissa passa por organizações políticas cujo objetivo estratégico é a ruptura com a ordem social constituída.

Isto difere da premissa da Agência, afirmando que estas organizações (as quais eu chamo de movimentos) poderiam apenas recorrer à ruptura como um recurso tático caso suas demandas de reforma não forem correspondidas. Ou seja, a Agência pressupõe o problema de antecipação a partir do fenômeno reivindicativo e não ideológico. Já na confluência da caracterização do problema entendo haver acordo conceitual. Isto porque todas as outras arenas que não as finalistas contemplam objetivos táticos. Isto implica que, os tempos de curto e médio prazo são partes de um processo finalista de programa máximo.

4.3. O estudo da organização política e a carência na ciência política atual

Este trabalho apresenta a teoria de médio alcance onde o recipiente de longo prazo para acumulação de forças na interdependência é a organização política e as instituições sociais (com perfil de movimentos populares), adentro dos quais esta instituição política tem penetração e está inserida. Para tanto, utilizaremos alguns dos conceitos recorrentes na literatura contemporânea, recortando as ferramentas de utilidade explicativa independente de escola ou matriz teórica.

O tema específico desta parte da tese, o objeto de estudo é o treinamento de quadros de organizações políticas com intenções de ruptura. Este tema é, em nosso ver, secundário na literatura política contemporânea. Em especial se tratando dos autores e escolas cujas origens estão nos países centrais e consagradas nas universidades de países periféricos

como o Brasil. Esta falta de importância não é por acaso. Cabe a ciência social dos países centrais também formular e servir de laboratório para suas políticas externas, tratando tanto de ações de Estado, sejam as ações de tipo mais comum, inserindo os saberes acadêmicos na divisão internacional do trabalho. Infelizmente, boa parte dos centros de estudos da maior parte das universidades brasileiras, termina por se contentar em reproduzir o conhecimento enquanto representação, difundindo as premissas que nos impedem de pensar caminhos autônomos e independentes para os países latino-americanos.

Entendo ser interessante apontar aqui a definição de Baquero (2006, in Baquero & Cremonese, p. 47) a respeito deste fenômeno, algumas de suas conseqüências e as possíveis contra medidas aplicadas pelos cientistas políticos latino-americanos:

“No caso da América Latina, a “dependência” de paradigmas externos tem produzido uma estagnação no conhecimento, bem como uma paralisia da criatividade intelectual no sentido de propor alternativas para pensar nossa história a partir de construtos autóctones.”

É justo no sentido da constatação e da crítica acima que se dedica esta Tese como um todo, e em se tratando de modelos de partidos, este capítulo em especial. A ponderação que segue, conflui com a reflexão que faço no parágrafo além da citação. Vejamos:

Isso não significa negligenciar ou não analisar as condições contextuais de países com culturas e economias diferentes das nossas, sobre as quais foram elaboradas teorias. Pelo contrário, essas experiências devem ser utilizadas para identificar as especificidades dos países latino-americanos, porém devem ser examinadas como evidência contrafactual. Esta prática, penso eu, poderia ajudar a identificar as áreas nas quais o cientista político poderia atuar, indo além do mero diagnóstico e descrição normativa, pois naturalizar acriticamente as teorias internacionais⁶⁸ em nada contribui para vislumbrar estratégias emancipadoras de nossa condição de meros reprodutores de teorias. (Baquero 2006, p. 47)

⁶⁸ Obs. meu: entendo que são teorias internacionais por sua força e gravitação através de origem, ou seja, dos países de capitalismo central. Não são “teorias internacionais” por se aplicarem mundialmente ou por terem conceitos “naturalmente” internacionalizáveis. No caso da América Latina, tal postura atinge não somente a

Voltando ao desenvolvimento argumentativo próprio, ressalto ser a intenção deste capítulo o estabelecimento de um diálogo e de levar ao debate de fundo, incluindo as premissas, de alguns autores que apresentamos ao longo do texto. Para manter certa coerência e o tom da polêmica necessário, debatemos utilizando algumas ferramentas necessárias que são apresentadas (genericamente) no próprio treinamento de pós-graduandos em ciência política. Particularmente, este capítulo se apresenta com um “ecletismo metodológico”, mantendo fidelidade ao objeto de estudo e a estrutura da Tese. Argumentamos ao longo das próximas páginas que a capacidade de um analista está em utilizar os conceitos como ferramentas teóricas, capazes de explicar, exemplificar e universalizar algumas categorias, transitando entre teorias sem abrir mão de seus pressupostos. Cabe repetir a ressalva de que o espaço de um capítulo é uma abordagem limitada, portanto elegeremos categorias básicas para o treinamento do quadro deste tipo de partido.

4.4. A polifuncionalidade

Voltando ao objeto do capítulo, só é possível desenvolver o funcionamento do agente de ruptura da ordem no longo prazo, o partido político com esta intencionalidade, se observarmos o elemento fundamental para seu funcionamento. Isto é, se estudarmos os quadros do partido, ou de acordo com a tradição especificista, os militantes plenos, aptos a delegar e ser delegados para distintas funções e tarefas, com bom domínio político e técnico das atividades levadas pela organização ao qual este pertence.

Estamos nos aproximando de uma idéia ampliada de quadro. Este não é apenas o membro de uma organização com funções de responsabilidade ou no manejo de aparelho burocrático. Mas sim e necessariamente o indivíduo que reproduz e leva adiante as distintas tarefas elegidas por uma organização política como fundamentais para sua missão institucional. Assim, entendemos o quadro de partido com intenções de ruptura, como um

ciência política stricto sensu, bem como o próprio fazer político e seus tipos ideais advogados e defendidos como normativamente positivos.

indivíduo com bom nível de treinamento para levar a cabo a polifuncionalidade, assumindo distintas tarefas de acordo com as bases institucionais a que pertence.

Por polifuncionalidade, entendemos que este quadro deva ser capacitado (ir se capacitando) para atender as distintas demandas apresentadas, tanto na interna da instituição como nas arenas onde esta organização atua. O manejo de tempos distintos em arenas diferentes é uma abordagem necessária para este nível de responsabilidade. Em termos teóricos, isto significa que a arena eleita não é necessariamente a arena eleitoral e a competição por mandato através de voto. Historicamente, a maior parte dos partidos/organizações que se propuseram a este objetivo finalista ou não atuavam nesta arena, ou a tinham completamente subordinada aos outros tempos (Mechoso 2002, p.118).

Voltando ao tema do treinamento, o exercício destas responsabilidades implica um determinado tipo de treinamento bem diferente do treinamento de elites políticas de tipo oligárquicas, empresariais ou tecnoburocráticas. Não surpreende, portanto, que o tema seja pouco abordado pela literatura hoje produzida na área. Identificamos no treinamento político e técnico o elemento central da reprodução e desenvolvimento institucional destas organizações políticas.

4.5. Caracterizando o partido de quadros com intenção de ruptura

É preciso fazer a necessária generalização daquilo que estamos denominando de partido de quadros, ou organização política de minoria, com intenção de ruptura da ordem. Esta organização é o espaço onde se desenvolvem as tarefas e missões orgânicas do quadro como membro dotado de direitos e deveres neste tipo de instituição.

Nosso ponto de partida é a abordagem da análise estratégica executada por uma instituição política que caracterizamos como integrativa (March & Olsen, 1996, cap.7) e de programa máximo. Isto significa uma opção de rompimento e saída (no longo prazo) do sistema de concorrência eleitoral (Hirschman, 1973, pp. 31-38) como uma condição necessária para tentar executar os objetivos programáticos (permanentes).

Para realizar qualquer objetivo permanente, é necessário, minimamente, um agente que se proponha a realizá-lo (vontade política coletiva e organizada) e uma possibilidade de formação social concreta que tenha esta isto como factível, nem que seja de forma latente. Uma vez que se trata de um objetivo coletivo (ou ao menos, extensivo a um grande número de pessoas), faz-se necessário um agente coletivo (a instituição) com o devido potencial de desenvolvimento para realizar aquilo que é sua missão institucional.

A premissa estratégica que adotamos é a mesma: o objetivo subordina ao método empregado, sempre lembrando que o método determina o processo pelo qual se pode ou não vir a atingir o próprio objetivo. Assim sendo, entendemos que uma organização tem de hierarquizar seus objetivos temporários e os métodos para atingi-los. Mesmo que não os atinja, deve agir de acordo com o objetivo permanente demarcado por esta organização.

Por permanente compreendemos como estratégico, e subordinado ao objetivo finalista. Portanto, aquilo que é permanente pertence ao longo prazo, necessitando para isto de uma série de fatores positivos. Estes têm de ir ao encontro tanto da vontade política orgânica como da oportunidade de exercer esta vontade para seus fins, tais como:

- acumulação de recursos: recursos humanos, técnicos e materiais (nesta escala de prioridades)

- expansão organizacional: capacidade de desenvolvimento interno de acordo com a necessidade de cada momento histórico vivido (Clausewitz, 1996, livro 8, cap.6 e Panebianko, 1982, cap.10)

- K social (capital social) operando sobre um tecido social fértil: rede de relações sociais transformada em círculos concêntricos de apoio e influência (ver, Bourdieu, 1979, cap.8; Borba & Silva, p. 107 e p. 115, *in* Baquero & Cremonese, 2006)

- gravitação política: influência sobre situações decisivas na vida coletiva de um país (ou de parte da população deste país)

- conjunturas propícias: seqüência de momentos (oportunidades) potencialmente favoráveis e ao menos parcialmente aproveitados

- campo de alianças: alianças táticas (de concordância no programa imediato e/ou circunstancial) e estratégicas (de programa máximo)⁶⁹

- fatos políticos: fatos políticos que podem ser de marcação de posição, resistência ou cumulativos, garantindo assim a presença política pública desta instituição política.

Considerando que se trata de uma organização política com intenção de ruptura da ordem, algumas condições estruturais são necessárias para que este partido tenha a chance de realizar parte de seus objetivos estratégicos. Estas condições são de crise do sistema político, ao menos em partes deste, especialmente no mecanismo da representação oficial. De modo que as contradições de classe e de dominação sejam percebidas por um número significativo dos setores de classe oprimida.

Em termos existentes, implica na descrença (não total, mas majoritária) que soluções estruturais sejam possíveis sob qualquer forma de sistema econômico não distributivista e onde as decisões centrais de um país ou coletividade estejam subordinadas a interesses econômicos privados. Muitas vezes, estes interesses são minimamente regulados sequer pelas instituições capitalistas.

⁶⁹Esta é uma ampliação “profana” da idéia de campo de Bourdieu. Consiste num campo político e social de alianças entre agentes reconhecidos por seus respectivos pares e concorrentes. Ex1: aliança no campo social consiste em programas comuns entre distintos agentes, segmentos e setores de classe oprimida, demarcado por fatos políticos compartilhados, tais como campanhas reivindicatórias unificadas. Ex2: aliança no campo político pode se dar ao compartilhar uma frente de trabalho e ter acordo de procedimento e programa entre duas instituições políticas. Quando duas organizações concordariam em elevar os níveis de conflito e emprego da violência política a partir de um mesmo movimento social onde estas organizações atuam com gravitação.

Reconhecemos que a primeira etapa a ser alcançada para as soluções de fundo está na percepção desta descrença aplicada no regime democrático de direito. Isso não significa uma dicotomia do tipo:

a) a favor da democracia X b) contra a democracia

ou

a) pelo regime democrático X b) pelo regime autoritário

Tem sim o significado que este processo de descrença aponte para uma relação tática com o regime da legalidade jurídica vigente. Deste modo, os mecanismos de representação indireta (como as eleições para o Executivo e o Legislativo) não serviriam mais de escape e amortecimento para as contradições e demandas de fundo. Ou seja, àquelas as quais seria necessário repactuar a sociedade para contemplar as reivindicações e apontar um modelo exequível de ordenação social.

A hipótese de ruptura se dá justo quando estas pautas são legítimas e legitimadas por amplos setores representativos de maiorias e não há exequibilidade dentro do pacto poliárquico existente. O atual caso da Venezuela, considerando o *estallido* do Caracazo de 1989, como ponto de fratura dos acordos entre elites políticas e eleitorado pode ser um bom exemplo desta condição social. A distinção é que naquele momento, não havia lideranças políticas carismáticas ou organizações políticas inseridas em amplos movimentos sociais com expressões de massa aptos a canalizar a rebeldia que de latente, transformou-se em rebelião física e em atentados contra o patrimônio privado e os bens simbólicos da ordem então existente⁷⁰ (Rivero 2006).

⁷⁰ Um bom exemplo deste processo devidamente capitalizado por forças sociais e políticas organizadas se encontra no estudo de Rivero, María del Carmen Rivero (2006). Especificamente encontramos confluência conceitual com o Capítulo “La Insurrección”, que aborda a chamada Guerra do Gás, na Bolívia ainda governada por Sanchez de Losada (2002-2003).

4.6. Um possível e factível cenário para o desenvolvimento deste tipo de organização

No caso específico da América Latina, área de abrangência máxima possível das generalizações deste capítulo, o tema do desenvolvimento independente é uma pré-condição programática para qualquer processo de ruptura e também é gerador de uma sociedade com eficientes indicadores sociais. A partir destas condições, pode ser gerador de uma democracia com participação mais substantiva. Portanto é considerado tão estratégico como o tipo de regime e sistema econômico do país. Não há determinação de importância entre o que deve preponderar, se um país com autodeterminação ou a forma institucional - regime político, sistema político e sistema econômico, modo de produção econômico - sob a qual esta independência vai ser alcançada. Parto da premissa normativa que um não deve existir sem o outro. Assim, não há dicotomia entre desenvolvimento econômico e social e amplo grau de liberdade e participação política.

Para esta meta conjunta é a modelagem de organização a qual o capítulo se dedica. Tais premissas são para o modelo hipotético (ampliado) de partido de quadros. Definindo, um partido ou organização política que tenha critérios mínimos de ingresso, não tenha filiação aberta e uma escala de deveres e responsabilidades internas diferenciada. Este partido, em sua modelagem, tem a intenção de ruptura no longo prazo com a ordem constituída e a definição de uma sociedade de desenvolvimento econômico autóctone, base distributivista, garantia das liberdades políticas e dos direitos individuais.

Apontamos assim duas condições estruturais necessárias para uma possível alteração da ordem constituída (legal e no jogo real):

- a compreensão das maiorias de que o regime político de democracia de direito não supera as contradições do subdesenvolvimento; compreensão destas mesmas maiorias de que o sistema econômico é determinante para esta justiça social;

- a mesma compreensão de que não há possibilidade de desenvolvimento justo sem a autodeterminação do país⁷¹.

Levamos em conta alguns fatores positivos para este projeto: vontade política é uma pré-condição (normatividade, predição); oportunidade política é uma condição a ser alcançada, incluindo às conjunturas que são imprevisíveis; e as opiniões negativas em relação às democracias realmente existentes, como a uma descrença e ausência de participação de parcelas significativas das classes trabalhadoras e oprimidas de um país latino-americano. Na soma destes fatores, estariam dadas as condições mínimas necessárias para uma etapa de ofensiva deste partido de quadros. Para realizar esta ofensiva, outros dois elementos são minimamente necessários.

O primeiro elemento não diz respeito aos agentes políticos. Estes são o conjunto de partidos e organizações que confluam para a opção de ruptura; mas sim a noção de que estas mesmas maiorias tenham a compreensão de que devem protagonizar este processo de descrença institucional e acumulação. Conceitualmente, isto se denomina protagonismo popular. Uma vez que o modelo desenvolve a hipótese de partido de quadros como agentes políticos organizados, o canal de participação por excelência destas maiorias seriam os movimentos populares por categoria, sujeito social ou programa⁷².

⁷¹ Carecendo de uma definição contemporânea de desenvolvimento independente com justiça social, uma vez que o fim da Bipolaridade deixou esta hipótese em aberto e em descrédito, apontamos apenas um desenvolvimento com vocação produtiva, infra-estrutura e tecnologia próprias, havendo simultaneamente distribuição de renda, participação política em temas determinantes para o conjunto do país, liberdade de reunião e associação, fora dos marcos regulatórios internacionais (ex. FMI, BID, GATT) e com política externa não-alinhada com o atual mundo Unipolar (com os EUA como potência militar quase absoluta e hegemônica em termos políticos e econômicos). Os exemplos mais próximos são aos governos de Hugo Chávez, na Venezuela (iniciado em 1998-); Rafael Correa, no Equador (iniciado em 2006) e de Evo Morales, na Bolívia (iniciado em 2005). Afirimo isso reconhecendo que os mesmos governos estão em ampla disputa, interna e externa, e carecem dessa definição teórico-programática.

⁷² Estamos apontando hipóteses ampliadas de relação entre partido e massas, buscando ir além das apontadas por Panebianco (1982, caps. 5 e 6) nos casos “clássicos” para o ocidente, como o dos partidos de oposição social-democratas, socialista revisionista, trabalhista e eurocomunista da Europa do oeste durante a bipolaridade e no período entre guerras.

Isto significa que estes movimentos populares têm de ter um programa de longo prazo e reivindicações estruturais que minimamente confluem para um programa popular generalizado (Lander 2006). Exemplos de bandeiras comuns hoje poderiam ser: reforma agrária, reforma urbana, aumento do salário mínimo, direito a informação-comunicação e cultura, política de preços subsidiados ou isenção de impostos ou distribuição subsidiada para gêneros de primeira necessidade (carestia). Esta confluência é pré-condição para afirmar o tema do longo prazo. Caso sejam programas fragmentados, o protagonismo da ação coletiva se deteriora em função de ações com motivação setorial, quebra da unidade e atirando uns setores a disputar a base de pouca distribuição contra os outros⁷³.

O segundo elemento tem relação com a linguagem e ferramenta de intervenção utilizada neste processo. Como se trata de um objetivo estratégico de ruptura, as contradições de classe, de distribuição de renda e poder decisório real, têm de ser percebidas pelas maiorias da população de um país. Simultaneamente, para não prevalecer uma dinâmica de reforma gradual e “possibilista”, que automaticamente reforçaria as medidas de curto prazo, este tem de ser um processo com caráter de confronto. Empregar uma linguagem política de conflito enquanto reivindicação e não de colaboração para um “bem-comum”, de tipo equilíbrio generalizado.

Isto porque o suposto “bem-comum” teria abrangência universal, portanto, não está levando em conta as contradições apontadas. Além da razão de análise, é necessário um esforço didático de expor as correlações de força como inerentes das relações políticas, aumentando a própria correlação de força do setor popular. Ao mesmo tempo esta correlação deve ir se manifestando de forma sistemática e crescente, de acordo com a capacidade de compreensão e reconhecimento por parte das maiorias.

Em termos materiais isto significa o emprego de algum nível de confrontação e conflito, sempre de acordo com o grau de motivação, convencimento e confronto inerente

⁷³ Uma discussão dos problemas de coordenação, de ordem teórica e já clássica e com parâmetros genéricos (para a realidade de países centrais) do tema pode ser vista em Olson (1999, cap. 2)

dos movimentos populares organizados. Tal motivação implica que seu conjunto compreenda majoritariamente o tipo de contestação popular através da ação direta desenvolvida. Também é necessário o desenvolvimento da própria capacidade de resposta das instituições políticas de ruptura. Isto porque, a contra-resposta, a reação, é óbvia e previsível.

A ação repressiva por parte das instituições coercitivas do regime vigente é parte das regras da política e do pacto existente. O diferencial pode ser a antecipação ou não destas forças, praticando infiltrações, sabotagens, técnicas como desaparecimento ou seqüestros de militantes. Este pulsar entre movimento e regime necessariamente implica cálculo político acurado por parte da estrutura executiva desta organização hipotética a qual estamos modelando. O nível mínimo a ser empregado é o possível de ser desenvolvido e/ou compreendido pelo protagonismo dos movimentos populares.⁷⁴

Por fim, a acumulação de fatores positivos e de motivação política deve co-existir e se manter em conjunturas de crise econômica e de legitimidade do regime vigente, suportando as contra medidas das instituições oficiais, incluindo aí o aparato repressivo. Tanto o aparato informal (de tipo para militarismo), o generalizado (forças ostensivas como a ação de policiamento para proteção de bens de produção) e como o específico, neste caso, dos órgãos de inteligência e defesa interna.

Em termos clássicos, o conjunto de partidos com intenção de ruptura, e a partir destes derivar sua incidência nos movimentos populares envolvidos neste processo, deve estar convencido e com capacidade de convencimento de que os benefícios de realização de seu projeto e programa político superam os custos de repressão que são sistemáticos do regime (Dahl, 1997, pp.36,37). Havendo este grau de desenvolvimento, uma hipótese estratégica é

⁷⁴ Outras possibilidades apontariam para uma hipótese de “vanguarda armada”, cuja variável mais conhecida na América Latina é denominada por “foquismo”. Abordagens “clássicas” deste tema se encontram em Guevara (1987a, e 1987b) e Mariguella (1975 e 1979).

uma “inversão do foquismo”⁷⁵, apontando para uma política de confronto através de participação massiva e organizada.

A hipótese de conflito de tipo foquista “clássico” seria a seqüência de:
Crise Política - Crise Militar - Impasse Militar - Solução Política⁷⁶

Estamos apontando para a seguinte hipótese genérica:

Crise Econômica - Crise de Representação Política - Impasse Político - Impasse Social - Aplicação de recursos em nível social, militar e político de acordo com as condições de desenvolvimento de ambos os conjuntos de agentes específicos (regime e anti-regime).

Neste último momento, é que a hipótese de Dahl (1997, cap.1) se encontraria hegemônica pelas grandes coalizões políticas, a das elites operadoras do próprio sistema político, das elites da burocracia do Estado e que são operadoras do Direito, das associações e redes de classe dominante e dos altos mandos castrenses. Justo neste momento é quando podem se conformar cenários múltiplos, que deixam a hipótese de vitória ou derrota em aberto⁷⁷.

No caso latino-americano seriam passíveis de hipótese:

- quebras de unidade e hierarquia no interior das forças repressivas;
- intervenções militares dos Estados Unidos (de forma direta ou indireta);

⁷⁵ Esta é uma primeira tentativa de ensaio ao inverso do modelo foquista citado na nota acima.

⁷⁶ Vale a observação de que este modelo, embora não fosse foquista, foi o ocorrido na guerra de libertação nacional da Argélia (1954-1962). No caso cubano (1957-1959), a etapa final foi de vitória militar.

⁷⁷ Algumas aberturas de reforma e solução parcial negociadas são um recurso permanente por parte de qualquer regime e não podem nunca deixar de ser levados em conta. Regimes autoritários são mais fáceis de galvanizar uma oposição contra si, o inverso ocorrendo com conflitos sócio-políticos em regimes com canais de participação institucionais ainda abertos.

- isolamento dos países limítrofes, dependendo do tamanho e poderio dos Estados em conflito interno, até mesmo a intervenção de vizinhos sob supervisão dos EUA;

- criação de regimes de fato ainda que sob “guarda-chuva institucional”, como foi o governo Fujimori no Perú, 1992-2000;

- crise econômica de graves proporções, com circulação de várias moedas e aplicação de sistemas de trocas múltiplos;

- estabelecimento de territórios de não-controle e/ou de duplo poder sob controles variados (incluindo aí o crime de quadrilhas metropolitanas coordenadas, como hoje ocorre em favelas do Rio de Janeiro).

Vale destacar que nenhuma dessas hipóteses de cenário narrados acima assegura vitória certa. Mas, assegura apenas uma crise de regime e governabilidade em sentido amplo, o que pode levar a uma maior autonomia de ação e hegemonia do modelo de partido que abordamos. Esta parte do trabalho aponta então para cenários e condições apropriadas para o desenvolvimento de instituições políticas integrativas (March & Olsen, 1997, cap.7). Estas são conformadas por associados voluntários (ou seja, também o são associações políticas voluntárias, ver: Fontes, 1996) e que equivalem o nível político de um conflito com proporções sociais ampliadas. O nível político-social e social, neste modelo, também é composto por associações voluntárias, mas de caráter aberto e de massas.

Os objetivos estratégicos, as condicionantes estruturais e os cenários projetados nesta parte do capítulo servem como pano de fundo para entrarmos no tema do tipo de treinamento apropriado para quadros que tem de cumprir este tipo de missão institucional. Estas são definições mínimas e com projeção operacional básica.

4.7. A respeito do tema do treinamento de quadros e o ambiente institucional propício

Uma vez que este Capítulo trata da hipótese de desenvolvimento de uma organização política de minoria, ou o partido de quadros, com intenção de ruptura da ordem constituída, as variáveis de desenvolvimento para este tipo de instituição política estão condicionadas por sua missão institucional. Como afirmamos acima, estamos tentando generalizar um cenário de conflito social com protagonismo das majorias de classe oprimida e trabalhadora.

Esta hipótese automaticamente exclui soluções e processos desenvolvidos através de vanguardas esclarecidas de tipo armado e/ou de proselitismo político. Uma vez que a conjuntura de momento não possibilita visualizações precisas e de rigor quanto ao programa ideológico deste tipo de partido, tomamos a ousadia de apontar um “guarda-chuva ideológico genérico”, dentro do panorama político das esquerdas latino-americanas após o Levante Zapatista (1994) e a derrubada do presidente equatoriano Abdala Bucaram (1997).

No exercício da modelagem, busco algo que aponte para uma ordem social com distribuição justa, independência nacional e democracia substantiva, participativa e com experimentalismos institucionais nesse sentido. Este tipo de organização seria a versão atual (pós-bipolaridade) de uma soma de objetivos de libertação nacional e democracia de cunho socialista, somados aos acúmulos de experiências atuais ou históricas na América Latina.

Através de raciocínio lógico binário, se a hipótese de “vanguarda auto-esclarecida” não é considerada válida, portanto a condição de organização de minoria tem como estilo político o impulsionar das instituições sociais voluntárias e de caráter massivo. Uma vez que esta mesma hipótese aponta dois eixos de mínimo denominador comum – o especificismo político-ideológico e o protagonismo das bases sociais - os mesmos se tornam o alicerce da caracterização do tipo de instituição política que abordamos.

Assim, para esta organização o nível político oficial, de concorrência através de eleições não é considerado nem no plano tático de atuação. Experiências recentes na América Latina vêm provando e comprovando a limitação deste tipo de atuação para fins de ruptura. A mesma ressalva é válida para ocupar estruturas estatais para, desde adentro, intentar cambiar a correlação de forças e missão institucional de modo a torná-los públicos. Experimentalismos institucionais dentro do regime de legalidade são também considerados de forma tática e não-determinante para cumprir seu objetivo. Por exclusão, as saídas pela via de ruptura são estratégicas e prioritárias.

Um aspecto é importante ressaltar, que é o tema da inserção e condicionamento das bases sociais para um objetivo finalistas dentro de uma estratégia permanente. O tema do controle por parte dos partidos de esquerda sobre os movimentos populares é, no capítulo e na tese, justo o oposto do desenvolvido por Panebianco, ao generalizar a experiência da social-democracia européia (caps. 5 e 6). Assim, ao invés de ser inflexível para com sua própria base e transigir, a partir desta moeda de troca (o nível sindical e de massas), com os partidos da burguesia, este tipo de partido aponta para estruturas de democracia interna, tanto em suas instâncias internas como nos movimentos de classe os quais este incide e/ou hegemoniza⁷⁸.

Em termos concretos, esta instituição política defende e aplica a democracia interna, a autodeterminação resolutiva e a independência dos movimentos populares em relação aos partidos de classe (incluindo ao próprio partido). Este espaço assegura a autonomia de classe social oprimida perante todas as instituições políticas agindo dentro e sobre ela. A democracia interna serviria como prerrogativa contra a cristalização com tendências burocráticas ou de oligarquias (ver a caracterização sobre o tema, abordado por Michels em

⁷⁸ A leitura obrigatória para este tema se encontra na entrevista com o comandante do Movimento Revolucionário Tupac Amaru/Exército Revolucionário Tupacamarista (MRTA) Nestor Cerpa Cartolini (Cartolini, 1997). Nesta publicação se expõe as experiências de democracia direta e participativa desenvolvidas no Frente San Martín no final da década de 1980 até o início da década seguinte, nesta região de selva há 1000 km. da capital do Peru, Lima.

Panbianko, 1982, p.36). Este é um dispositivo conformado por mecanismos e decisões visando impedir a deformação burocrática, tanto na interna da organização como nas estruturas organizativas nas instituições sociais (movimentos de classe e programáticos) onde este gravita⁷⁹.

O binômio de autonomia de classe social e democracia interna em todos os níveis apontam para uma discussão de fundo teórico e essencial para nos fazermos compreender. Trata-se da própria idéia de classe política e, uma vez que esta se constitua, as possibilidades de seu desenvolvimento atingir ou não tanto a democracia possível como a desejável pelos agentes coletivos. Em tese, estaríamos diante das opções extremas de perpetuação sem renovação, a chamada opção aristocrática; e renovação sem perpetuação, a dita a opção democrática-revolucionária (para ambas ver Bobbio, 2002, cap.8).

Partindo destas opções consagradas, formulo mais duas possibilidades: uma se aproxima da aristocrática, transformando-a em oligárquica, ou seja, renovação para perpetuação. Outra teria o mesmo perfil, mas insistiria em perpetuação de missão com renovação de pessoal, esta, entendo como normativamente positiva para este modelo aqui apresentado. Em outras palavras, o tema é o do treinamento como parte essencial da reprodução desejável por uma instituição política (Para uma discussão e crítica do tema da classe política em Michels, ver Bobbio 2002, cap.8, e com precisão pp. 225-227). A discussão, por tanto, se dá sobre o mecanismo a ser reproduzido e o tipo de treinamento necessário para cumprir uma missão institucional.

Considerando as experiências anteriores, este mecanismo tem de gerar quadros treinados para assegurar a democracia interna (em todos os níveis) e os objetivos de programa máximo. Já o programa máximo, prevê a idéia de acumulação e vai de encontro contra as soluções de ordem tática de programas mínimos, com reformas parciais ou

⁷⁹ Uma abordagem clássica de tipificação de modelos e formas de desenvolvimento se encontra em Panbianko (1982, caps. 4, 9 e 10), para a relação com o entorno do partido e as áreas de controle e inserção, recomendo ver o mesmo Panbianko (1982, cap. 11). O tema do controle e da burocracia é desenvolvido neste mesmo clássico, Panbianko (1982, cap. 12).

favorecimentos a uma categoria em contra de outra (ver Przeworski, 1995, cap.1). É aquele que deve ser proporcionado pela própria instituição política que advoga esta tese. Não há possibilidade teórica fora disso, e aí rigorosamente se descarta qualquer hipótese de definições de “falsa consciência” (Przeworski, 1986, p.81).

Estas hipóteses seriam aquelas que se o indivíduo não cumpre aquilo que o partido advoga para a classe, ele se encontra no nível de consciência da classe em si e não na classe para si. Ou seja, o próprio partido já se auto-proclamou porta-voz dos interesses do povo ou da classe trabalhadora. Afirmamos que o comportamento de classe se adquire majoritariamente através de trajetória incorporada, aproximando-se assim do conceito de habitus (ver Bourdieu, 1979, cap 8). Também se dá através de esforço para inserção e incorporação em outra classe que não a de origem⁸⁰.

Este tipo de treinamento é fruto de pensamento estratégico e vontade política, portanto, rigor conceitual e motivação normativa. Nesta instituição política é reforçada a necessidade de aumento da capacidade de análise, ao identificar o jogo real (regras formais e informais, dentro de parâmetros legais e ilegais) e a arena prioritária onde este partido se lança. As identidades geram a coesão interna necessária, o que em tese, diminui os custos de coerção. E o quesito identidade é reforçado não apenas na origem, mas a identidade de povo (ancestralidade e pertencimento a um território) e de classe (compreendendo classe também como antagonismo).

Já os recursos técnicos necessários para o desenvolvimento próprio da instituição política, tais como o discurso e a linguagem política eleita para ser utilizada, são fruto direto de treinamento e experimentação orientada. Somados aos conceitos básicos, formulados como parâmetros analíticos e idéias-guia de fundo normativo, devem ser de uso comum a todos os quadros de um mesmo partido.

⁸⁰ Este conceito é reconhecido pela tradição de esquerda como opção de classe. Um termo leninista em desuso é suicídio de classe, bastante utilizado para setores estudantis universitários com possibilidade de ascensão ou mobilidade social através da graduação, ou então para a parcela deste setor que vai para a universidade receber treinamento para renovar a perpetuação.

4.8. Habitus, domínio e inteligibilidade dos códigos das classes onde se está, a idéia de inserção social e o recrutamento adequado

Vamos entrar em específico no tema da inserção social, tanto da instituição (organização política) como de seus operadores (quadros médios, militantes plenos). Entendemos que o tema do habitus também gera identidade e coesão. Tem relação, em sua maior parte, com as fontes de recrutamento e a inserção social. Por inserção entendemos como permanência e desenvolvimento institucional ao longo do tempo e em determinados espaços sociais escolhidos e possíveis. Também tem relação específica com o treinamento do membro já ingressado. Já os mecanismos coercitivos, executivos, deliberativos e com capacidade de sanção, tem relação com a estrutura interna e o desenvolvimento organizativo do partido.

Assim, o treinamento, desenvolvido por instância adequada e determinada com mandato coletivo da organização política, é, neste caso hipotético, um processo com etapas fixas, mas que se desenvolve de forma permanente. Seu objetivo é dotar de capacidades equivalentes as potencialidades dos membros plenos (com plenitude de direitos e deveres) de uma determinada instituição política com missão rigorosamente definida. O conceito chave deste treinamento, além dos conteúdos, é a equivalência entre os membros, buscando se atingir um patamar mínimo desejável pelo conjunto e com vias de crescimento de acordo com a necessidade e o planejamento estratégico da organização.

Vamos considerar que este partido hipotético aponte como necessário para realizar seu programa, dotar a instituição de quadros treinados e ambientados em segmentos sociais das classes oprimidas. Não se trata especificamente de fábrica ou favela, mas um conjunto de setores, segmentos e territórios sociais a serem encarados como frentes de trabalho. Possibilidades organizativas são várias, seja por sujeito social excluído como mulheres, negros, indígenas ou juventude marginalizada; por categoria de trabalhadores assalariados ou por conta própria do campo ou da cidade (operários, biscateiros, catadores, bóias-fria); espaço geográfico excluído (associação de moradores de vila, periferia ou bairros operários); dentro do campo da Informação, da Comunicação e da Cultura; ou constituindo

movimentos mais orgânicos e dotados de estrutura própria (como o movimento sem-terra, sem-teto, de trabalhadores desocupados). Enfim, neste Capítulo não cogitamos a hipótese de apontar um setor prioritário frente ao conjunto para ser trabalhado⁸¹ na intenção de organizá-lo. Considerando estes serem o tipo de setores para co-organizar, via inserção social, a ambientação dos militantes com responsabilidades (quadros) passa a ser o tema central.

Antes já consideramos que o treinamento político específico se dá na interna do partido e ao longo do tempo, e a ambientação com o meio social que se quer trabalhar é o tema central. Então, o determinante para o trabalho de partido passa a ser a gravitação em meios populares, e fundamentalmente, através da ambientação de seus quadros. Basta fazermos um exercício de hipótese mínima para chegarmos à seguinte premissa. Quem tem a melhor inserção em um determinado meio social são aqueles indivíduos cujas trajetórias, origens familiares, gostos, domínio dos códigos culturais, penetração no tecido social e pertencimento geracional são oriundos neste mesmo espaço.

Ou seja, está à frente na pugna pela inserção quem tem o habitus de classe já incorporado, como ponto de partida mínimo. Isto é o inverso do capital cultural e das redes de conhecimento para o ingresso nas elites existentes e que são pré-requisitos para mobilidade social e alguma forma de arrivismo político. Voltando ao tema da inserção social tendo as classes oprimidas como protagonistas, a entrada de pessoal já ambientado nos setores escolhidos para o partido atuar⁸²15, poupa anos de treinamento (justo de

⁸¹ No texto citado de Bourdieu (1979, cap. 8), a referência do habitus é o da classe operária francesa do final dos '60 e início dos '70. Neste artigo, apontamos uma variedade de setores de trabalho porque o exemplo de partido a ser analisado não é o Partido Comunista Francês, como o faz Bourdieu, mas um modelo de partido a partir da flexibilização e desregulação das relações de trabalho, desenvolvendo-se em países latino-americanos, com índice alto (mais de 50% em muitos dos casos) de desemprego e economia informal.

⁸² Absolutamente não estamos afirmando de forma estrutural-determinista que indivíduos de setores excluídos, caso tenham o treinamento e a incorporação, não possam ter mobilidade social. O que sim afirmamos é que a regra vale tanto para cima (mobilidade de incorporação nas elites) como para baixo (inserção de indivíduos com origem e habitus de classe média em setores populares). Fatores de motivação política e oportunidade via institucional (ex. bolsas de estudos, para cima; trabalhos de extensão universitária ou via pastorais sociais, para baixo) podem alterar de forma individualizada esta norma, mas geralmente exemplificando a própria regra.

ambientação) e de carga de informação necessários para neste espaço se inserir. A capacidade de interpretação destas relações sociais e de informação empírica cabe a própria organização gerar as ferramentas necessárias, via treinamento específico, e com aplicação interpretativa por seus quadros. Assim afirmamos que o habitus (em sentido amplo, de classe e povo) é uma característica fundamental para este tipo de instituição política se desenvolver através de seus militantes nestes meios inseridos.

Como o habitus é algo que se adquire ao longo do tempo, via trajetória, o tema essencial então é o recrutamento diretamente nestes mesmos setores excluídos onde se quer organizar. O treinamento político passa a ser tarefa da organização, agregando valor e orientação política normativa aos usos, códigos, costumes e preferências já existentes e que são trazidos via militantes destes meios sociais. A integralização de habitus, ferramentas organizativas e interpretativas, somadas com um conjunto de valores de capital social integrado as instituições sociais de um mesmo território ou fração de classe, somada a produção de bens culturais e identitários que façam a fusão de trajetórias, ancestralidades e interesses é algo próprio e necessário para uma instituição política integrativa e de tempo integral.

Vale uma ressalva. Esta não é, de forma alguma, a afirmação teórica da necessidade de profissionalização da militância. Até porque trabalhamos a modelagem de associações políticas voluntárias, portanto não de profissionalização proibida, mas secundária e controlada. A mesma ressalva vale para o reforço do caráter integrativo, como característica fundamental deste tipo de instituição.

A conclusão advinda do parágrafo acima é que a politização da vida social e cultural, agregando sentido coletivo e idéia de destino comum (a partir do pertencimento geracional e familiar) para um conjunto de militantes sociais, militantes políticos, quadros políticos e seus ambientes de gravitação é uma característica necessária para este modelo de organização política. Diminuindo a distância entre a vida privada e a coletiva, dando idéia de pertencimento e destino coletivo através do trabalho político e social, o habitus e o esforço integrativo (instituição, com coesão política através da afirmação de valores,

normas de conduta, além do programa partidário e dos interesses de classe) são tão determinantes para uma possibilidade de sucesso político como o são os temas de conjuntura e especificamente políticos (como campanhas, discurso, formas organizativas e de emprego de violência).

Isto aponta para outra característica, necessário como pressuposto teórico. O recrutamento, condicionado por *habitus* e vida política integrativa em tempo integral (para seus quadros, parcial para sua órbita), aponta para o modo endógeno. Instituições de tipo integrativo, com condicionantes de força (ex. o Exército Brasileiro) e ambiente externo adverso (como este partido hipotético, às voltas sempre com deserções, saídas individualistas, desemprego de seus membros e possibilidade repressiva) deveria, nesta hipótese, ter um recrutamento (majoritário, não-absoluto) de tipo exógeno, mas fortalecido, através da inserção social, também com laços de família ou amizade.

Este debate entraria aqui em temas mais próprios da organização, como lealdade, motivação e compreensão de objetivos coletivos. Mantendo a fidelidade com a discussão de teoria política específica, afirmamos que este tipo de condicionante é um inibidor, constringindo elementos com motivações individuais vinculadas a alguma possibilidade de recompensa privada material, de tipo free rider (ver Olson, 1999, caps. 2 e 3). Em termos de custos sociais, as sanções e condenamentos de seus pares, podem fazer com que um indivíduo (e por tabela seu núcleo familiar e aqueles de seu grupo de relações diretas) calcule que a motivação material não é compensadora o bastante para romper uma série de lealdades adquiridas e reforçadas ao longo do tempo.

4.9. Retomando a arena prioritária para este modelo e suas razões

O *habitus* poupa custos e esforços de sanções e de ambientação, mas não supera problemas de ordem de compreensão teórica e de mecanismo de funcionamento do ambiente político. Esta compreensão depende exclusivamente de treinamento, tanto teórico, conhecimento histórico e de vivência, compreendida por experiência empírica analisada a luz da própria razão da instituição política, da maioria dos quadros.

Saídas de curto prazo ou de ordem tática tais como encarar a participação eleitoral como estratégica, as alianças de classes no plano eleitoral ou no outro extremo, alguma opção de tipo foquista ou massista também podem ser evitadas caso as ferramentas de interpretação e as políticas deliberadas pelo coletivo sejam permanentemente reforçadas e estudadas. Delegar a fidelidade do militante para como as orientações ideológicas e partidárias apenas para a vivência individual ou ao mundo das idéias (e conjecturas do pensamento) não são suficientemente fortes para se contrapor a uma dinâmica que já é, desde o ponto de partida, hegemonizada pelas pautas e agendas comandadas pelas elites dirigentes de um determinado regime; e neste caso, do regime de democracia representativa⁸³. A compreensão da realidade (treinamento), os enlaces através da inserção social do partido (através de seus quadros aí recrutados) e uma carga de experiências materiais e oportunidades políticas concretas formam um conjunto mínimo para ir mantendo e adequando uma instituição política para cumprir seu programa máximo de câmbio social e ruptura com a ordem constituída no longo prazo.

Um último aspecto necessário para o treinamento básico dos quadros deste tipo de partido é a adequação para seus níveis de responsabilidades, das arenas prioritárias para o partido se lançar na vida política onde este se afirma. Por exemplo, o nível eleitoral sendo considerado como tático, secundário, ou mesmo negado, aponta para este partido outras arenas diferentes das esferas legais de concorrências por parcelas do poder. É fundamental a prática teórica interna como mecanismo de fortalecimento decisório, além de fornecer uma análise conjuntural permanente. Cumprir esta pauta interna de forma “afiada” é a

⁸³ Para uma discussão precisa da participação eleitoral da social-democracia européia ver Przeworski (1995, pp.39-44). Como não tratamos neste artigo de momentos de ruptura, mas sim de trabalho no longo prazo sob regimes de democracia representativa sem distribuição de renda e participação política em decisões estratégicas para o país (América Latina), apenas apontamos a discussão de “reforma ou revolução”, nesta obra de Przeworski, pp.44-51. Neste trecho do livro, é fundamental ver como a carga de compromissos adquiridos antes de eleições majoritárias (como, por exemplo, um programa de transição nacional-estatista, como o promovido por Allende, Chile, 1970-1973), uma vez que este é impossível de realizar dentro da legalidade, exclui outras possibilidades rupturistas, já que a ferramenta de organização de classe (o partido, ou a organização política) está compartilhando parcelas de poder do governo central, dentro do regime burguês, e com responsabilidades poli classistas.

garantia de aplicação desta análise no nível social, o que pode ser definitivo para o sucesso ou não - ou ao menos da continuidade do trabalho - do trabalho deste modelo de partido.

Um observador externo, que não compreenda os objetivos estratégicos de uma determinada instituição política, tende a ver este tipo de partido como “suicida” (caso analise pela via do comportamento político) ou “infantil” (numa compreensão mais precária de evolucionismo político)⁸⁴. Já se o jogo político prioritário para esta organização é a arena do poder real, a compreensão muda. O determinante passa a ser a própria matéria prima da ciência política, que é formada pelas relações de força em uma sociedade realmente existente. No caso latino-americano, uma sociedade de classes e de controle social das elites do regime por sobre as maiorias em geral sub-representadas.

Se esta for à arena eleita pelo modelo orgânico, então há equivalência de propósito e conduta política de acordo com o programa e análise deste tipo de organização. Ao inverso do modelo de análise tradicional, o que entendemos poder vir a ocorrer é justamente o oposto da contradição de interesses mais aguerridos da base partidária em contra dos acordos centrais de uma elite dirigente, como foram os estudos de casos tratados por Panebianco (1982) e Tsebelis (1998), a exemplo dos partidos trabalhistas e social-democratas europeus.

Entendemos como maior a possibilidade de ocorrência de uma determinação coletiva não ser aplicada por quadros individuais, por motivações de recompensa material, coação de suas bases (necessidades diretas), recompensas individuais e falta de rigor analítico. Para superar este tipo de problema crônico, são necessários todos os fatores de constrangimento citados acima, somando a isso medidas disciplinares (coação organizativa, punitivas e de sanções morais) que variam de acordo com o tipo de defecção sofrida e dos limites orgânicos do partido em questão (Anguita e Caparrós, 1998, parte 24)⁸⁵. É óbvia a

⁸⁴ Para uma discussão mais precisa de suicídio político no campo legal-eleitoral ver Tsebelis, 1998, (cap.5).

⁸⁵ Em conjunturas mais acirradas, algumas organizações do gênero chegam a ter organismos jurídicos internos, aplicando punições mínimas até extremas. Uma boa discussão de experiência jurídica partidária

correlação entre o nível de confronto com o regime, a carga de violência empregada e o nível punitivo esperado como fator de disciplina interna. O peso da gravitação e legitimidade social adquirida, pode também vir a dotar os movimentos sociais nesta órbita de uma instância de legalidade própria, atuando como mecanismo de coação coletiva de acordo com a institucionalidade acordada em coletivo, agindo com variados graus de participação e deliberação.

Retornando ao tema da análise política de qual a arena que se joga e se lança um determinado partido, esta só pode ser compreendida e analisada caso se conheça ao objetivo estratégico do partido e o grau de compreensão e fidelidade que seus militantes e quadros têm em relação a seu próprio objetivo finalista e a estratégia permanente definida. Entendemos assim que o treinamento inicia e se complementa na análise estratégica em sentido amplo, isto porque este modelo de organização de minoria tem como missão institucional uma incidência política dentro e através de um conflito de classe de longo prazo. Como dissemos no início do capítulo, neste pressuposto teórico o objetivo subordina ao método e este se desenvolve de acordo com as necessidades de momento adequadas para acumulação de fatores positivos para o objetivo de longo prazo.

4.10. A ancestralidade do modelo de organização aqui desenvolvido

O modelo que apresentamos nesta tese e no capítulo em particular não se trata de uma novidade para o universo da política. Se são novos ou inexistentes os estudos sobre o tema, se esta forma de fazer política não se transformara em objeto estudo, isto se deu devido à correlação de forças no interior do campo e da academia e da ausência de transposição dos debates travados na esquerda mundial para o universo acadêmico. Como foi apresentado no sub-item 4.1, este modelo aborda a organização política de militantes especificamente aderentes a um corpo ideológico-doutrinário. Por não ser de massas, em contraposição, está no formato de quadros, sem filiação aberta e cujo grau de compromisso dá-se através dos

dentro de outro regime se encontra na maior e mais importante Organização Político-Militar de esquerda peronista, os Montoneros argentinos, 1968-1980. Para uma primeira abordagem do tema, ver Anguita & Carrapós, 1998, parte 24.

círculos concêntricos. Na estruturação interna, a divisão jurídico-político-administrativa. Embora não seja exclusividade, em geral se atribui aos aderentes da ideologia anarquista esta forma de se organizar⁸⁶. Esta modalidade ganha definições ao longo de sua história, tais como: organicismo, plataformismo, especificismo⁸⁷.

A forma de organização de tipo federalista não é nova, como já dissemos. Em 1868, no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT, ver Coletivo Luta Libertária, 2000, pp. 76-79) a então chamada ala federalista tinha em seu interior uma força política organizada denominada Aliança Internacional pela Democracia Socialista (conhecida como Aliança, de tipo bakuniniano, ver *id*), cujo referente público mais conhecido é o militante russo Mikhail Bakunin (1814/1876, ver Cappelletti 1968). A Aliança tinha um funcionamento de organização de quadros, de tipo “carbonário” e com a maioria de seus militantes atuando em clandestinidade. Alguns referentes públicos eram líderes conhecidos dentro da AIT, e a mesma não atuava dentro de um país ou território em específico. Era usual o envio de delegados e agentes para países e regionais distantes, tanto para organizar socialmente, como para estruturar uma célula da Aliança como para episódios pontuais insurrecionais.

Outra experiência de referência nesse modelo de partido foi fundada em 1891, o Partido Socialista Revolucionário Anárquico (PSRA, conhecido como Partido malatestiano, Coletivo Luta Libertária 2002, p. 43) e seu referente mais conhecido é o anarquista napolitano Errico Malatesta (1853/1932, *id*). Embora contasse com acionar clandestino, o PSRA tinha a forma-partido mais semelhante com a usual. Seus militantes referentes para os níveis de massa (social) e de corrente (político-social) e material de propaganda política.

⁸⁶ A forma especificista/organicista/plataformista não é a única do anarquismo. Outras vertentes propõem o modelo “federação de grupos” (conhecido também como federação de síntese, ou sintetista) e também a forma “grupos de afinidade (que podem chegar a se organizar em uma federação de grupos ou redes). A maior parte da literatura, mesmo a ontologicamente vinculada ao anarquismo, tem uma abordagem da filosofia política dos que professam esta ideologia, e pouca atenção dão à estrutura orgânica e administrativa de suas organizações. O foco da tese é justamente iniciar o debate a respeito dessa estrutura.

⁸⁷ São mais conhecidas as grandes divisões do anarquismo em forma de filosofia política. Em geral associa-se a tradição de pensamento aderida à organização específica do anarquismo como anarco-comunista, vinda dos coletivistas de Bakunin (Coletivo Luta Libertária, 2002, pp.10-12). A ala que não entende a necessidade de separar o nível político do político-social deu na síntese das idéias de anarquismo e sindicalismo, resultando no anarco-sindicalismo (para a crítica ao conceito expressa por Malatesta, ver Coelho, 2008, pp. 124-126).

Seus militantes eram mais de tipo polifuncionais, incluindo os tipos de ação direta praticados na Itália da época (da fundação até o golpe fascista de 1922, ver Guérin 1968, pp. 127-131).

Da Revolução Russa, atuando especificamente na Ucrânia, saiu o acúmulo de experiência de organização política de massas em meio da guerra civil (1918-1921). O Exército Insurrecional de Camponeses da Ucrânia (Exército Negro, também conhecido como Machnovictna, ou Macknovista, ver Archinov, 1976), cujo referente militante era Nestor Ivánovitch Makhnó (1888/1934, Coletivo Luta Libertária 2001), tinha a hegemonia político-militar-administrativa de vastas extensões ucranianas, e desenvolvia um acionar que partia da produção coletivizada e cuja ponta estava um exército baseado em cavalaria móvel e cujos postos de mando eram todos eleitos. Houve então a fusão organização política/milícia libertária, promovendo simultaneamente a guerra de movimentos, o federalismo político e a autogestão sócio-econômica. Com a derrota para o Exército Vermelho em 1921, alguns sobreviventes do Estado-Maior do Exército Negro voltam a se agregar em Paris, França e escrevem um manifesto político, reconhecido como uma obra de teoria política anarquista chamada de Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários (ver na íntegra em Dielo Trouda 1997). Neste documento, que nos anos 1920 e 1930 teve ampla circulação, estão expressas quatro orientações teóricas básicas para o modelo até os dias atuais: Unidade Tática, Unidade Teórica, Responsabilidade Coletiva e Federalismo.

A exposição de experiências históricas e de acúmulo entre e a partir destas organizações poderia resultar em toda uma tese. Mas, para ressaltar aqui neste trabalho, de comum entre estes modelos organizativos está: a seleção de ingresso (partido de quadros); a não participação em eleições estatais (anti-eleitoralismo); a ação de tipo minoria ativa (em contra da concepção de vanguarda de classe); a estrutura federativa interna e defendida como modo de organização social (federalismo político); o uso sistemático da força, em conflitos coletivos e de tipo massivo (ação direta como meio prioritário de gerar fatos políticos); projeção das estruturas sociais organizadas como prioritárias, eliminando a intermediação profissional (protagonismo popular) e a existência de possibilidade de crítica

e promoção interna, crescendo o aumento de responsabilidades políticas segundo o grau de compromisso do militante (democracia interna e renovação).

Os exemplos históricos dados acima são referenciais não exclusivos. Para a tese, tomamos como base de diálogo as experiências da Federação Anarquista Uruguiaia (FAU, fundada em 1956, ver Mechoso 2005, pp.313-316) e da Federação Anarquista Gaúcha (FAG, fundada em 1995, ver FAG 2006). Em nenhum momento afirma-se que as três organizações aqui citadas são mais importantes historicamente do que outras, e no caso do anarquismo latino-americano, que a ideologia se encerra no especificismo praticado no Cone Sul.

4.11. Desenvolvimento do modelo de organização aqui apontado

Antes que nada é bom recordar que este é um trabalho de aproximação ao tema do treinamento de quadros. O modelo de partido estudado é justo o contraponto do que a literatura hegemônica em ciência política praticada na América Latina em geral, e no Brasil em particular, coloca como “modelo”. No mínimo se trata do oposto ao verificado em nosso próprio treinamento como cientistas políticos, pertencentes aos escalões menores de uma elite intelectual subsidiada com verba de Estado para desenvolver conceitos e capacidades cognitivas em prol das maiorias dos pagadores de impostos no país.

Por isso o diálogo realizado é com o contraponto do “modelo único”: instituições políticas agregativas, com hierarquias burocráticas profissionalizadas e participando da concorrência por parcelas de poder legal-constitucional. Em momento algum tivemos a intenção de ser normativos no sentido de afirmar que o modelo de partido X é melhor que o modelo de partido Y. Tal tipo de afirmação não resiste a nenhuma análise de rigor. Melhor para que? Qual a instituição adequada para cumprir uma missão institucional que não a sua de origem? Este é o debate de fundo.

O que sim procuramos começar a fazer é um estudo teórico, com rigor interpretativo e dotado de intensidade como o que a literatura (pela qual fomos treinados⁸⁸) aplica para os modelos majoritários. A tentativa é de buscar modelos aplicados em hipóteses passíveis de serem pensadas para e na América Latina. E, dentro do realismo científico, levando em conta os fatores determinantes que isto implica.

O treinamento que um modelo de partido tem de aplicar é aquele de acordo com suas necessidades estruturais e objetivos políticos (escalonados em tempo e prioridade). Uma vez que este modelo de instituição política buscaria promover um protagonismo de setores populares, é fundamental para seu sucesso organizativo a presença física e ideológica nestes meios. Isto nos leva a compreender o conceito de *habitus* como fundamental. Ou seja, o recrutamento deve ser voltado para aqueles que são legitimados nestes meios, isto é, sejam detentores do *habitus* da classe e segmentos que se quer organizar. Esta hipótese não é exclusiva, mas poupa custos de informação e esforço de treinamento (para inserção social de elementos oriundos de classe média ou setores universitários) que podem levar anos.

Não se pode, entretanto, delegar a capacidade de fazer política apenas e tão somente às origens e trajetórias dos quadros de uma organização. A trajetória é um ponto de partida para a aplicação do pensamento estratégico, sempre de acordo com os objetivos da instituição. Buscando um modelo complexo de análise, os fatores de treinamento têm de ser somados ao recrutamento (já dotado de *habitus*) e capacitação analítica. Isto no que diz respeito ao treinamento de formação conceitual e de ambientação no meio que se quer organizar. Fica em aberto neste capítulo e na própria tese os temas de treinamento técnico ou de aplicação político-técnico, necessários para qualquer instituição política (tenham o modelo e finalidade que tiverem) como os acima relacionados.

⁸⁸ Refiro especificamente ao chamado *main stream*, ou o suposto Estado da Arte, da ciência política hegemônica.

4.12. Aspectos conclusivos quanto ao tema do partido de quadros

Aponto que nunca é demais ressaltar que uma instituição política deste modelo depende determinantemente do bom trabalho de seus quadros. Isto nos leva a uma discussão clássica de virtú política, contemporaneamente analisada sob o conceito de qualidade da liderança política. Tanto este tema como o político-técnico não são abrangidos neste estudo, apenas resalto o reconhecimento de sua importância.

Afirmamos sim, que o mesmo esforço empregado por indivíduos ou segmentos desfavorecidos para obter mobilização (e ascensão social, porque a mobilização não precisa necessariamente ser para cima) são empregados no sentido inverso. Ou seja, várias categorias analíticas são válidas para este tipo de modelo de partido, desde que se leve em conta que o modelo implica um objetivo distinto do abordado pela literatura hegemônica.

Como já afirmamos antes, os temas em ciência política são impostos pelas necessidades e anseios da realidade ao redor dos centros de estudo e pela projeção identitária e as ambições do produtor deste tipo de conhecimento. Assim, vemos este tema como de crescente necessidade num cenário latino-americano e brasileiro de mudança de modelo (neoliberal) e com óbvias e enormes limitações de possibilidades de democracia substantiva pela concorrência eleitoral⁸⁹.

⁸⁹ Estamos nos referindo a pouca margem de manobra vista na eleição presidencial de 2002 (a qual nos debruçaremos no Capítulo 5), tomando como exemplo os acordos pré-traçados com o FMI, através da reunião e compromisso público assumido pelos quatro principais candidatos junto ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, isto em seu último ano de governo. E, através deste, junto ao organismo de regulação econômica global.

5. O CONCEITO DE PROCESSO DE RADICALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA FORMA SOCIAL DE DEFESA, CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE DIREITOS

Neste capítulo abordamos a proposta e o debate de uma concepção de democracia como forma social de ampliação de direitos. O tema passa necessariamente pela criação de um conceito de processo para a radicalização democrática aplicável na acumulação de forças onde atua a Organização Política proposta nesta tese. Entendo que sem elencar as arenas corretas e prioritárias, é impossível acumular forças para o empoderamento dos sujeitos sociais com os quais o esforço militante apontado neste trabalho visa organizar cotidianamente. Na ausência de um planejamento próprio, o poder de agenda é imposto pelas arenas institucionais consagradas e mediatizadas.

Com a falta de uma teoria democrática que contemple o processo político de empoderamento dos sujeitos sociais organizados coletivamente na forma de movimentos populares, a agenda destes movimentos sempre será reativa e não proativa. Assim sendo, perde o sentido uma Organização Política que supere o papel de intermediação-representação e se proponha a servir de motor e força estratégica deste mesmo processo. A proposta deste capítulo é debater no interior do campo da ciência política os pilares de uma teorização de processo de acúmulo para uma democracia radical (grifo meu), sua divergência com a corrente hegemônica e a convergência de outras matrizes das ciências humanas e sociais.

5.1. Na busca de um “paradigma” de uma área necessariamente aparadigmática

Reconhece-se que a afirmação deste sub-tópico pode parecer contraditória. Nesta tese se afirma que as ciências sociais vivem uma crise, e que especificamente, as teorias democráticas referenciadas na América Latina têm de exercer uma constante luta intelectual para ser reconhecidas por seus pares. Isto não é novidade nas ciências humanas e sociais. Ouso afirmar que a luta de idéias e de conceitos-chave, de opção por variáveis macro-explicativas em detrimento de outras, é algo constitutivo em nosso campo. Parto do princípio que estamos em um campo onde a dimensão ontológica implica necessariamente nas escolhas feitas, nas ferramentas de análise elencadas como válidas e no uso de um corpo conceitual que seja coerente com os pressupostos teóricos, metodológicos e o suporte ideológico dos trabalhadores intelectuais que se dedicam a montar e operar teorias.

Estas características não contêm nenhuma contradição ou conflito inerente. Ou seja, se partirmos do princípio que não existe neutralidade científica nos saberes das humanidades, admitimos que a precisão analítica não implica em suposto cientificismo que, em tese desmentida, universaliza(ria) um ou mais pressupostos particulares. Na correlação de forças do universo acadêmico dos países centrais e sua relação desigual com o campo intelectual da América Latina, ocorre justamente o inverso.

Partindo deste posicionamento, queremos dar nossa contribuição para superar um fator que consideramos de crise nas ciências sociais (grifo meu). Assumimos a condição de crise de paradigmas e funções nas ciências sociais contemporâneas a partir de uma afirmação de Boaventura de Souza Santos (2002). Para quem, citando ao crítico literário cubano Roberto Retamar, “não há ninguém que conheça melhor a literatura dos países centrais que o leitor colonial”. Ao não buscar novos parâmetros, e por se negar a reconhecer em sua própria matriz histórico-estrutural saídas para as crises da sociedade onde se insere e extrai sua produção intelectual, cabe ao cientista social da colônia o papel de tradutor de conceitos e apresentador de teorias normativas e inaplicáveis nesta parte do mundo (Santos 2002, p.20).

Seguindo este raciocínio e fazendo acordo na essência com Santos (2002), nos posicionamos radicalmente contrários ao setor científico que se caracteriza por ser um conhecimento arrogante, que só reconhece os conhecimentos “alternativos” (ou seja, produzidos em países de periferia ou semi-periferia) na medida em que os pode canibalizar. Vou ao encontro de Santos (2002, p.18) quando este afirma ser esta nossa atividade corporativamente autônoma (congregando o “círculo virtuoso”) e muito ciente no uso desta autonomia corporativa, tanto para se desvincular das lutas sociais e do exercício da cidadania, como para entrar em grandes contratos de tipo consultoria mercenária.

Somo a estas características, o papel desta ciência social como legitimadora da situação social vigente. Adaptando-se (reconvertendo) às novas situações após o início do desmantelamento do Estado Nacional-desenvolvimentista, as elites intelectuais da América Latina tornaram-se porta-vozes officiosas da afirmação de Thatcher: “Não há alternativa!” (ver Moulian, 2002). Trabalhando com a pré-definição de conceitos de por si, de fatos consumados através de um determinismo “econômico” – fundamentado na própria economia financeira, por sinal, discurso este defensor da “livre” circulação dos capitais -, ajudam com elementos discursivos a colonização do universo da política pelas pré-determinações políticas travestidas de orientações macro-econômicas, especificamente de hiper-estruturalismo neoliberal, aplicada como “pensamento científico”.

Nessa direção Borba & Silva (2006:103) a respeito da aplicação de teorias ou do desuso destas argumenta que:

Vagas ou ondas de teorias são fenômenos comuns no campo do pensamento. Esgotadas as possibilidades analíticas de um “paradigma”, novos olhares e representações surgem para orientar a explicação dos fenômenos. No caso do campo fenomênico em questão, todavia, impressiona a rapidez das transições e, acima de tudo, a falta de um balanço mais cuidadoso das contribuições e limites de cada um dos “paradigmas” em questão, se é que cabe falar de paradigma no âmbito das Ciências Sociais.

Sigo o raciocínio emanado desta afirmação e por isso este trabalho busca a referência também em “paradigmas” que não considero como superados, muito pelo contrário. Entendo que as “ondas teóricas” têm fatores multicausais. Identifico dois deles como relevantes para o debate da tese. Uma “onda” pode ser fruto tanto do esgotamento de um modelo macro-explicativo diante da experiência histórica, como também da correlação de forças que deriva da própria História. No caso específico da ciência política, a ascensão da Escolha Racional foi concomitante às vitórias políticas desta forma de pensamento, com a chegada ao poder político de operadores que advogavam essas premissas e suas dimensões ontológicas. O mesmo havia passado com as matrizes estruturalistas, hegemônicas na América Latina no período iniciado com o Pós-Guerra e concluído com o fim da Bipolaridade.

Vitullo (2007, p.17) e Klein (2007, p. 78), afirmam que a presença paulatinamente hegemônica da Escolha Racional nas universidades latino-americanas, em especial no campo da ciência política, se dá por contraposição ao estruturalismo e ao desenvolvimentismo. Por consequência, aponta a análise advogada pela posição teórica e epistemológica da visão histórico-estrutural, “porque apontava a debilidade da burguesia nacional, a pobre estruturação das classes sociais, o predomínio de uma cultura política autoritária e a dependência dos grandes centros econômicos e financeiros internacionais como fatores responsáveis pela ruptura dos regimes democráticos do passado.” (Vitullo, p.17)

Uma das mudanças da “nova postura” foi na redução no foco da análise. Os grandes temas, a postura emancipacionista, a preocupação com o desenvolvimento nacional e a problemática da dependência foram deixadas de lado. Uma das formas que o individualismo metodológico aporta em nosso Continente é nos estudos de transição de regimes de força e exceção e na consolidação da democracia representativa. Justo por este enfoque, segundo Vitullo (2007), o foco dos analistas da nova vertente se deu sobre as elites políticas e nas suas decisões, opções e estratégias. Acrescento que o debate supostamente “estratégico” fica delimitado ao marco tático (grifo meu) de uma

“democracia limitada pelo resultado das habilidades, tomadas de decisões e estratégias racionais seguidas pelos grupos dirigentes e atores mais relevantes”.

A forma portadora das ferramentas de análise é através da linguagem, dos exemplos comparativos e das analogias. Vitullo (2007) identifica que “desta nova ótica, os diversos quadros e situações políticas dependerão, fundamentalmente, das ‘jogadas’ levadas a cabo por um número limitado de participantes e de suas interações contingentes”. Se observarmos com atenção a justificativa de “racionalidade da escolha racional”, em texto original de Milton Friedman, já encontramos as mesmas analogias.

No livro de 1990, “Jogos Ocultos”, George Tsebelis (1998, p: 44) apresenta o debate do pressuposto racional da sua escolha. Ao questionar se “é realista o enfoque da escolha racional?” expõe a origem desta formulação que logo viria a ser universalizada para o campo da ciência política por Anthony Downs (obra original de 1957). Segundo Tsebelis, a resposta mais freqüente para a questão seria: “Não importa; as pessoas agem ‘como se’ fossem racionais”. A forma totalizante de responder a este questionamento se encontra no artigo do economista Milton Friedman, “The Methodology of Positive Economics”. Friedman (1953: 14) afirma:

*Descobrir-se-á que hipóteses realmente importantes e significativas possuem ‘pressupostos’ que são representações descritivas **tremendamente imprecisas** da realidade, de modo geral, quanto mais significativa for a teoria, mais irrealistas serão os pressupostos (nesse sentido). [...] Para ser importante uma hipótese deve ser descritivamente falsa em seus pressupostos.*

Friedman exemplifica em três exemplos diferentes para apoiar a “F-twist” (“tendência F”), como a tese do ‘como se’ fossem racionais.

- os hábeis jogadores de bilhar, que executam suas tacadas ‘como se’ soubessem as complicadas fórmulas matemáticas que descrevem a trajetória ótima das bolas;

- as firmas que agem ‘como se’ fossem maximizadoras da utilidade esperada;

- *as folhas de uma árvore; Friedman (1953: 19) sugere “a hipótese de que as folhas se posicionam como se cada uma procurasse deliberadamente maximizar a quantidade de luz solar que recebe.*

Um dos pilares da aproximação da lógica da escolha racional sobre as variáveis da política e sua matriz histórico-estrutural é a obra de Anthony Downs (1999), “Uma teoria econômica da democracia”. O original da obra é de 1957, sendo a mesma escrita entre 1955 e 1956. É interessante observar já nos agradecimentos, a vinculação teórica, epistemológica e de suporte institucional que o economista contou para escrever o livro⁹⁰.

Nesta obra, Downs (1999, 43) se posiciona na mesma linha de Friedman e afirma que o artigo do economista de Chicago, publicado em uma obra cujo título é a de um “ensaio” (“Essays of Positive Economics”, 1953, Chicago Univ. Press) é uma “excelente afirmação desse ponto de vista”. Segundo Downs, “os modelos teóricos deveriam ser testados primordialmente mais pela precisão de seus prognósticos do que pela realidade de seus pressupostos.” Dessa forma, o autor concorda com Friedman e defende o pressuposto irreal como base para a Escolha Racional.

O questionamento desses dois trabalhos não é pelo fato de seus pressupostos serem irrealistas. Entendo que esta postura teórica-epistemológica deve existir, mas diz respeito às dimensões ontológicas (ideológicas) da teoria. No campo operacional da política, a dimensão ideológica, após um longo período de desenvolvimento, sistematiza idéias-guia no sentido de doutrina. Essas idéias-guia desta tese e sua filiação tanto teórica como metodológica e ontológica, foram discutidas anteriormente. Entendo que a honestidade

⁹⁰ Downs (1999), na página, 21 (Agradecimentos), presta o seguinte reconhecimento: “Como todas as obras supostamente originais, este estudo deve muito de seu conteúdo ao pensamento e esforços de outras pessoas. [...] Também gostaria de agradecer Robert A. Dahl e Melvin W. Reder, que leram o manuscrito e fizeram muitas sugestões que incorporei. [...] Finalmente, gostaria de agradecer ao Office of Naval Research pelo auxílio que tornou este estudo possível. [...]Anthony Downs, Stanford University, maio de 1956”.

intelectual deve partir de que o pressuposto “subjetivo” é irracional por estar o mesmo vinculado ao campo das filiações, do inconsciente, das aspirações. Como o inconsciente é um único irreduzível, é um objeto próprio da esfera ideológica. Por serem as ciências humanas e sociais de natureza paradigática, simplesmente não existem disciplinas e saberes das humanidades que não contenham em seu universo intrínseco uma dimensão ontológica, portanto, não-científica.

É interessante a maneira de formulação de pensamento de Friedman. Já no quesito “precisão de prognósticos”, entendo que ocorre uma afirmação inversa. A precisão de análise e a predição de conjunturas dentro de um marco de constrangimento são possíveis. Já o termo empregado por Friedman, a da “representação descritiva tremendamente imprecisa” não garante nenhuma certeza de alteração estrutural no futuro. O que quero dizer é que o acerto na predição de longo prazo depende da incidência dos agentes e não da precisão analítica.

Friedman foi “descritivamente impreciso” no período keynesiano, e na América Latina, na época dos Estados nacional-desenvolvimentistas. Ou seja, ele se valeu de um eufemismo ao afirmar que, “as hipóteses realmente importantes e significativas possuem ‘pressupostos’ que são representações descritivas tremendamente⁹¹ imprecisas da realidade”. O texto é de 1953. Nos Estados Unidos, trinta anos depois, em 1983, suas representações passam a ser levadas descritivamente em conta com a vitória eleitoral de Ronald Reagan (01/01/1981 a 01/01/1989, ver Agüero & Amry, 1996).

Já a “precisão dos modelos teóricos” advogada por Downs, a mesma se vê com dificuldade de reprodução de seus pressupostos. É interessante notar que o também economista Downs afirma que “todavia, se é para nosso modelo ter coerência interna, nele o governo deve ser pelo menos teoricamente capaz de desempenhar as funções sociais de governo (nesse caso, a palavra governo se refere à instituição, e não ao partido governante).”

⁹¹ Obs: por mais paradoxal que possa parecer, o termo “tremendamente imprecisas” é uma citação textual dos originais.

Ou seja, Downs advoga um modelo onde o governo consiga ao menos ser responsivo. Na aplicação do modelo “puro” de Friedman e seus seguidores, ocorreu justo o oposto. E, para acentuar a intencionalidade da imprecisão descritiva, Friedman formula suas orientações básicas em plena era do Welfare State. Um resumo de sua fórmula de não responsividade de um governo para seus cidadãos se encontra em Klein (2007, p.73): “Em primeiro lugar, os governos deveriam abolir todas as regras e regulamentações que se interpunham no caminho da acumulação de lucros. Em segundo, deveriam vender todos os ativos que possuíam e que podiam ser administrados pelas corporações, com fins lucrativos. E em terceiro, precisavam cortar dramaticamente os fundos destinados aos programas sociais.”

Mais adiante, Friedman ainda especifica suas orientações. Como a aplicação imediata de uma Grande Estratégia, as especificações geram medidas concretas para adaptar o aparelho de Estado na fórmula tripartite: desregulamentação; privatização e cortes de investimentos sociais. Dentro dessa predição, sua escolha apontava a isonomia impositiva, taxando em igualdade de grandeza a ricos e pobres; livre circulação de produtos industrializados; e proibição dos governos defenderem e protegerem seus parques industriais. A idéia de preço era superior a de remuneração, assim, o preço do valor trabalho também seria ditado pelo “mercado” e não por uma base legal.

O mais importante para esta tese é demonstrar que esta “imprecisão descritiva” era profunda. Assim, aquilo que Friedman predizia não era dado, e a existência dessa realidade seria fruto de um esforço político de quase duas décadas. O programa de convênio entre estudantes chilenos e a Universidade de Chicago é de 1956. Em 1965, a experiência se expande para toda a América Latina, com participações significativas de estudantes de Brasil, Argentina e México. Enquanto o programa durou, um em cada três alunos de graduação em economia pela Universidade de Chicago era latino-americano (Klein, p.77).

O golpe militar chileno encabeçado pelo general Augusto Pinochet foi em 11 de setembro de 1973. Neste regime, com ênfase nos seus primeiros oito anos, o receituário

macro-econômico derivava da matriz teórico-epistemológica de Friedman e Hayek. Até a reunião anual da Sociedade de Mont-Pèlerin, em 1981, ocorreu no balneário de Viña Del Mar (Klein, p.105). Ou seja, a previsão de “prognóstico” de Friedman levou vinte anos para ocorrer e quase uma década a mais para afirmar seu modelo. Além de todo o juízo moral que se possa fazer desta aplicação em um determinado país, reforço o argumento de que a imprecisão descritiva, no meu modo de ver e analisar, não passa de ocultamento da premissa ontológica/ideológica. Afirmo que estas premissas são sempre existentes e são não-científicas. Portanto, a crença na “racionalidade” é uma construção ideológica e seu intento de universalização é uma prepotência intelectual impossível de ser provada.

O intento de universalização do pensamento de matriz empresarial se encontra, de forma textual, nas próprias palavras de Downs (p. 313)

Nossa principal tese é de que os partidos na política democrática são análogos aos empresários numa economia que busque o lucro. De modo a atingir seus fins privados, eles formulam as políticas que acreditam que lhes trarão mais votos, assim como os empresários produzem os produtos que acreditam que lhes trarão mais lucros pela mesma razão. Com a finalidade de examinar as implicações dessa tese, também presumimos que os cidadãos se comportam racionalmente em política.

A matriz se encontra na última frase, que se reproduz a seguir. “Com a finalidade de examinar as implicações dessa tese, também presumimos que os cidadãos se comportam racionalmente em política” (grifo meu). E, por racionalidade, se presume que o autor se refira a uma maximização de ganhos e uma minimização de perdas. O significado real que possa ter essas formas ótimas e subótimas de benefícios pessoais, considerando que “a descrição imprecisa pode ser a fonte para o acerto de prognóstico” é algo de muito duvidosa realização.

O que entendo ser a garantia de “elevado grau de certeza” para estas fórmulas de democracia concorrencial, é a analogia com um ambiente de capitalismo competitivo, baseados em presunções de economia de mercado que tende ao equilíbrio pela

previsibilidade da atuação dos agentes envolvidos no ambiente. No livro publicado em 1965 e reeditado em 1971, “A Lógica da Ação Coletiva”, Mancur Olson⁹² (1999) expõe a base da pretensão universalizante da sua escolha “racional”.

Primeiro, Olson (1999, p.14), afirma ser o mecanismo coercitivo um absoluto na racionalidade de um grupo para atingir o bem comum. Chega ao limite de dizer que:

*Mesmo que os membros de um grande grupo almejem racionalmente uma maximização do seu bem-estar pessoal, eles **não** agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção para forçá-los a tanto, ou a menos que algum incentivo à parte, diferente da realização do objetivo comum ou grupal, seja oferecido aos membros do grupo individualmente com a condição de que eles ajudem a arcar com os custos ou ônus envolvidos na consecução desses objetivos grupais.*

Posteriormente, Olson afirma ser esta “lógica” a única a ser levada em conta, mesmo que existam outras condicionantes. Assim, por esta afirmativa, a cooperação de um grupo humano para um objetivo comum, mesmo que exista um acordo de métodos e uma meta única a ser atingida, é impossível de ser alcançada sem alguma forma coercitiva (p.14). Para abrir uma possibilidade de ser falsificado e assim manter uma aproximação com uma teoria científica, Olson (p.14) afirma o paradoxo de uma opção lógica que vai contra de sua assertiva anterior. A frase é ilustrativa: “Há paradoxalmente, a possibilidade lógica de que os grupos compostos ou de indivíduos altruístas ou de indivíduos irracionais possam por vezes agir em prol de interesses comuns ou grupais.” Mais adiante, o autor desqualifica

⁹² Na página 12 de seu livro, edição da EdUSP, Olson (professor do Departamento de Economia da Universidade de Maryland) destina os seguintes agradecimentos: “Também me sinto muito agradecido ao professor F.A. Von Hayek, que conseguiu que o livro fosse traduzido para o alemão e contribuiu com um prefácio para a edição alemã. Este trabalho contou com o generoso apoio do Social Science Research Council, da Shinner Foundation e do Center for International Studies at Princeton University. Estou também muito grato à Brookings Institution, cuja hospitalidade muito impulsionou meu trabalho neste livro e em outro anterior.”

esse argumento como um todo, baseando-se apenas nas evidências dos estudos empíricos de seu livro: “[...] essa possibilidade lógica geralmente não tem a menor importância prática. Portanto, a costumeira visão de que grupos de indivíduos com interesses comuns tendem a promover esses interesses parece ter pouco mérito, se é que tem algum.” (grifo meu).

Entendo que a pretensão de pensamento único reside na tentativa de universalização de um modelo de análise, aplicando-o em todas as situações e áreas de conhecimento. Não reconhecer especificidades ou diferenças, resulta em “epistemicídio” como afirma Boaventura de Souza Santos. O fenômeno “epistemicida” não vem da falta de “sensibilidade” dos produtores de conhecimento das ciências humanas nos países de capitalismo central, mas necessariamente na posição de submissão intelectual, fruto também da correlação de forças desfavorável, de parte dos produtores de conhecimento e formuladores de teoria nos países de capitalismo periférico; fenômeno que, nesta tese, tem-se especial atenção ao que se produz e reproduz na América Latina. Mas, como demonstra Olson (p.16) a seguir: “Embora eu seja um economista e as ferramentas de análise utilizadas neste livro sejam extraídas da teoria econômica, as conclusões do estudo são tão relevantes para o sociólogo e para o cientista político quanto para o economista.”

O tema da “racionalidade” como modelo entra em contraposição com a escala de valores e comportamentos atitudinais e longitudinais. Assim, um debate que em tese é uma analogia ao fenômeno do capitalismo concorrencial, com aplicação de modelos importados de teorias econômicas de auto-regulação de mercado, se vê obrigado a opinar a respeito da cultura e comportamento políticos. Ou seja, se vê condicionado a entrar em uma área vinculada às matrizes histórico-estruturais de cada sociedade em particular. Para um pressuposto que se pretendia universal, sua generalização é de muito pouco alcance. Olson (p.13) afirma que: “A idéia de que os grupos sempre agem para promover seus interesses é supostamente baseada na premissa de que, na verdade, os membros de um grupo agem por interesse pessoal, individual.” É a “lógica” operante na afirmação de que não importa se as pessoas são ou não de comportamento racional, isso porque elas “agem como se fossem”.

Como disse acima Olson, “é algo supostamente baseado numa premissa”. Premissa esta que, outra vez, universaliza a individuação. O individualismo metodológico tem, por este prisma, pouco de “estratégico” pela definição aplicada nesta tese, e muito de “concorrencial” e de “alianças de ocasião”. Com tamanha redução do(s) objeto(s) e ambiente(s) de análise, é “natural” que o “jogo político” se resuma também na maximização de interesses individuais em forma cooperada por associação de interesses.

O determinismo “econômico” – eu diria concorrencial e de individuação – se encontra exemplificado na continuidade da citação de Olson:

Se os indivíduos integrantes de um grupo altruisticamente desprezassem seu bem-estar pessoal, não seria muito provável que em coletividade eles se dedicassem a lutar por algum egoístico objetivo comum ou grupal. Tal altruísmo é, de qualquer maneira, considerado uma exceção, e o comportamento centrado nos próprios interesses é em geral considerado a regra, pelo menos quando há questões econômicas criticamente envolvidas.

É o mesmo raciocínio que encontraremos mais adiante no Capítulo 6, quando fazemos a crítica dos constrangimentos estruturais que sofre a democracia brasileira. É a mesma amarra conceitual do hiper-estruturalismo neoliberal que impede a visão de longo prazo, oculta os objetivos estratégicos, diz ser regra um padrão de comportamento “como se” e assim “naturalizam” a dimensão ontológica de um saber “científico”, criando “cientificismos” onde o que há é crença e normatividade.

É certo de que a escolha racional, o individualismo metodológico e o neoinstitucionalismo complexificaram modelos e chegaram a proposições teóricas muito mais sofisticadas e menos deterministas. Tsebelis (p.44) reconhece os exageros desta matriz de pensamento econômico-político e verifica nestes intentos de universalização uma fonte de permanente tensão e imprecisões teóricas: “O argumento ‘como se’ sustenta que o pressuposto de racionalidade, independentemente de sua precisão, é um meio de moldar o comportamento humano. Uma tal posição epistemológica da racionalidade-como-modelo

não apenas é parcial e insatisfatória, como também é responsável em alto grau pela situação polarizada entre cientistas racionalistas x cientistas empíricos.”

A saída para o problema da presunção de comportamento “racional” vai ao encontro da crítica que Vitullo faz da versão da Escolha Racional que se instala na América Latina a partir dos chamados estudos de transitologia e consolidologia. Primeiro, a saída passa pela crítica do uso da linguagem que aproxima a política de um jogo concorrencial seja utilizando a metáfora de um jogo de xadrez, com tabuleiros simultâneos (Vitullo 2007, p.20). Outra aplicação de linguagem que porta em si uma expectativa de comportamento de maximização de ganhos é vista na analogia dos termos aplicados em um jogo, tais como: “ ‘jogo’, ‘jogadores’, ‘lances’, ‘movimentos de peças’, ‘tabuleiro’, ‘rodada de jogos’, ‘partida de pôquer’”. Ou seja, trata-se de comparar a política não com o conjunto de possibilidades, mas resumi-la dentro de uma disputa limitada e com regras e custos de informação básicos pré-definidos.

O foco da crítica de Vitullo, com a qual concordo, é vista por Tsebelis (p.45) como solução para o problema da presunção de universalidade da Escolha Racional:

No lugar do conceito de racionalidade como um modelo de comportamento humano, proponho o conceito de racionalidade como um subconjunto de comportamento humano. A mudança de perspectiva é importante: não afirmo que a escolha racional pode explicar qualquer fenômeno e que não há lugar para outras explicações, mas sustento que a escolha racional é uma abordagem melhor para situações em que a identidade e os objetivos dos atores são estabelecidos, e as regras de interação são precisas e conhecidas pelos atores em interação.

Assim, a forma encontrada por este autor de adequar o modelo e o pressuposto é enquadrar-lo dentro de um constrangimento reduzido, um jogo-cenário que mesmo complexo, é limitado ao conjunto de possibilidades concorrenciais permitidos. Sabe-se que na América Latina a dimensão legal, governocêntrica, estatal, institucional, é apenas uma

das arenas a serem analisadas para, por exemplo, uma análise de conjuntura de um território específico e partindo de um modelo complexo e incidente.

Vou ao encontro de Vitullo (p.313) quando ele diz que as categorias e conceitos ainda hoje hegemônicos na ciência política praticada na América Latina não dão conta de oferecer um marco analítico a altura dos processos sócio-políticos que tem lugar no Continente e em especial no recorte temporal que fiz no início da tese. Igualmente, concordamos com a necessidade de abandonar a concepção exclusivamente institucional e procedimental da ciência política, justo porque esta concepção trás uma idéia intrínseca de democracia elitista.

Entendo que para superar esta hegemonia que gravita em nosso campo é preciso um esforço analítico, teórico-epistemológico, com premissas explícitas e a dimensão ontológica demonstrada desde o princípio da própria formulação. A resultante deste esforço, mais do que uma “análise política da América Latina” é a afirmação de uma escola de análise política latino-americana, onde a dimensão institucional é parte do processo histórico-institucional. Mas, para alcançar este objetivo, são necessários alguns pré-requisitos, sendo que um deles, como ponto de partida, é a questão da identidade.

5.2. A importância da identidade; quando a matriz epistemológica também é política e estética

Concluimos o tópico acima afirmando o tema da crítica de uso da linguagem de “jogo de tabuleiro” como ferramenta portadora de uma suposta verdade epistemológica. Esta verdade que, mesmo quando sofisticada, termina sendo pretensamente universal, aponta o “comportamento dos cidadãos como se todos fossem racionalmente lógicos”. Esta mesma linguagem presume-se como portadora da racionalidade absoluta, fazendo analogia dos partidos políticos como empreendimentos de capitalismo concorrencial. Por isso esta mesma suposição apresenta como única lógica válida a maximização de ganhos e minimização de perdas, tornando a retribuição material da individuação como único ganho real. Como disse Olson (p.14): “a costumeira visão de que grupos de indivíduos com

interesses comuns tendem a promover esses interesses parece ter pouco mérito, se é que tem algum” (grifo meu).

O fato desta escola de escolha “racional” ser hegemônica na ciência política latino-americana, em especial na proposição de teoria, arranjo institucional e proposição democrática me parece problemática. Chamamos a isso, narrado acima, de crise, tanto de paradigma “científico” como de posicionamento na sociedade de classes contemporânea. Crise em seu mais amplo sentido, cuja tipificação concordamos e utilizamos a apresentada por Heinz Dieterich (Identidade Nacional e Globalização. A Terceira Via. 2002). Segundo Dieterich, afirmar que as ciências sociais estão em crise equivale a dizer que os sujeitos sociais e os atores individuais produtores destas também se encontram em crise (p.11).

Isto porque, frente aos grandes problemas da humanidade, estes produtores de saber científico terminam por ser parte do problema em si e não das soluções. Agindo como uma intelectualidade cortesã, terminam por gerar produtos do círculo virtuoso (o acadêmico) ou midiáticos, onde se reafirma o óbvio, servindo a interpretação outrora crítica e contundente, mais como mecanismo de contenção. Esta mesma intelectualidade, hoje é gestora do Estado, fração de classe auxiliar dos poderes de fato, dos mandos e primeiros escalões de grandes empresas e multinacionais. Ao mesmo tempo, defende com afinco sua posição de força e controle do processo de produção de bens simbólicos e discursivos oriundos da universidade.

Dieterich (p.12) também tipifica cinco causas gerais da submissão da classe intelectual global, todas perfeitamente aplicadas na América Latina. São elas:

- a. *O seu privilegiado acesso às formas de poder, como são as monetárias, midiáticas e de influência;*
- b. *A sua relativa separação das condições reais de vida das maiorias;*
- c. *A sua assimilação dos sistemas de valores e “formas de estar no mundo” das elites dominantes e dirigentes;*

d. Suas dinâmicas inerentes à deformação profissional, particularmente a insistência no trabalho compartimentado da organização científica monodisciplinar do século XIX e o rechaço ao trabalho interdisciplinar com os investigadores das ciências naturais (“duras”);

e. Pela ausência de um paradigma político-epistemológico profundo de investigação que justifique, inspire e oriente a ação cotidiana das ciências sociais.

Dieterich atenta em especial para o último tópico, preocupação esta com a qual concordo. A ausência de um paradigma transformador, seja para afirmá-lo ou criticá-lo, termina por gerar duas práticas, estanques e preocupantes. Uma é de ordem canônica, onde a reafirmação de tipos ideais e formas comparativas absurdas, como se fosse possível instaurar ou ter como parâmetro instituições públicas e privadas geradas em outro contexto, em países centrais, de quem, por sinal, o Brasil e a América Latina são periferia. Esta pode variar entre a experimentação de conceitos que são a versão científica do paradigma atual: utilitário, de mal-menor, de inevitabilidade dos processos neoliberais, de apologia ao liberalismo como forma de vida em sociedade e elogio à ordem.

Nesta versão mais operacional, em consultorias de diversos tipos, onde a ausência de paradigmas de transformação não impede a modelagem de análises bastante precisas, mas servindo aos interesses dos clientes e contratantes. Esta última versão me parece ter mais vitalidade, embora eu atue em pólo oposto dentro do mesmo ofício. Posso apontar um marco de comparação. A crítica não é quanto à modelagem, mas sim aos modelos que se usa e aplica. Podemos fazer modelagem de diversas formas e marcos conceituais, incluindo prognósticos de conjuntura, sabendo e informando que tipo(s) de constrangimento estrutural o cenário recortado está inscrito.

Entendo que o papel dos analistas simbólicos (estratégicos) se encaixa de acordo com “o paradigma político-epistemológico profundo” que cada um toma como base analítica. O resultado da análise varia conforme o paradigma e a matriz de pensamento, sem contar nas ferramentas, que estas sim, podem ser variáveis. De qualquer modo, o produto da análise,

seja em forma de consultoria, se seção analítica de uma determinada corporação ou na figura de intelectual orgânico a serviço de uma determinada organização política, é sempre mais vivo do que os pressupostos do tipo receituário.

Voltando ao tema da crise, é a partir do reconhecimento desta, do posicionamento ontológico ao qual me filio e da afirmação da necessidade de uma episteme voltada para a radicalização dos processos democráticos latino-americanos que desenvolvo o enquadramento dentro do campo, em específico neste capítulo. É na experimentação teórica de uma modelagem correta, em função disto é que estamos na busca de uma abordagem distinta para afirmar o conflito social, em especial no ponto nevrálgico onde se dá uma nova acumulação de forças dentro do período que recortei para a tese.

Neste sentido, o tema identitário tem um peso gravitacional determinante e condiciona os produtores de “saber academicamente válido” no Continente. Isto porque, localizada na periferia do ocidente, nossa região, a América Latina, têm no tema identidade um de seus trunfos e também seu problema de fundo. Consideramos este valor fundamental e trazemos novamente a reflexão de Dieterich (pp.142-144) a este respeito. Este nos aporta com nove considerações acerca do tema. Destes, destacamos duas para tomar como referência.

A primeira consideração destacada, apresentada no livro como ponto 4, afirma:

“A identidade como propriedade de um sistema cibernético tem de equilibrar duas funções tendencialmente contraditórias: a) a conservadora, de defender a idiosincrasia do sistema frente ao entorno; b) a adaptativa, de evoluir o sistema conforme as mudanças do meio circundante”.

A tipificação feita por Dieterich é perfeitamente adaptável à realidade das classes oprimidas ocupantes de áreas urbana-metropolitanas. Esta falsa contradição entre manutenção de identidade que leva ao arraigo de um pensamento e postura conservadores, contraposto ao lugar do “tudo serve e vale quase-tudo para sobreviver” leva ao aumento da

guerra entre os pobres, a criminalização da pobreza e a divisão entre classe trabalhadora e nova pobreza. Podemos afirmar que no recorte de tempo da tese, vivemos um momento onde a identidade adaptativa é hegemônica, sendo contra-posta pela postura conservadora. Ambas refletem um comportamento político imediato, paroquiano e desorganizador das camadas mais baixas da sociedade. Ambos “desequilíbrios” também são avessos a uma mentalidade de câmbio social.

Segue o autor citado, considerando os problemas apresentados quando do desequilíbrio de ambas as funções. “Se autonomiza a primeira, o sistema perece por conservadorismo; se autonomiza a segunda, dissolve-se o entorno: sobrevive por adaptação, mas perde sua identidade como ente próprio: deixa de ser sujeito e perde sua razão de ser.”

Já no ponto 6, Heinz Dieterich nos oferece o contexto onde o tema identidade se manifesta:

“Sendo a identidade o conjunto de condições subjetivas que regem a reprodução e evolução de todo ente social (indivíduo, empresa, minoria política, nação, etc.) o controle – mediante a violência, a cooptação e a alienação – da identidade latino-americana pelos centros mundiais do poder, torna impossível qualquer projeto econômico nacional em benefício das maiorias”.

Queremos fazer o comentário e a transposição do conceito através dos três *modus operandi* dominante citado por Dieterich. A violência, a cooptação e a alienação, de forma muitas vezes coordenada e sistemática, são parte dos recursos empregados para dissolver a vontade política das maiorias latino-americanas.

Entendo ser interessante o aporte de algumas situações genéricas que são comuns no Continente, segundo Buvinici, Morisson & Orlando (2002), Caciagli & Hernán (1996) e Hernandez (2002) apresentam-se um padrão de situações episódios cotidianos como:

- violência e abuso policial, simultaneamente com a ausência da polícia como elemento de aplicação de Justiça, sendo para reprimir e/ou para investigar; a ausência do operador de Justiça leva a vizinhos operarem como vigilantes, defendendo ao menos suas famílias ampliadas e outros núcleos familiares com quem têm relação direta; em algumas localidades o tráfico ou criminosos mais velhos operam como elemento de Justiça, segundo os códigos das próprias vilas.

- cooptação de lideranças locais, desde ativistas sociais agregadoras - como em clube de mães - e que entram nas cotas de vereadores, candidatos a vereadores, cabos eleitorais e políticos locais; as atividades lúdicas que agregam capital social, como clubes amadores de futebol de várzea são alvo de ação clientelística por parte dos operadores políticos profissionais: ex. diretores/lideranças locais destes clubes vendem entradas para uma comida em prol da instituição, sendo que os mantimentos foram ofertas por um determinado candidato X. Este de sua parte dá a comida, mas exige em contra partida um discurso seu ou de algum cabo eleitoral no momento da refeição coletiva janta; presença de notórios criminosos de baixa renda em campanhas políticas; recrutamento de lideranças e ativistas locais para entrada indireta na intermediação oferecida por um Estado não responsivo, como é o caso da pequena burocracia de administrações locais, o que passa pelo recrutamento de militantes para cargos de confiança (CCs) e/ou renda diretamente vinculada a projetos ministeriais e/ou de secretarias de estado ou município.

- no caso da drogadicção, a presença de drogas lícitas, como o álcool e de drogas ilícitas; destacadamente como o “crack”; ambas são drogas baratas, disseminadas, de fácil acesso, corroem as bases de convivência entre comunidades periféricas e são de rápida adicção.

Neste contexto, os operadores de política institucional têm interesse em desorganizar as instituições do tecido social das classes oprimidas, aumentando sua fragmentação, subordinando-o a política institucional e diminuindo seus estoques de capital social. Basta compreender a idéia premente de quem se associa o faz por interesse e teremos uma difusão

da “escolha racional” nas camadas mais baixas e subalternas das sociedades contemporâneas.

O contraponto a esta subordinação do ponto de vista organizativo é o de independência de classe e sua conseqüente autonomia estratégica por parte dos movimentos populares. Esta autonomia decisória é foco de tensões, e diminuir esta capacidade é o alvo dos operadores políticos da maior parte dos partidos eleitorais-institucionais. Neste caso, o modelo que apresentamos e as evidências narradas acima apontam que este comportamento atravessa a estrutura partidária, sendo uma condicionalidade acima de qualquer matiz ideológico. A subordinação da lógica de classe e povo para com a lógica do partido (cuja arena prioritária tende a ser o eleitoral) e sua agenda própria é uma conseqüência desta submissão da iniciativa popular. Some-se a isso, a ausência de partidos políticos e/ou organizações com intenção de câmbio e forte incidência social e teremos o cenário propício para uma cultura política paroquiana e pautada pelo curtíssimo prazo.

Sem referência política, o espaço fica livre para a incorporação das esquerdas institucionalizadas, reformistas e de massa, na especialização do controle burocrático dos poderes públicos locais. As entidades de base são esvaziadas, sendo que seus recursos humanos mais capazes vêm a ser recrutados para co-gerir a estrutura a qual, em tese, estes movimentos deveriam obrigar a ser responsiva. Se troca o conflito pela ampliação de direitos pelo jogo de soma zero. Invertem-se os papéis e aproximam-se as práticas políticas de direita e esquerda eleitoral-institucional.

Assim, recursos políticos como o clientelismo, somado com a criminalização da pobreza, ao conflito entre pobres e a disseminação da economia ilegal (capitaneada pela drogadicção); fragmenta ainda mais o tecido social metropolitano, baixa seu estoque de capital social e reforça um comportamento político individualista, paroquial e imediato.

A ação da mídia de massa acentua este comportamento político narrado acima. Sintomaticamente, a concentração dos veículos de comunicação vai aumentando, mantidas as verbas de publicidade oficial e refinanciamento das dívidas de grandes conglomerados

do meio. A mídia com cobertura política se segmenta e é ampliada (em especial via internet), mas estes recursos midiáticos não atingem os grandes públicos. Esta mesma mídia reforça o papel de fragmentação do tecido social da pobreza e trabalha com desinformação estrutural⁹³.

Por desinformação estrutural vou ao encontro do conceito de Dines (2003) quando este afirma que: “entenda-se não apenas as conseqüências da industrialização da atividade jornalística, decorrente da submissão às necessidades de um novo ator – o mercado –, mas também a desqualificação da matéria circulante nos canais de comunicação por interesses político-partidários.” Isto porque, as formas mais elementares da indústria de comunicação, não estariam, segundo Dines, sendo alcançadas no Brasil. Para o autor, estas duas formas são: *informar* sobre as mudanças em curso através de notícias (relatos ou relações) e *formar* algum tipo de conhecimento. Dines (2008), conclui marcando uma análise de conjuntura do setor que fornece os bens simbólicos em formatos comunicacionais para um grande público (produzindo bens tangíveis que são de conteúdos informacionais e culturais). “No momento em que este processo de esclarecimento é submetido e confunde-se com um processo econômico e um processo político (não necessariamente com a mesma origem), cria-se uma *deformação* funcional, orgânica. O resultado é a *desinformação* estrutural.”

Já o conceito de fragmentação do tecido social é central neste Capítulo e na teorização que proponho. É interessante observar o artigo de Mauro (2007), onde o pesquisador peruano aplica uma análise descritiva que me parece universalizável para o processo indicado aqui neste capítulo.

Em geral, se postula que o problema fundamental de nossa sociedade é a incapacidade do sistema de partidos - se é que talvez exista algum - para representar à cidadania em todos seus níveis, já seja em o macro-, no meso- e, principalmente, no micro, no local. Esta situação limitaria as possibilidades de construir um clima de

⁹³ Para um completo levantamento de dados a respeito da concentração midiática no Brasil, o sítio de referência é o Projeto Donos da Mídia, coordenado pelo pesquisador James Görgen. O conjunto dos dados de concentração se verifica em: <http://donosdamidia.com.br/>.

governabilidade mínimo como para dar passo ao desenvolvimento econômico e social tão procurado pelos homens e mulheres nas diversas localidades de nosso país (no caso o Peru).

Esta consideração se verifica, a de um clima de ingovernabilidade em um país de alto nível de contestação social, e entendo ser o oposto do ocorrido no Brasil. Isto se dá, não porque os partidos políticos no Brasil não estejam em descrédito (conforme veremos em pesquisa a seguir), mas pela ausência de canalização desta multipolaridade política. O que existe de hegemônico na malha urbana-metropolitana é a cultura política de fundo paroquiano, que, somada à capilaridade dos operadores políticos locais, esvaziam as entidades de base e mobilizam recursos para interesses de curtíssimo prazo. Este *modus operandi* contribui para a desconfiança coletiva e baixa o estoque de capital social no entorno imediato onde se realiza cada atividade pontual de interesse coletivo.

Entendo que a fragmentação social se dá de distintas formas e gera efeitos diretos e indiretos sobre as malhas urbanas. Para localizar apenas duas hipóteses de desenvolvimento dessa forma de desorganizar a sociedade, dentre várias hoje existentes, é válida a contribuição de Veiga (2008), quando o autor uruguaio discorre sobre duas possibilidades da fragmentação que ele denomina de econômica, social e cultural.

Como marco de referência, aos processos de fragmentação socioeconômica nas cidades, pode-se assumir que "diferentes dimensões e manifestações da globalização" impactam em diferentes setores da sociedade e áreas em contextos de crescente "desterritorialização" das decisões econômicas e políticas. Outra hipótese proposta é que "a globalização envolve o problema da diversidade socioeconômica", na medida em que as comunidades locais estão inseridas em palcos de desenvolvimento desigual e, por consequência, em fragmentação econômica, social e cultural. Assim mesmo, pode existir em muitos casos uma "globalização de problemas nacionais" e, ao mesmo tempo, uma "especificidade singular de cidades e regiões" na medida em que se desterritorializam coisas, gentes, valores, etc., e se fragmentam o espaço, o tempo e as idéias (Giddens, 1990; Ianni, 1995; apud Veiga, 2008).

Compreendo que a contraposição de sujeitos sociais fragmentados, mas localizados no mesmo tecido social, pode, a partir de objetivos táticos únicos e alcançáveis, servir de pólo unificador e assim gerar o capital social necessário. O pôr-se em movimento, uma vez que estes distintos sujeitos estejam organizados por entidades de base e tendo como proposta de força estratégica o modelo de organização política não-eleitoral aqui defendida, pode ser uma forma de gerar a unidade de classes necessária para forjar um sentido comum. A lógica da acumulação de forças implica em livrar combates que se possa vencer, superando a forma apenas reativa de fazer política a partir das classes oprimidas.

O acúmulo pode implicar em defrontar-se com temas estratégicos de ampliação de direitos comuns e/ou de defesa da soberania popular, como numa luta pela preservação e autogestão de um bem natural não-renovável. Ao apontar além do momento (portanto da tática) e visualizar alguns inimigos estratégicos comuns, pode-se reforçar ou recriar formas atuais de luta de classes. A recriação destas formas de luta de classes pode implicar em aumento de participação e constranger ao constrangimento estrutural onde se situa o limite do jogo de soma zero. Isto pode gerar situações limite tanto para o sistema político como para a concepção de democracia representativa. Este é o processo de radicalização democrática que aponto no trabalho em geral, e no final deste Capítulo em específico.

5.3. O diálogo do Capital social com a “sociedade civil”: a redefinição deste conceito aplicado em uma nova institucionalidade

Como parte das ferramentas necessárias para executarmos um determinado tipo de trabalho, a atividade intelectual precisa de referentes e pressupostos onde podem ser aplicados os conceitos. Pensemos os conceitos como a ferramentaria de um artesão especializado. O conceito aqui apresentado, o de capital social, acreditamos ser a ferramenta necessária para a aproximação entre o conceito conclusivo, o de tecido social ou tecido social-produtivo como elo de ligação e fortalecimento das relações pessoais na base da pirâmide social organizada, e a tradição acadêmica da sub-área da cultura política. Situamos o nosso recorte deste sub-campo a partir de um estudo a respeito da construção de

uma cultura política democrática e latino-americana pós-transição quando Baquero (1994, p.36), afirma:

Em primeiro lugar, é importante salientar que o processo de socialização política (internalização de normas e valores – na dimensão política) parece estar reproduzindo padrões atitudinais típicos de sistemas politicamente instáveis, ou seja, de descrença e distanciamento [...] de desencanto com a democracia [...] os elementos que têm sido identificados na cultura política pós-transição são os de que novamente estejamos assistindo ao surgimento de uma ordem social ao mesmo tempo mais estável e mais incerta do que no passado.

Este comportamento de distância, desencanto e descrença com a participação política tradicional (através de partidos legais que operam nas arenas eleitorais) leva a uma contaminação da idéia de participação política. Desse modo, está a confiança interpessoal impregnada dos valores individualistas, e as relações pessoais instrumentalizadas no sentido de atender demandas e prebendas (vantagens), cuja pauta e agenda são uma “vantagem competitiva” para os operadores políticos profissionais. As instituições de representação política que se fazem valer do mecanismo marcado por um comportamento paroquiano, pouco sofisticado, com altos custos de informação e desestímulo da participação crítica têm vantagem na competição por representatividade. Esta vantagem é exercida em relação às forças políticas que buscam institucionalizar-se a partir das entidades de base e não priorizam a arena eleitoral.

Afirmo que os operadores políticos profissionais se fortalecem ao desorganizar a sociedade civil e tornar transversal um tipo de comportamento que está marcada pelas relações pessoais e não por um horizonte de idéias e de conquistas coletivas. Isto se dá na base da pirâmide social, sendo que o papel dos partidos políticos operadores das arenas de intermediação está sendo pautado por uma desideologização crescente. Ainda segundo Baquero (1994, p.36) na América Latina o que deveria ser investigado é se os partidos políticos estão representando de fato setores da sociedade civil, sendo esta mirada muito mais relevante do que a duração no tempo de um sistema político e a estabilidade de

normas de competição entre as legendas. O agravante da existência de partidos políticos fracos e com perfil personalista é o abandono das bases ideológicas e a transferência da “política” para o universo dos bens simbólicos – como embalagens – transferindo o poder resolutivo e a relação partido-base para os laboratórios de marketing eleitoral. (idem).

Um contraponto a essa desconfiança coletiva pode ser tomada a partir de algumas das recentes produções que abordam o conceito de capital social. Reconheço que o mesmo tem uma larga tradição na ciência política e uma trajetória que remonta aos estudos de Robert Putnam na Itália, passando pela obra que incluímos na bibliografia desta tese (*Bowling Alone*, Robert Putnam, 2000). Esta teoria, na forma como foi desenvolvida por Putnam, se assenta na idéia de que existe uma correlação positiva entre os determinados padrões culturais e os indicadores de desenvolvimento econômico e político de uma sociedade (Borba EM Baquero 2007, p.157). Ainda no comentário de Borba aos pressupostos da obra de Putnam este destaca os três conjuntos de variáveis operacionalizáveis pelo capital social: confiança interpessoal; confiança institucional e participação cívica.

Dos três conceitos, ressalto a dois como sendo variáveis importantes para a reconstrução do tecido social da base da pirâmide social que é ocupada pelo conjunto das classes oprimidas. O primeiro, o de confiança interpessoal, já que é quase impossível traçar uma longa trajetória comum e coletiva, estando as relações pessoais corroídas por conflitos diversos e disputas por parcelas de poder não estratégicas. O segundo que destaco é o de participação cívica, que podemos tomar como participação política em larga escala, admitindo a responsabilidade coletiva pelos destinos comuns. Esta variável vai ao encontro da radicalização democrática e me parece fundamental. Já a variável confiança institucional, entendo que deve ser justo relativizada. Se a confiança institucional for aplicada nas entidades de base, no conjunto de movimentos populares e formas de representação de segmentos sociais e frações de classe, confiança nas organizações políticas sem fins eleitorais (como as advogadas por esta tese), a compreendo como válida. Já a confiança nas instituições oficiais de representação política e para com o arcabouço institucional do Estado, compreendo que a postura atitudinal deve ser oposta. Para a consecução do modelo de organização política como fomentadora de um processo de

radicalização democrática, inclusive aumentando o espaço público não-estatal e publicizando o Estado, a postura não deve ser de confiança, mas sim de desconfiança e vigilância permanente. Uma postura atitudinal dessa envergadura não cairá em noções de harmonização entre Estado, Capital e Sociedade e sim compreenderá como o processo de acumulação de forças passa pela limitação de movimentos do capital e a obrigatoriedade do Estado ser responsivo para com seus cidadãos. A ampliação de direitos passa necessariamente pelas conquistas destes através de um processo de mobilização, contestação e conflito. Ou seja, através da unidade organizativa e de uma relação de forças e não de colaboração. Esta atitude aplicada é o acúmulo que obriga o Estado a atender às demandas e ser responsivo para com os direitos e necessidades básicas das coletividades.

Reconheço a importância e o caráter quase inaugural da obra de Putnam, mas farei o recorte com quatro outros autores. Nesta tese vou me ater a um debate recente, traçado com teóricos com contribuições que podem ser mais profícuas, por ser localizarem melhor e estando mais adequadas no cenário político o qual me dedico. Uma definição de capital social que entendo como operacionalizável, mas que reproduz as confianças (interpessoal e institucional) é a produção de Hemerson Luiz Pase (EM Lima Rocha, 2006), que define este conceito como:

O capital social é uma capacidade que empodera o cidadão, cuja confiança aprimora a democracia, produz desenvolvimento institucional quando constitui regras claras de comportamento com sanções para os desertores, produz desenvolvimento econômico na medida em que possibilita acesso a informações e estimula solidariedade, e constrói uma cultura política baseada em valores humanitários.

Esta definição necessita ser compreendida também como a instrumentação de uma forma de vida em sociedade. Experiências típicas de regiões com laços familiares ainda fortes, estrutura fundiária tendo por base a agricultura familiar (cuja origem é o minifúndio nas colônias) e vínculos de integração social operando no plano ideológico (tanto de valores como de comportamento). Para tornar estas iniciativas como políticas públicas de largo alcance, levando-as a todo o Estado, é preciso tomar a construção destas redes como a

teia de desenvolvimento alternativo ao modelo concentrador, excludente e fator de crise fiscal. Entendo que na base da pirâmide social pode estar à solução tanto para o aprimoramento da democracia representativa e de alguma política distributivista, como também é aí que se localiza a força motora para um processo de ampliação de direitos e radicalização democrática. Para ambos os processos é necessário o estoque de capital social em elevadas proporções e o estabelecer de vínculos de confiança interpessoal, cuja cumplicidade e identidade comum de seus membros superem o fazer político e seus percalços diários.

Apesar de repetir a variável que observo como sendo de duplo sentido – a do desenvolvimento institucional (que advêm da confiança institucional) – pode esta mesma variável ser compreendida como o auto-desenvolvimento de instituições sob controle direto de seus membros. Isto garantiria o protagonismo dos participantes em sua própria trajetória e, indo além, representa, como bem definiu Pase, “uma capacidade que empodera o cidadão, cuja confiança aprimora a democracia”.

Outra fonte de definição de capital social e sua aplicação como fortalecimento da democracia brasileira encontramos em Cremonese (2006 em Baquero & Cremonese, p. 96). Nesta o autor afirma “que por meio do capital social, se possa pensar em estratégias que recuperem a credibilidade nas instituições antes às demandas da cidadania”. Mais adiante, Cremonese aplica uma fórmula que vai ao encontro da recuperação de credibilidade, quando diz que “a consolidação democrática de um país depende de uma sociedade civil dinâmica e participativa, orientada para a valorização das normas institucionais e apoiada nos princípios poliárquicos”.

Novamente reconheço a validade desta formulação para o fortalecimento das normas institucionais, mas também a vejo perfeitamente aplicável no fortalecimento da solidariedade entre os iguais, institucionalizando um novo conjunto de normas de democracia participativa. Esta se dá sobre o alicerce do empoderamento, da participação ativa do conjunto dos setores organizados na base da pirâmide social e com valores rigorosamente democráticos entre estes. Assim, a democratização da democracia se dá

através dos laços interpessoais e na confiança em mecanismos de revezamento de ocupação de postos-chave e de responsabilidade subordinada das lideranças naturais para as normas coletivas democraticamente definidas pela nova institucionalidade reivindicando a ampliação de direitos e a publicização do Estado. Mais adiante, na 2ª parte deste capítulo, veremos como esse processo se aplica no conceito de Poder Popular.

Por estarmos nos referindo a unidade de ação e confiança interpessoal, também compreendemos a relação com a intersubjetividade. Para este item, o de natureza intersubjetiva, essencial na construção de uma interdependência que tem o ideológico como permanente, único e indivisível, é preciso debater o tema da afiliação, do indivíduo e a adesão simbólica. Alguns autores compreendem que esta é a parte criticável do capital social, uma vez que a fonte de polêmica neste conceito é sua própria definição metafórica. A metáfora de “capital” social carrega intrinsecamente uma polêmica, pois nesta figura de linguagem a analogia é com o capital (circulante a acumulável) é evidente. Resulta interessante debater a alternativa que nos oferece Vizer (1999) quando oferece a metáfora de cultivo social como substituta ou complementar à idéia de capital social. Segundo o epistemólogo argentino:

*A noção de cultivo (cultivo) social é pretende ressaltar tanto as idéias a respeito da “comunhão” como as de “**adscripción**” e afiliação [...] A primeira se refere à origem e ao pertencimento constitutivo dos indivíduos; a segunda, a uma eleição, uma “adscripción” eletiva dos indivíduos e os grupos às redes sociais e simbólicas. Isto se dá tanto no sentido de comunhão ou afiliação a processos e sistemas de cultura e comunicação de natureza intersubjetiva que expressam o funcionamento tanto dos processos de identidade e afetividade (comunhão) como os de “afiliação” a uma comunidade ou instituição.*

O sentido de pertencimento, ao qual se refere Vizer entendo que vai ao encontro do grau de unidade necessário na base da pirâmide social (“*los de abajo*”, ou, “*abajo y a la izquierda*”). Localizamos o debate de Vizer com uma tradição reconhecida na academia brasileira desde a década de 1980. Minha intenção neste estudo é abrir o debate e o diálogo

do conceito de capital social, e sua reconhecida acumulação, e aplicá-lo segundo preceitos da análise estratégica, subordinando o método ao objetivo, portanto, aplicando em um processo de acumulação de forças. Semelhante estudo se localiza no debate realizado no trabalho de Borba & Silva (p.103):

O campo de estudos sobre as formas de organização política não-estatal e não-partidária, no Brasil, já possui um notável número de trabalhos de cunho teórico e empírico. [...] Nos anos 1980 predominaram as pesquisas que tinham no conceito de “movimentos sociais” (Gohn, 1997) a sua referência fundamental. Na década de 1990, a categoria analítica que passou a orientar os trabalhos foi o conceito de “sociedade civil”. Já neste início de século XXI é o conceito de “capital social” que passou a galvanizar a atenção de estudiosos e analistas das formas de associativismo social e político.

Entendo que esta seqüência de estudos, “sobre as formas de organização política não-estatal e não-partidária” são aplicáveis para um conjunto de entidades de base que procuram representar e reivindicar diferentes segmentos da sociedade (majoritariamente localizados na base da pirâmide) e também defensores de distintos e específicos direitos. Conforme vimos antes, no modelo de organização política proposto nesta tese, este conjunto do associativismo social e político-social ocupa um papel reivindicativo. Seu protagonismo no processo político necessita, justamente, de um conceito que abarque a multiplicidade de representações e reunifique o tecido social fragmentado. Assim, a organização política cujo objetivo estratégico é um processo de radicalização democrática e de ampliação de direitos, busca sua inserção e o agir de forma organizado no seguinte conjunto de instituições sociais não-estatais, que segundo Borba & Silva são:

Entre os atores⁹⁴ da sociedade civil estão os movimentos sociais, as organizações não-governamentais, as associações de moradores, grupos de base e de mútua ajuda, associações filantrópicas, sindicatos, entidades estudantis e todas aquelas formas de

⁹⁴ Para associações eu aplico na tese a denominação e o conceito de agentes. A denominação de atores é aplicável para os indivíduos, para o ator político e/ou operador individual dentro destas instituições não estatais.

associativismo (mesmo informais esporádicas) que, de alguma forma, lutam pela resolução de problemas sociais, ampliação dos direitos políticos e da consciência da cidadania e, ainda, mudanças nas esferas dos valores e do comportamento dos indivíduos. Essas associações reúnem homens e mulheres interessados em assumir sua dimensão de cidadãos de uma forma ativa, objetivando agir na sociedade em busca de transformações.

5.4. As limitações da democracia representativa e a localização teórica da radicalização democrática

A reunião de homens e mulheres interessados em assumir uma cidadania plena se depara com a cidadania no plano nominal e a ausência de participação popular nas definições de rumos estratégicos para uma nação. Estar presente e representado nas decisões fundamentais de uma sociedade, entendo ser a caracterização de uma democracia participativa. Neste sub-tópico veremos como se dá a ausência de participação e de confiança nas instituições de representação política e regulação social.

Seguindo o padrão do trabalho, buscamos a melhor adequação do conceito acadêmico aplicado por um autor contemporâneo e latino-americano. Por afinidade de pensamento utilizamos duas passagens de uma das obras de Baquero⁹⁵ (2000). Em Baquero (2000, pp.50-52), o autor nos apresenta a incompatibilidade crescente entre a garantia da governabilidade e a representação política e a participação cidadã no controle e fiscalização em diferentes níveis de governo. Ou seja, nos países da região, a tão defendida e predita *accountability* é algo como um tipo-ideal de modelo democrático, na realidade inalcançável através do modelo procedimental hegemônico. A institucionalização de meios de participação e controle por parte das maiorias seria, segundo ele, um dos mecanismos de democratizar o procedimento liberal-democrático.

⁹⁵ Aqui cabe mais uma nota, voltada exclusivamente para os potenciais leitores da universidade. Não é nosso costume ter relações umbilicais com pessoas ocupando postos de maior nível hierárquico. A citação do professor que também é nosso orientador é de nossa própria escolha, e por isso a estamos fazendo. É uma escolha por afinidade de pensamento e não interesse corporativo nem nada do gênero. Aqueles/aquelas que conhecem minha forma de trabalhar sabem que tenho muito “talento para a rebeldia” e nenhuma aptidão para relações fisiológicas.

Acrescentamos que os três fatores apontados por Dieterich como *modus operandi* aplicado contra a identidade nacional-popular, são também destruidores do tecido social das classes sob opressão ou exclusão. A democracia formal convive com tranquilidade com um universo excludente e desigual. O controle societário vai além do controle dos recursos. É no cotidiano que a subordinação se manifesta, naturalizando uma situação injusta e anti-democrática por essência. Na soma destes comportamentos, elitista e paroquiano, tendem a predominar práticas tradicionais como o clientelismo político e o assistencialismo de Estado.

Some-se a isso a fragmentação identitária, operada por vetores cada vez mais violentos entre si. Temos por tanto a base do padrão elitista das sociedades latino-americanas, onde o cidadão comum não assume a sua cidadania e identifica no Estado um meio de acumulação direto das elites dominantes. Na prática, se naturaliza o roubo aos recursos públicos e a identidade elitizada e vinculada aos países centrais.

Vem se conformando como característica de nossos países a normalização do ritual democrático e sua rotinização desassociada em avanços econômicos e políticos. Como já vimos, ideologicamente isto tende a gerar ceticismo, passividade, apatia e por vezes hostilidade às instituições da democracia representativa e indireta. Os comportamentos longitudinais das majorias latino-americanas, “*la idiosincracia*”, tais como a falta de educação cívica, tendências ao autoritarismo que nascem na própria cultura, alguma tendência também à submissão, a inclinação por líderes carismáticos e messiânicos, somados a desarticulação social e ao analfabetismo (total ou funcional) seriam uma das razões do descrédito democrático.

Entendemos que estas mesmas características podem ser catalizadoras de outro tipo de comportamento político, contestatário e democratizante por si só. O sentido do messianismo popular no Brasil gerou duas guerras camponesas de larga escala (Canudos e Contestado) e um sem número de rebeliões de menor dimensão. O mesmo se dá na catalização do “populismo” para causas e questões estratégicas. O exemplo mais recente é o de Chávez na Venezuela, mas o fenômeno clássico é o peronismo, com ou sem Perón, por

direita e por esquerda, na Argentina. O que sim reconhecemos é que a catalização destes sentimentos populares por vigorosos movimentos políticos com orientação estratégica, no geral, termina em conflitos sociais de longo prazo, quando não em guerras civis.

Voltando ao tema específico do capital social e a democracia representativa, em países onde o Estado de fato não funciona, e onde as redes informais operam como fator decisivo nos negócios públicos ou em qualquer outro evento de larga escala, outras informalidades tem de ser levadas em conta (Baquero 2000, p. 54). O desenvolvimento social latino-americano implica no aumento das inter-relações baseadas na confiança, na ética, até mesmo em preceitos religiosos e outros códigos de natureza moral (como o sentido de pertencimento a uma classe). O que deve ser levado em conta, e disto estamos de acordo, é a capacidade de impacto agregado ao aumento de estoque de capital social na América Latina (p.56).

Uma pergunta de fundo tem de ser feita (p.57), que é: “quais são os elementos que concretamente podem possibilitar que as associações se conectem a sociedade e que podem ser democratizantes?” Incluem-se nestas relações, unidade e apoio tático de uma associação com outra, formal ou não, sem ter de levar uma situação de fazer-se cliente do Estado. Isto porque, em geral o clientelismo convencional tende a se reproduzir em contextos distintos, através da cooptação de lideranças populares a ocuparem postos-chave no aparelho de Estado, a terem relações de clientela com patrões, governo ou intermediários políticos profissionais.

Vale ressaltar que a coesão de valores e identidades de cunho popular, quando entramados com projetos de vontades políticas e avanço econômico, geram um alto grau de conflito social. Vemos a isso como um fator fundamental na análise, talvez o mais importante de todos, e que viemos desenvolvendo ao longo da tese. Esta é a caracterização da interdependência do Ideológico, o Econômico e o Político. Ou seja, assim como o alto estoque de capital social pode ser um freio para o afastamento do Estado para as maiorias, o mesmo estoque pode ser canalizado para planos estratégicos de saída e ruptura do sistema.

Não há nenhuma relação direta entre ruptura e prática política autoritária, portanto o mesmo processo de empoderamento pode ser o vetor maior de democratização da sociedade através de outra institucionalidade política, a afirmação da identidade nacional-popular e bem-estar material para a população⁹⁶.

Em outro estudo Baquero (2004, p. 121) apresenta uma idéia óbvia, mas estranhamente assimilada em círculos de análise política. Nos diz que é iminente a tensão entre a diminuição de recursos físicos, materiais e financeiros, por um lado, e o aumento das demandas societárias, de outro. O próprio sistema vem a tornar-se ilegítimo por não poder prover os direitos básicos preditados em suas próprias bases legais⁹⁷. Os dados encontrados neste livro falam por si só. Apenas para ilustrar esta idéia, segundo dados da Cepal (2001, *apud* Baquero 2004), havia 41% de latino-americanos abaixo da linha de pobreza, subindo este índice para 44% em 2000. No Brasil, são 53 milhões de pobres e outros 22,6 milhões de indigentes. Em proporção, 34% da população é pobre e 14,5% indigente. Destes últimos, 45% são menores de 15 anos (Arbache 2003, p. *apud* Baquero, 2004, p.121).

Reafirmo que as sociedades de classes dos países da América Latina são desiguais entre si, mas tem alguns eixos e bases iguais. Um destes é a situação de descrédito em que se encontra o mecanismo “puro” da representação democrática. Não importando o grau de desenvolvimento político, é alto o grau de insatisfação com a democracia representativa. Estes dados são mais que comprovados através de pesquisas da década passada, realizadas pelo Latinobarómetro⁹⁸. Também em pesquisa muito recente, realizada pelo Instituto Ibope

⁹⁶ Um exemplo material do que dizemos se encontra na entrevista com Néstor Cerpa Cartolini, encontrada na bibliografia, onde o comandante do MRTA expõe como era a institucionalidade política na Frente da Selva San Martín, Peru, no final da década de '80 até o golpe de Fujimori em 1992.

⁹⁷ Esta afirmação tem como base o preceito constitucional do salário mínimo. No Anexo I do anteprojeto, reproduzimos a tabela feita pelo DIEESE, mostrando a diferença entre o que ordena a Constituição e a realidade do estrangimento macro-econômico.

⁹⁸ BASÁÑEZ, Miguel, LAGOS, Marta y BELTRÁN, Tatiana. *Reporte 1995: Encuesta Latinobarómetro*, maio de 1996.

(publicada no semanário Brasil de Fato, edição de 25 de setembro de 2005)⁹⁹, foi feita a seguinte pergunta para os entrevistados:

- “Você confia ou não, nas seguintes instituições?”

Foram apresentados os seguintes resultados em ordem decrescente de confiança:

Figura 4

Tabela demonstrativa de nível de confiança nas categorias e instituições

Instituições e categorias da sociedade	nível de confiança
Médicos	81%
Igreja Católica	71%
Forças Armadas	69%
Jornais	63%
Televisão	57%
Rádios	56%
Igrejas Evangélicas	53%
Sindicatos de Trabalhadores	51%
Advogados	48%
Poder Judiciário	45%
Empresários	37%
Polícia	35%
Senado	20%
Câmara	15%
Partidos Políticos	10%
Políticos	8%

Cabe uma observação. Reconhecemos que a crise política que grassara o governo Lula a partir das denúncias feitas pelo deputado cassado do PTB-RJ, Roberto Jefferson, influenciou o resultado desta enquete. Lembramos que a mesma foi feita durante a campanha pelo plebiscito do desarmamento. Mas, os resultados de por si, independente do momento que a pesquisa foi feita, revelam um problema de fundo.

Dois blocos de motivações entram em cena. Um dos fatores seria a falta de decisão, auto-regulação de uma elite política (setor de classe dominante) que é incapaz de punir a si mesma, e por fim, a desassociação do governo da vontade expressa no voto com a prática

⁹⁹ Ver LIMA ROCHA, Bruno em <http://www.estrategiaeanalise.com.br/artigos.php?artigosel=ed3cf7222f6d1f65af4fb406c417d1d1> (documento eletrônico consultado em março de 2006)

política das elites dirigentes (incluída entre estas a própria elite política). Outro fator para esta descrença seriam as desigualdades na região – que têm graus extremos – e é notório que este fator colabora com a descrença no mecanismo político.

É sabido e notório que as desigualdades extremas entre classes sociais são um padrão nestas sociedades. Camadas inteiras da população são ou desprovidas, ou pouco assistidas, em seus direitos básicos. Muito além da contradição ente capital e trabalho, convivemos de modo conflitivo entre incluídos no mercado formal de trabalho e excluídos total e parcialmente do mesmo. Isto gera camadas da chamada “nova pobreza”, muitas das vezes nem tão nova assim. O terreno onde este conflito social disseminado se desenvolve é em áreas urbanas-metropolitanas onde a relação com o Estado e a prestação dos serviços básicos é, no mínimo, ausente e ineficaz.

Assim, a configuração da atual sociedade de classes é fragmentada e fragmentadora. Esta forma de vida que vai se estruturando desde o final da chamada década perdida (’80), da década de apogeu das reformas (restaurações) neoliberais e que, ainda com alguma retomada de crescimento em alguns de nossos países (o Brasil se exclui por seus índices irrisórios), na primeira década do século XXI a situação permanece igual. O grau de informalidade atinge em média, por toda a região, a 50% da força de trabalho.

É óbvio que a maioria das populações da América Latina se encontram nas classes que sofrem os mecanismos integrados de exploração econômica, marginalização e exclusão social, dominação autoritário-administrativa, compondo assim o conjunto de classes oprimidas. Nesta radiografia de classe, a ausência de maior unidade nas classes oprimidas facilita a dominação de fato, embora dificulte a institucionalização da democracia representativa. O inverso se dá, quando há maior unidade nas classes mais baixas, e há interesse estratégico, a democracia representativa pode ser ou não reforçada por esta unidade.

Esta atual configuração de classes fragmentadas implica formas também atuais na luta de classes, que segue existindo, mas de forma mais complexa do que no período da

bipolaridade e da industrialização. Esta luta de classes atual na América Latina se vê permeada por temas identitários, de formação nacional e étnica, de territorialização, de disputa por concepção de democracia, com distintos graus de violência, com disputa de projeto nacional e outras formas de luta associadas com a luta econômica¹⁰⁰.

Para a ciência política, se apresenta a questão de se, a aparente vitalidade e durabilidade da democracia procedimental é a constituição de uma nova forma de fazer ou a reedição da velha política? (Baquero 2004, p. 129) Busca-se assim a proposição de que sistemas políticos dependem de apoio que vão além do formal, passando em parte, pelas pré-disposições psicológicas de massa. Embora nova na ciência política, esta perspectiva é historicamente consolidada e surge do estudo de sociedades inteiras, através da abordagem de análise do “caráter nacional” ou “psicocultural” (igual ao anterior).

Embora nova para a ciência política, esta mesma perspectiva é praticada pelo pensamento militar mais sofisticado. Novamente vemos a Golbery (Silva 1981) e sua análise sobre o nível psicossocial. Neste nível de incidência, analisa o general as predisposições populares e de classe para obedecer ou não, aderir ao regime, calcular os estímulos do “milagre econômico” e os “incentivos” a esta adesão estimulados pela presença firme do aparato repressivo de guerra interna.

Compreendemos em todos estes aspectos levantados, a relevância do estudo do tecido social, aplicando o conceito de capital social na América Latina. Também compreendemos que o estudo de comportamento político vai muito além de apoio ou rechaço a um governo e muitas vezes não tem correlação entre comportamento de independência de classe e comportamento eleitoral. Repetimos aqui a necessidade de irmos além no conceito de capital social, trazendo a perspectiva de classe e de identidade popular ao estudo do comportamento longitudinal como fator preponderante sobre os comportamentos atitudinais perante um procedimento político ou mesmo um regime como um todo. Para isso, é

¹⁰⁰ Um caso clássico de um país inteiro em disputa, tanto de modelo econômico como na forma de governo e de concepção democrática é a Bolívia a partir do ano de 2000.

necessário o desenvolvimento teórico da idéia de interdependência estrutural do Ideológico-Político-Econômico, tarefa esta que vem sendo enfrentada durante a tese.

Particularmente, nada tenho contra este conceito, muito pelo contrário. Ainda assim, prefiro a idéia oriunda de movimentos populares do Rio da Prata, denominando as instituições sociais mais de base, como aquelas que compõem o tecido social. Tecido ou capital social, o efeito é o mesmo, e a definição quase idêntica. Recurso final contra a individualização extrema, o aumento do estoque deste capital benéfico é fator essencial para o desenvolvimento da sociedade de democracia participativa.

Ressaltando, como diz Vitullo (2008, p.59) a presença intrínseca do conflito social como base do desenvolvimento de um aumento de participação popular:

Agregaríamos que o conflito constitui um sinal inequívoco da densidade social conquistada por um regime democrática (grifo meu), o que configura uma visão absolutamente oposta àquela defendida pelos teóricos da ciência política dominante, para os quais o conflito é sinônimo de ilegitimidade, de ilegalidade, de perigo, de instabilidade, e para os quais a democracia deve ser sinônimo de lei e ordem. [...] Uma teoria democrática não pode ficar alheia à ruptura e ao seu potencial transformador, sob pena de cair numa análise parcial e incompleta das realidades sociopolíticas. (p.59)

5.5. Território desorganizado, fragmentação e reorganização do tecido social. As condições essenciais para a radicalização democrática

Neste capítulo do trabalho, utilizamos conceitos-chave tais como identidade, fragmentação, tecido social e capital social. Os seguintes conceitos são a fragmentação e o tecido social. Entendemos que a fragmentação opera sobre um terreno, um tecido social de maiorias que não se reconhecem automaticamente. Definições próximas da operacionalidade para estes conceitos são:

Fragmentação: a atual modalidade de dominação de classe, após mais de uma década e meia de desindustrialização, reformas do Estado (neoliberais), desnacionalização da economia, privatizações e ausência da presença do ente Estado da regulação da vida cotidiana, manifesta sua existência em sociedade de classes fragmentadas e cuja própria estrutura vai gerando mais fragmentação¹⁰¹.

Tecido Social: podemos afirmar que este termo é assimilado a Capital Social a diferença é de origem, pois vem sendo utilizado por setores do movimento popular argentino e uruguaio (respectivamente, setores de *piqueteros*¹⁰², de centros sociais e movimentos de rádios comunitárias). A decomposição do tecido social tem como fenômeno imediato o aumento da chamada guerra entre os pobres. A recomposição do tecido social é necessária para gerar qualquer tipo de alteração social, seja de intenção de ruptura ou de consolidação das instituições democráticas.

Uma vez que desenvolveremos a idéia de fragmentação aplicada sobre o tecido social, é necessário aprofundar este segundo conceito. Considerando que academicamente, e em particular dentro da área da ciência política, há todo um desenvolvimento da idéia-afim de capital social. Nosso maior interesse é na aproximação entre o conceito acadêmico e o conceito operacional já aplicado por operadores políticos gravitantes em movimentos populares latino-americanos. Para que estes realizem sua interação e possam ser dotados de capacidade explicativa, partimos da intenção e pressuposto de uma teoria a altura deste desafio e ao alcance daqueles que possam ser seus usuários. Esta é a principal motivação para buscar uma episteme aplicável desde uma perspectiva latino-americana, embasando

¹⁰¹ O conceito de fragmentação é a oposição ao conceito de tecido social. A idéia de fragmentação das classes oprimidas é o eixo do trabalho no que diz respeito a radiografia do que poderíamos chamar “a classe em si” para os dias atuais. Neste anteprojeto o conceito se encontra diminuto. Ao longo da tese iremos desenvolvê-lo buscando a referência nos agentes sociais coletivos que têm no contraponto à fragmentação a essência de seu trabalho político.

¹⁰² Um exemplo já clássico, embora recente, do acionar *piquetero*, é o livro MTD Aníbal Verón, Mesa Nacional, *Dario y Maxi, dignidad piquetera*. Avellaneda, Ed. 26 de junio, 2003. Uma fonte a qual me debruçarei com profundidade ao longo do trabalho é a tese de Gabriel Eduardo Vitullo, “Além da transitologia e da consolidologia: um estudo da democracia Argentina realmente existente” (tese de doutoramento em ciência política, UFRGS/PPGPol, agosto de 2005. O mais interessante, ao meu ver, do trabalho de Vitullo, é o enfoque nos processos reais e não os formais-institucionais das práticas de democracia popular na República Argentina da era pós-Menem.

assim uma proposta teórica construída a partir de autores de referência e atores presentes nos cenários conflitivos do continente.

Para a operacionalização destes conceitos é necessária uma postura teórica-epistemológica (crítica, interpretativa e incidente) com efeito direto na forma de exercitar a ciência social aberta e a ciência política específica aqui por mim defendida. Uma definição que considero acertada em sua essência nos oferece Vizer (p.311), quando diz que:

Devemos deixar de pensar que nossos objetos de estudo são objetos (ainda que sejam teóricos). São sujeitos, e acima de tudo são sujeitos em “relação, dentro de conjuntos de ‘processos complexos’”. Podemos pensá-los “desde o exterior”, desde a posição epistemológica da objetivação clássica, como conjunto de agentes dentro de sistemas complexos; desde uma perspectiva tanto sistemática como histórica (Vizer, 1998), investigados tanto com uma metodologia científica “clássica”, como também com uma metodologia e uma epistemologia crítica e interpretativa.(p.311)

Com esta definição da dimensão e da forma de intervenção do cientista político no papel de analista estratégico ontologicamente motivado em sua formulação teórica no processo aqui advogado, encerro esta primeira parte. Na seqüência, apresento uma formulação do processo de radicalização democrática, retomando o próprio conceito de conflito em democracia e a construção de uma nova institucionalidade através de uma das interpretações – a de matriz libertária – de Poder Popular.

Parte II: A perspectiva do Poder Popular e das forças em acumulação

5.6. A perspectiva do Poder Popular como forma de acumulação de forças do processo de radicalização democrática

Nesta segunda parte do Capítulo 5, farei o exercício de formulação teórica, propondo um processo de acumulação de forças, baseado no debate até aqui realizado, pautado pela recomposição do tecido social e a conseqüente luta contra a fragmentação das classes

oprimidas. O objetivo finalista é a construção de um processo de radicalização democrática, pautado pelo acúmulo de poder por parte do conjunto das formas englobadas pelo conceito aberto de sociedade civil (conforme citado acima em Borba & Silva, 2006). Esta etapa do trabalho tem a significação de um acúmulo de formulação, exercício, prática, incidência e docência na área que já completam sete anos ininterruptos. Deste momento até o fim do Capítulo, quase todos os conceitos são de autoria própria.

5.7. O conceito de independência de classe

“Em qualquer sociedade, múltiplas relações de poder atravessam, caracterizam, constituem o corpo social. Essas relações de poder não podem se dissociar, nem estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento dos discursos.” (Michael Foucault, 2000, p.34)

Uma concepção e uma prática de poder popular têm sua produção específica, universo e produção próprias. Para que jogue como força transformadora, condicionante de conjunturas, produzindo avanços desestruturantes, há uma condição necessária: deve manter, em todo momento, sua independência. Independência de classe, como se dizia em outros momentos do desenvolvimento histórico. Hoje podemos dizer com ajuste ao novo contexto que: independência das classes oprimidas é o mesmo que dizer independência de todos os movimentos populares.

Porém, ao ressaltar essa categoria, temos que ter em conta as características particulares de cada formação social, sua história, suas transformações, sem descuidar o que há em comum com outros países, sobretudo com os da mesma área (América Latina) e obviamente as condicionantes que as estruturas de poder mundial estabelecem. Já é bem sabido que as malhas do poder dominante incorporam e modelam o que gravita ao seu redor. Inserem em seu seio a partidos, ideologias, movimentos, histórias, os transformam e depois os devolvem como reprodutores do atual. O mecanismo se repete uma e outra vez. E se repetem distintas forças girando no entorno desse *modus operandi*. É em cima destes

dispositivos que, esta tese se soma ao esforço de disparar propostas e ação com um conteúdo diferente. Com uma coerência que nos permita pisar firme.

Nunca é demais ressaltar que a circulação ao infinito das mesmas dinâmicas e lógicas não podem criar algo novo, somente recriar o já existente, com maior ou menor fantasia. Para fazer possível outras relações sociais, os fatos parecem indicar a necessidade de uso de outros materiais para essa nova construção. Outro enfoque, perspectiva, lógica, práticas e mecanismos. Esse processo deve descansar e continuar tendo como base uma forte independência das classes oprimidas, no ritmo de um povo que está construindo seu destino ao ritmo que as condições históricas habilitem. As escolhas, as relações, as alianças táticas e explícitas devem ser feitas desde essa perspectiva de independência. Como não pode nem deve isolar-se, como deve estar em meio do povo e dos complexos e variáveis acontecimentos sociais, esse fator adquire uma importância de caráter estratégico de primeira ordem.

Afirmamos como característica positiva o fato das populações realizarem seus protestos e exigências por fora dos canais tradicionais. Tal é o modelo da *Jacquerie* citada no Capítulo 3. Porém, não são somente positivas as lutas de envergadura, que tenham derrubado governos ou impedido golpes de Estado, mas também em combates reivindicativos de ação direta por diversos temas pontuais e algumas vezes exercendo justiça popular. Esta última modalidade se dá tanto através de pluralismo jurídico, seja através de uso da força por canais não oficiais.

No período abarcado pela tese (a partir de 1º de janeiro de 1994, América Latina), não têm sido nem partidos nem governos do tipo social-democratas os que têm freado efetivamente o avanço da destruição neoliberal. As forças sociais que atuaram realmente para bloquear esse avanço, resistindo e até derrubando regimes neoliberais foram forças dos movimentos das classes oprimidas. O modo de ganhar as ruas, forçando uma situação de contestação e acúmulo de forças, deslegitimou uma série de governos anti-populares. Afirmo que os reflexos eleitorais das modalidades de protestos praticados na América

Latina, a partir do Levante Zapatista e da derrubada do presidente Abdala Bucaram, têm no plano eleitoral apenas o seu efeito indireto.

A aposta na via da integração política e do respeito às normas institucionais, aproveitam a energia e o estoque de capital social direcionando-os para um comportamento atitudinal domesticado. Entendo que as proposições ancoradas nos paradigmas de um passado de Estado de Bem-Estar social, que já não existe, acabam por canalizar essa expressão popular para que calcem suas lutas pelas vias autorizadas. Isto implica em não querer se convencer que estas formas de adesão institucional amputam a participação política e diminuem a capacidade das modalidades de protesto. Estas formas só domesticam aos corpos e resultam perversas para atender as urgências e reivindicações populares. Terminam por levar a energia social para circunstâncias onde não há saídas além dos canais de participação aderentes às normas institucionalizadas.

Um processo de avanço, com acúmulo de forças através da radicalização democrática visando constituir uma nova institucionalidade com o poder popular é obra de determinadas práticas que permitem uma real formação de consciência e de propósito próprio. Nele, a solidariedade (confiança nas relações interpessoais e elevadas ao nível de institucionalização) cumprirá o papel mais importante, assim como a mobilização e organização das diferentes expressões populares de todo esse universo dos debaixo.

Sabemos que uma democracia participativa, obtida com a radicalização do protesto e da conquista de direitos, não pode ser decretada e nem o farão por sua própria conta os partidos que programaticamente se definem por este objetivo. Uma organização política em sintonia com seu tempo e com o movimento popular tem um papel a cumprir, mas a força está no povo mesmo. Tanto na etapa anterior quanto na posterior.

A independência do movimento popular e de todas as suas formas organizativas (autogestivas, de auto-organização, participação efetiva e federalista) é o que dará solidez ao processo e possibilidades reais para uma mudança até as condições de contra balançar o poder constituído pelo poder popular. Porém, cabe uma ressalva. O protesto além das vias

institucionais é parte de um esforço e não é destino manifesto de nova forma de vida em sociedade. Para qualquer processo político será necessário a organização e a vontade das forças sociais para produzir mudanças profundas, para marcar uma linha em um processo conseqüente.

5.8. A hierarquia de prioridades e a necessidade de coordenação para o processo de radicalização democrática

Um processo de radicalização democrática e de construção de poder popular tem como condição de existência que sua direção seja de baixo para cima e não o inverso. Desse abaixo e esse acima, não significa hierarquia, mas sim instâncias organizativas sociais, feitas pelo povo mesmo (base da pirâmide social), pelos de baixo, pelos que resistem, criam e buscam formas organizativas para se defender. Isto também implica que os militantes produzam uma cultura para seu desenvolvimento na mudança social proposta. Passa também por determinadas mudanças de comportamento, internalização do projeto e convicção no estilo de trabalho (processo e comportamento militante).

Para que um processo como esse seja efetivado, a tarefa de remover o que está estruturado e deslocá-lo é tarefa diária e não pontual e episódica. Toda força política e social é parte da constituição de uma conjuntura e seu aproveitamento depende do que tenhamos feito antes. Tarefa diária que, pelo objetivo traçado na tese, deve ser feita no interior das diversas expressões populares (entidades de base) e procurando a maior sintonia com inquietudes e urgências sentidas para que essa condição necessária de participação popular esteja presente. Que não sejam práticas de um solitário (tipo “*free rider* por esquerda”) ou daqueles que, operando à margem de sentimentos populares só conseguem fazer com que os setores que deveriam estar se aproximando, se afastem. Não estamos querendo dizer que temos que imitar os hábitos impostos por séculos de construção de um sujeito para um sistema, e sim fazer da mudança desses hábitos tarefa de todos os dias.

É estar atacando estruturas que tem sua genealogia, seu desdobramento e residem em diferentes “territórios” do sistema. Uma tarefa no marco do território inimigo, vinculada a múltiplas resistências e lutas, a maioria delas reivindicativas ou exigindo melhoras. Pedindo reformas com relação ao existente. Mas, a diferença da reforma é a maneira como se adquire. Se esta vêm como conquista de direitos, fruto de um processo massivo e politicamente didático, é distinto do que aumentar um direito ou um avanço na recompensa material através de intermediação profissional. Enfim, a questão não é ir conquistando melhoras, mas com que espírito, com que tela de fundo se faz.

Agrego que não é o mesmo ir conseguindo reformas que ser reformista. O que vai se construindo de radicalização democrática tem que ter uma meta permanente: o poder popular. Sem esse objetivo não haverá estratégia, pois se abdica da mudança estrutural, de futuro emancipatório. Esse processo de construção de poder popular pode ir arrancando melhoras e não sintoniza com a premissa algo mágica de: “quanto pior, melhor”. Tampouco com o “tanto melhor, muito melhor”. Pois esta última premissa tem colocado um duro problema, especialmente nos países altamente industrializados: houve um aumento da institucionalização, um grau alto de integração ao sistema por parte de determinados setores populares, em especial nos setores assalariados.

Porque defendo um processo dessa envergadura? Não é uma escolha aleatória ou excessivamente normativa. É uma posição descarnadamente racional e lógica. Assenta-se em uma lógica da análise estratégica, na compreensão da necessidade de equacionar meios e fins, e na recusa de estar atado na amarra de uma fórmula política que indica: democracia representativa + jogo de soma zero. Entendo que a democracia participativa avança sobre um tabuleiro de jogo de soma mais infinito, que a recompensa material é acompanhada pela ampliação e universalização de direitos. E que, somente através da contestação e dos conflitos se pode avançar neste processo essencialmente democrático (por isso radicalização democrática) e político (por isso poder popular).

Uma luta pontual, localizada dentro de um processo dessa envergadura, se dá em diferentes planos. Pode-se ganhar economicamente, perder na política urgente e ganhar em

avanços ideológicos em sindicatos ou setores inteiros. As pressões populares têm gerado de muitos lados um ambiente de crença nas próprias forças, por piores que sejam as políticas dos governos supostamente progressistas. O que temos que levar em conta é que o entusiasmo e a organização social desde baixo já gera, pelo próprio fato de existir, outra situação.

Todas essas lutas, reivindicações, enfrentamentos, implicam em um processo de participação ativa da população. Este envolvimento eleva a acumulação de conhecimento a partir das experiências e enfoques que se fermentam em posse de soluções legítimas. O grau de legitimidade no modelo aqui proposto é a adequação de tamanho entre a profundidade da reivindicação e a força disponível para isso.

Neste contexto a organização política segue sendo de primeira importância para a ruptura, desestruturação da ordem vigente o capitalismo e início de outro processo sobre bases diferentes. Mas, esta importância se dá de forma distinta. A compreensão de política desde abaixo localiza esta organização (partido de quadros) como um nível distinto (círculo) dessa mesma luta. Sua existência sobre condição imprescindível. A de que esta organização aja desde adentro desse processo. O modelo de organização política proposto nessa tese, disputa suas posições políticas a partir do exercício da função de minoria ativa. Este exercício implica uma articulação complexa entre os níveis político, político-social, e social organizado. O grau de coordenação complexa implica em manter os níveis de democracia interna, planificar os esforços para cada momento e caracterizar a conquista imediata como parte do processo de radicalização democrática.

6. UMA CRÍTICA ECONÔMICA DOS CONSTRANGIMENTOS SOFRIDOS PELOS CÂMBIOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA ATUAL

O presente capítulo se divide em três partes. Na primeira apresenta as idéias-força e idéias-guia que pautam o debate do neoliberalismo em contra de um Estado de Bem Estar Social e sua versão latino-americana desenvolvimentista. Este último modelo de Estado com alguma base de regulação social e distributivismo impositivo atuava como o constrangimento estrutural que termina por condicionar ou animar os regimes democráticos do pós- 2ª Guerra Mundial.

Utilizando a exposição de circunstâncias históricas analisadas segundo modelos gerais de regimes democráticos e vocações econômicas do Estado, a narrativa discorre sobre as premissas deste debate aplicado na sociedade brasileira contemporânea. A conclusão do embate de idéias, dentro das circunstâncias de vitória momentânea do neoliberalismo, implica na flexibilidade de direitos políticos, a limitação do Estado como regulador da sociedade e, as conseqüentes falhas ao aprofundar o exercício dos direitos políticos e as possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico.

Na segunda parte do Capítulo, apresentamos outra digressão, quando na metade da década passada (anos 1990), os conceitos-chave do neoliberalismo dominavam as discussões e o referencial teórico aplicados em quase todos os níveis e universos de conhecimento. O Brasil em particular, vivia a expectativa de ter, após mais de quinze anos, uma moeda estável e governo com grau de coerência elevado. Na política praticada na contemporaneidade, este debate atravessa toda a carga conceitual empregada.

A continuidade deste capítulo busca contribuir como esforço do pensamento contestador da base-conceitual do neoliberalismo, gerando um conjunto de conceitos capazes de desconstruir um estatuto de verdade com pretensões de inevitabilidade. Para tanto, a segunda parte revisita a transição de 2002 para 2003 e o primeiro quadrimestre do governo de Lula, com Antônio Palocci à frente do Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles já como presidente do Banco Central do Brasil. Na terceira e última parte aplicamos dois exemplos empíricos através de estudos de caso.

6.1. As visões do Estado como regulador social e na definição macroeconômica. Premissas e temporalidade

Entendemos o momento contemporâneo, o Pós-Bipolaridade (a partir de 1989/1991), como posterior ao período de tempo histórico decorrido a partir do Pós-Guerra (1945-1989/1991). Especificamente nesta parte da tese, nos referimos aos embates teóricos, filosóficos e programáticos geridos no ocidente capitalista e que trata da conformação do Estado de Bem-Estar Social e da corrente de filosofia política organizada em torno da Sociedade de Mont Pèlerin.

O livro marco desta Sociedade é “O Caminho da Servidão¹⁰³” (Hayek, 2004; cuja obra original foi publicada em 1944), do austríaco Friedrich Hayek (1899-1992), pioneiro desta junto ao também economista Milton Friedman (1912-2006). A instância de discussão localizada em uma pequena cidade da Suíça conformou um verdadeiro centro nervoso do liberalismo em suas manifestações de políticas econômicas e filosofia política para países centrais.

Nessa perspectiva é fundamental compreendermos o papel de um centro decisório, do acúmulo de massa crítica, da política de alianças através de *policy makers* ocupando postos-chave em centros de saber, e futuramente, de decisão global. Para tanto, é relevante conhecer a caracterização da reunião primeira convocada dois anos após o fim da 2ª Guerra e em plena execução do Plano Marshall na Europa destruída pelo conflito bélico. Segundo

¹⁰³ HAYEK, Friedrich August Von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro, Bibliex, 2004.

a professora Paulani (2004), o movimento conhecido por neoliberalismo tem sua gênese orgânica em:

Na certidão de nascimento do movimento, o ano de registro é 1947, ocasião em que Hayek convoca, para uma reunião em Mont Pèlerin (Suíça), aqueles que compartilhavam seu credo. Dentre os que acorreram ao chamado, encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins e Ludwig Von Mises. O propósito da Sociedade de Mont Pèlerin era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um novo capitalismo no futuro, um capitalismo duro e livre de regras. Para esses crentes nas inigualáveis virtudes do mercado, o igualitarismo promovido pelo estado do bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos.

Segundo Mattos (2001), o chamado Estado de Bem-Estar Social, marcou período de prosperidade econômica e social. E, teve fatores de ordem econômica e ordem política agindo como determinantes deste período de prosperidade. Foi este modelo de arranjo macro-econômico combatido pelo neoliberalismo desde seu nascedouro. Os membros da Sociedade de Mont Pèlerin apontavam como alvo de suas críticas o pacto social e produtivo, que nos Estados Nacionais tiveram papel decisivo. Este modelo de Estado foi alvo dos neoliberais por duas razões:

- a implantação do Welfare State (e a posterior generalização de suas atividades);
- a expansão até então sem precedentes dos gastos públicos, o que de sua parte garantia a ampliação contínua da demanda agregada e criando horizontes favoráveis para o cálculo capitalista do setor privado.

Ainda segundo o economista da Unicamp, “a maior participação dos Estados Nacionais nas economias capitalistas desenvolvidas manifestou-se também através da expansão do emprego público, em contexto de ampliação das atividades reunidas no Estado de Bem Estar Social.”

Na contra ofensiva dos liberais a este pacto dentro do capitalismo do ocidente, se configuraram os marcos ideológicos e políticos para professar o pensamento econômico de seus fundadores. Para compreender a formação do pensamento econômico neoliberal, é importante a contribuição de Paulani (2004):

Depois da desastrosa experiência da crise de 29, vai ganhando força uma prática intervencionista do Estado que encontra sua matriz teórica na Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda, que Keynes publica em 1936. Cria-se, com isso, uma espécie de consenso a respeito da necessidade de uma certa regulação externa ao próprio sistema, que soma, à perda de espaço social já experimentada concretamente pelo liberalismo [...]. As idéias implícitas no referido consenso, encontraram seu habitat natural no estado do bem-estar social, no controle keynesiano da demanda efetiva e na regulação fordista do sistema e o capitalismo deslanchou tranqüilo por três décadas, crescendo de modo sustentado em todo esse período.

Nesse contexto, autores como Hayek e Friedman se destacaram no combate ao chamado “consenso keynesiano”. É importante compreender o significado desse consenso, arranjo das forças políticas, econômicas e sociais organizadas, que segundo Machado (2006) pode ser resumido em três orientações básicas:

- 1º) Defesa da economia mista, com forte participação de empresas estatais na oferta de bens e serviços e a crescente regulamentação das atividades do setor privado por meio da intervenção governamental nos diversos mercados particulares da economia;*
- 2º) Montagem e ampliação do Estado do Bem-Estar (Welfare State), garantindo transferências de renda extramercado para grupos específicos da sociedade (idosos, inválidos, crianças, pobres, desempregados etc.) e buscando promover alguma espécie de justiça distributiva;*
- 3º) Política macroeconômica ativa de manipulação da demanda agregada, inspirada na teoria keynesiana e voltada, acima de tudo, para a manutenção do pleno emprego no curto prazo, mesmo que ao custo de alguma inflação.*

Na virada da década de '70 para '80, a corrente de pensamento econômico, filosófico e político conhecida por neoliberalismo vem a ser vitoriosa, a partir das vitórias eleitorais na Inglaterra e nos EUA, antes precedida pela experiência dos primeiros anos do governo de Pinochet no Chile. Na seqüência do fim da Bipolaridade, tal vitória se transforma em hegemonia em termos globais, influenciando nos desenhos institucionais do ente estatal em todo o ocidente. A contra partida do “consenso keynesiano” pode ser vista no chamado “receituário neoliberal” básico.

Não vamos nos centrar nos estudos dos Estados do chamado Socialismo Real, embora também tenham sido contemporâneos do Pós-Guerra e da Bipolaridade. A vitória do neoliberalismo se inicia na vitória eleitoral de Margaret Thatcher, do Partido Conservador, no ano de 1979, e na seguinte vitória de Ronald Reagan, pelo Partido Republicano, no ano de 1980.

A relevância destas duas vitórias políticas pode ser compreendida pelo momento vivido na década de '70 pelos operadores políticos e acadêmicos dos países desenvolvidos do ocidente capitalista. A este respeito, segundo os pesquisadores da UFRGS Caldeira, Cunha e Ferrari (2007), afirmam que:

A partir dos anos 1970 o “consenso keynesiano” foi quebrado na academia e na política. Inflação e desemprego em alta minaram a confiança em torno da alegada capacidade dos policymakers realizarem, através das políticas fiscal e monetária (especialmente a primeira), a sintonia fina dos ajustes macroeconômicos. Para as novas gerações de acadêmicos não existia mais o fantasma do esfacelamento da sociedade pelas forças indomáveis dos mercados livres.

Ainda segundo Caldeira, Cunha e Ferrari (2007), “as idéias do mundo pré-keynesiano haviam apenas hibernado”. A vitória do refluxo conservador assinalado por Ronald Reagan (EUA) e Margaret Thatcher (1979) assegurara dentro do Ocidente desenvolvido a vitória do sistema de idéias marcado por um liberalismo que se reorganizara após a 2ª Guerra. Este novo consenso macroeconômico tinha base na teoria das expectativas racionais e “na idéia

de que a política macroeconômica ativa seria redundante, porque estava sujeita a antecipação por parte dos agentes econômicos”. (*id*)

O marco de comparação se dá entre o Estado Neoliberal e o de Bem-estar, e no caso do subcontinente latino-americano, especificamente a sua versão Nacional-Desenvolvimentista. Comparamos os desenhos e atribuições que são fruto de fatores diversos (fora da relação causal). O período de tempo do Estado Neoliberal latino-americano é o das décadas de 1990 e 2000, antes do advento dos novos governos nacionais e intervencionistas. É interessante observar os efeitos políticos e societários, a partir do receituário aplicado na década de '90 na América Latina, e generalizados no artigo do professor paraguaio Victor Barone (1998), segundo o autor:

Os processos de fragmentação social avançam e consolida-se o desemprego estrutural, que converte aos trabalhadores em informais, auto-empregados e lumpen. As cidades e os campos povoam-se de favelas de emergência, e as sociedades se polarizam entre muito ricos e muito pobres, liquidando paulatinamente à classe média. Os efeitos do neoliberalismo são similares aos vividos pelos agricultores e a pequena manufatura domiciliária nos albores do capitalismo temporão, que viram como o emergente mercado capitalista, exigia a intervenção do Estado Vitoriano, para converter aos camponeses deslocados de suas terras e aos trabalhadores deslocados, em criminosos graças à "lei de vagância" que os enviava às "Casas de Trabalho ("WorkHouse") a produzir gratuitamente o fundo de reprodução para o nascente capital."

O início de uma contra-hegemonia na América Latina em relação ao domínio neoliberal teria como marco o governo de Hugo Chávez (1998), acentuando este perfil antineoliberal após a derrota do intento de Golpe de abril de 2002. O avanço das propostas de regulação social através de intervenção estatal macro-econômica também é parte do advento das eleições de esquerdas na América Latina. Os debates a respeito do populismo, neopopulismo e populismo econômico a seguir se discute.

6.2. Premissas de Análise na relação entre os limites democráticos e o desenho de Estado

Como foi afirmado ao longo da tese, a posição do pesquisador-autor é visto por nós como elemento central na produção do conhecimento. Seguindo uma tradição de análise multicausal, aprofunda o tema e assume uma perspectiva renovada da forma de análise proposta pelo professor mexicano Pablo González Casanova (1967) em sua obra “A Democracia no México”. O autor parte de um ponto de vista que recusa a comparação entre tipos ideais de desenvolvimento econômico nos países centrais e as supostas “anomalias” ocorridas nos países latino-americanos.

Casanova afirma que estas comparações têm “função programática, utópica e ritual” (1967, p.9) e prevê a tarefa urgente de confrontar os modelos jurídicos ortodoxos, oficiais com a realidade (p.9). Assim, com base nas observações formulamos expomos o seguinte modelo de análise (Casanova p.8):

- I – a relação da estrutura política formal – os modelos teóricos e jurídicos de governo – com a estrutura real de poder;
- II – a relação do poder nacional – a Nação-Estado – com a estrutura internacional;
- III – a relação da estrutura do poder com a estrutura social, com os grupos macrosociológicos com os estratos, com as classes.

Reforçamos a idéia de que os modelos de Estado e as formas de desenvolvimento econômico e democrático aplicados na América Latina não são “anômalos” perante as democracias do ocidente central. Assim, a utilização dos modelos de Estado aplicado no debate sobre as democracias realmente existente, encontra no cenário latino-americano sempre uma reinvenção e readequação dos modelos de tipos-ideais.

Para entrar na origem do debate, vale observar a comparação de propostas e funcionamento do Estado capitalista segundo as críticas de Adam Przeworski (1995) para a visão keynesiana e liberal. Vale ressaltar o que Przeworski afirma que “o que há de novo na

ideologia (neo)liberal é o papel dominante desempenhado pela teoria econômica de cunho técnico” (p.241). Assim, podemos afirmar a dificuldade de analisar o Estado se partirmos dos conceitos hegemônicos influenciados pela “ciência econômica de cunho liberal”. É comum afirmar a colonização do saber econômico sobre os demais. Fruto desta colonização, segundo o próprio Przeworski, se aplica de forma generalizada a partir do final da década de 1970. Isto advém com a “teoria das expectativas racionais”, isolando o agente e dando-lhe um grau de autonomia superior às contingências e cenário onde este se encontra. Przeworski ressalta a capacidade de universalização da economia e sua forma de “colonizar” e subordinar s outros saberes:

Para o autor: “As teorias econômicas são racionalizações de interesses políticos de classes e grupos conflitantes, e como tal devem ser tratadas. Por trás de alternativas econômicas espreitam visões da sociedade, modelos de cultura e investidas em direção ao poder. Projetos econômicos implicam projetos políticos e sociais.” (Pzeworski, 1995, p. 243). Dito isso, expomos os seguintes modelos, de acordo com o autor citado acima.

Estado Keynesiano (Bem estar Social)

Este modelo surge como uma saída da crise dos anos 1920, como medida de solução para o momento posterior ao Crack de 1929 e é aplicado em larga escala no Pós-Guerra. Tem uma de suas num acordo pactuado no compromisso entre classes. Nos países centrais este modelo de Estado funcionara sob regime de democracia concorrencial. O compromisso entre classes e o poder de barganha vinda da mobilização e do poderio eleitoral da classe trabalhadora formal permitira a alta taxa impositiva como forma de funcionamento de redes de assistência e previdência social. Houve assim uma conciliação da propriedade privada com a gestão democrática da economia. E, neste contexto o funcionalismo tem forte papel de executora de políticas públicas. O mesmo se dá com a intervenção de empresas estatais gerando bens de produção e infra-estrutura básica do país. Para este modelo de sociedade era fundamental a busca do pleno emprego e a presença de fortes partidos social-democratas representando a força de trabalho.

Estado NeoLiberal

A aplicação desse modelo tem como justificativa e força motriz a saída para a crise fiscal do final dos anos 1970. Sua implantação significa a quebra do compromisso do pacto de classes nos países centrais. O modelo neoliberal, além de quebrar o pacto entre classes, subordina as decisões estatais aos parâmetros técnicos (ideológicos), reconvertendo a tecnocracia em operadores de políticas dos grandes capitais. Uma das medidas padrões dessa tecnocracia em controle de postos-chave para as economias dos países centrais que adotaram este modelo foi baixar a taxa impositiva e liberar maior circulação de capitais flutuantes. Este movimento também incidiu na tendência à fusão de empresas, gerando maior concentração, criando ou reforçando os monopólios e aumentando a financeirização da economia. O aumento do peso gravitacional dos agentes financeiros e concentradores na economia, além de uma tecnocracia econômica de confiança desses capitais, leva ao constrangimento dos programas partidários, cedendo às pressões do contingenciamento global. Esta posição garante a tendência de particularizar os interesses gerais e generalizar as metas “inexoráveis”, criando assim uma idéia de “inevitabilidade” de execução de determinadas políticas econômicas padronizadas. Assim, a balança pende para que as relações sejam mais dependentes das instituições privadas ao invés das instituições políticas.

Como a política econômica é um dos eixos de análise deste capítulo somando-se aos arranjos institucionais e a possibilidade de concertação estratégica, passamos ao debate de outro ponto de vista. Vamos debater os modelos de democracia aplicáveis nos Estados latino-americanos, cujos regimes democráticos se institucionalizam como uma forma de transição do autoritarismo, vistos a partir da crítica e caracterização de Moisés (1995) aos modelos minimalistas e maximalistas. Moisés expõe os modelos absolutos e ao final, pondera quanto aos mesmos em perspectiva. Para o autor, o modelo minimalista de democracia, exposto de forma narrativa, seria este:

Minimalismo:

Este modelo se aplica sem pré-requisitos nem exige a existência de pactos substantivos. Trata-se antes que nada de um arranjo institucional partindo da vontade e compromisso de atores-chave na transição e no ambiente político do país. Até por não ter pacto substantivo e ser um modelo construído a partir das opções estratégicas dos atores, tanto as relações causais nele contidas como os resultados dos processos de democratização são incertos. Existe uma noção generalizada de que a democracia é um fator causal de progresso social e não ao inverso. Desta forma tanto o jogo como as instituições democráticas são descoladas de políticas distributivistas e melhora e aumento dos ingressos e rendas da população. É por isso que estas instituições têm uma atuação concisa. Este formato de democracia é circunstanciado como única saída possível em determinado momento histórico.

Moisés afirma que o acordo ou pacto instaurador da democracia, como no Brasil e no Chile, é incompleto ou insuficiente. Já para Casanova (1967), o termo democracia é mais persuasivo que compreensivo, e é necessário observá-lo com atenção. Assim democracia deve ser acompanhada da análise do desenvolvimento econômico e social. Em suma, não haveria democracia de por si, e tampouco esta seria casada com uma estrutura social correspondente. Um exemplo é o Pacto de Punto Fijo na Venezuela, iniciado seu rompimento com o levante do Caracazo de 1989, depois com o intento de golpe do então tenente-coronel Hugo Chávez e aprofundada após o contra golpe de abril de 2002.

Voltando ao debate de modelos de democracia, o modelo maximalista seria a soma das condições estruturais para a democracia ser institucionalizada. Assim, o modelo maximalista, exposto de forma narrativa, seria este:

Maximalismo:

Este modelo é caracterizado por um desenvolvimento econômico e políticas distributivistas que garantam renda mínima. No caso a democracia entra como fator de modernização da sociedade, no qual as lideranças e atores políticos operam no pacto e na consolidação, mas devem ser acompanhadas de uma divisão mínima de poder e riqueza.

Como parte do pacto substantivo, há a necessidade de solução de problemas percebidos como prementes, tais como: impasse político; prevalência de interesses privados sobre interesses públicos; o Estado como provedor de Justiça; e a geração de uma sensação de segurança. Neste caso, as condições econômicas, sociais e culturais não são determinantes, mas formam a base indispensável do surgimento da democracia como regime estável. Assim, o desenvolvimento amplia a base da classe média, pluralizadora de interesses e amplia os segmentos do “mercado político” interessados na sua diversificação.

Moisés conclui prevendo um modelo balanceado, onde os arranjos institucionais operam em conjunto com uma vontade política das não-elites em aceitar a democracia como denominador comum. Intentos experimentais passam ao largo do texto de Moisés, prevendo a existência de uma cultura política como fator de influência. Segundo o autor, também há que se levar em conta a presença midiática e o recuo programático dos partidos e atores político-sociais. Deste modo, Moisés prevê a análise em perspectiva como primeira condição para a precisão. Nota-se que a dimensão do Estado e seu papel são a condição indispensável para prover o desenvolvimento econômico e social. Eis a relevância de seu papel, suas funções, desenhos institucionais.

6.3. A versão latino-americana e os modelos de Estado: neoliberal e desenvolvimentista

Para compreendermos os efeitos do conjunto de idéias formatadas em torno da Sociedade de Mont Pèlerin, há que se levar em conta que estas ganham uma abrangência universal a partir de um status de verdade científica. Mas, estas verdades se dão essencialmente a partir de premissas políticas, inspiradas em idéias filosóficas e aplicadas em linguagem e receituário econômico. O poder da linguagem aplica um jargão onde o leitor-receptor se torna obrigado a aceitar as regras do expositor para o debate. Esse *modus operandi*, difundido de forma massiva através de mídia eletrônica, é uma das formas de giro da economia atual (Biz & Guareschi, 2005) e atua como um “portador do conceito”, tornando sua difusão já o próprio modo de sua operacionalização.

Assim, conceitos oriundos da economia, e particularmente da economia financeira preconizada por Friedman (1981) e Hayek (2004), entraram em campos antes próprios dos universos da política e da cultura. O esforço adaptativo da crítica onde estas políticas foram mais sentidas toma formato específico em cada parte do mundo onde a mesma se articulou. No caso brasileiro, um pensamento contra-hegemônico trabalhou com certa intensidade logo após a aplicação do plano Collor, pela ex-professora da USP, então ministra da Fazenda, Zélia Maria Cardoso de Mello.

Não se pode negar que foi na política econômica da ex-ministra de Fernando Collor que se inaugura no Brasil uma ação de primeiro escalão rumo ao Estado mínimo; ou a subordinação direta dos interesses do Estado como suporte para o crescimento do capital privado. Note-se que os efeitos retardados no Brasil ocorrem justo no final do governo de Fernando Henrique, ao contrário, por exemplo, da Argentina. Isto porque, no país austral, a posse dos militares tendo o general Videla à frente, em 1976, trás consigo os operadores econômicos liderados pelo ministro da Economia José Alfredo Martínez de Hoz (Seoane, 1997).

Ultrapassada a bipolaridade, vencida a Guerra das Fronteiras Ideológicas (Castro & D'Araújo, 2000), a política mundial convocada por Thatcher-Reagan chega ao nosso país após a crise do Estado na segunda metade dos anos '80. Passa a ser o modelo de Estado, em conjunto com os limites da democracia, o tema de debate corrente. Para fazer a crítica, o pensamento contra-hegemônico toma para si a tarefa de dissecar as premissas neoliberais e apontar uma modelagem para este formato e para seus contra modelos.

O debate do modelo democrático passa a desassociar-se do modelo de Estado. Desta forma, mesmo assumindo uma forma e tradição de modernização conservadora, o Estado brasileiro construído pelos militares vai ao encontro dos anseios de desenvolvimento nacional, sem ponderar o problema das liberdades e dos direitos políticos. O contra remédio é a aplicação do receituário neoliberal através de uma formula de democracia de procedimentos e não a substantiva (Vitulo, 2005).

Em síntese nesta parte do capítulo, buscamos um modelo de crítica compreensível. Por isso, tomamos como base o texto fruto da conferência de Anderson e os comentários de Oliveira, Netto e Sader (1998). Entendo que a contribuição destes autores é incorporável na crítica cotidiana das defesas do neoliberalismo, o que permite uma compreensão mais assimilável. Abaixo observamos o fenômeno do modelo de Estado no Brasil, descrevendo-os em forma narrativa:

Estado Nacional-Desenvolvimentista

Este modelo tem a presença de estatais como empresas de intervenção essenciais na economia e na sociedade. Neste desenho institucional – o caso brasileiro – a liberdade política fica, em geral, subordinada às políticas distributivistas ou desenvolvimentistas. Assim sendo, termina por ser considerada como um valor secundário. A sociedade vê o Estado como agente de modernização, que pode ser conservadora (caso do Brasil) ou de transformação da sociedade. Sob a forma de modernização conservadora, existem leis de proteção social, mas a capacidade de protesto e participação se torna restrita. O modelo é conduzido por um Executivo forte e uma tecnocracia subordinada. No caso brasileiro houve um endividamento crescente. Além do endividamento, a forma de financiamento é em base a uma alta taxa impositiva, destinada a custear infra-estrutura para financiar a expansão industrial. Para o nacional-desenvolvimentismo existente no Brasil, o crescimento econômico era mais relevante do que estabilidade financeira e política

Estado Neo Liberal

Neste modelo de Estado há privatização crescente, seguida da perda de controle de parte ou da integralidade da infra-estrutura e serviços do país. Em contrapartida a liberdade política fica garantida, havendo a participação presente de atores políticos diversos e movimentos sociais. Embora haja aumento da participação, há perda da capacidade de intervenção do Estado nas políticas estratégicas do país. Retira-se assim poder de decisão política por parte dos agentes mobilizados a partir de posições contra hegemônicas. Simultaneamente a privatização que gera perda de controle da infra-estrutura, há financeirização da economia, gravitando nas relações de troca e produção e condicionando as políticas econômicas do país. No caso, a capacidade fiscal opera como

garantia tanto da “austeridade” como do pagamento dos serviços da dívida. Em função da “austeridade”, as políticas públicas são tímidas e seletivas, voltadas para os mercados eleitorais. A estabilidade política e econômica é maior do que o crescimento do país.

Um dos objetivos desta tese passa pela crítica ao neoliberalismo e sua colonização sobre a ciência política, mas também no embate contra a premissa que a única forma de regulação e organização de uma sociedade distributivista seja através do Estado. O foco do debate nesta parte da Tese passa pelas possibilidades de desenvolvimento e a capacidade responsiva do Estado perante seus cidadãos. Consideramos que uma análise estrutural implica o debate ideológico fundamentado no conjunto de valores identificados na cultura política, e o desenho institucional traçado nos modelos de Estado sobrepostos aos modelos de democracia realmente existentes. Para tanto, todo o fundamento da matriz histórico-estrutural é necessário.

6.4. Caracterizando a conjuntura macro econômica e de desenho democrático em que vivemos hoje no subcontinente

As funções e atribuições do Estado capitalista dos anos 1920, consagrados no Pós-Guerra como o pacto entre classes financiado na Europa com o Plano de Reconstrução (Marshall), refinanciado pela Comunidade Comum Européia aos países do sul da Europa que se democratizavam ao final dos anos 1970, foram combatidas e parcialmente vendidas pela corrente de pensamento político chamado de Neoliberalismo.

Fundamental para isto foi a vitória eleitoral de Thatcher (1979) e Reagan (1980), a derrota do Bloco soviético, e antes, após a Crise do Petróleo (1973), a quebra do padrão dólar-ouro sendo que as finanças mundiais passaram a ser reguladas pelo padrão dólar-dólar. Assim, a dívida pública (interna) dos EUA termina por regular a economia global. Isso se verifica como absoluto até a ascensão do segundo unilateralismo (de Bush Jr), o crescimento econômico da China e o retorno de governos mais à esquerda na América Latina.

Simultaneamente da crise das sociedades regidas pelo receituário neoliberal, o Estado brasileiro vem experimentando uma situação de dicotomia. Por um lado, afirma-se o regime democrático, com vários espaços de participação (conselhos de toda ordem, consulta da sociedade civil) e alguma experimentação institucional (OPs, plebiscitos, leis de iniciativa popular). Também se verifica uma participação mais organizada e pouco canalizada através de partidos políticos institucionais.

É importante notar a condição de partida, o cenário macro estrutural da economia brasileira enfatizando a ocupação de mão de obra quando da vitória eleitoral e o início de governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Entendo como importante a constatação dessas condições até para expor o cenário real e os constrangimentos (condicionalidades) impostos pelas condições de vida da maioria da sociedade brasileira. Vale observar os dados referentes à ocupação de mão de obra no Brasil e apresentados por Kon (2004):

A análise das diversidades das condições ocupacionais e regionais específicas dos mercados de trabalhos informais merece especial atenção, tendo em vista a relevante e crescente participação de ocupados nestas situações de informalidade na economia brasileira, como resultado da diminuição da dinâmica de geração de empregos no mercado formal de trabalho. Basta dizer que do total de trabalhadores do Brasil, cerca de 58% estavam ocupados informalmente em 2002, dos quais 18,5% correspondiam a trabalhadores de empresas sem carteira de trabalho assinada, 5,7% se ocupavam em serviços domésticos remunerados sem carteira, 22,3% trabalhavam por conta própria, 7,4% não eram remunerados e os demais 4% eram trabalhadores para consumo próprio.

Este fator, dentre outros que vamos examinar, fazem com que os compromissos estratégicos do Estado, a partir de seus gestores e grandes operadores, não dêem conta de oferecer a regulação social que é sua atribuição. Um exemplo disso é a ausência de políticas públicas simultâneas à sobretaxa impositiva e o financiamento direto dos conglomerados e oligopólios. Por outro lado, o Judiciário e o Ministério Público, permitem uma ampla gama de protestos sociais, reivindicações e disputas intra-institucionais. Ou seja, a ordem econômica mundial não impede a contestação pontual, por mais radicalizada que esta seja.

O que não se altera no país é a restrição de acesso aos direitos fundamentais e a ausência de políticas públicas.

Em se tratando de concorrência e alternância dos operadores políticos, o Estado brasileiro está bastante permeado. A renovação do Congresso é alta, sendo que na Câmara dos Deputados atingiu 43% em 2002 e 48% das vagas em 2006¹⁰⁴. Não é um problema para a democracia brasileira a renovação de representantes. Já os problemas estruturais do país, entendendo a disputa do papel do Estado, que deve ser para uns o “indutor” do crescimento e por outro, o “provedor” do crescimento, em geral se solucionam a favor dos primeiros.

A idéia de democracia vive seu momento limite na América Latina contemporânea. Após uma década de regimes estáveis, o mecanismo de concorrência entre partidos se vê limitado pelo constrangimento estrutural definido pela filosofia política, transmitida em forma de pensamento doutrinário e receituário, aplicado transmitido na forma de conceitos macroeconômicos. Estes conceitos traduzem um horizonte ideológico chamado de neoliberalismo, iniciado como contra-ofensiva ao consenso keynesiano.

O eixo de análise parte do Pós-Guerra, do mundo bipolar, no interior de seus debates entre os defensores do Estado de Bem-Estar Social e as propostas Liberais ou Neoliberais. Com o fim da bipolaridade e a vitória parcial da segunda proposta, trago a crítica a esta parcela vitoriosa e as observações de seus efeitos diretos nas esferas política, econômica e ideológica no Brasil e na América Latina. O debate discorre também a respeito dos limites da democracia que opera no Estado atual e suas possíveis reformas ou saídas. Dei ênfase no Estado como fenômeno societário, de síntese do poder político e condicionado-condicionante das margens estruturais onde o mesmo opera.

¹⁰⁴ Ver o depoimento do analista do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Antonio Augusto de Queiroz para o Portal UOL, em GUTIERRES, Marcelo. *Câmara se renova em 48%, mas 12 envolvidos em escândalos voltam*. Documento eletrônico em <http://eleicoes.uol.com.br/2006/ultnot/2006/10/02/ult3749u914.jhtm>; arquivo eletrônico consultado em 08 de junho de 2008.

Parte II: A análise da política econômica quando da passagem de governo de Fernando Henrique para Lula e os constrangimentos às mudanças estruturais

6.5. A transição da democracia representativa consolidada no Estado Neoliberal

Esta parte do capítulo e da tese adentra pela política econômica brasileira do momento da transição do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC, 01/01/1995 a 01/01/2003) para o de Luiz Inácio Lula da Silva (01/01/2003 a 01/01/2011) e os primeiros meses do governo de Lula. Parto de estudos realizados no 2º semestre de 2002, onde pude observar e analisar as políticas econômicas promovidas pelo governo central brasileiro a partir da Abertura. Notei ingerências mútuas entre o mercado, os agentes econômicos e os agentes políticos, e preponderando sobre todos estes atores, os constrangimentos promovidos pelos países centrais, especificamente os Estados Unidos da América (EUA) somados aos mecanismos de regulação global por esta potência hegemônica. Também tive a oportunidade de acompanhar a disputa eleitoral, para presidente e governadores de estado (além da Câmara e Senado da república e respectivas Assembleias Estaduais) e neste processo, as possíveis mudanças estruturais que poderiam vir a ocorrer com a alternância de governo.

No texto que segue, expomos uma série de constrangimentos estruturais que reduzem a patamares mínimos as margens de manobra do governo central brasileiro. Esta condição, dentro dos parâmetros de pensamento hegemônico, faz com que a pouca capacidade de movimento independa da alteração do partido e coligação que ocupem o Executivo do Estado brasileiro.

Trata-se de um tema reiterado ao longo da tese, um dos problemas nevrálgicos da ciência política, que é a condição de autodeterminação de um governo eleito através do voto popular como mecanismo de democracia representativa confrontada com os

constrangimentos sofridos pelos Estados. Nas regras atuais da política no Brasil, a forma de exercício de cidadania consagrada atende pela primazia do sufrágio sobre outras formas de participação. Mas este mesmo voto não serve como fonte decisória para as decisões de longo prazo do país. Assim, fica a questão:

- Como pode um governo democraticamente eleito tomar decisões de caráter estratégico no plano macroeconômico se o Estado a partir do qual governa é soberano sobre seus próprios recursos, mas não exerce esta soberania na plenitude de sua potencialidade?

Nesta parte do capítulo, a primeira questão deriva para outras duas, consequência direta da citada acima. A primeira diz respeito aos marcos de regulação internacional e as ingerências diretas do organismo de regulação macroeconômica, sendo que o de maior gravitação entre 2002 e 2003 era o Fundo Monetário Internacional (FMI). A primeira questão subsequente da primeira é:

- O constrangimento estrutural, do endividamento brasileiro (dívida interna e externa) e os planos de metas pré-acordados com o FMI impedem a realização de políticas de longo prazo?

Já a segunda questão, aborda o conjunto de compromissos e limitações para o exercício político do poder de governar um Estado que é ou deveria ser ao menos em tese, soberano. Diz respeito dos níveis de comprometimento da política econômica e os respectivos compromissos internacionais, submetendo de fato a política ao nível econômico da tomada de decisões no plano nacional. A segunda questão subsequente é:

- Quais são por tanto, as margens de manobra possíveis, sem realizar alguma forma de rompimento (ou afastamento), não só com o modelo vigente (ex. superávit primário, plano de metas, ajuste fiscal, etc.), mas também com as determinações das instituições internacionais e os Estados centrais que as hegemonomizam?

Como se pode observar, a abordagem deste Capítulo apresenta coerência com as preocupações a serem elucidadas pela Teoria das 3 Esferas. Em especial a preocupação ao longo deste Capítulo em suas três partes é a gravitação do pensamento neoliberal, partindo de um prisma “econômico”, munido de um léxico e vocabulário de “técnica”, como superiores aos debates políticos. Discordo desta forma de realizar o debate e de fundamentar as tomadas de decisões. Existem limitações de técnica sobre todas as áreas de vida pública, mas este universo técnico – o da limitação de recursos tecnológicos, de mão de obra especializada e de ambiente adequado – não pode sobrepor às potencialidades da política. Esta afirmação tem um status de verdade superior em se tratando de um país das dimensões e recursos como o Brasil.

Por isso o tema da perda de soberania popular por meio do constrangimento exercido através de operadores econômico-financeiros deve ser aprofundado e elevado ao grau de problema político. Entendo que o tema é deveras abordado tanto pela mídia corporativa e a especializada como pela academia brasileira, mas sobre tudo de uma forma que, mais uma vez, esvazia a política e a subsume a uma forma “técnica”. O contraponto apontado aqui e ao longo da tese deve ser a abordagem da estratégia de desenvolvimento e o aumento de soberania de uma coletividade de cidadãos como forma de alteração de um equilíbrio de forças desfavorável ao mandato popular. O contexto desta preocupação está aqui localizado.

Constato que o caráter de novidade neste texto é se debruçar sobre um momento de transição de governos e de afirmação de um mandato eleito com um capital simbólico de liderança popular. Abordo o período que contempla os primeiros quatro meses do governo Lula, quando já não há mudança sensível nenhuma no nível macroeconômico de governo. Considerando o caráter de oposição que o chefe de Estado e seu partido (Partido dos Trabalhadores, PT¹⁰⁵) sempre tiveram, temos por tanto a evidência de permanência, já no

¹⁰⁵ O Partido dos Trabalhadores está na oposição ao governo da União desde o ano de 1980, quando foi fundado em plena Abertura política e re-organização partidária ocorrida durante o governo do general de cavalaria João Baptista Figueiredo. Conquista o poder do Executivo vinte e dois (22) anos após sua fundação.

início do primeiro governo, dos padrões de exercício da política econômica dos dois governos de FHC.

No instante que escrevo este trecho da tese¹⁰⁶ observo mesmo comportamento de governo em relação à economia brasileira. Isto se dá após mais de cinco anos de exercício do governo Lula, notando-se o *continuum* naqueles pouco mais de 4 meses de exercício de poder presidencial com os 96 meses deste mesmo exercício durante o governo anterior. Também é evidente a observação de que as políticas concretas hoje sendo exercidas, são a continuidade com o governo anterior. O quanto opera de constrangimento estrutural nestas resoluções de governo está implicado no próprio *continuum*.

6.6. Fatores e agentes de constrangimento do exercício do poder político

Para desenvolver este tema, nos atemos naquilo que a literatura e o jornalismo político e econômico convencionam em denominar o 2º Consenso de Washington. No 1º Consenso de Washington, reunião ocorrida em novembro de 1989, onde estavam presentes funcionários do governo dos EUA e dos organismos de regulação financeira internacional (Auditoria Cidadã da Dívida, p.22) o conjunto de orientações consistia, de forma generalizada, a um pacote de reformas e ajustes macroeconômicos.

Estas medidas seriam cortes de despesas por considerar o investimento social como “gasto” e a aplicação de reformas do Estado, incluindo a previdenciária. Em outra escala, implicava em ajustes microeconômicos desonerando o capital privado de seus encargos e obrigações com a mão de obra. Por fim, incluíam o desmonte progressivo no modelo de crescimento industrial pós-2a. Guerra Mundial, que se dera através do Estado Desenvolvimentista. Este pacote de ajustes a ser implantado prioritariamente na periferia do sistema capitalista tinha como discurso alegado o saneamento e a estabilização de economias inflacionadas e estagnadas (Fiori, 2001, p.85).

¹⁰⁶ Semana que vai de 3ª 01/04/2008 a 2ª 07/04/2008.

Já o 2º Consenso, em contraparte, tinha como motivação alegada, uma proposta de crescimento dependente destas economias periféricas (Bresser, 2002, p.87). Aquilo reconhecido e denominado como o 2º Consenso é um receituário de crescimento econômico dependente, vindo dos mesmos centros que propuseram o programa de ajustes que alegavam sanear a estagnação dos anos 1980 (conhecida como a “década perdida”).

No momento do 2º Consenso se estabelece uma afirmação que entendo como errada. De acordo com Bresser Pereira (2002, pp.86-87) a premissa do crescimento através de endividamento externo é falsa. Isto porque, a alegação dos países centrais que a periferia do sistema não tem mais recursos para financiar seu próprio crescimento não é verdade. Ao menos, não é uma verdade absoluta. Indo além na oposição da idéia do endividamento, este crescimento tem “pernas curtas” e pouco ou nenhum alcance estratégico. O que vemos é um problema de fundo, levando-nos a questionar por tanto as premissas em si desta forma de pensamento econômico-político.

O fundo deste problema está no hiperestruturalismo neoliberal, que quando aplicado ao nível macro-econômico, faz desaparecer - e/ou tornar inócua - a própria política e a necessidade de visão de longo prazo. Voltando ao tema, o crescimento financiado é simplesmente endividamento externo aprofundado. Ao invés de se reforçar a poupança interna, os países com maiores condições de desenvolvimento na periferia do sistema, vão buscar divisas no exterior, aumentando ainda mais seu grau de dependência. E, em um segundo momento, se o endividamento diminui, sem alteração dos fundamentos da economia, a primazia do capital financeiro se dá na remuneração de papéis do Estado (títulos da dívida), vendidos e comprados pelo próprio Estado, e na fixação de uma taxa real de juros acima da capacidade produtiva do país.

Bresser também expõe a falência da premissa, quando afirma que países como Brasil e México, tem os recursos nacionais para seu desenvolvimento (p.87). Para Bresser, os dois países realizaram sua acumulação primitiva e contam com um Estado e elites econômicas capazes de canalizar a poupança interna para o investimento nacional. Compreende-se que a premissa do 2º Consenso de Washington é falsa para Bresser por fatores eminentemente

políticos. E é esta mesma falta de preponderância do nível político - ou o nível político controlado pelo fundamentalismo macroeconômico - que não gera capacidade decisória alguma capaz de se contrapor aos desígnios também políticos que vem do centro do capitalismo¹⁰⁷.

Indo de encontro da afirmação de Bresser, concordando com a falsidade da premissa de que é impossível o crescimento sem ajuda externa, Fiori (p.90) afirma que o 2º Consenso defende justo um fortalecimento do poder do Estado. E isto, para assegurar o ingresso dos investimentos externos para que supostamente estes venham a financiar o crescimento de países como o Brasil. O que o 2º Consenso não afirma, mas leva a ser executado através de suas políticas no concreto, é que estes investimentos são um reforço de fragilização interna dos governos nacionais. Esta realidade se dá pelo simples fato destes governos não terem quase nenhuma autonomia sobre a decisão da vinda ou fuga destes capitais para os países onde governam.

O que existe sim é uma capacidade de influência indireta. São as condicionantes que gerariam “credibilidade” no capital volátil (especulativo) e a própria gerência tanto do Fundo como dos credores privados no país emergente. No caso brasileiro, a medida mais comum e que vem sendo exercida desde o primeiro governo FHC, é a colocação de operadores de confiança do sistema financeiro, pessoal de alto gabarito profissional e com trajetória de lealdade e competência na Banca. Este fator, o operador nacional das políticas econômicas, vai ao encontro de condicionantes clássicas, tais como:

- Se por acaso os planos de metas e acordos forem ao encontro ao indicado pelo FMI ou pelas agências de análise de risco;

¹⁰⁷ É importante ressaltar que não estamos fazendo a apologia nem a panacéia da vontade política, pejorativamente chamada também de “voluntarismo político”, ao menos nesse nível decisório, em relação às forças reais da economia e da sociedade. Muito pelo contrário, afirmamos que são justamente estes elementos reais que podem fazer preponderar o papel eminentemente político por acima de decisões de governo que proclamam a si mesmas de técnicas e ganham uma condição de ser quase inquestionáveis.

- Se por acaso o país continuar a se endividar, emitindo títulos de sua dívida pública para remunerar o capital especulativo que entra e sai do país sem ser taxado;

- Se por acaso o governo da União puser em postos-chaves do controle da economia executivos de “confiança” dos credores e dos investidores financeiros.

Caso tudo isto aconteça, aí sim, segundo a linguagem corrente e criticada por Fiori, o nível político estará “influenciando positivamente” a entrada dos capitais que ajudarão o crescimento interno. Em nosso ver, estas afirmações são a negação da capacidade de decisão política e de autonomia do Executivo perante o Estado, e os sistemas político e econômico sobre o qual governa.

A busca do cumprimento destes planos de metas, somente durante uma parte do segundo governo Fernando Henrique, nos dá números que confirmam estas afirmações. Para garantir a entrada destes capitais que “viriam financiar o crescimento do Brasil”, o governo FHC levou o crescimento da dívida interna (em títulos públicos)¹⁰⁸ para 20% ao ano em 1999, 21% em 2000 e 35% até novembro de 2001. Os valores totais são respectivos aos anos referidos (em bilhões de reais): R\$ 464,7 bi; R\$ 555,9 bi e R\$ 675 bi. Fazendo o percurso deste capital financiado pelo governo, através do qual o país se endividou, chegamos à outra ponta dos “compromissos brasileiros”. Apenas em juros e amortizações da dívida externa¹⁰⁹, o país pagou aos credores - ou seja, sacou do caixa do governo, descapitalizou a nação e deixou de investir em planos e metas a longo prazo - respectivamente nos anos de 1999 e 2000 (em valores de bilhões de dólares) os seguintes valores. Os juros foram US\$ 15,24 e US\$ 13,97. As amortizações foram de US\$ 49,12 e US\$ 31,69.

¹⁰⁸ Os valores têm origem na Secretaria do Tesouro Nacional e no Banco Central, citados pela Auditoria Cidadã da Dívida, página 15.

¹⁰⁹ Estes valores têm origem nos boletins do Banco Central e na Revista Conjuntura Econômica, citados pela Auditoria Cidadã da Dívida, p.14.

Temos de considerar uma argumentação lógica. Os planos de metas acordados com o FMI incluíam um superávit primário da parte da União em torno de 3,5%. Para atingir esta meta, 34% do Produto Interno Bruto (PIB) foi canalizado para impostos (Auditoria da Dívida, p.18) e que esta sobrecarga tributária tem como metas a própria amortização da dívida já contraída. O receituário do 2º Consenso implica em mais dependência, pois os capitais que entram não vêm somente para financiar crescimento. Mas, também para prosseguirem na rolagem da própria dívida a qual estes capitais são credores. Na dependência da entrada destes capitais voláteis, o governo da União “sinalizou” com fatores “positivos”, demonstrando “boa vontade” e “solidez” para honrar seus compromissos. Realmente, pensando e executando por dentro desta lógica, não há alternativa além de manter e fazer crescer o próprio endividamento.

Retomamos o debate a partir da afirmação de que a premissa do crescimento nacional não ser possível com poupança interna é falsa (segundo Bresser, na qual concordamos). Vamos verificar que este autor coloca a existência de uma elite econômica, junto de uma camada dirigente do Estado, capaz de canalizar do sistema financeiro para a poupança interna o volume de capital circulante como fator fundamental para este crescimento negado pelo 2º Consenso de Washington. O que se verifica na afirmação de Fiori, é que esta premissa é verdadeira, justamente pela inexistência de elites latino-americanas (no caso do “ajuste” dos países da região) com tamanha autonomia de decisão. Para o autor, não havia elite latino-americana alguma com vontade e decisão independente na segunda metade dos anos ‘90. O que ocorria era justo ao contrário, as elites políticas e econômicas latino-americanas aderiam integralmente às teses preconizadas em ambos os consensos (p.199). Este alinhamento ao governo e orientações da potência central, representa em números, a própria negação dos países da região. A média de crescimento da América Latina, durante o total do período desenvolvimentista (1937-1990, Fiori p.191) é de 5,5% ao ano. No Brasil, entre 1945-1980, ficou entre 7% e 8% ao ano. Na década de 1990, a década do ajuste e do “saneamento” econômico, a taxa ficou abaixo de 3% ao ano, menor no que na chamada década perdida (a de 1980).

Ainda na premissa falsa que Bresser afirmou, esta tese afirma que ela é falsa, pela capacidade de recursos naturais, acumulação primitiva e avanço tecnológico. Mas, que a premissa de impossibilidade de crescimento com poupança interna é verdadeira, justamente pela função estratégica que teria de ser exercida pelas elites que se alinham automaticamente com as teses dos EUA. Respaldamos assim a afirmação de Fiori (p.193) colocando que nunca houve no Brasil uma real coordenação estratégica entre as burocracias e elites dirigentes do Estado com as classes dominantes no plano econômico. Na ausência destes atores coordenados, há ausência de longo prazo. As burocracias do Estado, na ausência de uma estratégia própria, terminam por cederem às pressões de curto prazo das classes dominantes e conservadoras. Sendo que, no plano estratégico, se alinham de forma subalterna à estratégia hegemônica a qual o país se submete.

O fator de permanência, é que o alinhamento automático da época da bipolaridade e das fronteiras ideológicas, permaneceu na década de 1990 e no início da década de 2000. A diferença é que na nova etapa de supremacia capitalista e ocidental, o alinhamento vem de elites latino-americanas (como é o exemplo da brasileira) na busca de agentes políticos que sejam parceiros nos países centrais. Bresser (2002, p.91) reafirma o alinhamento direto, dizendo que as elites brasileiras perdem a capacidade de pensar por conta própria, reproduzindo de forma integral as teses do 2º Consenso. Quando estas mesmas elites se concentram no plano de estabilidade do Real (1994), a âncora da nova moeda é o padrão dólar. Todo um país torna-se por tanto refém dos desígnios do Federal Reserve (Fed, Banco Central dos EUA). Partindo do princípio da necessidade de “sinalização” para o país central das intenções de governo, é lógica a necessidade de ocupação de postos-chaves por elementos intermediários entre o Brasil, os organismos econômicos internacionais (como o ex-executivo junto ao Banco Mundial¹¹⁰, o ministro da Fazenda de FHC, Pedro Malan¹¹¹) e os grandes agentes econômicos e financeiros internacionais (como é o caso do ex-diretor de

¹¹⁰ Para ver o currículo resumido das atividades de Pedro Malan, consultar no seguinte documento eletrônico: <http://www.palestrantes.org/palestrante.asp?id=48>, arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

¹¹¹ No momento em que escrevo esta parte da tese, o ex-ministro Pedro Malan ocupa o posto de presidente do Conselho de Administração do Unibanco, uma das cinco maiores instituições bancárias do Brasil. Para ver sua posição estratégica de comando, consultar no documento eletrônico localizado em: <http://www.ir.unibanco.com/ing/sob/org/index.asp>, arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

operações do Fundo Soros, ex-presidente do Banco Central, Arminio Fraga¹¹² e após, CEO da Gávea Investimentos¹¹³). Veremos na 3ª parte do Capítulo e também um pouco mais à frente, como este padrão de permanência se repete no governo Lula e na sua equipe econômica.

Retomando a argumentação do próprio Bresser, compreendemos que não é a ausência de poupança interna (ao menos potencial) que impede um desenvolvimento mais autônomo e nacional do Brasil dos anos 1990. O que sim impede é o fator coordenação estratégica (como afirma Fiori). É a ausência de elites dirigentes (políticas e tecno-burocráticas) que associadas a elites econômicas brasileiras (classe dominante nacional) se associariam a partir dos programas de governo e projetariam o crescimento em longo prazo. É inevitável a observação de que desde a década de '30 se busca uma “burguesia nacional desenvolvimentista” e esta fração de classe dominante não se estabelece como opção de desenvolvimento nacional. Várias forças políticas ajustaram suas estratégias de acordo com a possibilidade deste surgimento há décadas e tal fenômeno sócio-econômico não se deu¹¹⁴.

Sem a coordenação estratégica dos agentes centrais de uma economia e sistema capitalista, não há possibilidade de realização estratégica. Desta constatação, parte-se, para um discurso e prática política totalmente alinhada e afirmando que “não há alternativas”. É uma seqüência lógica. Vale a citação literal de Sallum Jr. (1999, p.31). Este autor afirma que “uma classe dominante não se transforma em dirigente a menos que consiga universalizar seus interesses na sociedade”; e isso “não ocorre a menos que lideranças políticas encontrem uma “fórmula política” que permita a adesão da maioria das forças políticas em presença”. Quando esta análise estrutural chega aos níveis reais, percebe-se a

¹¹² Para ver o currículo exposto de forma pública de Arminio Fraga, consultar em http://pt.wikipedia.org/wiki/Arm%C3%ADnio_Fraga, documento eletrônico consultado em 07 de abril de 2008.

¹¹³ Para ver a posição de Fraga na empresa de sua fundação, consultar o documento eletrônico, em <http://www.gaveainvest.com.br/Default.aspx?link=66&tabid=63>, arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

¹¹⁴ Para não estender o comentário, queria fazer uma analogia. Dificilmente um exército reacionário será antiimperialista e arriscará sua capacidade de intervenção interna numa guerra contra uma potência externa. Para não falarmos no exemplo recente das tropas do Partido Baath na 2ª invasão dos EUA no Iraque, vale lembrar a Guerra das Malvinas (1982); quando as melhores tropas argentinas ficaram no continente para conter uma potencial insatisfação popular.

falência estratégica. Toda a economia do Brasil dependia (e depende) da “boa vontade” do sistema financeiro internacional e das grandes empresas transnacionais que aqui operam (Sallum Jr., p.31). Esta “boa vontade” se manifesta à medida que o governo do Brasil, na lei eleito de forma soberana e democrática, faz de sua vontade política a vontade política do agente hegemônico externo.

O Plano Real foi alegadamente criado para estabilizar a moeda e depois, talvez, gerar algum crescimento. Este se encontrava ancorado no câmbio irreal e nas reservas em dólar. Ou seja, a fonte de financiamento da dívida é a própria emissão de títulos públicos com remuneração aos especuladores em níveis altíssimos. Apesar de “todos estes sinais”, ainda quando há a possibilidade de rever algumas das metas do FMI o país se fragilizou. Isto é a evidência da ausência de coordenação estratégica nacional. Em tese quem decide é o chefe de Estado eleito na lei e no voto. Mas o peso hegemônico é de quem coage, que no caso brasileiro, pelo viés econômico, durante o governo FHC era o FMI e os grandes credores, e durante o governo de Luiz Inácio, se observa que nunca há perda de ganho real e líquido para o sistema financeiro.

Apenas como exemplo deste *continuum*, a constatação aponta o segundo maior credor privado do Brasil de quando da posse de Lula era o na época o Fleet Bank of Boston¹¹⁵ (Banco de Boston). Não por acaso esta instituição privada, em conformidade com o FMI, indica o deputado federal eleito pelo PSDB-GO (nas eleições gerais de 2002), Henrique de Campos Meirelles¹¹⁶ para presidente do Banco Central, vindo este a assumir em janeiro de 2003.

¹¹⁵ O Bank of Boston foi originalmente criado como Massachusetts Bank, fundado em 1794, fundiu-se com o First National Bank of Boston, tornando-se o Banco de Boston. Após nova fusão, então com o BayBank, tornou-se o BancoBoston (1995/96), seguido de nova fusão com o Fleet Financia Group (1999), conformando o Fleet Boston. Em 2004 o Fleet Boston foi adquirido pelo Bank of America. Para consulta ver: <http://www.nndb.com/company/124/000057950/>, arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

¹¹⁶ Para o currículo acadêmico e profissional de Henrique Meirelles, consultar em: <http://www.bcb.gov.br/pre/quemequem/port/henriqueMeirelles.asp?idpai=diretoria>, arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

O raciocínio lógico nos faz então compreender e concordar com Fiori quando este compara o alinhamento automático argentino com as pretensões de continuidade de relações entre o governo de FHC e o PSDB brasileiro e o governo do Partido Democrata de Clinton. Proporcionalmente, as “relações carnais” com os EUA e a realização da “lição de casa” pelo governo De la Rúa (Fiori, p.233), resultaram primeiro num golpe branco (quando Cavallo reassume como super-ministro) e depois na derrocada de governo eleito. Na queda de De la Rúa, foi desfeita a Alianza, a base da Unión Cívica Radical e desmontado parcialmente o sistema político.

Quando o ex-ministro da economia de Menem, Domingo Cavallo, candidato derrotado a presidência (perdeu para De la Rúa e teve Duhalde em segundo lugar) assume o super-ministério da economia, Fiori chama a isso de “golpe branco” - afirmação com a qual concordamos. As decisões estratégicas para o país, que no ano de 2001 passavam (e ainda passam) necessariamente pelas decisões macroeconômicas, ficam concentradas nas mãos do “homem de confiança” das transnacionais, dos credores e do FMI. E ainda assim, estes agentes internacionais retiram seu apoio, geram iliquidez no país e quebram toda a poupança interna que restava. Veio desta medida o confisco da poupança e do dinheiro depositado, chamado de *corralito*. Ao fazer esta “lição de casa” e abrir mão dos pontos básicos de seu programa de governo, De la Rúa primeiro cede ao golpe branco dos agentes internacionais e depois é derrubado pela rebelião popular. O sentimento tecido na aliança entre os setores desempregados *piqueteros*, a classe trabalhadora e a baixa classe média culmina na rebelião do *cacerolazo*¹¹⁷.

O mesmo Fiori usa de exemplo comparativo ao alinhamento do PSDB e os Democratas de Clinton (p.221). FHC apostou suas fichas e projeções junto do multilateralismo com os EUA à frente. Fez todas as “lições de casa” e posicionou o Brasil com algum destaque nessa ordem subalterna onde o país se enquadra. Muda o senhor, o vassalo perde a sua base de sustentação. Foi justo o que ocorreu. Aí está um exemplo da ausência de condições para tomada de decisões estratégicas. O destino das decisões

¹¹⁷ Para uma boa cronologia dos acontecimentos da rebelião argentina de dezembro de 2001 e a necessária compreensão de suas raízes históricas, fazer a leitura do artigo de: IÑIGO CARRERA e COTARELO (2006).

fundamentais do governo do Estado brasileiro estava centrado numa aliança cujo destino não dependia em nada do próprio país.

Ao relegar suas expectativas internacionais - de inserção numa ordem global regulamentada - se delega o auxílio e a ajuda externa aos agentes políticos centrais dos EUA. Com o governo republicano de George W. Bush se interrompe os apoios financeiros para crises nacionais como os EUA deram para a Argentina em 1990, México 1994 e Brasil 1998 (Fiori, p.223). Nesta ordem unilateral que se configura para o curto prazo, com que peso o Brasil entraria, então, na barganha e no jogo de forças? Como poderia afirmar sua posição no cenário internacional se suas decisões e rumos econômicos internos pertencem aos planos de metas estipulados pelos agentes que coagem o país? Simplesmente não pode e ficar o país a mercê de decisões externas – mesmo quando operadas de dentro do Estado brasileiro - passando o papel do governo a ser o agente que exerce a coação vinda dos mecanismos internacionais, de benefício do capital financeiro operando para dentro dos sistemas políticos e econômicos. Some-se a isto, o papel clássico de fazer a contenção das forças sociais como fator essencial para, segundo o léxico empregado, “acalmar os investidores”.

Na ausência de projetos de longo prazo, ou seja, na ausência de projeto estratégico, se reproduzem as “lições de casa”, acompanhadas de “comentários de especialistas” e uma dezena de eufemismos como reforço psicológico e pressão midiática para serem cumpridos os planos de metas. Assim, o cumprimento das metas estipuladas por agente externo coage e retira recursos do país. A solução no curto prazo é mais renegociação e poupança externa, aumentando ainda mais a própria dívida, agora no caso, a interna. Isto dá num círculo vicioso que não terminará se não houver rompimento com esta mesma lógica.

Apenas para exemplificar, o total do orçamento da União (previsão para 2001)¹¹⁸ era de R\$ 418,5 bilhões de reais. Já o montante dos serviços da dívida foi de R\$ 142,2 bilhões. Juros e encargos somavam R\$ 71,6 bi; e as amortizações R\$ 70,6 bi. O total do orçamento

¹¹⁸ O conjunto desses dados se encontra em LIMA ROCHA (g); em artigo apresentado na Conferência da AUGM para jovens pesquisadores, La Plata, Argentina, setembro 2003.

fora reduzido em um terço (1/3) apenas com os encargos da dívida externa. Em média, no ano de 2001, 1 em cada 3 reais arrecadados era para rolar a dívida externa brasileira. Isto é simplesmente a ausência de soberania sobre os próprios recursos. Ou seja, o governo eleito não decide sobre a riqueza produzida e circulante, arrecadada de forma impositiva e enviada para os credores externos na proporção descrita acima. Esta marca alcança os 34% do PIB que são aplicados em carga tributária no ano de 2000. Realmente, nesse modelo, não há nenhuma condição de desenvolvimento nacional, muito menos com base em uma poupança interna inexistente. É óbvia a conclusão:

- “Como se pode ter aquilo que não se pode acumular?!”

6.7. A permanência do constrangimento e da impossibilidade estratégica

A premissa que tomamos por base nesta parte do Capítulo vem do economista Celso Furtado (2003). Em entrevista concedida ao jornal semanário Brasil de Fato e reproduzida na revista Caros Amigos¹¹⁹, Furtado afirma que, quando o debate político é centrado no viés econômico, o Brasil já se encontra numa posição demasiado subordinada no sistema econômico mundial (p.30). Compreende-se que a posição dos agentes políticos executores dos destinos da economia, membro do Executivo do Estado, a partir da mirada econômica, já parte de uma posição de submissão, portanto, não-estratégica. Mesmo se tratando do viés exclusivamente econômico, Furtado afirma que os economistas que aplicam o receituário do FMI ou atuam em benefício direto do capital financeiro, “pensam em termos de microeconomia e aplicam em forma macroeconômica” (p.30), reduzindo assim as saídas no médio e longo prazo.

Daí o porquê o objetivo dos serviços da dívida é amortizar uma quota para captar mais dívida e rolar esta que vêm e assim por diante. A premissa é que o país tem de definir um projeto nacional (ou ao menos um projeto mínimo das forças que compõem um

¹¹⁹ FURTADO (2003), publicado na revista mensal Caros Amigos, na entrevista contida entre as páginas 30 a 35, fevereiro de 2003. Nesta entrevista, o economista discorre sobre os modelos econômicos, o debate a respeito do desenvolvimento do país e das possibilidades estratégicas da nação.

governo), identificar o espaço que existe para esse projeto e buscar uma autonomia de manobra para realizá-lo. Identifica que, por exemplo, o caso do Banco Central “é uma entrega ao grande capital internacional” (p.30). Portanto, não há rumo nem itinerário traçado através de uma posição mais autônoma. Por exclusão, se não há autonomia mínima de decisão em alto nível, há impossibilidade estratégica (grifo meu).

O debate derivaria por tanto em duas direções. A compreensão que o país tem um sistema econômico (p.32) e em contraparte a negação da administração e projeção no longo prazo deste sistema é a “esterilização do debate econômico” (p.32). A economia, pelo prisma de prevalência de sua financeirização, redobra em importância desde que não se mantenha nenhum viés desenvolvimentista. O domínio “técnico” da economia é simplesmente uma afirmação das premissas de um sistema econômico mundial onde o país se insere de forma subalterna. Eis a impossibilidade estratégica, uma vez que não há nem recurso teórico de desenvolver o sistema econômico nacional. Existe esta possibilidade, mas não tem condições de ser implantado num universo “técnico” dominado pelo receituário da matriz de pensamento econômico neoliberal.

Na prática do mundo real, a alta taxa de juros, já atingindo os 26.5% no primeiro quadrimestre do governo Lula, mantendo o padrão da taxa selic desde março de 2003, (ver Benjamin 2003¹²⁰). O governo central buscava um superávit que ultrapassasse 3,75%. Mesmo assim, já não estava cobrindo nem 1/3 dos juros que o Brasil remunerava (e segue remunerando) o capital que aqui entrava. Tudo isto significa uma “absurda descapitalização da economia” (ver Dowbor, 2003). Fica assim mais uma pergunta básica:

¹²⁰ Neste artigo, ao final do texto, o economista carioca César Benjamin (Caros Amigos, março de 2003) faz um comparativo orçamentário. O ministro da fazenda no momento do artigo, o ex-prefeito de Ribeirão Preto, o médico Antônio Palocci, alega a subida de 1% da taxa de juros por causa de “inesperadas pressões inflacionárias”. Esta subida de 1% tem equivalência em valores reais de mais de R\$ 5 bilhões de reais, na rolagem da dívida interna brasileira. Este montante, equivalente a 1% de juros causados por (pressões inesperadas), totaliza os fundos destinados a três vezes o Programa Fome Zero (do governo federal, lançado logo no início do mandato). Os números por tanto, apontam, senão a prioridade declarada, a pouca possibilidade real de, em se mantendo o modelo, realizar políticas mínimas de inclusão social. Considerando que estes valores e dados são dos primeiros quatro meses do governo Lula, verifica-se por tanto válida a premissa de Furtado.

- “Como é possível o desenvolvimento econômico se a economia e a liquidez real é sugada pelo sistema financeiro?”

Falar de poupança interna, portanto sem mudança de modelo de desenvolvimento baseado justamente no endividamento externo, torna-se algo inexequível. Sendo a poupança interna o recurso de divisas que um Estado soberano pode ter sem aumentar ainda mais o endividamento (e por tanto, sem aumentar a dependência e o impedimento de uso dos próprios recursos), e estando esta mesma poupança interna impedida de uso (pelo modelo aplicado), não há então possibilidade estratégica de desenvolvimento.

Valem sempre as noções comparativas, para termos a noção real desta impossibilidade. As reservas de um país são um dos medidores de sua riqueza. Dowbor (2003, p.12) nos oferece em artigo os seguintes dados comparativos. A Argentina tinha em janeiro de 2003, em divisas, em torno de US\$ 10 bilhões de dólares. O Brasil US\$ 30 bilhões. Já uma grande empresa de investimentos e “consultoria”, como a estadunidense Merryl Linch, manejava em torno de US\$ 1 trilhão de dólares. Um investidor privado médio, como o também estadunidense Edward Jones, manejava cerca de US\$ 255 bilhões. Sendo a Merryl Linch, uma investidora e avalista dos investimentos no país, como pode haver uma relação mínima de equilíbrio entre um Estado soberano e uma transnacional de investimentos e especulação? Simplesmente não pode, ficando este país submetido aos interesses e capacidades de constrangimento da empresa transnacional.

Tratando especificamente das estruturas de continuidade, vemos a premissa de esterilização de debate econômico de Furtado, manifestado já no primeiro ministro da Fazenda, Antônio Palocci¹²¹. Este, segundo Dowbor, reafirma que as decisões do Banco Central (Palocci apud Duarte, 2003) são eminentemente “técnicas”, não estando sujeitas a

¹²¹ Palocci ocupou o cargo de janeiro de 2003 a março de 2006. Antes fora deputado estadual pelo PT e prefeito da cidade de Ribeirão Preto. Sua formação profissional é de médico sanitário. Foi eleito deputado federal por São Paulo (PT-SP) nas eleições gerais de 2006. Para ver o currículo resumido do ex-ministro da Fazenda, consultar em: http://www.palocci.com.br/biografia_01.php; arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

“apreciações políticas”. Tal afirmativa técnica aponta a continuidade do tripé de Malan e Fraga (respectivamente ministro da fazenda nos dois mandatos de FHC e presidente do Banco Central no segundo mandato), com a motivação de conter a alta inflacionária e uma crise cambial. O tripé se baseia nas políticas de:

- câmbio livre;
- juros altos;
- aperto fiscal.

As políticas apresentadas por Palocci e o presidente do Banco Central Henrique Meirelles (como já dissemos, deputado federal eleito pelo PSDB-Goiás) já no início do novo governo eram rigorosamente as mesmas. As alegações também, prevalecendo à necessidade “técnica”, e o temor perante a vulnerabilidade externa.

Este conceito, o de “vulnerabilidade” externa manifesta-se na dependência do fluxo de capitais de giro rápido, entrando e saindo do país, “indicando sinais positivos para o mercado mundial”. Isto possibilita “baixar os índices do risco país”, avalizado, entre outras empresas, pela própria Merrill Lynch¹²², sendo esta inclusive uma das avalistas do leilão da mineradora Vale do Rio Doce, e manter o rolamento de nossa dívida. Se, por algum “acaso” ocorra algo - como uma medida de política econômica - que não agrade nem os credores e/ou os avalistas de risco e/ou o FMI, na época avalista central, pode acontecer “uma fuga de capitais de curto prazo” e “uma alta do risco país”. Poderíamos denominar a isto de ataque (ou achaque especulativo), dependendo do ponto de vista e das premissas, se

¹²² Esta empresa em particular, a Merrill Lynch (ML), foi alvo de investigação federal por parte do governo dos EUA, cujas evidências vieram à tona entre os anos de 1999 e 2001. A ML foi acusada de executora de uma fraude financeira com enormes proporções. Para ver o arquivo dos dados da fraude, consultar em <http://www.merrilllynchfraudinfocenter.com/information.php>, arquivo consultado em 07 de abril de 2008. Para ver a página oficial da ML, consultar em http://www.ml.com/index.asp?id=7695_15125_17454, arquivo consultado em 07 de abril de 2008. Para a denúncia oficial levada a cabo pela Comissão Federal de Seguros e Câmbios do governo dos EUA (US Securities and Exchange Commission), associando a ML com a fraude da Enron, ver em: <http://www.sec.gov/news/press/2003-32.htm>; <http://www.sec.gov/litigation/litreleases/lr18038.htm>, <http://www.sec.gov/news/speech/spch031703whd.htm>, e <http://www.sec.gov/news/speech/spch031703smc.htm>, todos os arquivos consultados em 07 de abril de 2008.

“políticas” (como a do economista Celso Furtado), ou se “técnicas” (como a do médico e ex-prefeito de Ribeirão Preto, Antônio Palocci).

Para diminuir a vulnerabilidade externa - ou seja, para manter uma opinião favorável sobre a política econômica do Brasil - se elevava a taxa de juros em 2003. E a remuneração desses juros, sai de onde? Emissão de moeda, gerando inflação, não é possível. Aumento da carga tributária (que fechou o segundo governo FHC em 34% do PIB), não era indicado sempre embora possa ocorrer. O que na prática acontece (e se sucede) é o corte orçamentário, ou os recursos semelhantes como o contingenciamento ou a desvinculação.

As medidas seguem o parâmetro da redução dos investimentos do Estado, o repasse de verbas, os programas de inclusão social - como o dado comparativo do Fome Zero e a subida de 1% da taxa selic - além de já haver enquadramento dos administradores públicos dentro da lei de responsabilidade fiscal. Some-se a isto com a ausência de poupança interna, como então apontar um crescimento fora do receituário hegemônico? Estando o Brasil, dentro do receituário hegemônico gerado justamente pelos que detêm a hegemonia do sistema econômico mundial, numa posição subalterna, como então tomar decisões estratégicas? De nossa parte, a conclusão lógica é, senão a total impossibilidade, a baixíssima probabilidade de que isto venha a ocorrer.

Apenas como reforço da evidência de continuidade de ausência estratégica, vejamos a proposta de “autonomia do Banco Central do governo Lula” (BC, vide Arbex, maio de 2003), tema esse pautado desde o início do primeiro governo do atual presidente. Sendo o BC o *locus* de excelência de decisões executivas - de origens por tanto políticas e não apenas “técnicas” - como pode este ser dotado de autonomia justamente do Executivo eleito de forma soberana?

Outro questionamento básico é sobre quais serão as premissas econômicas aplicadas “tecnicamente” num espaço de decisão política da economia nacional. O BC regula e administra sobre o sistema financeiro que opera no país. Estando autônomo, quem o fará? Qual país hegemônico dotou de plena autonomia administrativa e de implantação das

políticas financeiras o organismo que regula a moeda de seu próprio país? Por lógica, se há a compreensão que o BC é um espaço de decisões estratégicas, autonomizar estas decisões é justamente abrir mão de qualquer margem de manobra na política financeira do país. Isto é, portanto, abrir mão não apenas dos recursos (como ocorria em 2002 e 2003 com os serviços da dívida e em 2008 com a rolagem da dívida interna¹²³), mas também da administração decisória sobre os recursos financeiros de todo o país. Eis a evidência de continuidade de ausência estratégica na mudança de governo.

6.8. Um debate conclusivo a respeito dos limites da disputa democrática dentro de um constrangimento estrutural que impede uma opção estratégica

Cabe agora retomar um questionamento surgido no início desta Parte II:

- Como pode um governo democraticamente eleito tomar decisões de caráter estratégico no plano macroeconômico se o Estado a partir do qual governa é soberano sobre seus próprios recursos, mas não exerce esta soberania na plenitude de sua potencialidade?

Avaliamos que todos os argumentos válidos para responder esta questão já foram expostos nos parágrafos anteriores. Afirmamos por tanto que um Estado que não é soberano de seus próprios recursos - incluindo aí os recursos políticos, econômicos, humanos, naturais e energéticos. - é incapaz de tomar decisões estratégicas. Isto porque passa a ter de responder, sempre a curto ou a curtíssimo prazo, às demandas externas, provindas justo dos credores, avalistas ou investidores dos países centrais ou correspondendo a fundos transnacionais.

¹²³ Em julho de 2008, o superávit primário do setor público equivale a 82% da meta formal para o 1º semestre do corrente ano. Este montante significa o total de R\$ 86 bi de economia, apenas nos primeiros seis meses de 2008, destinados a pagar juros. O recorde da dívida líquida neste mês (julho de 2008) equivale a 40,4% do PIB, valor mais baixo desde 1998. Os números comprovam todos os conceitos da 2ª parte do Capítulo e reforçam a afirmação de ausência de estratégia de desenvolvimento nacional soberano. Para aprofundar nos dados, ver, MARTELLO, Alexandre. *Economia para pagar juros atinge a R\$ 86 bi no semestre*. Portal G1, Economia & Negócios, Contas Públicas. Documento eletrônico, em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL705800-9356,00-ECONOMIA+PARA+PAGAR+JUROS+ATINGE+RECORDE+DE+R+BILHOES+NO+SEMESTRE.html; arquivo consultado em 08 de agosto de 2008.

Também reconhecemos que, tanto no ano de 2008 como no primeiro quadrimestre do governo Lula, não há possibilidade imediata de exercício pleno da soberania. Mas, tendo uma intencionalidade política, a classe dirigente pode reverter o predomínio hegemônico externo a médio ou longo prazo. O que afirmamos em sentido estrito é que o sistema econômico nacional é muito mais complexo e completo do que a impossibilidade dada pelo “hiperestruturalismo microeconômico”.

A busca por autonomia nas fontes energéticas, por energia renovável (biomassa por ex.), cadeias produtivas dentro do país, garantir as exportações de produtos beneficiados (não brutos, como é o que ocorre com o minério de ferro, p/ ex.), a retomada do crescimento econômico a partir da poupança interna, ampliação do mercado consumidor brasileiro; fortalecimento da inclusão social através de salário (que é renda e não benefício do Estado), todas são saídas óbvias ao menos no médio prazo (que de acordo com o planejamento exposto no Capítulo 7 equivale de 4 a 6 anos).

Mas, em termos estratégicos, a lógica nos faz concluir que a hegemonia não será rompida a não ser com uma intenção contra-hegemônica concretizada em tomadas de decisões concretas. Retomando a premissa de coordenação estratégica necessária (Fiori), entendemos que esta é impossível se tiver de partir de elites econômicas e de classe política e tecno-burocrática conformada como classe dirigente. Estas já de há muito se alinharam com as matrizes e não aparentam se “desalinhar” a curto ou médio prazo.

Visto o que ocorreu na Argentina, antes de apostar em um projeto nacional, as elites econômicas migraram os capitais líquidos em uma semana, terminando assim de quebrar o país. Dada esta evidência, afirmamos tanto a impossibilidade estratégica pela ausência de soberania sobre os recursos como também pela ausência de coordenação estratégica entre agentes políticos centrais.

Para concluir, apontamos a segunda evidência de necessária coordenação estratégica oriunda de iniciativa de uma coordenação de classe, representante de fato das maiorias, e

centrada no eixo político. Retomamos assim a premissa do economista Celso Furtado, afirmando a necessidade de um projeto político que pense e projete estrategicamente ao sistema econômico do país. O detalhe, segundo Furtado, é que sem uma lógica inclusiva e distributiva no nível social – por tanto em negação ao jogo de soma zero - não há projeto político e econômico que funcione no país. A discussão até aqui empreendida sugere ser essa a conclusão lógica.

Parte III: Dois exemplos que fundamentam e evidenciam a conclusão lógica

Nesta Parte III concluímos o capítulo 6 demonstrando com exemplos empíricos. O estilo de narrativa vai ao encontro do livro de Fiori (2001), evidenciando com dados brutos e raciocínio dedutivo, os conceitos apresentados na Parte II deste capítulo.

6.9. A “estabilidade econômica e política” e os custos de geração de emprego direto¹²⁴

O presente sub-tópico aponta uma correlação direta entre os custos da chamada estabilidade econômica e a forma como o emprego direto é onerado no atual modelo econômico (a atualidade equivale aos seis anos ainda incompletos de governo Lula, primeiro e segundo mandatos). É notada a permanência dos padrões macro-econômicos através da permanência da manutenção dos fatores:

- estabilidade institucional;
- disposição de atender os custos de governabilidade;
- desempenho econômico.

¹²⁴ Os exemplos e dados são baseados em artigo semanal de análise de conjuntura por mim escrito para a publicação eletrônica do jornalista Ricardo Noblat. O extrato aqui apresentado tem como origem ao texto de LIMA ROCHA, Bruno. *O Custo da governabilidade para a vida real*, documento eletrônico, encontrado em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/post.asp?cod_Post=77376&a=112 (Outubro de 2007); arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

Esses fatores encontram permanência apesar dos sucessivos escândalos políticos alimentados por fatos midiáticos negativos acumulados desde o ano de 2004 e com acento na crise política de 2005. É um argumento corrente afirmar que esta vigência seja atribuída a “maturidade” da democracia brasileira. Em parte é correto, mas um dos fatores desta maturação é, de forma inequívoca, a manutenção dos constrangimentos estruturais operando sobre a soberania do país e do mandato popular.

Já vivemos um ciclo de estabilidade política maior do que nos dois períodos anteriores. A ditadura militar em suas três fases durou 21 anos (1964-1985) e o regime de democracia anterior teve sobrevida de 19 anos (1946-1964). O retorno à democracia iniciou de forma indireta em março de 1985 e não passou por nenhuma situação limite. O debate que entendo precisa ser feito é a identificação dos fatores que levam a essa continuidade e seus elevados custos (Pereira, 2004). Afirmando com este exemplo que há uma subordinação da economia real e das políticas de emprego e renda às exigências do sistema financeiro. Apresento alguns números de conhecimento público para que possamos analisar com precisão o tamanho do problema para a maioria dos brasileiros.

O Brasil insiste em gerar mais lucros para os setores que menos empregam. No primeiro semestre de 2007 o lucro líquido das 24 maiores instituições bancárias atingiu o recorde (Maximo 2007) de R\$ 14,52 bilhões. Além das taxas de juros cobradas com o crédito, os bancos chegam a estas marcas através das cobranças por operações. No período este mesmo setor gerou somente 4.320 postos de trabalho. Se dividirmos o lucro das empresas pelos empregos diretos oferecidos nos vemos em uma relação díspare. Cada posto de trabalho, de duração mínima de seis meses, tem um custo bruto de R\$ 3.361.111,00.

Ainda segundo Maximo (2007) os dois maiores bancos do país no ano fiscal de 2007, Bradesco e Itaú, lucraram respectivamente R\$ 4,007 bilhões para 180 dias de funcionamento. O lucro gerado em média por um dia de funcionamento é de R\$ 22 milhões. Enquanto os dois maiores bancos privados atingem estas marcas, o Banco do Brasil (BB) fecha o semestre (Ribeiro 2007) com R\$ 2,5 bi. Isto é, um crescimento de 14,9% em relação ao segundo semestre de 2006, mas uma queda de 36,3% no ano. A

proporção de capilaridade do sistema bancário é inversa. O BB é líder em número de correntistas, total de ativos e rede de atendimento.

De acordo com Ribeiro (2007) na divisão dos lucros da economia o setor bancário é o líder de superávit e crescimento entre as empresa de capital aberto. Supera em lucratividade ao petróleo, que faturou R\$ 11,39 bilhões e a mineração, com R\$ 10,99 bi. As instituições bancárias faturam 22% do total do lucro negociado na Bovespa. É uma equação simples. Quem mais fatura mais onera a economia real e menos emprego gera. Se de um lado aumenta o crédito pessoal, para o consumo a prazo, de outro, estas mesmas reservas não funcionam como sustentáculo para o crescimento.

Ainda segundo Ribeiro (2007) na ponta debaixo da tabela, os setores do comércio e da construção civil são os que menos lucram, com 0,7% em média. Ao mesmo tempo são os que mais empregos geram. O ramo do comércio faturou no semestre a R\$ 433 milhões e gerou 97.051 empregos diretos. Entre lucro bruto e custo por posto de trabalho gerado o custo do emprego no comércio sai por R\$ 4.461. A construção civil tem níveis semelhantes, faturando a R\$ 370 milhões e gerando 97.751 postos de trabalho. O custo por cada mão de obra empregada gerado sai, no bruto, por R\$ 3.792 no semestre.

Estes dados nos oferecem uma dimensão material que vai além dos discursos de fundamentação do hiper-estruturalismo neoliberal. O lucro diário do setor bancário no Brasil está na média de R\$ 80 milhões e 600 mil. E o Brasil está entre os países onde se cobram as taxas de juros reais mais altas do mundo. Apenas para exemplificar, com dados obtidos quando da revisão deste exemplo empírico de perda de capacidade de governo, através da ausência de investimentos, vejamos os dados. Em um ranking de março de 2008¹²⁵, o Brasil, considerando a Selic do período em 11,25%, a taxa anual para o corrente ano de 2008 é de 6,73% anuais. A Turquia registra taxa real de 6,69%, a Austrália em 3º com taxa de 4,89%, e o México em 4º, com 4,18%.

¹²⁵ VIEIRA, Fabrício. *Brasil retorna ao grosso do ranking das taxas de juros reais*. Arquivo eletrônico encontrado em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u378775.shtml> Documento consultado em 07 de abril de 2008.

A conclusão lógica e óbvia é que somente através das aplicações de recursos públicos na forma de juros pagos no mercado financeiro, perde-se boa parte da riqueza potencial gerada no PIB brasileiro. O contra senso se dá quando tomamos os conceitos de desenvolvimento, tomando por base os estipulados por Fiori (2001) e com os quais estamos de acordo. Segundo Fiori, qualquer nação necessita de alguns fatores básicos:

- matéria prima para o aço e derivados;
- energia abundante, fóssil ou renovável;
- liquidez, superávit e reservas internas;
- mão de obra versátil e qualificada;

Considerando que o Brasil atende a estes fatores, entendo que os conceitos expostos na Parte II deste capítulo demonstram os porquês da ausência de crescimento sustentável e desenvolvimento soberano.

6.10. Os hábitos de consumo cultural dos brasileiros e o volume de investimentos do Estado nesta rubrica, através do orçamento do Ministério da Cultura

Apontamos aqui um raciocínio dedutivo¹²⁶ que correlaciona os hábitos de programação cultural dos brasileiros e o orçamento relativo ao Ministério da Cultura (Minc) para o ano de 2008, cujo montante será de R\$ 1,1 bilhão de reais (Saldanha 2008) comparado em escala com os gastos do Estado na rolagem da dívida interna. Tomamos como base de dados para a mostra de consumo de cultura do brasileiro a pesquisa

¹²⁶ O extrato dos dados e análises do subitem 6.3.4 tem como origem um artigo de minha autoria publicado semanalmente na publicação eletrônica do jornalista Ricardo Noblat. LIMA ROCHA, Bruno *O vazio cultural dos brasileiros*. (26/03/2008). Documento eletrônico localizado em http://oglobo.globo.com/pais/noblat/post.asp?cod_Post=94971&a=112; arquivo consultado em 08 de abril de 2008.

encomendada pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Sistema Fecomércio-RJ) e publicada no jornal O Globo, na edição de 24 de março de 2008¹²⁷.

O primeiro enunciado afirma um hábito transversal a todas as classes. No ano de 2007, 55% dos brasileiros não tiveram qualquer tipo de consumo e lazer baseado em programação cultural. 69% da mostra de entrevistados disseram que não leram nenhum livro ao longo do ano de 2007. De cada dois cidadãos do Brasil, um não leu um livro, nem foi ao cinema, ao teatro, a uma exposição de arte ou a um espetáculo de dança ou música! A falta de hábito foi à primeira motivação para as classes D e E (58%) e da A e B (57%). Em segundo lugar como motivação veio “não gosto”, em terceiro “não tenho acesso” e apenas em quarto “não posso pagar”.

Para a falta de hábito de cinema assim como demais espetáculos, incidem o fator preço. O custo das entradas e dos produtos culturais é percebido como caro e abusivo. Segundo os entrevistados, um ingresso de cinema deveria custar R\$ 8,00; de teatro R\$ 14,00 e o preço médio de um livro novo sairia por R\$ 19,00. Um resultado direto dessa percepção mais o hábito de assistir produções cinematográficas no ambiente privado foi que 87% dos brasileiros não foi ao cinema em 2007.

No que diz respeito aos equipamentos culturais, a carência atravessa a base de organização de um dos três níveis de governo no Brasil. Apenas 8,7% têm uma sala de cinema; 21,2% têm teatros ou salas de espetáculos e livrarias existem em somente 30% deles. Uma proporção simples nos mostra que de cada 100 municípios, cinema existe em 8, teatros em 20 e livrarias em 30.

O volume de investimentos em memória, ancestralidade, registro e narrativas que dão conta de um projeto da História de uma nação é uma variável importante de ser analisada. Como exemplo, somente uma instituição dos Estados Unidos, o Instituto Smithsonian (Smithsonian Institute) equivale em orçamento ao Ministério da Cultura do Brasil (Minc).

¹²⁷ Para o acesso aos dados completos da pesquisa ver: <http://www.fecomercio-rj.org.br/publique/media/Pesquisa%20Cultura.pdf> ; arquivo consultado em 08 de abril de 2008.

Apenas o Instituto Smithsonian, um complexo de memória e cultura, é mantenedor de 19 museus, 9 centros de pesquisa e um zoológico. Seu orçamento demandado para o Congresso dos EUA ¹²⁸apenas na rubrica despesa corrente e obrigatória (salários e verba de manutenção) é de US\$ 588.400.000,00 de dólares. O orçamento desta rubrica para 2008 foi de US\$ 562.434.000,00 e o de 2007 de US\$ 536.295.000,00.

Se levarmos em conta a importância de uma cultura cívica e identitária, a correlação entre a participação popular e a ancestralidade, ambas como fatores para aumentar a qualidade do processo democrático em sua integralidade, também neste aspecto o Estado brasileiro não cumpre papel distributivista. Além da comparação entre o Instituto Smithsonian e o conjunto do orçamento do Ministério da Cultura, está outra correlação de gastos cuja desproporção é evidente. Como já foi exposto aqui, para o ano fiscal de 2008 o Brasil aplicou a dotação orçamentária do Minc para R\$ 1,1 bilhão de reais. Enquanto o Minc tem este volume de investimento para 2008, foram previstos os investimentos R\$ 248 bilhões para o pagamento de juros e amortização da dívida federal (Ávila e Fatorelli 2008). Em termos proporcionais, o Brasil gasta 248 vezes mais na movimentação do capital financeiro do que na memória, cultura e estética do país. Se o grau de investimento é um indicativo de prioridades e possibilidades conforme o constrangimento sofrido pelo agente político, esta é a correlação dada, em números absolutos, das metas estratégicas para a construção de uma cultura cívica no Brasil.

¹²⁸ Ver http://www.si.edu/about/budget/2009/08-SE_Mandatory_Pgm_No_Yr2Yr_R2.pdf; arquivo consultado em 08 de junho de 2008.

7. ESTUDO ESTRATÉGICO EM SENTIDO PLENO A APLICABILIDADE DA TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA NO CRESCIMENTO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

O primeiro passo para o estudo das bases da estratégia geral em sentido pleno é buscar uma noção adequada e realista sobre o que é estratégia. Após a 2ª Guerra Mundial, com o avanço dos estudos de *marketing*, além de outras formas de gestão empresariais e de governo, o planejamento em alto escalão ganhou contornos ideológicos, como exemplo de capitalismo modernizante. Assim, a planificação para a concorrência e a disputa por capitais e mercados, reproduzindo o planejamento para estas atividades, foi avançando cada vez mais no senso comum empresarial de estratégia. Com o tempo, formadores de opinião, mídia incluída, se acostumaram a denominar tudo que implica em disputa, planejamento, detalhes e nível de confronto como "estratégico".

Dessa forma, a estratégia não seria mais uma ciência de conflito, mas um conhecimento aplicado a todo e qualquer conflito, mesmo aqueles controlados sob parâmetros legais e de classe. O trabalho aborda justamente isso, a diferença entre o estratégico e o concorrencial. Um sintoma de capitalismo concorrencial, disputado na base do "vale tudo", como a compra de fitas gravadas pela ABIN, foi abordado em Lima Rocha (2003). Nesse livro, afirma-se que a disputa pelo controle do Sistema Telebrás, contou com conhecimentos estratégicos, mas a Agência foi utilizada simplesmente como diferencial competitivo. O seu acionar foi secundário, lateral, segundo a concepção da própria Agência.

7.1 O que é estratégia?

Partindo do princípio que a estratégia é por definição a ciência do conflito, consideramos importante expor a opinião de alguns estrategistas reconhecidos, que tanto formularam suas hipóteses como as testaram na verdade dura e crua da luta em si. Léo Hamon é um francês que tomou parte como guerrilheiro nas Forças Francesas de Libertação (era *maqui* por tanto) contra a ocupação nazista, seguindo carreira política na república (chegando a senador) e depois professor de direito. Sua definição sobre estratégia é simples é direta. "Falar de guerra ou de estratégia supõe, naturalmente, uma oposição, uma luta, um enfrentamento; entretanto, estes confrontos podem se dar sob diversas formas". (Hamón, 1969: p. 41). O autor destaca uma definição do general prussiano Clausewitz sobre esta ciência que julgamos apropriada expor. "A estratégia é a arte de utilizar batalhas para alcançar o fim perseguido através da guerra". (Hamón, p.51).

Assim, observa-se que a estratégia é necessariamente a ciência da guerra, compreendendo guerra como todo tipo de conflito com interesses de fundo (objetivos) sendo diferentes entre os antagonistas. Como afirmou Hamón, a estratégia compreende distintas formas para o enfrentamento, tenha este a forma de conflito entre Estados, classes, modelos civilizatórios e toda e qualquer situação de interesses irreconciliáveis (o que não é o caso do capital concorrente). O gen. Golbery (1981 a) é preciso quanto à noção da estratégia aplicada em conflitos sociais e destaca a permanência destes, independente da guerra entre Estados:

“Ampliando-se a área dessa ciência da guerra para situá-la em nível semelhante ao que de hoje goza a própria Estratégia Geral como arte que tem igual emprego tanto na guerra como na paz (obs: o gen. se refere ao conflito bélico entre Estados), poderíamos bem imaginar uma ciência mais geral dos conflitos sociais.” (Silva, 1981a, p. 437)

7.2 A guerra como extensão da política. A política como expressão de guerra total

Portanto, remonta a estratégia sempre ao tema do conflito permanente, sendo sua aplicação em um esforço bélico, uma de suas facetas (talvez a mais dramática), mas apenas uma entre várias. Marcada pela hipótese de sua aplicação em uma guerra, modernamente realizada no esforço integral de Estado contra Estado em sua potência total (em todos os níveis, econômico, político, social, militar, ideológico, diplomático, nas alianças globais, etc.), a estratégia geral é uma ciência centralizada (seja na aplicação ou na referência) no estudo da guerra.

Seguindo o acúmulo praticado nas ciências militares praticadas no Brasil, buscamos a definição de guerra segundo a Escola Superior de Guerra (ESG) e sua Academia, apta tanto para civis como militares profissionais.

A guerra como fenômeno humano pode conter inúmeras variáveis de designação. Optamos por selecionar a seguir algumas designações dentro de um recorte elaborado no Brasil (ESG/ADESG, 1992, cap. IX, “elementos da guerra”, pp. 185-188,):

- *Fenômeno Social: porque só pode acontecer de maneira coletiva, implicando reciprocidades coletivas.*

- *Ato de Violência: alcançado a integralidade do grupo social (obs. nossa: da instituição política que a maneja, e/ou dos próprios agentes políticos coletivos operadores da kampf); a guerra pode ser também um recurso extremo de coação (obs. nosso, o mais drástico dos recursos políticos coercitivos, e, caso se dê num contexto de guerra interna, ainda mais traumático).*

- *Dialética de Vontades: enquanto ato social, pressupõe a contraposição de vontades políticas de duas ou mais coletividades em conflito; a violência é o meio, mas o fim é impor a vontade.*

- *Jogo Estratégico: um jogo (obs. nosso, de emprego de todos os recursos de uma coletividade e/ou instituição política) que exige cálculo, nunca exclui o risco (integral, de eliminação física) e inclui a probabilidade do fracasso ou do sucesso.*

Devemos aqui realizar uma analogia de estratégia aplicada na política (mais à frente aprofundamos no tema), uma relação dialética, visto que guerra é política por extensão e política é luta e disputa por natureza. Se a ordem capitalista, nutrida pela violência e dominação, é geradora de mais sentido de ordem, portanto o controle sobre esta violência que pode gerar ordem é objeto central desta própria geração. Nos parece por demais forçoso determinar alguma idéia de origem primeira, se da guerra ou da política; mas há algo de central nesta relação de existência dialética entre as mesmas. E esta relação central é a própria continuidade do sentido de política-luta-*kampf*, através do emprego estratégico, que tem funções tanto na paz como na guerra, que segundo Golbery do Couto e Silva, “poderia se imaginar uma ciência mais geral dos conflitos sociais” (Silva, *apud* por Lima Rocha, 2003). Considero assim, a forma de controle social por parte da classe dominante, como uma forma de conflito constante de baixa intensidade.

A guerra, como já se viu antes, pode se dar com variados graus de intensidade, incluindo aí sua variável na política interna de um país, ou seja, a guerra civil. Inclui-se nesta variável a configuração de luta de classes, de projeto político de Poder Popular, ou seja, de guerra civil com fins revolucionários. Associa-se por tanto, a guerra com a permanência dos conflitos e disputas na sociedade, ou seja, a política. Não há guerra sem fins políticos, e não há política sem conflito (distintas relações de força, ordenado ou não, em um marco legal ou ilegal, jurídico ou ditatorial, de conciliação ou luta de classes). As relações políticas portanto, são essenciais para o desenrolar de toda e qualquer situação belicosa, não tendo razão de existir sem fundamento político. Segundo Clausewitz (1996, p.870), "a guerra é apenas uma parte das relações políticas, e por consequência, de modo algum independente."

Observa-se assim que não há concepção possível de "lógica pura da guerra", "insensatez militar absoluta", "independência dos campos em todos os planos" e outras alegações que "endemonizam" os setores militares e isentam seus respectivos regimes ou capitais hegemônicos que os sustentam. O que sim pode ser dito, é que há uma especificidade nos assuntos de guerra, assim como todo e qualquer campo tem seus traços

característicos e outros comuns entre todos os campos. E, como as relações políticas são o que há de permanente em toda e qualquer sociedade. Não se associa política necessariamente com disputas por interesses corporativos ou eleitorais. Clausewitz aporta uma definição que é análoga ao Jogo Real da Política.

Nós afirmamos, pelo contrário: a guerra nada mais é senão a continuação das relações políticas, com o complemento de outros meios. Dizemos que se lhe juntam novos meios, para afirmar ao mesmo tempo em que a guerra em si não faz cessar essas relações políticas, que ela não as transforma em algo inteiramente diferente, mas que estas continuam a existir na sua essência, quaisquer que sejam os meios de que se servem, e que os principais filamentos que correm através dos acontecimentos de guerra e aos quais elas se ligam não são mais que contornos de uma política que prossegue através da guerra até a paz. (Clausewitz, 1996, p.870)

Nota-se que Clausewitz é bem enfático quanto ao absurdo de imaginar que uma situação pode existir por si mesma. Não se trata de teoria conspiratória mas sim de compreensão de processos que levam a ter como sintomas (e não como ápice, ao menos não obrigatoriamente) a guerra ou outra forma de conflito. Nunca é demais reforçar que: "não se pode, pois, separar nunca a guerra das relações políticas, e se tal acontecesse num ponto qualquer do nosso enunciado todos os filamentos dessas relações seriam de certo modo destruídos e teríamos uma coisa privada de sentido e intenção". Clausewitz, igual a anterior)

O estrategista prussiano chega a comparar a utilização da guerra pela política com um simples instrumento de seus desígnios. O esforço bélico, diz ele, é como as diferentes formas e pesos de uma espada, desde a pesadíssima espada medieval, a curvilínea cimitarra, a velocidade de um florete ou a praticidade de um gládio romano ou da espada trácia de Espartacus. O desenvolvimento e a utilização das estruturas beligerantes podem chegar, através da política, até a forma absoluta da guerra. Como vimos antes, a guerra (ou a capacidade de conflito sistemático) tanto pode tomar a forma de Forças Armadas, como a

de um vigoroso aparelho policial, organismos de inteligência e outras formas mais ou menos militarizadas de controle.

A forma absoluta a que se refere Clausewitz tem o perigo de um desenvolvimento estrutural (das forças beligerantes) além da necessidade política que o formou. Este é um fenômeno bastante recorrente na defesa interna e repressão política, quando estes órgãos se desenvolvem além de sua necessidade, ou do "efeito sanfona", quando uma vez superado o inimigo interno, não há o que fazer com tamanho contingente especializado. Embora não tenha independência total, o campo militar (e suas áreas afins) é dotado de lógica própria, e por vezes condiciona as sociedades que o geraram. O Poder Moderador (das Forças Armadas) é visto como um fator de estabilidade em países de terceiro mundo (América Latina incluída), sendo muitas vezes escolhido como aliado pela política externa das potências chamadas de imperialistas. Vale ressaltar que compreendemos imperialismo, genericamente, como um conjunto de práticas de imposição de vontades (em especial as áreas de interesse das transnacionais) e mecanismos globais de regulação (por estas potências orientadas, como o Fundo Monetário Internacional, FMI; Banco Mundial; Organização Mundial do Comércio, OMC; dentre outros).

Esta mesma lógica própria também costuma ocorrer na "atrofia" de organizações de intenção revolucionária, quando suas estruturas beligerantes são desenvolvidas além da necessidade política que levou a sua própria criação. Concordando com Clausewitz mesmo no campo da extrema-esquerda, se a política não for o determinante nos desígnios da guerra, esta perde o sentido, invertendo a lógica das operações, e perdendo o objetivo do conflito em si.

Como já foi dito antes, a guerra (ou toda forma de conflito sistemático por intermédio da violência física, tenha esta qualquer grau de intensidade) é uma continuidade e instrumento das relações políticas. Tanto a política como a guerra necessitam para funcionar, de um recorte do real, algo que ordene e dê sentido (colete, processe, analise e opere) a imensa carga de informações empíricas que se fazem perceber na realidade como tal. Considerando que uma realidade única e pré-concebida simplesmente não existe

(naturalizando suas condições, como que dizendo: "isto é assim porque é", "o mercado está inseguro"), é necessário recortar o real e dividi-lo em níveis de análise.

7.3. O conceito estratégico e a Grande Estratégia

Cria-se assim uma ferramenta de análise (estrutural), que comporta o plano tático (de momento), proporcionando a feitura das análises de conjuntura. Sua razão de existir, não é outra senão compreender e interferir sobre a realidade, tenha esta a forma que tiver. Se há ferramenta de análise e capacidade operacional (por mais modesta que esta seja), haverá possibilidade de interferência. Na falta da primeira, a capacidade de ação não terá sobre o que agir, portanto não poderá acumular força. Caso não tenha a segunda, a análise se resume a uma função consultiva, não tendo autonomia para implementar sua própria política.

A análise estrutural e a ferramenta de intervenção geram o conceito estratégico que é a matriz dos níveis de análise. Sobre estes se elabora a doutrina, e o conseqüente emprego desta sobre a realidade a curto, médio e longo prazo. Marcada na história recente do país, a doutrina de segurança nacional com precisão cumpria todos esses passos. Vale destacar o que diz respeito Golbery a respeito daquilo que ele foi artífice e principal criador: "Temos, assim, na cúpula da Segurança Nacional, uma Estratégia, por muitos denominada Grande Estratégia ou Estratégia Geral, arte da competência exclusiva do governo e que coordena, dentro de um Conceito Estratégico fundamental, todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visam concorrentemente à consecução dos Objetivos." (Silva, 1981: p.25)

Para facilitar a compreensão, adotaremos os mesmos níveis de análise e interferência aplicados por Golbery em sua obra. Portanto, os níveis político, econômico, militar e psicossocial (sendo que neste último, segundo o general inclui a comunicação social) são os considerados por Couto e Silva. Mais à frente expomos os níveis que optamos. Não é demais ressaltar que a concepção dos níveis é algo estipulado para ajudar na operação sobre o real; não tendo nenhuma intenção diletante de mera observação da sociedade.

O emprego da doutrina estipulada sobre as atividades tem como função cumprir determinados objetivos pré-determinados. Os de longo prazo são chamados de objetivos finalistas, portanto, definidores da estratégia (fundamentais, finalidade da doutrina e emprego); e justo por terem um fim estipulado, são inflexíveis. Uma vez alterados estes objetivos estratégicos, tudo muda, inclusive os próprios organismos encarregados de implementá-lo.

Citando um objetivo finalista, entendemos como inflexível para o capitalismo, a propriedade privada, o controle dos meios de produção, o controle social, o diferencial de riqueza e de pobreza, a apropriação da força de trabalho, a exclusão dos que não vendem esta mesma força e outros fatores essenciais. Dentro deste marco se situam as Forças Armadas brasileiras e latino-americanas, sendo um grande engano confundí-las como sinônimo dos regimes ditatoriais os quais costumam ser protagonistas.

Considerando que "devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física" (Weber, 2000: p.56), seria um erro considerável supor que as garantias constitucionais de um regime democrático de direito são inflexíveis para o capitalismo na América Latina ou em qualquer outro país de terceiro mundo. O nível de repressão, seja este social e/ou político, varia de acordo com o tamanho da ameaça e o processo de acumulação e dominação que esta mesma sociedade exerce sobre as classes oprimidas, ou seja, o povo daquele país. Podemos compreender então, como um objetivo tático para as forças hegemônicas do capitalismo o estabelecimento e a permanência de regimes de democracia de direito.

Em termos bélicos, a estratégia define a guerra enquanto a tática se refere ao momento, a vitórias em batalhas, movimentos, manobras, acumulação de forças e outras regras básicas de todo e qualquer tipo de conflito armado. Entende-se por tanto a associação de que o objetivo estratégico é aquele permanente, sendo que o que é estratégico torna-se de imediato inflexível. O que é de ordem tática, dotado de autonomia tática ou não,

é flexível, sempre e desde quando aponte para alguma etapa referente à vitória estratégica do ente que está no conflito. O agente é secundário nesta definição. Este pode ser um exército, Estado, sindicato, partido, organização político-militar, corporação transnacional ou qualquer outra agrupação humana dotada de interesse e capacidade beligerante.

Falando em termos operacionais, o objetivo define o que é estratégico, assim subordina o método. A estratégia, por sua vez, define as variáveis táticas possíveis. Em conceitos militares clássicos, o objetivo aporta os marcos de doutrina que geram as opções de emprego. Em sentido genérico, o objetivo subordina o método (e seus conceitos/ferramentas tidas como válidas), que por sua vez subordina todas as formas de discurso (público ou velado).

No afirmar de um objetivo permanente, está sempre presente a influência ideológica (nível ideológico). É a partir desta influência que nos níveis social, político e econômico se manifestaram as premissas características destes planos de ação. Ao contrário do que muitas vezes possa parecer, no nível militar estatal não há "profissionalismo sem ideologia patriota", sem convencimento da força beligerante de um modo de vida pelo qual se luta. Se isto não se manifesta na tropa rasa, os alto-comandos com certeza disto estão convencidos.

Em um comentário, que julgo ser brilhante, o muitas vezes citado Golbery afirma a premissa ideológica na formulação estratégica do estadunidense Mahan (teórico da supremacia naval dos EUA no final do século XIX). Para o gen. riograndino (era natural do porto do Rio Grande/RS), esta influência ideológica é uma perspectiva política, segundo o qual "hipóteses bem definidas sobre o futuro balanço de forças no campo político internacional, constitui na verdade, uma estimativa, uma premissa básica estratégica. Que é isso senão uma perspectiva política do mundo?" (Silva, 1981: p.29)

A perspectiva política, segundo o militar brasileiro, se soma à ideológica, sendo por esta influenciada. Uma vez que o assunto abordado é o de estratégia e conflito, é preciso ter a noção de permanência destes fatores. Ou seja, na concepção de Golbery, com a qual

concordamos, os conflitos tem influência ideológica permanente, se formulam através de uma perspectiva política de mundo (ou qualquer outro cenário, seja este um bairro, cidade, estado, região, país ou subcontinente como a América Latina). Ainda que o chamado neoliberalismo tente afirmar a "objetividade econômica", isto nada mais é do que a afirmação de uma premissa única, associando o comportamento humano ao modelo produtivo e de controle do capitalismo atual. "Nunca deixou, em verdade, o fator ideológico (grifo nosso) de fazer-se presente em qualquer dos conflitos humanos, seja em formulação nítida, coerente e altamente sugestiva, seja apenas de forma fluida e quase, por assim dizer, inarticulada e ingênua."(Silva, 1981: p97)

O que tentamos estabelecer aqui são as premissas mínimas e básicas da ciência do conflito. Assim, entende-se que, o objetivo permanente se estabelece através de uma perspectiva política de mundo - e do cenário onde o mesmo se pretende atingir- sempre influenciada por uma perspectiva ideológica.

É o objetivo permanente/finalista aquilo que se denomina objetivo estratégico. Portanto, a estratégia vem do objetivo, assim definindo o que é inflexível dentro dos marcos estratégicos. O marco tático é referente a tudo o que é flexível, incluindo o nível de autonomia tática das unidades que compõem uma força em conflito. Ou seja, a tática diz respeito às variáveis possíveis a serem utilizadas e desenvolvidas para atingir os objetivos momentâneos (táticos) e permanentes (estratégicos).

Como o objetivo estratégico (permanente) é estabelecido através de influência ideológica e perspectiva política, ele (o objetivo) subordina o método. Torna-se por tanto sem sentido afirmar que "os fins justificam os meios", uma vez que são justo os meios os responsáveis pela maior possibilidade de se atingir aos fins. Assim sendo, se uma força com uma determinada visão de mundo, adotar métodos que não condizem majoritariamente com esta visão, de uma ou outra maneira seus operadores se tornarão fruto da visão (através dos métodos) que os mesmos ao menos em tese não compartilham. Compreende-se por tanto que o universo empírico é condicionado pela influência ideológica e política, mas só existe a partir da possibilidade concreta, e não dos desejos ou do mundo das idéias e imaginação.

Política e ideologia seriam a muito grosso modo, dentre outras coisas, uma forma de estar no mundo, e uma perspectiva desta projeção. Pondo esta perspectiva dentro de um marco real (a sociedade, sobre esta o sistema, no plano tático o regime), soma-se um conjunto de interesses materiais com aspirações e desejos humanos ao estabelecer o objetivo permanente. É neste sentido que se encontra o que há de inflexível (permanente e estratégico) no plano dos interesses e aspirações de povo e classe. Não nos parece possível estabelecer um objetivo estratégico que não contenha uma visão política de mundo, um conjunto de aspirações não-materiais e uma série de interesses materiais para atingir (ao menos em parte) estes mesmos desejos. Portanto, em todo conflito, sob qualquer forma que este se manifeste, na atual etapa de dominação capitalista (especialmente para os latino-americanos), não há estratégia (conflito) sem interesse de classe.

Uma vez que afirmamos que o objetivo é determinante, compreendemos que os interesses e aspirações de classe e povo se manifesta em todos os níveis, o da inteligência inclusive. Como já foi dito antes, o objetivo subordina ao método, sendo assim, estabelece suas práticas de acordo com o tipo de objetivo que deseja atingir.

No plano da política e da economia isto é bem visível. Hoje podemos afirmar que o "*taylorismo e o fordismo*" não proporcionam para a classe operária o controle de sua rotina produtiva. (Zibechi, 2002). Portanto, estas rotinas produtivas impossibilitam que a classe trabalhadora seja controladora dos meios de produção, e por tanto, não controla sua própria força de trabalho. Afirmamos isto independente de regime ou sistema, uma vez que a reforma produtiva do NEP russo (copiando a linha de produção da FIAT italiana, logo após a vitória do partido bolchevique na guerra civil de 1917-1921) não permitia aumento de participação democrática (Lênin, 1987: p;180) da classe operária organizada em conselhos (*soviets*). A produção aumentar e a distribuição ser mais justa não significa que a classe se aproxime dos controles dos meios (Maldonado Beltrán: 2005), tenha o Estado o tipo de sistema que for. "Dito em outras palavras a dominação organizada, necessita, por um lado, de um estado-maior administrativo e, por outro lado, necessita dos meios materiais de gestão." (Weber, p.59)

Outra delimitação do objetivo estratégico é o conjunto de possibilidades específicas dentro de cada campo de saber e atividade. No plano dos aparelhos de inteligência, se estes forem voltados para a defesa interna e segurança do Estado (ou das corporações transnacionais que aliadas das oligarquias nacionais o controlam), tem suas variáveis possíveis bem delimitadas.

7.4. A inteligência, o planejamento e o conflito interno

O estrategista chinês Sun Tzu é uma unanimidade no meio, sendo inclusive tema de um livro escrito pelo próprio criador da Agência, gen. Alberto Mendes Cardoso (trata-se do livro *Os Treze Momentos*, Análise da obra de Sun Tzu, consta da epígrafe da página da ABIN). Por estas razões, pretendemos expor suas afirmações como premissas válidas para o conjunto da atividade de inteligência a serviço do Estado e do interesse de classe dominante. Vale lembrar que estas premissas, em nossa opinião, são válidas também para uma organização política de ruptura da ordem, ou mesmo uma máfia, que opere no plano da inteligência e da violência como instrumento de fazer sua vontade política e conjunto de interesses materiais.

É necessário compreender que o cálculo de forças e de todas as variáveis consideradas em uma possibilidade de conflito é fator fundamental para qualquer chance de vitória. Se aplicarmos este princípio para a espionagem, a segurança do Estado e a defesa interna, o controle sobre as variáveis onde o inimigo se move (no caso da ABIN, sua hipótese de conflito interno - conforme verificamos no Capítulo 2 - são as organizações políticas inseridas no movimento social mais combativo) é fundamental. Calcular e conhecer implica em estudar, penetrar, infiltrar-se na potencial ameaça, antecipar os movimentos do adversário. "O general (ou seja, o estado-maior, o comando, obs. nossa) que vence uma batalha, fez muitos cálculos no seu templo, antes de ser travado o combate." (TZU, 1996: p.20)

Reforçando o conceito de antecipação, vemos como o cel. Walter Felix, ex-comandante do Centro de Inteligência do Exército (CIE), em Brasília no triênio 1996-1998 (aprofundaremos a seu respeito mais adiante, no capítulo 2), abre seu manual de inteligência privada com uma passagem do Velho Testamento: "A ordem de Moisés ao instruir 12 agentes que enviou à terra de Canaã, no ano de 1250 b.c.: Tomem esse caminho e subam a montanha, e vejam qual é a terra e o povo que nela habita, se é forte ou fraco, se são poucos ou muitos, e vejam o lugar onde eles vivem, se é bom ou mau, e em que cidades eles moram, se fortificadas ou não, e como é a terra, se acidentada ou plana, se há florestas ou não..."(Felix, 2000, p.1)

É sobre o conhecimento adquirido, as perguntas que são feitas e as respostas obtidas, tendo como norte o objetivo permanente, assim se estabelece o planejamento estratégico. Este nada mais é do que a planificação prévia, somada às variáveis válidas e possíveis, dentro de um marco de tempo e metas a serem atingidas nestes respectivos períodos.

No caso de um organismo de inteligência latino-americano, este não pode ser surpreendido por camadas sociais oprimidas e os inimigos de fundo, os segmentos organizados dentro destes setores de classe. Visto que o terreno, cenário onde se desenvolve o conflito, é o próprio território nacional somado com suas fronteiras geográficas e humanas (ex: os rios da Amazônia legal, os mais de 1000 kms. de fronteira da pampa uruguaia-riograndense, a região de alagado permanente do pantanal matogrossense, a malha econômica integrada da tríplice fronteira de Foz do Iguaçu, dentre outras) o planejamento tem de contabilizar o aumento do conhecimento sobre o inimigo e suas possíveis manobras. Isto, em termos mais francos, é infiltração pura e simples, coleta através de vários métodos, análise destes dados e a operacionalização dos mesmos. O que vale em espionagem é a eficácia, estando os termos legais (discurso de justificativas públicas) em segundo plano.

Estas dentre outras características narradas são permanentes nesta atividade, como princípios permanentes. A previsão e antecipação são recomendadas assim pelo general chinês: "O que possibilita ao soberano inteligente e ao bom general atacar, vencer e

conquistar coisas além do alcance de homens comuns é a previsão. Ora essa previsão não pode ser extraída da coragem; nem também por indução decorrente da experiência, nem por qualquer cálculo realizado. As disposições do inimigo só são averiguadas por espões e apenas por eles. Daí o emprego de espões."(Tzu: p.104-105)

Este exemplo se aplica em todas as situações, incluída nestas hipóteses a defesa interna. Quanto menos se nota a presença da espionagem, interna ou externa ao país, com certeza melhor está sendo empregada. Falando em outros termos, o policiamento ostensivo é visível, talvez amedronte, mas não impede a conspiração. A presença discreta, por vezes se fazendo notar, na maioria das outras situações passando despercebida, é a característica de eficiência neste tipo de atividade. "Seja sutil! E empregue seus espões em toda a espécie de atividade." (Tzu, p.110) Assim, não há sentido em exigir transparência de algo que só funciona se for invisível e com pouco ou nenhum controle externo sobre a própria atividade. "Dessa maneira, apenas o governante esclarecido e o general criterioso usarão as mais dotadas inteligências do exército para a espionagem, obtendo, dessa forma, grandes resultados."(Tzu, p.111)

Atingimos assim, através de princípios aplicados em todas as versões de um aparelho de inteligência, às suas definições mais gerais. Na maior parte das vezes, a inteligência é promovida por um agente, o Estado, embora existam variáveis privadas e de grupos de oposição (momentânea ou permanente) da estrutura de dominação. A atividade de inteligência parte do ciclo básico de coleta, processo, análise, operação de informações. O terreno e o inimigo variam de acordo com a situação onde este aparelho é aplicado. Como estamos abordando no trabalho a aplicação para a defesa interna (sua função primária de Estado) e o controle sobre o próprio Estado e sua elite dominante (função secundária), compreendemos o aparelho de segurança do Estado, como um todo, como braço operacional e agente da estrutura de dominação.

Antes de aprofundar este conceito é preciso estabelecer algumas premissas. Não cremos na independência absoluta dos campos, mas sim em suas dinâmicas próprias, sendo que por vezes alguns destes campos são predominantes em relação a outros. No caso do

capitalismo, compreendemos o modo de produção (controle privado dos meios e exploração da força de trabalho) e a centralidade global na civilização européia (imperialismo) como seus dois pilares.

No conflito interno, em sua versão social (luta de classes), entendemos que a predominância de um projeto de classe e povo (os setores majoritários e oprimidos de uma população em um determinado território) contra outro dominante, pode significar a vitória ou derrota de um processo político de longo prazo (incluindo aí o regime e o sistema, não apenas se o país está sob ditadura militar ou democracia jurídica-formal). Para caracterizar a predominância de classe opressora, controladora das formas de vida em sociedade dentro do capitalismo, busca-se o conceito estrutural de dominação.

Retomamos este conceito já visto no Capítulo 1, a partir da obra de Errandonea (1986) que apontou em seu trabalho as coordenadas para o conceito de dominação. Ao aportar este conceito como ferramenta, a análise sobre a opressão de classe e povo na América Latina, passa a compreender o papel da exploração, do imperialismo e a coordenação entre os campos de saber que permitem e proporcionam a dominação ser predominante em relação à resistência (dos dominados) e a sabotagem do modo de produção (por aqueles que tem sua força de trabalho explorada).

A dominação (Errandonea, p.76) começa sendo definida a partir da idéia de legitimidade, que o uruguaio toma de Weber. Entende que deve haver vontade de obediência, uma norma que permita aos dominados obedecer e aos dominantes exercer sua autoridade partindo de algo legítimo. Subentende-se que a dominação não se dá necessariamente através do convencimento, mas pode ser também através da coerção, ou da combinação das mesmas. A "naturalização" da existência entre dominantes e dominados, concederia legitimidade para esta situação de fato.

Segundo o sociólogo uruguaio, a dominação se realiza sob forma de relação, sempre bilateral, onde há um mínimo de vontade entre as partes e os setores. É uma relação normativa, constituindo uma probabilidade composta pelas mútuas expectativas, estas se

configuram em conteúdos possíveis de fazer parte dos mandatos de dominação. É como se mesmo a mais cruel e sádica forma de dominar o homem sobre o homem tenha limites de eficácia, dentro das expectativas causadas pela norma, imposta ou subliminar, desta mesma dominação.

A legitimidade é o requisito imprescindível para gerar o consenso necessário para a continuidade e para institucionalizar as formas várias de dominação. O consenso, segundo Chomsky (1989), o consentimento sobre uma base de idéias permitidas pelos opressores, é a base necessária para a estabilidade das normas de dominação. A quebra dos mecanismos de consenso possibilitaria a resistência e a ruptura dos dominados, sejam estes, mecanismos de idéias, pura força bruta, ou a mais comum, a combinação complexa entre ambas formas de dominação. O consenso dominante é a base da autoridade opressora, o fundamento que se faz notar em distintos níveis, a todos os setores de uma sociedade cuja força criadora e produtiva é dominada por uma minoria hegemônica.

A forma mais genérica de dominação na atual etapa do capitalismo é a estrutura de classes (Errandonea, p. 97-98). Esta forma se manifesta quando a probabilidade estável (o consenso) de obter obediência contínua, se institucionaliza. Assim se dá a relação de dominação. Esta instituição contínua de dominação, através da exploração e alienação da força de trabalho e o controle dos meios de produção e decisão na sociedade, conformam sobre a maioria dominada as classes sociais. O sistema onde estas ocorrem configura uma estrutura de classes.

É fundamental compreender que o conceito de classe é relativo à existência de outras classes. A estrutura de classes sociais se manifesta sobre a distribuição daquilo que é desigual nesta mesma sociedade. Esta desigualdade não se manifesta somente na distribuição dos bens, mercadorias e recursos materiais. Óbvio que a desigualdade de distribuição material tanto é quantitativa (montante) como qualitativa (valor agregado e simbólico) de meios, bens, mercadorias e divisas de várias formas.

Mas, a estrutura de classes se manifesta de forma mais ampla, sobre tudo o que se distribui desigualmente, acesso diferenciado ou exposição aos meios de comunicação; no exercer do poder político; na barganha e correlação de forças na defesa dos interesses; nas aspirações de prestígio e papel na sociedade; na representação histórica das classes oprimidas no capitalismo (ex: a figura do negro na história do Brasil); na coação física; no funcionamento e "isenção" do judiciário e na "correção" dos desvios da sociedade; na significação religiosa e suas normas de comportamento e conduta (ex: a disputa da Teologia da Libertação e sua opção pelos pobres no interior da Igreja Católica latino-americana) e em todas as formas de disputa de poder e relações na sociedade de classes.

Embora não seja o eixo central do trabalho, é fundamental ao menos expor que a dominação de classe é algo que se manifesta de forma global. Simultaneamente ao modo de produção, desenvolveu-se um modo de dominância capitalista sobre o mundo, talvez nunca antes tão desenvolvido como na atual etapa do sistema. Não é a função do trabalho discutir globalização, embora se reconheça a importância do tema, em especial para a compreensão do pensamento único neoliberal.

7.5. Na América Latina a luta popular ganha forma anti-imperialista

Dois pontos precisam ser ressaltados. O primeiro é a centralidade imperialista a partir da civilização européia, o chamado eurocentrismo. Não se concebe capitalismo mundial sem a influência do ocidente sobre as demais regiões do planeta, influenciando em todos os níveis concebidos: ataque ideológico midiático, ingerência política, na unificação das medidas de desenvolvimento econômico, na agenda diplomática, nos mecanismos jurídicos, na presença e ameaça militar aos desobedientes e em todos os demais níveis de vida compartilhada por povos e países no planeta.

No que diz respeito à América Latina, não é possível pensar em nenhum tema de autonomia ou mesmo desenvolvimento econômico, distribuição de renda, políticas anti-racistas, reforma agrária, transparência do Estado, participação popular sem considerar o tema do imperialismo no sentido geral do termo. A própria "criação" do subcontinente se

deu através de invasão e genocídio promovido por potências européias da era das navegações (Coll, 1986; Galeano, 1989; Las Casas, 1985; Portilla, 1985)

Na atualidade, a presença militar dos EUA através de seu Comando Sul (baseado em Miami), como mecanismo de pressão da política externa a qual os países latino-americanos são satélites, tem de ser levado em conta para qualquer possibilidade de mudança nestas sociedades. Desde uma medida econômica passível de ver o governo que a implementou ser derrubado, até a intervenção pura e simples são possibilidades permanentes de ser levada em conta por qualquer agente interessado em alternar o quadro (conjuntural ou na estrutura) de todo e qualquer país latino-americano.

Esta situação de fato, fruto do processo histórico ao qual os povos do subcontinente passaram, leva a uma conclusão bastante simples. Isto significa que, na América Latina, a luta de classes ganha contornos anti-imperialistas, como consequência direta do avanço das conquistas das maiorias excluídas. Não é presumível supor o avanço da luta popular no Brasil ou outro país daqui sem a possibilidade de intervenção, direta ou indireta, da potência chamada EUA.

Isto implica em situações de violência e opressão de fato, aliás vividas no dia a dia, que em algumas situações históricas, simplesmente se institucionalizam. Neste nível de repressão, se o regime é democrático-formal ou ditatorial militar, pouco altera o quadro geral. Basta recordar que a Colômbia vive formalmente sob regime democrático desde a década de 1940 (Lima Rocha, c,d,e), e nem por isso promoveu mudanças estruturais em sua sociedade, ou baixou o nível repressivo sobre as forças políticas organizadas a partir das classes excluídas.

Mesmo a formalidade de um governo eleito democraticamente, nada altera o quadro estrutural, quando estes governos cedem ou promovem medidas de reformas de base. O caso de Jacobo Árbenz, na Guatemala (1952-1956) é talvez o mais gritante de todos. Seu governo social-democrata fora derrubado por um golpe, acionado pela CIA e promovido pela United Fruit Co., detentora das *plantations*, latifúndios de monocultura da banana. O

igualmente eleito através de voto direto, o chileno Salvador Allende, impede qualquer estudo sério de cogitar reformas estruturais através de processos jurídico-legais.

O que queremos afirmar, é que, na América Latina, a estabilidade política é recomendada pela potência dos EUA, mas não é exigência de forma alguma. Ao vermos a seguir as formas de manifestação da violência de uma classe sobre a outra, se constata que esta existe de distintas maneiras. No caso das correlações de força, o enfrentamento ganha, segundo Clausewitz, a forma de guerra em todos os níveis (militar, político, econômico, social, ideológico, de comunicação, cultural, e todas as formas existentes de organização social). É este nível do confronto que determina o nível de violência sistemática a ser implementado em um conflito social interno (ou seja, a luta de classes).

7.6 A luta de classes no longo prazo

Em termos políticos, a hipótese estratégica da luta de classes (ou seja, de objetivo permanente), é a manutenção da própria estrutura a qual os organismos de inteligência devem ajudar a manter. A dominação se manifesta na realidade concreta, através de diversas formas, sendo a violência física uma destas. Retomando a Clausewitz, se a guerra (o nível militar das disputas humanas) é a extensão das relações políticas, as relações políticas são uma forma de conflito (violento ou não, sistemático ou episódico).

Quando esta relação política canaliza em sua forma a luta de classes, temos um cenário propício para a acumulação de forças entre as organizações dos setores excluídos das maiorias. Com esta acumulação, se caso uma ou mais organizações tenham sua estratégia apontada para a ruptura da ordem constituída, existe então a possibilidade de iniciar um processo da chamada guerra civil com fins revolucionários. Em última instância, é esta a hipótese permanente de conflito interno contra o qual o aparelho de inteligência do Estado brasileiro se prepara e atua para combater.

O que raras vezes é difundido, é que toda força beligerante para a manutenção da ordem constituída (militares, policiais, inteligência, para-militares e afins) mantêm níveis

mínimos de combate, em tempos de paz ou de guerra. No caso do conflito interno, suas condições de existência são próprias do funcionamento do capitalismo, isto é, a dominação e a exploração. Assim, os níveis de atenção da inteligência, cuja missão institucional é antecipar-se ao inimigo (seja este declarado ou não, configurado ou embrionário), são permanentes.

Esta é a situação de fato que tanto ocupa o *modus-operandi* dos organismos de inteligência. A política sobre uma estrutura de classes passa necessariamente pela dominação. No domínio de uma classe sobre a outra, a violência se manifesta em suas várias formas, desde a exclusão, passando pela condição de miséria, a guerra entre os pobres até a repressão sistemática (generalizada ou seletiva).

Hector Luis Saint-Pierre (1999) destaca o tema da violência e da política. Em sua tese de doutorado publicada em livro "A política armada, fundamentos da guerra revolucionária" (p.86-87), o autor caracteriza o uso da força como próprio da política, ainda que não exclusivo. Entende a violência como substituição da fala na intenção de impor a vontade, sendo ela mesma o limite de definição da política. É sempre importante lembrar que a política não necessariamente significa violência física, mas sim relação de força.

A imposição de vontade seja através de barganha, negociação ou conflito implica a permanência da tensão, de disputa de interesses diretos e indiretos (conciliáveis ou não, materiais e/ou ideológicos). A persuasão é composta de convencimento assim como de ameaça (velada ou explícita); não se compreende a persuasão desassociada da violência, mas sim uma como extensão da outra. Condições de igualdade estrutural (de meios, possibilidades e poder decisório) permitiriam uma hegemonia onde o convencimento e o consenso fosse estabelecido por outros métodos, que não o da violência e da ameaça. Como observa Saint-Pierre, é justo o oposto o que ocorre no capitalismo de um país periférico como o Brasil.

Em uma observação profundamente precisa e acertada, o argentino aponta outras formas de violência, constantes e presentes no Brasil contemporâneo, que cremos ser importante destacar aqui:

A violência manifesta-se de muitos modos, sendo a coação física sua forma mais visível e ostensiva, mas não a única nem necessariamente a mais cruel. Os salários de fome, a miséria forçada, os impostos injustos, as retaliações comerciais, o monopólio do conhecimento podem ser formas muito mais sofisticadas de violência, mas não menos desumanas. No discurso airado de um presidente que de sua "altura togada" ataca a "insensatez" das massas famintas, que não "compreendem" a racionalidade de um plano econômico que as condena inexoravelmente à miséria, começa a gestar-se a violência da ação desesperada das massas contra este plano. (Saint-Pierre, p.86)

A observação a acrescentar, é que massa excluída nenhuma se move sozinha, caoticamente, apenas pelo desespero de suas necessidades. Isto por pior que sejam suas condições de vida. Mas, sobre este terreno (tecido social excluído) se pode gestar uma ou mais ameaças reais à estabilidade da ordem de dominação em um país. E é justo sobre estas possíveis ameaças, com a forma associativa de movimento popular organizado, partido de quadros ou organização política com intenções de câmbio que a antecipação do *status quo* tem de pôr a sua atenção.

7.7. A interdependência das três esferas aplicada. O *modus operandi* da FAU

Escolhemos como exemplo de conflito entre o aparelho de inteligência de um Estado latino-americano e uma organização político-militar de oposição a uma situação real, já ocorrida, mas que proporciona ao trabalho importantes conceitos e fundamentos de análise (contidos em textos e documentos desta época).

O caso de luta de classes interna levada às últimas conseqüências ocorrera no Uruguai, país vizinho ao Brasil, entre os anos 1967 e 1976 (El Copey, FAU, 1972). Estes

anos marcam, respectivamente, o primeiro decreto de medidas de segurança interna (dezembro de 1967, chamado de "ditadura constitucional"), e o segundo no golpe de Estado na Argentina (maio de 1976), três anos após o golpe dos militares uruguaios (o golpe militar no Uruguai foi em 22 de junho de 1973). Por ser país vizinho e limítrofe, além do fato de Montevideu e Buenos Aires ficar a apenas 40 minutos de vôo ou três horas de lancha de viagem (cruzando o estuário do Rio da Prata), a capital argentina e sua metrópole serviam de recuo estratégico para a esquerda uruguaia e seus braços armados que de lá operavam. (Mechoso, 2002) Quando houve o golpe militar argentino, estas organizações perderam suas bases e, pouco a pouco, transferiram sua infra-estrutura restante para alguns países da Europa ocidental (França, Espanha, Itália e Suécia), deixando assim de operar em seu país de origem.

Haviam distintas organizações e partidos de esquerda ou extrema-esquerda atuando no país. Algumas no plano eleitoral e luta de massas (como o Partido Comunista do Uruguai, PCU), outras apenas na luta armada (como o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, MLN). A organização política específica anarquista, Federação Anarquista Uruguaia (FAU), negava o plano eleitoral, mas coordenava luta de massas (trabalhadores organizados em sindicatos, estudantes e moradores de bairros pobres e periferias), luta política-ideológica com a luta armada. Esta se desenvolvia sobre as técnicas de sabotagem econômica, apoio armado às lutas populares e ações de guerrilha urbana politicamente orientadas (Mechoso, 2002).

Escolhemos o exemplo da FAU para expor seus conceitos no trabalho por dois motivos básicos. Um é porque a concepção de Clausewitz, da guerra como extensão e continuidade das relações políticas é uma premissa válida tanto no acionar como na formulação teórica desta organização. O segundo é porque os mesmos elaboraram um documento de crítica ao foquismo (El Copey, FAU, 1972), com uma característica bem interessante, que é o fato de ter sido escrito enquanto seus militantes estavam clandestinos e também em luta armada.

Isto se dá porque no seu ápice, a estrutura da FAU comportava um aparelho político-específico, a própria Federação, fundada em 1956, posta na clandestinidade desde dezembro de 1967, assim permanecendo até a abertura uruguaia em 1985. No nível da luta popular, tinha um organismo de massas (a Resistência Operário-Estudantil, ROE) de caráter mais amplo, congregando trabalhadores filiados a sindicatos, grêmios estudantis e comitês de moradores de bairros periféricos e favelas. Como braço armado da Federação e apoio tático da ROE, a estrutura chamada Organização Popular Revolucionária 33 Orientais (OPR-33).

Por compreender que o nível político da guerra interna é o determinante, a FAU, em clandestinidade, elaborou um documento chamado de Copey (no ano de 1972), hoje de acesso público através da página oficial da organização¹²⁹. Nos pareceu interessante para expor no trabalho os conceitos de violência, política, sociedade, guerra (dentre outros), operando a partir do terreno onde se organiza o tecido social composto pelas "massas oprimidas" (destacado antes com Saint-Pierre). Uma vez que já foram expostas a idéia de dominação e a estrutura de classes sobre a qual a primeira atua, pensamos ser apropriado dar exemplos de conceitos (de análise e intervenção na realidade) que partem do pressuposto de outro objetivo estratégico.

¹²⁹ www.nodo50.org/fau

Até mesmo uma organização que se propõe a existir para a ruptura da ordem constituída e a construção de outra forma de vida em sociedade, faz uso da estratégia geral em sentido pleno. Isto porque, conforme veremos à frente, o objetivo da ruptura subordina o método, e através deste, adquire traços comuns a todos os organismos beligerantes dentro de uma sociedade de classes. A observação do que é comum e daquilo distinto entre a ruptura e a permanência, entendemos ser fundamental para a compreensão do conceito de estratégia exposto ao longo do trabalho.

O objetivo estratégico da guerra interna é para a FAU a construção de outra forma de vida em sociedade. Nos planos do conflito, o programa político e econômico que esta organização impulsiona não se encontra nos marcos liberal e democrático, nem tampouco apenas na proposição de uma utopia - lugar a ser construído - socialista e libertária. A vitória na guerra civil e de classes significa construir um poder hegemônico (Poder Popular) das maiorias.

Isto significa que a vitória, em armas, como extensão das relações políticas, só se afirma em sua plenitude se houver a conquista de uma nova hegemonia. O desenvolvimento da guerra revolucionária implica o avanço das relações de poder de base social, paralelamente destruindo ao Estado capitalista. Em último plano, a ação armada significaria uma das expressões de toda uma classe (ou ao menos das organizações que operam dentro deste terreno), ou seja, o nível militar do enfrentamento, apenas preponderante no momento do conflito (que é politicamente orientado). Enfim, a vitória da classe se materializa no monopólio da força e das premissas para a concepção da vida em sociedade, sendo estas determinantes em todos os níveis e macroambientes de um país ou território.

A revolução uruguaia será socialista e nacional, mas não deve ser liberal-democrática. Deve se propor a criar uma estrutura de poder totalmente diferente. Isto implica o trabalho de conceber formas de poder popular (grifo nosso), a crítica sistemática sobre os níveis jurídico-políticos de organização do Estado burguês dependente (obs. nosso, o termo se refere ao capitalismo em um país periférico), e a crítica da ideologia

política que sustenta e informa esta mesma estrutura estatal-burguesa dependente. (El Copei, FAU, 1972)

Podemos observar que o conceito de Poder Popular expresso no documento não tem similar no Estado capitalista, e se propõe a ser gestado dentro de uma sociedade que se organiza a partir das relações sociais com princípio de igualdade. Estas, no entender da FAU, só podem vir a existir em um território não-dependente da economia internacional e organizado através de uma forma de poder político e social não-estatal. A vitória na guerra revolucionária, caracterizada como popular (das maiorias excluídas em um mesmo território) e nacional (concebendo estes militantes que pelas características uruguaias o país sofreria intervenção de Estados vizinhos, como o Brasil e a Argentina), é justamente a construção dessa forma de poder em sociedade. A destruição das forças beligerantes do inimigo é apenas uma parte dos requisitos para conquistar esta vitória.

Como todo objetivo estratégico, este só pode ser planificado dentro de uma escala de prazos e metas. A estratégia se divide então em dois planos. O primeiro é no campo da ação social, ou seja, a estratégia dentro daquilo que é próprio da luta de classes e transformação da sociedade. Neste plano, a concepção de longo prazo implica em adequar os tempos de guerra aos tempos sociais, e avançar a capacidade de luta armada e os organismos necessários para isso, simultaneamente ao avanço da presença política-ideológica no terreno onde se sobrepõe o tecido social da maior parte da população.

O longo prazo do primeiro (determinante) implica o plano de ação do segundo, ou seja, a ação de guerra propriamente dita. A estratégia geral em sentido restrito significa todo o marco de manobras, variáveis táticas de traços fundamentais e inflexíveis dentro de um marco de tempo determinado. Por exemplo, ao longo de cinco anos, a autonomia tática do aparato armado lhe permitiria agir com amplitude, desde que cumprindo o marco necessário para fortalecer a luta (popular) de longo prazo. Estes traços inflexíveis poderiam ser, a preponderância do nível político em relação ao militar e a incidência do político sobre o social e econômico. Nos marcos bélicos propriamente ditos, significa subordinar seu

acionar estratégico (no nível tático o aparato militar tem autonomia), ao objetivo finalista, que é o Poder Popular.

Importante é a definição que quem promove a guerra popular não é o aparato armado, mas a estrutura determinante da luta (em todos os níveis). A esta estrutura a FAU chama de partido (obs. nosso, no caso se trata do "organismo político específico dos partidários de uma ideologia"; não confundir com partido de tipo leninista), que por sua forma organizativa, é composto por quadros provenientes das maiorias excluídas, mas não de filiação aberta (chamado de partido de massas). Isto porque o agente do planejamento e da estratégia (que na concepção de Golbery tem de ser o Estado, como expressão da sociedade capitalista e do Estado-nacional) no nível político-ideológico da guerra revolucionária é o partido de quadros (Machos 2002).

No nível da luta de massas não seria o partido o agente, mas as entidades de massas, organizadas por interesse e programa de conquistas. O nível militar deste conflito interno, teria como agente os organismos armados destes partidos, atuando prioritariamente como apoio do protagonismo (no processo social) das lutas das maiorias. Por conceber que a guerra não existe por si só (ou seja, por discordar da independência dos campos) e que as lutas por interesses e conquistas diretas (como aumento de salários, moradia, condições de vida e trabalho, reforma agrária, dentre outras) tem uma limitação estratégica (ou seja, tenderiam a bastar por si mesmas), há a necessidade de um agente coordenador da luta em todos os níveis, que impulsiona a mesma visando ao objetivo estratégico em sentido pleno, ou seja, o Poder Popular. Este só pode ser atingido através do avanço ideológico nas maiorias excluídas (no nível chamado por Golbery de psicossocial).

A conquista ideológica das massas supõe a atividade de um partido, e a aceitação de uma luta de longo prazo. A criação de um partido, ou seja, a atividade de uma prática política pública vinculada ao aparato armado, supõe definições ideológicas, supõe que cedo ou tarde se adotem posições teóricas. Supõe, por consequência, o enfrentamento público a correntes ideológicas hostis a proposta revolucionária. É a concepção

ideológico-político que possibilita associar diretamente a prática armada com o enfrentamento contra a ideologia predominante. (El Copey, FAU, 1972)

Para aplicar corretamente o planejamento para atingir o objetivo estratégico, é preciso adotar um método coerente com este. No nível militar, a metodologia de guerra apropriada é o chamado conflito popular prolongada. Esta modalidade de conflito interno requer organismos armado (o braço armado do partido de quadros), político-ideológico (as organizações políticas de intenção revolucionária), político-social (as tendências mais amplas, como as correntes de militantes de base) e social-popular (movimentos de classe e de interesse, entidades de base que expressem o maior número possível de setores excluídos).

A luta prolongada, com o desenvolvimento dos níveis de enfrentamento de acordo com a capacidade de inserção social e presença popular e a garantia de protagonismo dos movimentos para isto organizados é uma modalidade de conflito bélico interno; assim como a guerra civil entre partidos oligárquicos; a guerra de libertação nacional (policlassista ou classista); guerra por independência de uma região cuja maioria étnica não corresponde ao estado soberano sobre este território (chamada de separatista); golpe militar para tomada do poder do Estado; golpe branco de um partido eleito (com alterações arbitrárias da constituição e subordinando os demais poderes, Judiciário e Legislativo); auto-golpe executado por um presidente eleito à frente; conflito interno com motivações alegadas como étnicas ou religiosas, dentre outras.

Os conflitos internos, chamados também de guerras civis, são uma das modalidades de guerra contemporânea conhecida. Além desta se conhecem aos conflitos chamados de "baixa intensidade"; intervenções oficiosas ou permanentes de uma potência (regional ou global, como num conflito separatista) em um país limítrofe; intervenção oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização dos Estados Americanos (OEA), assim como outros organismos internacionais de acordos multilaterais entre Estados. Todas estas modalidades se somam à

já conhecida como guerra convencional, seja entre dois Estados ou duas alianças entre Estados.

A partir do século XIX, as guerras ganham contornos de serem totalizantes para um determinado povo, território, Estado ou nação. Ou seja, os conflitos necessariamente implicam o confronto em todos os níveis (militar, econômico, político, social, ideológico, diplomático e mais recentemente, midiático) e agentes que expressem e canalizem os esforços de guerra. No caso da guerra convencional, este agente da sociedade (de classes) é o Estado. No que diz respeito do conflito de classes e da luta popular, o agente que a catalisa e impulsiona em seu nível estratégico é o conjunto de organizações/partidos com intenção finalista. Estes, incidindo dentro do conjunto de movimentos e entidades de base, elevando o nível reivindicativo, expandindo os direitos democráticos até chegar ao ponto de questionar a legitimidade da dominação. Isto geraria outra etapa da luta, partindo da Radicalização Democrática e acumulando forças através do Poder Popular.

Para a FAU, o trabalho político necessariamente acompanha o acionar de seu aparato armado, que por sua vez fortalece a participação de setores das classes excluídas em suas entidades e movimentos populares. Isto equivale, no caso da guerra convencional, ao apoio popular para o esforço de guerra, as frentes de trabalho, a venda de bônus de guerra, o voluntariado para ajudar "os nossos rapazes voltarem para casa" e o consenso do país em torno dos objetivos nacionais permanentes (Golbery 1981).

A extensão das relações políticas e o desenvolvimento destas como fator preponderante de uma guerra, conforme se verifica em Clausewitz, é ressaltado no destaque abaixo:

Toda guerra prolongada qualquer que seja a sua forma ou a metodologia contida, exige como requisito indispensável a politização intensa dos quadros militares e um trabalho político eficaz no nível de massas, para que as mudanças e alterações que a guerra necessariamente implica, sejam compreendidos e assimilados corretamente. Somente a partir de uma concepção de curto-prazo é que pode ser subestimada a

importância do trabalho político em todos os níveis. Apenas uma concepção de curto-prazo pode subestimar, em definitivo, a importância do partido como instrumento propício e equilibrado para realizar este trabalho político. (El Copey, FAU, 1972)

Já verificamos antes neste capítulo sobre o papel da violência como extensão da política, subordinada a esta, como um dos métodos nas relações de força (persuasivas). Ou seja, a violência sistematizada e implementada por um organismo capacitado (a guerra), é uma extensão das relações políticas. Na guerra prolongada, a violência contribui, em todos os planos, mas apenas contribui para a possibilidade de vitória neste tipo de conflito.

O mesmo se dá em todos os outros níveis neste tipo de conflito. A luta no nível econômico (social, reivindicativo), tampouco pode ser preponderante. O determinante no conflito é a orientação estratégica, ou seja, aquilo que é inflexível; e não de momento (tático). O método se subordina ao objetivo, tanto no nível militar da guerra de classes, como em todos os outros níveis.

Por nossa parte e já faz anos que viemos dizendo - apenas repetindo aqui por via das dúvidas - sustentamos que o objetivo da violência no nível da luta econômica, não é somente e nem sequer o principal, a obtenção das reivindicações econômicas apenas. Que a violência aplicada na luta econômica tem por função contribuir - entenda-se bem, contribuir - para elevar estas lutas ao nível político. Contribuir (junto com outros meios: propaganda, luta ideológica, luta pública legal ou não) a elevar a luta econômica na maior medida possível, ao nível de luta política. Contribuir para elevar a consciência gremial (obs. nosso, associativa, de classe) de interesse econômico (obs. nosso, material, de conquista direta) que anima a luta econômica (obs. nosso, luta ao nível popular). Contribuir dizemos, para elevar a consciência política, de interesse político, que é a consciência necessária para destruir ao poder político burguês - o Estado burguês - objetivo último (obs. nosso, final) de toda prática política revolucionária. (El Copey, FAU, 1972)

Compreendemos neste destaque justamente a idéia de processo, de longo prazo em termos de guerra interna, mas permanente em se tratando de conflito em todos os níveis. Da parte da Agência (ou de organismos afins), seu objetivo estratégico é a manutenção e defesa, tanto dos interesses do governo, como a preservação de um regime (no plano tático, isto é, de momento), como da forma de vida em sociedade (no plano estratégico, permanente atuais disputas intra-elites ou hipotéticos e hoje pouco prováveis conflitos contra Estados se definem no plano tático, contando com a intervenção (com fins de atenuar) dos níveis político, econômico e diplomático.

Se a estratégia se remete aos aspectos inflexíveis de um conflito, considerando a guerra como extensão das relações políticas, estas como expressão do modo de dominação e exploração sobre a estrutura de classes; podemos considerar como estratégico para a defesa interna a antecipação e o combate aos potenciais inimigos (com objetivos antagônicos e inegociáveis) dos setores hegemônicos de uma sociedade. Ou seja, se o agente opositor aos poderes de fato não está operando ou nem sequer existe, isto é porque as estruturas hegemônicas estão obtendo uma vitória tática. Por este agente inexistir é que se torna possível e factível o desmonte das garantias e direitos adquiridos. De forma relacional, o reforço de uma democracia de procedimentos onde as decisões fundamentais não passam pela opinião qualificada das maiorias, é estratégico para a aplicação das políticas neoliberais.

O objetivo deste capítulo é justo o de proporcionar a compreensão da estratégia geral em sentido pleno aplicada para a defesa interna, nível operacional dos organismos de inteligência brasileiros, como a ciência de um conflito permanente em distintos níveis. Ou seja, a guerra ou a paz interna formal, a existência ou não de ditaduras ostensivas (bastante frequentes na América Latina), são mudanças no plano tático deste conflito. Os planos estratégicos se referem à permanência ou não da hegemonia de classe (suas bases de sustentação da qual a própria hegemonia é uma expressão) e seus respectivos organismos (estatais e organizativos).

Ressaltamos a idéia de processo e não de episódio. O processo social é permanente e sistêmico, e é a partir dele que operam as distintas forças antagônicas de uma sociedade. Os marcos visíveis ou discretos do conflito se manifesta dentro do processo o qual o mesmo está inserido.

7.8. A violência como linguagem e o Jogo Real da Política

Antes de entrarmos na proposta de método de planejamento estratégico para uma organização política de quadros, é necessário entrarmos no conceito de Jogo Real da Política. Isto é, ao menos no que diz respeito neste modelo limitado de análise. Para isso é preciso definir a violência como linguagem, ou o ir além das regras do jogo e dos limites da contestação. Cabe aqui uma observação de ordem comparativa entre os conceitos expostos no subtítulo. Segundo Saint-Pierre, a violência sistêmica (justo a que gera e reforça a ordem capitalista), é a camuflada no dia-dia. Mas, a violência ilegal citada por Pinheiro (2000) é vista como uma “anomalia do regime democrático”. Isto porque supostamente o sistema e suas instituições funcionariam sob a forma ideal, ou ao menos cumprindo suas funções de Estado constitucional, como manutenção do próprio regime. Assim, os cinco campos apontados por Pinheiro (*apud* Linz & Stepan, p. 11) como fortalecidos, interagindo entre si e se co-sustentando:

- *a sociedade civil;*
- *a sociedade política;*
- *o Estado de Direito;*
- *a sociedade econômica;*
- *e o aparato estatal (na busca de um Estado “usável”); no regime democrático deveriam superar problemas de ajuste como sendo superação de “quistos autoritários”.*

Nada nos parece ser mais problemático, mesmo porque nenhum dos campos citados acima tem referência na categoria operacional que usamos (a partir de Errandonea), ou seja, a dominação. Se mantivermos a base que a violência cotidiana é um reforço na geração de ordem capitalista, então por exclusão o Estado pode ser um atenuante de contradições e/ou fator de injustiça (como exercício de violência ilegal), mas não o órgão provedor de distribuição e igualdade.

Decididamente, se vemos a dominação de forma relacional, então caem por terra mitos de “harmonia social” ou relações de classe pactadas segundo um contrato social onde todas as partes irão respeitar. Criamos um desafio de ordem teórica, de que algum cientista social e/ou político possa propor qualquer modelo de tipo ideal de sociedade de classes com ausência de coerção física e presença de demandas substantivas e estratégicas sendo correspondidas para a maioria da população. Nos raros exemplos históricos onde isto ocorreu na América Latina, como no 1º governo Juan Domingo Perón (Perón) na Argentina das eleições de fevereiro de 1946 ao golpe de setembro de 1955, as consequências para a ordem política foram muito conflitivas (Dellasoppa 1998 e Sigal 2002). Com o Peronismo no poder, não funcionava ordem democrática plena enquanto o PIB alcançou a marca distributiva de 50% capital e 50% trabalho. Entendo ser por tanto o desafio para os trabalhadores do campo e que se posicionam dentro da perspectiva da democracia radical e substantiva, de construir modelos de processo latino-americanos que levem a uma sociedade distributivista, com plenitude de direitos políticos e a soberania popular sendo praticada através de métodos de participação plena.

Descartamos assim, fatores de veto vindos de ordem moral ou limitações de uso da violência para a manutenção da ordem capitalista (portanto, de classes), baseados nas evidências de nossa própria América Latina. Alegar anomalia porque supostamente o Estado democrático deveria funcionar de maneira equidistante e justa, nos parece tão absurdo como supor que há alguma limitação para o uso do conjunto dos recursos políticos e de violência quando exista uma ou mais ameaças reais de ordem estratégica. E, mesmo em situações pontuais como a não-intervenção no Espírito Santo, a própria atividade política real de Pinheiro comprovou o oposto. Os custos de tornar o Estado equidistante e baseado nas normas jurídico-legais tiveram força inferior àquela exercida pelos agentes políticos que operavam no jogo real, utilizando-se do nível político e não fazendo deste um fator de limitação.

O que afirmamos é que existem recursos múltiplos de violência e controle, e não somente voz e saída. O pacto político para o funcionamento nos planos formais de um regime democrático de Direito, é apenas um de vários fatores na geração de ordem capitalista. Esta geração de ordem se dá sob a forma de dominação, cujas modalidades se

alternam em maior ou menor violência. Um exemplo clássico de uso de violência ilegal, por parte do Estado, para conter as demandas substantivas da população, nos é dado no livro de Foucault, “Vigiar e Punir” (2000, p. 232). A prática de utilização de delinquentes para instrumentar repressão política e sobre as classes dominadas por partes do Estado francês, após a Revolução Francesa, altera sua modalidade tornando-se mais complexa e sofisticada. Do recrutamento de delinquentes para a execução de políticas de vigilância baseadas em violência ilegal e subordinada quase que diretamente ao aparelho policial reforça algo aproximado a um “exército urbano e interno paralelo” (Foucault, 2000, p.233). Tendo seu ápice após a Revolução de 1848, esta modalidade de delinquência de elite (primeiro recrutando, depois atuando à margem de sua própria legalidade) tinha como concorrência a própria delinquência de classe (de outra classe), centrada no modelo de controle prisional e administração deste setor de exclusão da classe dominada (*id*).

Para esta forma complexa de controle, o uso do Judiciário atua sobre a economia das ilegalidades (como elemento de troca), e não necessariamente como parâmetro do que é legal ou não. Assim, a Justiça do Estado de Direito é um recurso a mais no uso do controle social e não seu limitador (Foucault, 2000 p.234). Avançando no exemplo de Foucault, propomos as seguintes tipificações gerais de uso de recursos de violência como linguagem política da sociedade de classes:

- Violência entre os pobres
- Violência sobre os pobres (contra a classe dominada)
- Vigilância constante através de controle social (via Estado e seus paralelos)

O uso pleno destes recursos de violência são uma das formas múltiplas do acionar político e complexo que estamos chamando de Jogo Real, onde as bases legais e morais constroem, mas não são necessariamente impeditivos da ação de agentes políticos coletivos da classe dominante. Uma definição básica de Jogo Real é o uso de todos os recursos disponíveis, sejam legais ou ilegais, de coerção ou convencimento, sem nenhum tipo de restrição de acionar, e operando em todos os níveis onde este agente coletivo tenha incidência (sejam estes níveis político, jurídico, econômico, militar-violento, ideológico, etc.). Somando a isto, na economia de trocas de ilegalidades, assim como há acumulação de

capital (K^{130}), há acumulação de grau de punição (ou não, daí a impunidade). Caso clássico desta impunidade está na própria corrupção como fator de acumulação pessoal/coletivo, através da apropriação privada dos recursos públicos utilizados pelo Estado. Vemos assim, numa tipificação ampliada das violências existentes hoje no Brasil, como modalidades da dominação de classe às seguintes práticas sistemáticas:

- Violência como monopólio do Estado somado à tolerância com seus usos paralelos
- Violência Sistêmica (como geradora de ordem capitalista, Saint-Pierre, 2001)
- Violência praticada diretamente pelo Estado de não-Justiça (Pinheiro, 2000)
- Apropriação ilegal e tolerada através do conjunto de lealdades pessoais (Bezerra, 1995, pp.184-186)
- Violência do uso da delinqüência como recurso político de dominação (Foucault, 2001)
- uma contra-parte de força contrária, Violência da dissidência política por demandas substantivas da classe dominada, gerando opção de saída (Hirschman, 1973).

Desde o começo desta tese viemos afirmando que encaramos a política como forma de competição, com alguns fatores de constrangimento, mas não necessariamente impeditivos. Quando estas formas de constrangimento diminuem ou se inibem, chegamos ao Jogo Real, onde a disputa de interesses (choque) entre agentes coletivos muitas vezes resulta em modalidades de guerra, como as várias formas de guerra civil, com ou sem demandas de classe. A competição total por tanto, é o Jogo Real, com ou sem uma base legal de amparo ou limitação¹³¹. A este respeito o trabalho de Dreifuss (1993), desenvolve e comenta o Jogo Real com base em conceitos de Weber sobre Política, Poder, Estado e Força, como essencial. Neste livro, Dreifuss trás a idéia de Weber de que a “essência da política” é a *Kampf*, podendo ser traduzida como luta, conflito, batalha, combate,

¹³⁰ Obs: e reconhecemos aqui que não há nível determinante de capital a ser acumulado, podendo ser no mínimo K social, político ou econômico.

¹³¹ A Colômbia da atualidade é um bom exemplo do que estamos afirmando. O país se encontra sob regime formal de Estado de Direito mas simultaneamente vive em guerra civil de cunho popular, com agentes políticos de ruptura controlando parte do território, e isso há exatos 40 anos ininterruptos. Para um bom conjunto de informações a respeito da conjuntura colombiana e do histórico da guerra, é interessante consultar as páginas oficiais da Forças Armadas Revolucionárias Colombianas – Exército do Povo (FARC-EP, www.farcep.org) Exército de Libertação Nacional – União Camilista (ELN-UC, www.eln-voces.com). Um bom exemplo de violência ilegal e paralela tolerada pelo Estado, no mesmo caso colombiano, pode ser observado na página oficial das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC, www.colombialibre.org).

envolvimento, ação, enfrentamento, competição, atrito ou guerra (Weber *apud* Dreifuss, 1993, p.62).

Mas, não devemos ver a idéia de luta e violência apenas como choque físico, seja de dominação, resistência ou competição. Segundo observação de Dreifuss (1993, p.64), Weber vê a disputa e a luta como relações sociais, na medida que o agir aí existente tem orientação intencional, para conseguir impor a vontade própria do agente contra uma ou mais formas de resistência de um ou mais agentes envolvidos (igual ao anterior). A ação deliberada necessita do planejamento desta mesma ação, que por sua vez necessita estruturas que a executem. A violência e a força são recursos e instrumentos políticos (*id.*, grifo nosso), de instituições e agentes com capacidade para utilizá-los; de preferência de forma sistêmica e não espontânea. Mas, a violência e a força fazem parte de um leque de recursos de ordem parecida, dentre estes a persuasão, o convencimento, a doutrinação, a repressão, todos também pertencentes ou relacionados ao nível político. A capacidade de imposição de força, ou de gerar força latente e visível é um recurso ampliado sendo a violência física (impetuosidade), uma forma de manifestação da força.

Observando ao uso de recursos violentos como uma das linguagens políticas, somando-se a este dado à evidência de impunidade das elites dominantes, vemos a impossibilidade teórica de ver ao Estado de Direito no Brasil de hoje como provedor de Justiça. Isto, somando-se aos fatos de ilegalidade tolerada pelo próprio Estado para com suas elites dominantes e/dirigentes; além de agentes políticos coletivos dominantes realizarem diversas formas de ilegalidade para apropriação econômica (onde o uso ilegal de recursos públicos mediante apropriação indébita – corrupção – é apenas uma dentre várias modalidades).

Parte II: A proposta de análise estratégica aplicada no Jogo Real através de uma organização política com intenções de câmbio

Nesta seção, faremos o exercício de formulação teórica, propondo um método de análise estratégica aplicável no modelo de organização política que tem como atividade-fim o objetivo estratégico narrado até aqui. Esta etapa do trabalho representa um acúmulo de formulação, exercício, prática, incidência e docência na área que já completam sete anos ininterruptos. Deste momento até o fim do Capítulo os conceitos são de autoria própria.

7.9. Categorias fundamentais para a análise e incidência a partir da organização política proposta

Uma análise pode ser de conjuntura (de momento), de médio, longo prazo ou comum outro tipo de recorte. Mas, sem estipularmos quais categorias utilizamos e consideramos importantes, não dá pra fazer análise alguma. De forma didática e simplificada, vamos listar aqui as categorias fundamentais utilizadas neste trabalho:

Processo Histórico:

Conjunto de transformações estruturais, mudanças ou alterações e o sentido em que se dirigem.

Etapa:

Período histórico com um intervalo de tempo pequeno, caracterizado por algumas mudanças em determinadas estruturas sociais. O que se define são as variáveis táticas e/ou estratégicas (de tempo restrito) no processo histórico que distintos agentes podem estar redirecionando.

Considerações:

Em função da etapa do sistema, conforme suas características, um coletivo define sua atuação. A etapa do agente dominante, portanto, é importante na definição da esquerda com intenção de câmbio. Isto se chama interação estratégica.

A mudança de etapa se dá quando os agentes sociais que operam na sociedade, avançam ou recuam, em ofensiva ou defensiva, mas sem alterar a estrutura de dominação. Se mudar a estrutura da sociedade, aí, não mudou a etapa somente, mas sim o Processo Histórico.

Estrutura:

São as partes mais consistentes e estáveis de um sistema social. São as formas que organizam o convívio coletivo. Daí que podemos dizer que a sociedade está estruturada.

Conjuntura:

Manifestação da estrutura, instituições e dos agentes sobre esta, em uma determinada realidade durante um período de tempo estipulado (geralmente as análises conjunturais são feitas no momento exato em que se vive). Não se pode analisar um cenário conjuntural sem necessariamente ter um cálculo do tempo de validade desta análise (ex: qual a estimativa do tempo que este cenário vai ficar sem ser alterado).

Cenários Conjunturais:

É o momento vivido, mas que é necessário fazer um recorte da realidade para poder interferir sobre ela. São 3 recortes simultâneos no mínimo. Um é o recorte temporal, ou seja, o período ao qual nos referimos. Podemos dizer que o período de tempo estipulado pode partir do próprio planejamento (Curtíssimo Prazo = 2 anos; Curto Prazo = 4/5 anos; Médio = 8 a 10 anos e Longo = 12 a 16 ou mais), ou que se está analisando a Conjuntura do mês, do bimestre, do trimestre e assim em diante. Também podemos afirmar que analisamos o planejamento de algum outro agente (pode ser outro partido político, pode ser uma instituição de dominação), e aí se utiliza o recorte de tempo que este outro agente estipulou.

Outro recorte necessário é o do espaço geográfico. Ou seja, qual terreno estamos analisando. Tanto podemos analisar a conjuntura de uma região da metrópole (ex. a Restinga), como podemos tentar analisar o Rio Grande do Sul como até nos uma análise da Guerra contra o Iraque. Simplesmente não dá para fazer política fora do Tempo e do Espaço, portanto estes dois recortes são fundamentais.

Conflito: Choque entre forças sociais (agentes sociais incidindo sobre sujeitos sociais = setor ou setores de classe organizados) pelo controle de um ou de alguns objetos de disputa (alvos, interesses, espaços, algo para conquistar). Os objetos podem ser bem variados: dinheiro, recursos naturais, opinião pública, alimentos, energia, entre outros.

Poder: É a relação que está por trás das estruturas. É o que constrói e dá estabilidade e consistência para as mesmas. O poder quase sempre se origina de uma relação de conflito, desta forma, poder é o ato de imposição da vontade, das intenções de um agente sobre o outro. Imposição esta que pode gerar resistências. As formas básicas das relações de poder trabalhadas no documento são:

exploração x dominação

O conceito de *exploração* remete a uma leitura em que predominantemente é abordada a relação patrão x trabalhador / empregador X empregado. Ou seja, lê-se a dominação apenas segundo o aspecto econômico. Hoje, sabemos, há uma série de sujeitos sociais – desempregados, trabalhadores precarizados e informais – que mostram a superação de uma leitura economicista da realidade.

Utilizar o conceito de *dominação* vai além do nível econômico, pois considera-o apenas um dentre vários níveis de dominação. Ou seja, a categoria de exploração está dentro de uma categoria mais abrangente, que é a de dominação.

poder x opressão

O Poder e a Opressão são indissociáveis? No Poder Hierárquico, sim. Ele amplia-se à medida que gera dependência, alienação e exploração econômica. No Poder Popular, não. Porque se expande através de livre-associação, autogestão e independência de classe.

O Poder quase sempre é resultante de uma situação de conflito e/ou hegemonia. Forças sociais com interesses antagônicos disputam espaço. Aquela que mais expandir sua força social em detrimento da força social antagônica é quem tem o Poder. Podemos chamá-las de Dominante e Dominada, respectivamente. O Dominante, atualmente, permanece nessa

posição através da estruturação da relação de domínio. Para isso, são criadas instituições que visam a cristalizar o Poder e, portanto, a posição das forças sociais.

poder e resistência

Consideramos que há, sim, Poder sem Resistência, se entendermos por Resistência, não uma ação individual, espontânea, esporádica, mas sim o esforço coletivo de um ou mais agentes sociais, que realmente configure uma resposta ao Poder, uma força social em disputa com a força social dominante. Sendo assim, concluímos que o Poder é “imposição que pode gerar resistência”, mas que isso não necessariamente acontece.

Agentes: São as associações de pessoas que incidem no nível político (agentes políticos) e político-social (agentes sociais) para atingir a seus objetivos e vontades políticas além dos interesses materiais. Uma idéia mais ampla pode classificar como agente, em diversos níveis: social, político, militar, econômico, jurídico, religioso, cultural, entre outros Estes âmbitos ou níveis de análise não são totalmente separados e o recorte é apenas para intervenção.

Sujeitos Sociais: São os setores e segmentos da classe como um todo. Dentro destes, incidindo sobre os sujeitos sociais, estão os agentes que os tentam organizar ou controlar.

Ator(es): Podem atuar em vários níveis (ex: político, político-social, militar, etc.). São os indivíduos que incidem mais que nada a partir de sua perspectiva individual/pessoal. Um exemplo clássico é uma liderança cristalizada, tipo chefe político.

7.10. Retomando o conceito estratégico aplicado no conflito social permanente (os prazos)

Com o mapa das categorias básicas cria-se assim uma ferramenta de análise (estrutural, portanto estratégica), que comporta o plano tático (de momento), proporcionando a feitura das análises de conjuntura. Sua razão de existir, não é outra senão compreender e interferir sobre a realidade, tenha esta a forma que tiver. Se há ferramenta de análise e capacidade operacional (por mais modesta que esta seja), haverá possibilidade de interferência. Na falta da primeira, a capacidade de ação não terá sobre o que agir, portanto

não poderá acumular força. Caso não tenha a segunda, a análise se resume a uma função consultiva, não tendo autonomia para implementar sua(s) própria(s) política(s).

A análise estrutural e a ferramenta de intervenção geram o conceito estratégico que é a matriz dos níveis de análise. Sobre estes se elabora a doutrina, e o conseqüente emprego desta sobre a realidade a curto, médio e longo prazos. Estes podem ser, por ex:

Curto Prazo = 1 a 2 anos MédioPrazo = 5 anos Longo prazo = 10 anos

Ou então, num Planejamento Estratégico de um partido eleitoral de grande porte, por ex:

Curto Prazo = 4 anos, tempo de duração de um mandato do Poder Executivo (municipal, estadual ou federal); o mesmo tempo vale para uma legislatura. Os interesses fisiológicos e de apropriação do Estado brasileiro se dão com estes fins e através destes instrumentos (os mandatos democrático-burgueses).

Médio Prazo = 4 + 4 anos, ou seja uma reeleição (ex: dois governos seguidos do mesmo grupo político-empresarial).

Longo Prazo = 8 + 4 anos, o mais difícil e nevrálgico, o projeto de poder onde se consegue eleger o sucessor e dá-se a continuidade do grupo político-empresarial.

7.11 Os níveis de incidência adotados nesta Parte II

Ao invés de adotarmos os mesmos níveis de análise e interferência aplicados por Golbery em sua obra - o militar considerava os níveis político, econômico, militar e psicossocial (sendo que neste último, segundo o general, se inclui a comunicação social); serão considerados neste trabalho outro recorte de níveis de análise. Nunca é demais ressaltar que a concepção dos níveis é algo estipulado para ajudar na operação sobre o real. Não há nenhuma intenção de curiosos, de mera observação da sociedade (ou conjecturas sem sentido prático).

Nessa perspectiva por tanto, consideramos estes níveis de incidência a partir das três esferas:

Político: relacionado aos níveis gerais de decisão numa sociedade; é o nível que analisa os partidos, governos, organismos macro do Estado e das forças sociais organizadas (grupos, organizações, dentro do institucional, partidos políticos – esquerda ou direita, com distintas variações, legais ou não); o espaço das negociações e enfrentamentos entre dominantes, entre as classes oprimidas e dos arranjos.

Econômico: relacionado ao mundo do trabalho, da produção e da circulação de bens, produtos, riquezas e serviços; trata das condições materiais de desenvolvimento e existência mesma da sociedade e como se dá a partilha ou concentração do produto social.

Militar: relacionado ao emprego da força, de maneira sistemática ou não, tendo que ver como todos os níveis repressivos, de violência na sociedade e do possível enfrentamento à opressão física, das estruturas de dominação e de libertação/emancipação através do uso da força.

Social: Relacionado a todas as instituições sociais, da forma de vida em sociedade, das existências familiares, de laços e vínculos e perspectivas; analisa também as formas de resistência ou coletividades sociais (como os movimentos sociais e entidades de base) e as perspectivas sociais das expressões coletivas de um povo. Alguns aspectos do que é chamado de cultura, a sua forma associativa por exemplo, se aplica ao nível social. Das manifestações religiosas, o mesmo acontece (ex. o subjetivo, o transcendente, a mística seria o ideológico e a organização social do fenômeno religioso pertenceria ao social).

Ideológico: relaciona-se a tudo o que circula no campo das idéias, das subjetividades, das conotações que não são materiais, ao nível do simbólico e das representações. Faz parte daquilo que seria o inconsciente coletivo e também do que transcende o material. Os sentimentos de religiosidade, o mundo das utopias e das aspirações do ser humano se encontra neste nível. Os conteúdos das mensagens, a estética e valores contidas na comunicação e na cultura também estão neste nível.

Direito e Jurídico: relacionado ao campo jurídico e diretamente ao Poder Judiciário; também dos foros, das normas, das instâncias reguladoras que sancionam (aos litígios por ex.) e podem definir a punição dentro de uma sociedade. Não se deve confundir necessariamente o direito com a lei, a defesa com o advogado e o acordo normativo (ex; uma base estatutária) com a definição de leis.

7.12 Os recortes geográficos – os espaços e territórios de incidência

Os recortes geográficos que propomos neste trabalho tomam por base a América Latina e Caribe como cenário máximo projetado para a atuação. Tomaremos um exemplo a partir de uma cidade brasileira:

Local - bairro ou distrito do município.

Municipal - o conjunto do município.

Microregional - o conjunto dos municípios de uma determinada micro-região de um estado brasileiro.

Estadual - o conjunto das micro-regiões de um estado da república brasileira.

Regional - o conjunto dos estados que conformam uma região do país (ex: região Sul é formada por Rio Grande do Sul/ RS, Santa Catarina/ SC e Paraná/ PR)

Nacional - o conjunto das regiões que englobam os estado membros da república do Brasil.

Regional-continental - o conjunto dos países que conformam uma realidade própria da América Latina e Caribe (ex: o chamado Cone Sul; Sul do Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile, a Zona Andina, a América Central, A Amazônia Legal e outras regiões latino-americanas e caribenhas).

Continental - o conjunto dos territórios onde existem os Estados sobre a conformação geopolítica chamada de América Latina e Caribe.

Uma continuidade possível dos recortes pode ser sobre setores das classes oprimidas latino-americanas (e no nosso caso, brasileiras), categorias de trabalhadores, espaços metropolitanos (ex: os níveis aplicados na análise das favelas do Rio) e sempre com uma aplicação temporal, isto é, sobre prazos de tempo.

7.13 Os conceitos básicos de tempos e movimentos. Um mapa conceitual

Segue abaixo um pequeno esquema para melhor compreensão de conceitos-tempos e movimentos:

Estratégia- ciência do conflito, de choques de interesses de uma disputa/choque que pode se desenvolver em todos os níveis.¹³²

Interação estratégica – parte-se do princípio que não há vontade política, ou vontade do agente unilateral pura e simples. Isto se dá quando dois ou mais agentes tem algum grau de equivalência e equiparação de forças

Escala de importância e equivalência da análise –

O Objetivo sendo Finalista, é por tanto, inflexível.

O objetivo subordina o método / Estratégia Permanente, inflexível, equivale a atividade-fim, condicionada pelo Objetivo Finalista.

O método restringe as variáveis utilizáveis / Estratégia de Tempo Restrito, inflexível por um determinado período de tempo = atividade-fim por um prazo estipulado.

As variáveis utilizáveis são contingenciadas por fatores de interação / Variáveis táticas, flexíveis por um período de tempo ainda mais curto

Fatores de interação implicam em outras variáveis / Manobras (táticas), flexíveis e aplicadas no curtíssimo prazo.

¹³² Reconheço que poderia ir além, mas este mapa conceitual busca necessariamente a concisão. Assumo a estratégia a partir de uma visão clausewitziniana e de Golbery do Couto e Silva, assumo-o também que a estratégia, se e quando aplicada ao nível da sociedade, é o estudo dos conflitos sociais (SILVA, 1981, p. 437).

Falando em termos operacionais, o objetivo define o que é estratégico. A estratégia, por sua vez, define as variáveis táticas possíveis. Em conceitos militares clássicos, o objetivo aporta os marcos de doutrina que geram as opções de emprego. Em sentido genérico, o objetivo subordina o método (e seus conceitos/ferramentas tidas como válidas), que por sua vez subordina todas as formas de discurso (público ou velado) e de execução de suas políticas (intenções transformadas em ações concretas).

Exemplo militar:

Objetivos -- Doutrina -- Emprego

Exemplo geral (e aplicado na política de intenção revolucionária):

Objetivos -- Método -- Variáveis das Aplicações

Ex de Teoria Política básica:

Ideologia (princípios e aspirações) -- Doutrina (orientações básicas) --

--Teoria (prática teórica; só existe quando as hipóteses são aplicadas no mundo real)

No afirmar de um objetivo permanente, está sempre presente a influência ideológica (nível ideológico). É a partir desta influência que nos níveis social, político, econômico e jurídico se manifestaram as premissas (isto é, as bases prévias) características destes planos de ação. Ao contrário do que muitas vezes possa parecer, no nível militar estatal não há "profissionalismo sem ideologia patriota", sem convencimento da força beligerante de um modo de vida pelo qual se luta. Se isto não se manifesta na tropa rasa, os Alto-Comandos com certeza disto estão convencidos.

7.14 A idéia de processo e a acumulação de forças necessária para a radicalização democrática

Ressaltamos assim a idéia de processo e não de episódio. O processo social é permanente e sistêmico, e é a partir dele que operam as distintas forças antagônicas de uma sociedade. Os marcos visíveis ou discretos do conflito são manifestos dentro do processo o qual o mesmo está inserido.

Partindo desta idéia de processo de longo prazo, temos as mesmas perguntas e hipóteses que as instituições hegemônicas fazem. Tomamos como premissa que o processo de câmbio social que queremos e compreendemos como o único válido tem o movimento popular (o povo organizado por interesse, programa e defesa) como protagonista. Cabem por tanto os seguintes questionamentos:

- Quais são as categorias de trabalhadores essenciais de serem organizadas? Quais já estão organizadas?

- Quais têm experiência histórica recente de luta e quais sequer tem esta experiência?

- Destas a serem organizadas, quais estão sob hegemonia de qual Central Sindical ou setor de movimento (como o MST) e quais não?

É óbvio que estas e as demais perguntas não se esgotam por si só. São uma orientação das questões necessárias de serem respondidas e o quanto antes. O mesmo tipo de pergunta tem de ser feita em relação aos chamados setores sociais, não organizados necessariamente como categoria de trabalhadores. Partindo de algumas observações práticas, podemos ver as respostas válidas. Vamos tomar duas observações apenas como exemplos:

Estas e outras informações são essenciais para compormos uma hipótese de processo de longo prazo. A questão acima é apenas um recorte do tipo de pergunta a ser respondida. Uma vez alimentados das informações e da vivência real (no terreno social que se quer incidir para organizar), podemos passar ao segundo momento, o de iniciar o desenho de uma hipótese de longo prazo. Iniciamos por aquilo que vemos como necessidade já constituída, que podem ser consideradas também como premissas. No que diz respeito da organização para a luta, estas são as premissas revisitadas:

É necessário um conjunto de agentes organizadores, que tenham interesses irreconciliáveis com a sociedade de classes e de exclusão. A isto se denomina organização política finalista. Portanto, sem organização política com a intenção de construir um processo de câmbio (uma ou mais) não há possibilidade alguma.

Só há processo de Radicalização Democrática, permitindo um câmbio social profundo através de acumulação de forças (Poder Popular) de longo prazo com o povo organizado. É fundamental o protagonismo do povo em luta. As organizações políticas têm de impulsionar as lutas do povo, superando suas necessidades imediatas. Assim, sem movimento popular em condições de combatividade nos seis níveis de incidência tampouco há possibilidade de processo e acumulação.

Para conquistar o apoio das maiorias é fundamental que o conjunto das organizações políticas e movimentos populares (o povo organizado dentro do limite de

cada conjuntura) sejam identificados como confiáveis e indo de encontro com os interesses e imaginário do povo. Portanto a hegemonia de intenção de Poder Popular implica em inserção social no tecido social e produtivo, aumentando os estoques de capital social nas relações horizontais.

Das formas de organização popular, ainda pelo ângulo da luta e do enfrentamento, passamos a algumas certezas aprendidas com a história do Continente. Considerando que a contestação é parte da luta popular, mas tem a função de apoiar a luta (ver o Copei, documento da FAU), tomamos como premissa que:

- 1) Se houver desvio e determinação de excesso de conflito (militarista ou movimentista), o processo de acumulação está natimorto.
- 2) Só a acumulação de forças por parte dos agentes sociais organizados pode definir o grau de adesão das maiorias.
- 3) Não há qualquer previsibilidade do nível de repressão a ser empreendido pelos operadores da classe dominante. Se levarmos em conta o nível repressivo em plena democracia representativa, os cenários são previsíveis embora não pré-determinados.
- 4) É necessário um conjunto de movimentos populares demandando para o Estado e construindo alternativas complementares e paralelas a este. A capacidade responsiva ou não do Estado é o que marca a etapa do processo de radicalização democrática. Na ampliação dos direitos, deve-se passar para o exercício de uma forma de democracia sem representação profissional. Para isso é imprescindível a incidência e inserção de organizações políticas finalistas no interior dos movimentos constituídos. Do contrário, não há planejamento estratégico que sobreviva ao curto prazo das demandas setoriais. Esta é a forma de gerar uma luta e processo de longo prazo.

8. CONCLUSÕES DA TESE

8.1. A exposição da parte intrínseca através dos capítulos

Início a conclusão retomando os dois teoremas lançados quando expus a parte intrínseca da Teoria da Interdependência Estrutural aplicada para analisar o papel da Organização Política no Processo de Radicalização democrática.

No Teorema 1, afirma-se que: “**A aplicação da estratégia possibilita o conflito social através da luta popular.** Sem organização política finalista não há possibilidade de estratégia permanente, portanto não há planejamento estratégico e nem conceito estratégico. O inverso também é verdadeiro”.

Ao longo da tese, foram explicitados os argumentos que levam a esta conclusão. Em especial nos capítulos 4 e 7, fundamentou-se, respectivamente, a aplicação do instrumento político organizativo, a acumulação de forças e a concepção de processo e protagonismo a partir e onde esta organização atua e o conceito estratégico empregado.

Já no Teorema 2, afirma-se que: “**A luta popular constrói Radicalização Democrática e acumula Poder Popular.** A democracia se torna substantiva à medida que serve como valor organizacional na acumulação e coordenação de forças pelas maiorias (Poder Popular) e o avanço nas conquistas de direitos, redistribuições, soberania, garantias e liberdades são obtidas através do conflito social organizado”.

Os Capítulos 5 e 6 dedicam-se e dão ênfase ao conceito de democracia aplicado, partindo daquilo que pode ser considerado o lugar comum na ciência política, e os constrangimentos sofridos pelo mesmo conceito aplicado por distintas correntes e interpretações democráticas.

As proposições da parte intrínseca da Teoria estão concentradas nos capítulos 2 e 3, onde explico a transversalidade do ideológico, da tomada de posição e do sentido identitário. Exponho porque não se vê a categoria ideologia como falsificação da realidade, afirmando justo o oposto. A categoria ideologia é presente como matéria-prima do produto de todo analista e incide em qualquer produto de análise estratégica ou simbólica.

8.2. Respondendo as duas questões centrais

A resposta das duas questões se encontra na parte explícita da tese, quando o trabalho apresentou o instrumental teórico necessário para a análise e incidência dentro das demandas de participação popular em suas respectivas áreas de atuação. Como relação mais importante é observada a incidência de uma organização de tipo minoria ativa, desde e a partir do chamado movimento popular gerando ação coletiva organizada na forma de mobilização e capacidade auto-organizativa. A relação de tipo diferente entre organização e movimento dá-se quando se quebra a forma de representação-intermediação do partido político. Este partido de quadros opera por fora ou além do marco institucional e sua acumulação e capilaridade não se medem pelo número de votos ou planilhas eleitorais, mas pelos graus de incidência que afeta a toda a sociedade.

A expansão da democracia como forma universal de direitos, conquistas, garantias está aqui exposta em um formato que ultrapassa as barreiras procedimentais. Entende-se que a democracia representativa praticada na América Latina ganha estabilidade, mas perde o elemento substantivo à medida que se vê sob um formato de capitalismo (neoliberal) completamente adverso. A conjuntura dada gera, por dentro dos parâmetros institucionais, margens de manobra mínimas. Assim, ao atuar por dentro do constrangimento estrutural da economia mundial, seus organismos de financiamento e regulação, se direciona a política para a conseqüente limitação procedimental das democracias latino-americanas.

Atuar além do marco institucional sob uma concepção de minoria ativa implica na concepção que a democracia entre as formas organizativas das classes oprimidas é um valor inestimável. Esta concepção leva a necessidade de construção de um espaço não-estatal e a respectiva infra-estrutura necessária para garantir o desenvolvimento desta

outra institucionalidade crescente dentro da presente. Para ser eficiente este espaço popular – conceituado como classes oprimidas organizados os seus sujeitos a partir da ação dos agentes sociais sofrendo incidência direta da minoria organizada - como forma de institucionalização de relações sociais horizontais, depende do aumento de estoque de capital social nos territórios e setores de classe organizados dentro do próprio espaço. As bases materiais e não-materiais deste estoque de capital social devem ir ao encontro de um desenho institucional participativo, habilitando um aumento de participação e da capacidade de resolver problemas e saídas concretas para uma parcela da sociedade. Os níveis de participação popular estão diretamente relacionados com o grau de protagonismo dos próprios setores organizados e iniciam por instâncias tangíveis, iniciadas em escala micro e, uma vez condensadas e reproduzidas, passariam a ter capacidade de universalização.

O contraponto do aumento de participação são as formas de controle social dentro do regime democrático. A pressão participativa obrigando o Estado a se tornar responsivo pode levar ao limite deste mesmo Estado sob sistema de dominação capitalista. Para o estudo do controle, trabalhamos com a categoria de dominação. Entendemos ser esta uma categoria que engloba as categorias de exploração, opressão física, exclusão social e dominação técnico-burocrática. A partir destas categorias fundamentais, formulou-se um processo de acumulação de forças populares, onde se somam esforços dos distintos níveis: - político; político-social e social. Estes círculos concêntricos, estrategicamente coordenados, podem levar a uma Radicalização da Democracia, ao ponto de chegar a um processo de duplo poder (Poder Popular) que pode levar a uma situação de ruptura institucional.

8.3. A aplicação e ampliação do conceito estratégico centrado no acionar da política

Apontamos ao longo do trabalho uma aproximação entre a episteme estruturalista, a dimensão ontológica anarquista e analítica dos estudos estratégicos. Esse arsenal teórico-epistemológico é aplicado como ferramentaria conceitual a partir de um objetivo dado: a construção de um modelo organizativo e de processo político onde a luta reivindicativa ganha contornos de radicalização democrática, obrigando o Estado a ser responsivo e ao mesmo tempo acumulando força social organizada. Esse é um viés de

estudo da mesma relação vista como objeto. A relação complexa é organização política – movimento popular – sociedade civil organizada – radicalização democrática – poder do povo organizado.

Em nenhum momento esgotamos as possibilidades e necessidades de outros tipos de trabalho e estudo, como por exemplo, um viés especificamente intitucionalista para, de forma preditiva, apontar um desenho político que contemple esta multiplicidade de representações dentro de uma sociedade distributivista. O que apontamos sim foi uma proposta de núcleo duro de uma teoria centrada no objeto da política e da ciência política: as relações de poder entre instituições, ambientes e indivíduos. Neste trabalho, embora seja um sub-campo reconhecido da ciência política, a análise estratégica perdera sua centralidade e entra como suporte do acionar político.

Isto se deu porque, estas são as necessidades vistas para construir uma teoria de acumulação de forças, através da ampliação da democracia de forma substantiva, com possibilidade de ruptura partindo da ideologia e doutrina libertária aplicada no terreno social latino-americano. Também é preciso conhecer e interpretar com precisão e rigor a forma de funcionamento da sociedade de controle, as resistências diárias e aspirações do inconsciente coletivo.

Como modo operacional cotidiano, é necessário apontar para isto:

resistência de base

acumulação de forças pelo povo organizado

projeto de Poder Popular através da Radicalização Democrática

Havendo esta compreensão no dia a dia, este processo para ser de longo prazo necessita obedecer a seguinte lógica de acumulação:

Flexível o bastante para suportar alterações de conjuntura (aplicando variáveis táticas).

Inflexível o suficiente para manter os interesses e objetivos estratégicos.

9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

9.1. Bibliografia

- ABREU, Hugo. *O Outro Lado do Poder*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.
- ALBUQUERQUE, J. A. Guillon. *Instituição e Poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986.
- ALTHUSSER, Louis, *Freud e Lacan*. 3º capítulo da 3ª parte (Psicanálise) do livro de COELHO, Eduardo Prado, *Estruturalismo, antologia de textos teóricos*, pp. 229-255. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1968.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998. 128 p.
- ANDERSON, Perry (org). *Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- ANGUITA, Eduardo & CAPARRÓS, Martín. *La Voluntad, tomos I, II e III*. Buenos Aires, Norma Editorial, 1998.
- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *Agência Brasileira de Inteligência: Gênese e Antecedentes Históricos*. Niterói: UFF/ICHF/PPGACP, 2000. 197p. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política)
- ARCHINOV, Piotr. *História do movimento Macknovista: a insurreição dos camponeses da Ucrânia*. Lisboa, Cadernos Peninsulares, 1976.
- BACHELARD, Gastón. *La Formación Del Espíritu Científico*. Cidade do México, Siglo XXI, 1972 (21ª edição).
- BAQUERO, Marcello (org.). *Cultura Política e Democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre, Ed.UFRGS, 1994.
- BAQUERO, Marcello (org.) *Condicionantes da consolidação democrática: Ética, Mídia e Cultura Política*. Porto Alegre, EdUFRGS, 1996.
- BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre, Ed.UFRGS, 2000.
- BAQUERO, Marcello (org.). *Reinventando a Sociedade na América Latina*. Porto Alegre, Ed.UFRGS, 2001.

BAQUERO, Marcello. *Como construir conhecimento alternativo*. Polígrafo aplicado na disciplina de Cultura Política, UFRGS/IFCH/PPGPol, Porto Alegre, 2004.1

BAQUERO, Marcello, PRÁ, Jussara. *A Formulação do Problema*. Polígrafo aplicado na disciplina de Cultura Política, UFRGS/IFCH/PPGPol, Porto Alegre, 2004.1

BAQUERO, Marcello (org.). *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. Porto Alegre, Ed.UFRGS, 2004.

BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Dejalma (orgs.) *Capital Social, Teoria e Prática*. Ijuí, Editora Unijuí, 2006

BAQUERO, Marcello (org.) *Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e Democracia na América Latina*. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2007

BARCELLOS, Caco. *Abusado: o dono do Morro Dona Marta*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2003.

BASÁÑEZ, Miguel, LAGOS, Marta y BELTRÁN, Tatiana. *Reporte 1995: Encuesta Latino Barómetro*, 1996.

BENAYON, Eduardo. *Globalização versus Desenvolvimento*. São Paulo, Escrituras, 2005.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro, co-edição Relume-Dumará & ANPOCS, 1995.

BIRNBAUM, Pierre & LECA, Jean. *Sur l'individualisme*. Paris, Presses FNSP, 1986

BIZ, Osvaldo e GUARESCHI, Pedrinho. *Mídia & Democracia*. Porto Alegre, Evangraf, 2005.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre ciência política na Itália*. Brasília, Editora UnB, 2002.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política (volumes 1 e 2)*. Brasília LGE Editora/Ed. UnB, 2004

BONASSO, Miguel. *Recuerdo de La Muerte*. Buenos Aires, Bruguera, 1984.

BONASSO, Miguel. *El presidente que no fue. Los archivos secretos del peronismo*. Buenos Aires, Planeta, 1997.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. Rio de Janeiro, Forense, 1978

BOND, Rosana. *Peru: do império dos incas ao império da cocaína*. Rio de Janeiro, Coedita, 2004.

BORON, Atilio. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

- BORON, Atílio; GAMBINA, Julio e MINSBURG, Naum (orgs.). *Tiempos Violentos: Neoliberalismo, globalización y desigualdad em América Latina* Buenos Aires, Eudeba-Clacso, 1999
- BORON, Atílio A. *Império Imperialismo*. Buenos Aires, Clacso, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *La Dinstinction*. Paris, Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas, Papirus, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A economia brasileira ás vésperas das eleições presidenciais de 2002*. Cadernos Adenauer, Ano III, 2002, No. 03, pp.79-102.
- BRIGADÃO, Clóvis. *A militarização da sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
- BRUNNER, Joaquín e SUNKEL, Guillermo. *Conocimiento, Sociedad y Política*. Santiago de Chile, FLACSO, 1993.
- BUTLER, Eamonn. *A contribuição de Hayek às idéias políticas e econômicas de nosso tempo*. Rio de Janeiro, Nórdica, 1983.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- CAPPELLETTI, Angel J. *Bakunin y el Socialismo Libertario*. México DF, Minerva, 1968
- CASANOVA, Pablo González. *A Democracia no México*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- CASTAÑEDA, Fernando, *La Constitución de la Sociología en Mexico*. in BOLIO, Francisco (org.) *Desarrollo y Organización de las Ciencias Sociales en Mexico*. CIHI-UNAM/Miguel Angel Porrua. Cidade do México, Grupo Editorial, , 1989.
- CASTRO, Celso e D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.), *Introdução In Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000
- CEPIK, Marco Aurélio. *Serviços de Inteligência: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2001 (tese de doutorado em ciências humanas: ciência política).
- CIDAMADORE, Alberto, CATTANI, Antonio David (orgs.) *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre, Clacso Livros/Tomo Editorial, 2007
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- COELHO, Eduardo Prado (org.). *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1968.

- COELHO, Plínio Augusto (org.), *Malatesta, escritos revolucionários*. São Paulo, Hedra, 2008
- COLETIVO LUTA LIBERTÁRIA (org.), *Mikhail Bakunin, socialismo e liberdade*. São Paulo, Coletivo Editorial LL, 2000
- COLETIVO LUTA LIBERTÁRIA (org.), *Anarquia & Organização, Nestor Makhno*. São Paulo, Coletivo Editorial LL, 2001
- COLETIVO LUTA LIBERTÁRIA (org.), *Errico Malatesta & Luigi Fabbri: anarco comunismo italiano*. São Paulo, Coletivo Editorial LL, 2002
- COLL, Josefina Oliva. *A Resistência Indígena. Do México à Patagônia, a história da luta dos índios contra os conquistadores*. Porto Alegre, L&PM, 1986
- COLOMBO, Eduardo. *El Imaginário Social*. Montevideu, 1989, Ediciones Tupac
- DAHL, Robert A. *A moderna análise política*. Rio de Janeiro, Lidador, 1966.
- DAHL, Robert A. *Um prefácio à democracia econômica*. São Paulo, Jorge Zahar Ed, 1990.
- DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo, EdUSP, 1997.
- D'ARAUJO, Maria Celina, CASTRO, Celso, SOARES, Gláucio Ary Dillon (organizadores). *Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre A Repressão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti & VIÁ, Sarah Chucid da Via. *Pesquisa empírica em ciências sociais (com ênfase em comunicação)*. São Paulo, editora Futura, 2001.
- DIETRICH, Heinz. *Identidade Nacional e Terceira Via*. Blumenau, EdiFURB, 2002.
- DOSSE, François. *História do Estruturalismo, Vol I, O Campo do Signo*. Bauru, EDUSC, 2007
- DOSSE, François. *História do Estruturalismo, Vol II, O Canto do Cisne..* Bauru, EDUSC, 2007
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DREIFUSS, René Armand. *Política, Poder, Estado e Força: uma leitura de Weber*. Petrópolis, Vozes, 1993.
- EASTON, David. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- ERRANDONEA, Alfredo. *Sociologia de la Dominación*. Montevideu, editorial Nordan, 1986.
- ESG. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, ESG, 1992.
- ESG (Escola Superior de Guerra). *Fundamentos teóricos da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra)*. Rio de Janeiro, ESG, 1992.

- FALCÃO, Eduardo; GRANDI, Rodolfo; MARINS, Alexandre (orgs.). *Voto é marketing, o resto é política. Estratégias Eleitorais Competitivas*. São Paulo, Loyola, 1992.
- FELIX, Walter. *Manual do CISE (Consultoria de Inteligência e Segurança de Empresas Ltda.)*. Florianópolis, CISE, 2000.
- FENDT, Roberto. "Parte I, Cap.1: Cinco observações politicamente incorretas sobre a globalização" HOFMEISTER, Wilhem (org) *Política Social Internacional, consequências sociais da Globalização*. Rio de Janeiro, Fund. Konrad Adenauer 2005.
- FIORI, José Luís. *60 lições dos 90 – uma década de neoliberalismo* São Paulo, Record, 2001.
- FITZGIBBON, Constantine. *Serviços Secretos do Século XX*. Rio de Janeiro, Agents Editores, 1978.
- FLEISCHER, David. "Análise política das perspectivas da reforma política no Brasil, 2005-2006" *Cadernos da Fund. Konrad Adenauer*, Reforma Política: agora vai? Rio de Janeiro, 2005.
- FONTES, Breno. *A estrutura organizacional das associações políticas voluntárias*. RBCS, no. 32, ano 11, outubro de 1996. São Paulo.
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997
- FOUCAULT, M. *Defender la sociedad*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2000
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- FOUCAULT, M. *La verdad y las formas jurídicas, Quinta Conferencia*. Ed. Gedisa, Barcelona, 2003
- FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro, Forense, 2006
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 2006
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder* São Paulo, Graal, 2007
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997
- FRIEDMAN, Milton & Rose. *Liberdade de Escolher*. Rio de Janeiro, Record, 1981.
- FURTADO, Celso. "Análise do "modelo brasileiro". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- FURTADO, Celso. *A Nova Dependência (Dívida Externa e Monetarismo)*. São Paulo, Paz e Terra, 1983.

- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. in BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Record, São Paulo, 2000.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 1989
- GASPARINI, Juan. *Montoneros. Final de cuentas*. Buenos Aires, Ed. De La Campana, 1999.
- GEHLEN, Richard. *O Serviço Secreto*. Rio de Janeiro, Artenova, 1972.
- GENTILI, Pablo e SADER, Emir (orgs.). *Pós-neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995
- GOIRIS, Fabio Anibal Jara. *Autoritarismo e Democracia no Paraguai Contemporâneo* Curitiba, Editora UFPR, 2000
- GUARESCHI, Pedrinho, BIZZ, Osvaldo. *Mídia & Democracia*. Porto Alegre, 2005, Evangraf
- GUÉRIN, Daniel. *El Anarquismo*. Buenos Aires, Ed. Proyección, 1968
- GUEVARA, Ernesto. *A Guerra de Guerrilhas*. São Paulo, Edições Populares, 1987^a.
- GUEVARA, Ernesto. *Textos Revolucionários*. São Paulo, Edições Populares, 1987^b.
- HAMON, Leo. *Estrategia contra la guerra*. Madrid, Guadarrama, 1969.
- HAYEK, Friedrich August Von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro, Bibliex, 2004.
- HIRSCHMAN, Albert. *Sáida, Voz e Lealdade*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- IANNI, Octavio. *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.
- IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- LAS CASAS, Bartolomé. *Brevíssima Relação da Destruição das Índias. O Paraíso Destruído*. Porto Alegre, L&PM, 1985
- LANE, Ruth. *Political science in theory and practice: The Politics Model*. New York M.E. Sharp Inc. , 1997.
- LENIN, Vladimir. *Sobre o imposto em série. O significado da NEP e suas condições* EM BERTELLI, Antônio (org.) *A Nova Política Econômica (NEP). capitalismo de Estado – transição – socialismo*. São Paulo, Global, 1987
- LEÓN-PORTILLA, Miguel. *A Visão dos vencidos. A tragédia da conquista narrada pelos astecas*. Porto Alegre, L&PM, 1985
- LEVAL, Gastón. *El Estado en la historia*. Cali, CNT-AIT, 1992.

- LIMA ROCHA, Bruno. *O Grampo do BNDES: o diálogo da ABIN com a mídia oficiosa*. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/ECO, monografia de conclusão de curso em jornalismo, 2001.
- LIMA ROCHA, Bruno. *O grampo do BNDES: quando o complemento da ABIN é a mídia oficiosa*. Rio de Janeiro, Sotese, 2003.
- LIMA ROCHA, Bruno. *A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária*. Porto Alegre, UFRGS PPG Pol dissertação de mestrado, 2004.
- LODOLA, Germán. "Cap.1: Neopopulismo e compensações aos perdedores da mudança econômica na América Latina" *Cadernos da Fund. Konrad Adenauer, NeoPopulismo na América Latina*. Rio de Janeiro, 2004
- LÓPEZ, Fábio López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2001.
- LÖWY, Michael (org.), *O Marxismo na América Latina*. Perseu Abramo, São Paulo, 1999.
- LOYO, Aurora. *Ciência Política e Sociedade no México, 1951-1981*" in LAMOUNIER, Bolívar (org.), *A Ciência Política nos anos 80*. UnB, Brasília, 1982.
- MARCH, James & OLSEN, Johan. *Rediscovering institutions: the organizational basis for politics*. New York, Free Press, 1989.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ideología y Política*. Lima, Amauta, 1990.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de La realidad peruana*.. Lima, Amauta, 2000.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Temas de nuestra América*. Lima, Amauta, 1990.
- MARIÁTEGUI, José Carlos, cap.III (pp.102-119), in LÖWY, Michael (org.), *O Marxismo na América Latina*. Perseu Abramo, São Paulo, 1999.
- MARIGHELLA, Carlos. *Minimanual do guerrilheiro urbano*. Lisboa, Assírio & Alvim, 1975.
- MARIGHELLA, Carlos. *Escritos*. São Paulo, Livramento, 1979.
- MARTINS, Rui. *O dinheiro sujo da corrupção*. Sao Paulo, Geração Editorial, 2005.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- MAXIMOFF, G.P. (org.), *Mijail Bakunin. Escritos de Filosofia Política*, vol. 2, Madrid, Ed. Alianza, 1990.
- MECHOSO, Juan Carlos. *Acción Directa anarquista: uma historia de FAU – 1965-1973*. Montevideú, Editorial Recortes, 2002.

MECHOSO, Juan Carlos. *Acción Directa anarquista: una historia de FAU, tomo II, La Fundación 1950-1956*. Montevideú, Editorial Recortes, 2005.

MECHOSO, Juan Carlos. *Acción Directa anarquista: una historia de FAU, tomo III, Los primeros años 1956-1964*. Montevideú, Editorial Recortes, 2006.

MITCHELL, Peter R. & SCHOEFFEL, John. *Para entender o Poder; o melhor de Noam Chomsky*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo, Ática, 1995

MOUTERDE, Pierre. *Reinventando a utopia. Práticas alternativas da esquerda latino-americana* Porto Alegre, Tomo editorial, 2003

MNCR, Secretaria Nacional do Movimento, *Cartilha de Formação*, São Paulo, 2005.

MIR, Luís. *Guerra Civil: Estado e Trauma*. São Paulo, Geração Editorial, 2004.

MTD Aníbal Verón, Mesa Nacional, *Dario y Maxi, dignidad piquetera*. Avellaneda, Ed. 26 de junio, 2003.

MUSASHI, Miyamoto. *Um livro de Cinco Anéis*. Rio de Janeiro, TecnoPrint, 1984.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 2000.

OFFE, Claus. *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Madrid, Editorial Sistema, 1992.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo, EdUSP, 1999.

PALAST, Greg. *A melhor democracia que o dinheiro pode comprar*. São Paulo, Francis, 2004.

PANEBIANKO, Angelo. *Modelos de Partido*. Madrid, Alianza Editorial, 1982.

PUTNAM, Robert. *Bowling Alone*. Nova Iorque, Touchstone, 2000.

REYNA, José Luis, *La investigación sociológica en México* em BOLIO, Francisco José (coord), *Desarrollo y Organización de las Ciencias Sociales en México*, DF, Ed. El Colegio de México, 1979.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo, Ed.UNESP, 2001.

PRZEWORSKI, Adam. *Le défi de l'individualisme méthodologique à l'analyse marxiste*. In

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Editorial ANDES Ltda., 1957.

- SAINT-PIERRE, Héctor, Luis. *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo, Editora Unesp, 2001.
- SALLUM JR, Brasília. *O Brasil sob Cardoso, neoliberalismo e desenvolvimentismo*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, volume 11, No. 02, outubro 1999, São Paulo, pp.23-47.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a Democracia, os caminhos da democracia participativa*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.
- SEOANE, Maria. *Todo o Nada*. Buenos Aires, Planeta, 1997
- SIGAL, Sílvia. *Intelectuales y poder en Argentina. La década del sesenta*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002.
- SILVA (a), Golbery do Couto e. *Planejamento Estratégico*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981
- SILVA (b), Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo, Cortez, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- THOMPSON, William R. *An empirical theory of dyadic political relations*. Polígrafo, cópia de artigo apresentado no Congresso da IPSA, 1976
- TREJO, Rubén. *Magonismo, utopía y revolución, 1910-1913*. Ciudad de México DF, Cultura Libre, 2005.
- TSEBELIS, George. *Jogos Ocultos*. São Paulo, EdUSP, 1998.
- TZU, Sun. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro, Record, 1996.
- TZU II, Sun. *A Arte da Guerra: os documentos perdidos*. Rio de Janeiro, Record, 1997.
- VILLALBA, Enriqueta Davis, MUÑOZ, Freddy E. Blanco. *Ciencia Política y Sociología Política (tomo II)*. Cidade do Panamá, 2006, Imprenta Universitaria
- VITULLO, Gabriel Eduardo. *Além da transitologia e da consolidologia.: um estudo da democracia Argentina realmente existente*. (tese de doutoramento em ciência política) Porto Alegre, UFRGS-PPGPol,2005
- VITULLO, Gabriel. *Teorias da democratização e democracia contemporânea na Argentina*. Porto Alegre, Sulina/UFRN, 2008.
- VIZER, Eduardo. *La trama (in)visible de La vida social. Comunicación, sentido y realidad*. La Crujía, Buenos Aires, 1999.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix, 2000.

9.2. Documentos eletrônicos consultados

ABIN. *Decreto*. via <http://www.abin.gov.br/abin/port/decreto.htm> Arquivos consultados em novembro de 2000

ABIN. *Lei*. via <http://www.abin.gov.br/abin/port/lei.htm> Arquivos consultados em novembro de 2000

ABIN. *Menu*. via http://www.abin.gov.br/abin/port/menu_abin.htm Arquivos consultados em novembro de 2000

ABIN. *Perguntas*. via <http://www.abin.gov.br/abin/port/perguntas.htm> Arquivos consultados em novembro de 2000

ABIN. *Protecao*. via <http://www.abin.gov.br/abin/port/protecao.htm> Arquivos consultados em novembro de 2000

ABIN. *Relatorio*. via <http://www.abin.gov.br/abin/port/relatorio.htm> Arquivos consultados em novembro de 2000

AGÜERO, Garcia, MARY, Stella. *1. El Neoliberalismo: Breve recuento de su implementación en el contexto internacional. En publicacion: Transformaciones Globalizadoras: Notas para un análisis*. Septiembre. 1996. documento eletrônico, acesso ao arquivo completo em : <http://168.96.200.17/ar/libros/paraguay/base/84/Doc%2084.DOC>. Arquivo consultado em 09 de agosto de 2008.

AHUMADA, Graciela. *Los trabajadores cuenta propia como categoria de Análisis*. Publicado na revista: *Anuario: Nro 3*. CIJS, Centro de Investigaciones Jurídicas y Sociales, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Cordoba, Cordoba, Argentina. 200?.

Acesso ao texto completo em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/argentina/cijs/sec3003a.html>; arquivo consultado em 10 de agosto de 2008

AMAT, Dolore; BRIEGER, Pedro; GHIOTTO, Luciana; LLANOS, Maité; PERCOVICH, Mariana. *La globalización neoliberal y las nuevas redes de resistencia global*. Centro Cultural de La Cooperación, Cuaderno de Trabajo N° 8, Buenos Aires, Noviembre de 2002. documento eletrônico, encontrado em: <http://168.96.200.17/ar/libros/argentina/fisyp/amat.pdf>; arquivo consultado em 08 de agosto de 2008.

ANGARITA CAÑAS, Pablo Emilio. *Conflictos urbanos en un país en guerras. Miedo, satanizacion y realismo tragico* En publicación: *Angarita Cañas, Pablo Emilio. Violencias y conflictos urbanos. Un reto para las políticas públicas*: IPC, Instituto Popular de Capacitacion, Medellin, Colombia: Colombia. 2004. Acesso ao texto em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/colombia/ipc/balbin_avarez.pdf ISBN: 9589701981; arquivo consultado em 18 de agosto de 2008

ÁVILA, Rodrigo. FATORELLI, Maria Lúcia. *Fim da CPMF: Governo prefere cortar gastos sociais ao invés de cortar os gastos com a dívida*. Documento eletrônico, em: http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1226&Itemid=99; arquivo consultado em 08 de abril de 2008.

ARAGÃO, Murilo, página oficial da empresa Arko Advice, www.arkoadvice.com.br (arquivos consultados entre junho de 2005 e março de 2006).

BANCO DE BOSTON, histórico até a compra pelo Bank of America, em: <http://www.nndb.com/company/124/000057950/>, arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

BARONE, Víctor. *Globalización y Neoliberalismo. Elementos de una crítica*. En publicación: *Globalización y Neoliberalismo. Elementos de una crítica*. BASE-IS, BASE Investigaciones Sociales, Asunción, Central, Paraguay 1998. Documento eletrônico em <http://sala.clacso.org.ar/gsdli/cgi-bin/library?e>; arquivo consultado em 08 de junho de 2008.

BORON, Atilio(a). *Después del saqueo: el capitalismo latinoamericano a comienzos del nuevo siglo*. Publicado em: *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Asia y América Latina*. Boron, Atilio A.; Lechini, Gladys. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. junio. 2006. ISBN: 987-1183-41-0.

Acesso ao texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/politica/PIICuno1.pdf>; arquivo consultado em 12 de agosto de 2008

BORON, Atilio (b). *Prólogo*. Publicado em: *La revolución contemporánea del saber y la complejidad social.. Hacia unas ciencias sociales de nuevo tipo* Pedro Luis Sotolongo Codina; Carlos Jesús Delgado Díaz. 2006 ISBN 987-1183-33-X

Acesso ao texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/soto/boron.pdf>; arquivo consultado em 17 de agosto de 2008

BUVINICI, Mayre; MORRISON, Andrew; ORLANDO, Maria Beatriz. *Capítulo V. Violência, crimen y desarrollo social en América Latina y El Caribe*. EN. *Desarrollo Social en América Latina: temas y desafíos para las políticas públicas*. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, San José, FLACSO, 2002. documento eletrônico encontrado em <http://168.96.200.17/ar/libros/costar/america/cap5.pdf>; arquivo consultado em 08 de agosto de 2008.

CACIAGLI, Mario; HERNÁN, Ibarra;. *Clientelismo, corrupción y criminalidad organizada*, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1996. En publicación: *ICONOS. Revista de Ciencias Sociales, no. 15*. FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Quito, Ecuador, 2002. Acesso ao texto completo: http://www.flacso.org.ec/docs/i15_caciagli.pdf ; arquivo eletrônico consultado em 09 de agosto de 2008.

CARIBONI, Raul. “*Huerta Grande*” – *material de difusión interna sobre temática teórica de 1972* doc. eletrônico,

http://www.nodo50.org/fau/documentos/docum_historicos/huerta_grande.htm
(08/07/2003) arquivo consultado em 09 de agosto de 2008.

CARIBONI, Raul. *A importância da teoria (Huerta Grande)*. Documento eletrônico em:

<http://www.estrategiaeanalise.com.br/teoria.php?seltitulo=80701dc83b3474f76f5d16db2f5843f6> (28/06/2006) Arquivo consultado em 08 de abril de 2008.

CASTILLO, Orlando. *CONTRIBUCIONES. "El Militarismo más allá de la sola dominación armada"*. Publicado em: *Informativo Campesino, no 210*. CDE, Centro de Documentacion y Estudios, Asuncion, Paraguay: Paraguay. 2006 1017-6047.

Acesso ao texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/paraguay/cde/campesino/campesino210.pdf>
f. Arquivo consultado em 10 de agosto de 2008

CGT CATALUNYA, 10/09/2008, doc. eletrônico. *Actes a Barcelona AL voltant de La visit Del company Bruno Lima Rocha de La Federació Anarquista Gaucha (18 i 1 de setembre)* <http://www.cgtcatalunya.cat/spip.php?article2180>; arquivo consultado em 09 de outubro de 2008.

CORONIL, Fernando. *Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo*. Publicado em: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Edgardo Lander. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Julio. 2000. ISBN: 950-9231-51-7.

Acesso ao texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/coronil.rtf>; arquivo consultado em 12 de agosto de 2008

DEBATE LIBERTARIO, 17/09/2008, doc. eletrônico *Moviment Llibertari: realitat, experiencies, futur, coordinació internacional...* arquivo consultado em 09 de outubro de 2009

<http://debatelibertario.blogspot.com/2008/09/actes-barcelona-visita-del-company.html>;
arquivo consultado em 09 de outubro de 2008

DEFESA. *Estrutura*. via <http://www.defesa.gov.br/estrutura/htm> Arquivos consultados em novembro de 2000

DIELO TROUDA, *Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários*. Doc. eletrônico, encontrado em:

http://www.nestormakhno.info/portuguese/platform/org_plat.htm (postagem original em português em 1997); arquivo consultado em 10 de outubro de 2008

DI FILIPPO, Armando. *América latina: capitalismo y democracia en la era global*. Publicado em: *Escenarios de salida de crisis y estrategias alternativas de desarrollo para Argentina*. Neffa, Julio César; Cordono, Héctor CEIL-PIETTE, Centro de Estudios e Investigaciones Laborales, Programa de Tecnología, Investigaciones Económicas sobre Trabajo y Empleo, CONICET, Buenos Aires, Argentina. 2006.

Acesso ao texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/argentina/ceil/escen.pdf>; arquivo consultado em 13 de agosto de 2008

DIEESE, Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos. *Salário mínimo nominal, outubro de 2006 a outubro de 2008*. Documento eletrônico encontrado em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminnov08.xml>; arquivo consultado em 21 de novembro de 2008.

Dielo Trouda, *Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários*. Doc. eletrônico, encontrado em: http://www.nestormakhno.info/portuguese/platform/org_plat.htm (postagem original em português em 1997); arquivo consultado em 10 de outubro de 2008

DINES, Alberto. *BALANÇO & SACOLEJO – I: O ano e a hora da verdade*. 30/12/2003 Rio de Janeiro, Observatório da Imprensa, Rio de Janeiro, publicação eletrônica: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq301220031.htm>; arquivo consultado em 09 de agosto de 2008.

DONOS DA MÍDIA: <http://donosdamidia.com.br/>; conjunto dos arquivos consultados entre 08 de agosto e 08 de setembro de 2008.

Estratégias de Comunicação e Política, Unisinos, educação continuada 2008.1 e 2008.2, ver:
http://www.unisinos.br/educacaocontinuada/index.php?option=com_content&task=view&id=170&Itemid=207&modulo=verCurso&class_nbr=4277&strm=0545&tipo=NAO
 e
http://www.unisinos.br/educacaocontinuada/index.php?option=com_content&task=view&id=170&Itemid=207&modulo=verCurso&class_nbr=4277&strm=0545&tipo=NAO&aba=2 arquivo consultado em 09 de agosto de 2008).

El sindicalismo, la izquierda y el movimiento anti-globalización en América. Publicado em: *Cultura y trabajo: Revista de la ENS, no. 64*. ENS, Escuela Nacional Sindical, Medellín, Colombia: Colombia. Marzo. 2005 0124-390X. Acesso ao texto completo: <http://www.ens.org.co/articulos.htm?x=48642&cmd=c-1-64>; arquivo consultado em 12 de agosto de 2008

FAG, Federação Anarquista Gaúcha, *Carta de Princípios*. documento eletrônico, www.vermelhoenegro.org/fag/carta/php (20/09/2006); arquivo consultado em 09 de agosto de 2008.

FAO. *O FAO e a Construção do Anarquismo Militante e Revolucionário*. 18 de julho de 2007. documento eletrônico encontrado em: <http://www.anarkismo.net/article/5990>; arquivo consultado em 09 de outubro de 2008.

FARAH H., Ivonne. *Pensarnos más iguales en un nuevo pacto redistributivo*. Publicado em: *Umbrales no. 14*. CIDES-UMSA, Postgrado de Ciencias del Desarrollo, Universidad Mayor de San Andrés. Bolivia: Bolivia. Septiembre. 2006
 Acceso al texto completo:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/bolivia/cides/umbrales/umbrales14.pdf>;
 arquivo consultado em 17 de agosto de 2008

FAU, Federación Anarquista Uruguaya. doc. eletrônico
<http://www.nodo50.org/fau/actos/49a.htm> (20/10/2004) arquivo consultado em 09 de agosto de 2008.

FAU, Secretariado General. *El Copey I e II – documentos “reflexiones a respecto de la acción armada revolucionaria”*. Montevidéo, 1972; documento encontrado na página www.nodo50.org/fau,
http://www.nodo50.org/fau/documentos/docum_historicos/docum_fau.htm e
http://www.nodo50.org/fau/documentos/docum_historicos/docum_fau_2.htm (arquivos consultados em junho de 2005).

FAU/FAG equipo conjunto de formación política y debate teórico. 27/11/2007, Rivera/Santana do Livramento. doc. eletrônico, “*Documento Wellington Gallarza e Malvina Tavares: material de trabajo hacia la formación teórica conjunta*”,
<http://www.red-libertaria.net/pdfs/estructuras0507.pdf> arquivo consultado em 09 de outubro de 2008

FECOMÈRCIO-RJ, pesquisa de hábitos e consumo cultural do brasileiro:
<http://www.fecomercio-rj.org.br/publique/media/Pesquisa%20Cultura.pdf>; arquivo consultado em 08 de abril de 2008.

FIGUEROA, Carlos; TISCHLER, Sergio. *La protesta social en la America Latina*. Publicado em: *FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Guatemala, Guatemala: Guatemala. Agosto. 2002
 Acesso ao texto completo: <http://www.flacso.edu.gt/dialogo/dialogos/archivo.htm>;
 arquivo consultado em 17 de agosto de 2008

FRAGA, Arminio. Fonte pública de sua trajetória profissional:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Arm%C3%ADnio_Fraga, arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

FRAGA, Arminio. posição na Gávea Investimentos:
<http://www.gaveainvest.com.br/Default.aspx?link=66&tabid=63>, arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

GAIGER, Luiz Inácio. *A economia solidária e o projeto de outra mundialização*. EM *Revista Dados.*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, 2004. Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000400006&lng=pt&nrm=iso>. Arquivo consultado em 04/12/2006

GÓMEZ NASHIKI, Antonio. *El movimiento estudiantil mexicano. Notas históricas de las organizaciones políticas, 1910-1971*. Publicado em **Revista Mexicana de Investigación Educativa** [en línea] 2003, 8 (017): Acesso ao texto em::
<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=14001712> ISSN 1405-6666, arquivo consultado em 09 de agosto de 2008.

GUTIERRES, Marcelo. *Câmara se renova em 48%, mas 12 envolvidos em escândalos voltam*. Documento eletrônico em
<http://eleicoes.uol.com.br/2006/ultnot/2006/10/02/ult3749u914.jhtm>; arquivo eletrônico consultado em 08 de junho de 2008.

GUTIÉRREZ, Germán. *Globalización y derechos humanos: una mirada desde el contexto latinoamericano* Publicado em: Balbín Alvarez, Jesús William; Arango Velásquez, Oscar Ignacio. *Globalización de los derechos... repensando la condición humana: debates en derechos humanos*: IPC, Instituto Popular de Capacitación, Medellín : Colombia. Enero 2003. Acceso ao texto completo em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/colombia/ipc/globalizacion_derechos.pdf ISBN: 9589558844.; arquivo consultado em 17 de agosto de 2008

HERNANDEZ, Tosca. *Des-cubriendo la violencia. En publicación: Violencia, sociedad y justicia en América Latina*. Roberto Briceño-Léon. CLACSO. 2002. ISBN: 950-9231-81-9. Acceso ao texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/violencia/hernandez.pdf>; arquivo consultado em 08 de agosto de 2008.

IÑIGO CARRERA, Nicolás; COTARELO, María Celia. *Génesis y desarrollo de la insurrección espontánea de diciembre de 2001 en Argentina. En publicación: Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. CAETANO, Gerardo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2006. ISBN: 987-1183-64-1. Acceso al texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/caeta/PICdos.pdf>; arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

JELIN, Elizabeth. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales. Publicado em: Cuadernos del IDES no. 2. IDES, Instituto de Desarrollo Económico y Social, Ciudad de Buenos Aires, Argentina: octubre. 2003 1668-1053. Acceso ao texto completo: http://www.ides.org.ar/shared/doc/pdf/cuadernos/cuaderno2_Jelin.pdf; arquivo consultado em 18 de agosto de 2008

KON, Anita. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. Seção de artigos do portal da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). Documento eletrônico, em <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A156.pdf>; arquivo consultado em 08 de junho de 2008. KROPOTKIN, P. *El Estado*, edição eletrônica, em: <http://www.cgt.org.es/IMG/pdf/kropotkin-el-estado.pdf> ; documento electrónico, consulta realizada em 08 de agosto de 2007.

LA JUVENTUD ARGENTINA DE CÓRDOBA. *La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sud América*. Publicado em: *Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano No. 5*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires: Argentina. Fevereiro de 2008, arquivo consultado em 01 de agosto de 2008.

LANDER, Edgardo. *La utopía del mercado total y el poder imperial. En publicación: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales Vol.8 Nro.2.* : 2002 1315-6411. Acceso al texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/rvecs/elandier.pdf> . Arquivo consulado em 10 de agosto de 2008

LANDER, Edgardo. *Los sectores populares que no tenían voz ahora forman parte de la vida política venezolana. En publicación: Entre Voces, no. 5.* GDDL, Grupo Democracia y Desarrollo Local, Quito: Ecuador. Enero. 2006 Acceso al texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecuador/iee/entrevo/entrevo5.pdf> (arquivo consultado em 12 de fevereiro de 2008).

LA PÁGINA DE TOMAS ABRAHAM. *Acerca del profesor N.E. Perdomo*, documento eletrônico encontrado em: <http://74.125.45.132/search?q=cache:Urh9bqnIFJ0J:www.tomasabraham.com.ar/filosofia/perdomo.htm+mauricio+malamud&hl=es&ct=clnk&cd=1&gl=ar>; arquivo consultado em 10 de setembro de 2008

LIMA ROCHA, Bruno (a), *A economia real não faz parte da campanha.* (29/08/2006) artigo semanal para a publicação eletrônica do jornalista Ricardo Noblat, ver em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/default.asp?a=111&cod_blog=129&palavra=&pagAtual=2&periodo=20060829; arquivo consultado em 08 de abril de 2008.

LIMA ROCHA, Bruno (b). *A DRU e a economia real.* (20/12/2007). Documento eletrônico encontrado em <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/default.asp?periodo=20071220>; arquivo consultado em 08 de abril de 2008.

LIMA ROCHA, Bruno (c) *A respeito da “democracia” colombiana.* (04/03/2008) Documento eletrônico encontrado em: <http://www.estrategiaeanalise.com.br/notas.php?notasel=51f140fc20796b9b4302faab2530675c>. Arquivo consultado em 08 de julho de 2008.

LIMA ROCHA, Bruno (d). *O xadrez político-militar na América do Sul.* (05/03/2008). Documento eletrônico encontrado em: <http://www.estrategiaeanalise.com.br/artigos.php?artigosel=b14011e58ffe93cd9ee792f2e992cf71>. Arquivo consultado em 08 de julho de 2008.

LIMA ROCHA, Bruno (e) *O vazio cultural dos brasileiros.* (26/03/2008). Documento eletrônico localizado em http://oglobo.globo.com/pais/noblat/post.asp?cod_Post=94971&a=112; arquivo consultado em 08 de abril de 2008.

LIMA ROCHA, Bruno (f). *A democracia a moda colombiana.* (28/05/2008) Documento eletrônico encontrado em: <http://www.estrategiaeanalise.com.br/notas.php?notasel=da217bb6f399f92948b3eef99e0c35db>. Arquivo consultado em 08 de julho de 2008.

LIMA ROCHA, Bruno (g). *Brasil a impossibilidade estratégica.* Documento eletrônico encontrado em: <http://www.estrategiaeanalise.com.br/ler02.php?idsecao=922050d4e7d85ffb0ce2211f87d218b7&&idtitulo=3ca4bfd24f8b7e32e0b53270625c6e65>; arquivo consultado em 08 de setembro de 2008.

LOPEZ MAYA, Margarita. *La legitimidad para unos es ilegitimidad para otros: Polarización y golpe de Estado en Venezuela. En publicación: Ecuador Debate, no. 62.* CAAP, Centro Andino de Accion Popular, Quito, Ecuador: Agosto. 2004

Acesso al texto completo:

<http://www.dlh.lahora.com.ec/paginas/debate/paginas/debate1126.htm>. arquivo consultado em 08 de agosto de 2008

MACHADO, Luiz. *Milton Friedman e a Escola de Chicago*. (20/11/2006) Documento eletrônico em

http://www.cofecon.org.br/index.php?Itemid=114&id=433&option=com_content&task=view; arquivo eletrônico consultado em 08 de junho de 2008.

MALAN, Pedro. Consulta de seu currículo resumido:

<http://www.palestrantes.org/palestrante.asp?id=48>, arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

MALDONADO BELTRÁN, José Manuel. *Por una ética Ácrata: Del dominio a La concertación*. CIELAC, Centro Interuniversitario de Estudios Latinoamericanos y Caribeños, Universidad Politecnica, Nicaragua: .2005. [Citado: 4/11/2008]. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cielac/human/maldon.rtf>. Arquivo consultado em 08 de julio de 2008.

MARTELLO, Alexandro. *Economia para pagar juros atinge a R\$ 86 bi no semestre*.

Portal G1, Economia & Negócios, Contas Públicas. Documento eletrônico, em:

http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL705800-9356,00-ECONOMIA+PARA+PAGAR+JUROS+ATINGE+RECORDE+DE+R+BILHOES+N O+SEMESTRE.html; arquivo consultado em 08 de agosto de 2008.

MATTOS, Fernando Augusto. *Decomposição da taxa de crescimento do nível de emprego dos Estados Unidos e da União Européia desde o pós-guerra*. Documento eletrônico localizado em,

<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200106111.pdf>; arquivo consultado em 08 de junho de 2008.

MAURO, Raúl. *Pobreza y Fragmentación política en el espacio social*. EM *Perú Hoy*. *Un año sin rumbo, nro, 11*. Lima, DESCO, Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo Julio. 2007 978-9972-670-75-6. Acesso ao texto completo em :

<http://www.desco.org.pe/peru-hoy.shtml>; arquivo consultado em 08 de agosto de 2008.

MAYRE, Buvinic; ANDREW, Morrison; MARÍA, Beatriz Orlando. *Capítulo V. Violencia, crimen y desarrollo social en América Latina y el Caribe*. Publicado em: *En publicación: Desarrollo Social en América Latina: temas y desafíos para las políticas públicas*. FLACSO Sede Costa Rica. 2002.

Acesso ao texto completo: <http://sala.clacso.org.ar/gsd/cgi-bin/library?e=q-000-00--flacsocr&cl=search&d=HASH3a344a61ac5ea31965d0a2>; arquivo consultado em 15 de agosto de 2008

MEIRELLES, Henrique de Campos. Consulta de seu currículo acadêmico e profissional em: <http://www.bcb.gov.br/pre/quemequem/port/henriqueMeirelles.asp?idpai=diretoria>, arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

MERRIL LYNCH, página oficial, em:

http://www.ml.com/index.asp?id=7695_15125_17454, arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

MERRIL LYNCH FRAUD INFO CENTER; documento eletrônico, em:
<http://www.merrilllynchfraudinfocenter.com/information.php>; arquivo consultado em
 07 de abril de 2008

MINISTÉRIO da CULTURA, previsão de ornamento a ser recomposto após a perda da
 CPMF.

MONETA, Carlos Juan. *Argentina y América Latina, organizaciones económicas multilaterales y gobernabilidad. La economía política por otros medios*. Publicado em: *Del Sur hacia el Norte: Economía política del orden económico internacional emergente*. Giron, Alicia; Correa, Eugenia. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. octubre. 2007. ISBN: 978-987-1183-78-4.

Acesso ao texto completo:

http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/giron_correa/06Moneta.pdf;
 arquivo consultado em 12 de agosto de 2008

MOULIAN, Tomas. *El neoliberalismo como Sistema de Dominación. En publicación: Alternativa, no. 15*. ICAL, Instituto de Ciencias Alejandro Lipschutz, Organismo no Gubernamental de Desarrollo, Santiago, Chile: 2002. Documento eletrônico, ver em: <http://www.ical.cl/portadillapub.php?sec=303&subsec=321>; arquivo consultado em 08 de agosto de 2008.

MURILLO, Susana. *Capítulo I. Acerca de La ideología*. Em publicação: *Colonizar el dolor. La interpelación ideológica del Banco Mundial en América Latina. El caso argentino desde Blumberg a Cromañon*. MURILLO, Susana CLACSO: Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, abril de 2008. ISBN: 978-987-1183-90-6. Documento eletrônico encontrado em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/murillo/01Murillo.pdf> arquivo consultado em 08 de agosto de 2008.

No hay derecho. Las transformaciones en el mundo del trabajo. Publicado em: *Alerta Laboral, Año 6, no. 51*. CEDLA, Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario, La Paz, Bolivia: Bolivia. 2007

Acesso ao texto completo:

http://www.cedla.org/includes/tng/pub/tNG_download4.php?id_bol=68&KT_download1=4851df7b8167e4254ec02da12603cecd; arquivo consultado em 13 de agosto de 2008

NODO 50. *Una crítica libertaria de la actual coyuntura*; 05/09/2008; doc.eletrônico em <http://www.nodo50.org/Una-critica-libertaria-de-la.html>; arquivo consultado 09 de outubro de 2008.

NUGENT, Guillermo. *Clase media. De la mano invisible a la clase invisible*.

Publicado em: *Peru Hoy, no. 4*. DESCO, Centro de Estudios y Promocion del Desarrollo, Lima, Peru: Peru. Diciembre. 2003

Acesso ao texto completo: <http://sala.clacso.org.ar/gsd/cgi-bin/library?e=q>; arquivo consultado em 11 de agosto de 2008

NUÑEZ DEL PRADO, José. *Sobre descolonización y territorialidad. Una introducción delimitada y práctica para el debate*. Publicado em: *Umbrales no. 14*. CIDES-UMSA, Postgrado de Ciencias del Desarrollo, Universidad Mayor de San Andrés. Bolivia: Bolivia. Septiembre. 2006

Acesso ao texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/bolivia/cides/umbrales/umbrales14.pdf>;
arquivo consultado em 17 de agosto de 2008

ORNELAS, Raúl. *La autonomía como eje de la resistencia zapatista .Del levantamiento armado al nacimiento de los Caracoles. En publicación: Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI*. Ana Esther Ceceña. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2004. ISBN: 950-9231-99-1

Acesso al texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena2/ornelas.rtf> (documento consultado em 04 de fevereiro de 2007)

ORTIZ, Edgar; CABELLO, Alejandra; LÓPEZ HERRERA, Francisco. *Mercados de capital emergentes y desarrollo e integración*. Publicado em: *Del Sur hacia el Norte: Economía política del orden económico internacional emergente*. Giron, Alicia; Correa, Eugenia. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. octubre. 2007. ISBN: 978-987-1183-78-4.

Acesso ao texto completo:

http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/giron_correa/13Ortiz-Cabello-LopezH.pdf; arquivo consultado em 13 de agosto de 2008

OSPINA PERALTA, Pablo. *Gobierno global, poder imperial: A propósito de Imperio*. FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Quito, Ecuador. 2003.
Acesso ao texto completo: http://www.flacso.org.ec/docs/i17_ospina.pdf

Arquivo consultado em 14 de agosto de 2008

PACHANO, Simón. *Ecuador: cuando la inestabilidad se vuelve estable*. Publicado em: *ICONOS. Revista de Ciencias Sociales, no. 23*. FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Quito, Ecuador. 2005.

Acesso al texto completo: <http://www.flacso.org.ec/docs/i23pachano.pdf>; arquivo consultado em 08 de agosto de 2008

PALAST, Greg: <http://www.gregpalast.com/world-bank-secret-documents-consumes-argentinaalex-jones-interviews-reporter-greg-palast/> (arquivo consultado em 02 de abril de 2007).

PALOCCHI, Antônio. Para ver o currículo resumido do ex-ministro da Fazenda, consultar em: http://www.palocci.com.br/biografia_01.php; arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

PASE, Hemerson Luiz EM LIMA ROCHA, Bruno. *O Capital Social como alternativa para o desenvolvimento do Rio Grande* EM *Estratégia & Análise*, 01/08/2006.

documento eletrônico encontrado em:

<http://www.estrategiaeanalise.com.br/artigos.php?artigosel=dd5e80f0a689aa4e128baab13f5f679f> . Arquivo consultado em 08 de agosto de 2008.

PARRA, M. Alejandra. *Sociedad civil, movimiento zapatista y conflicto en Chiapas*. Publicado em: *Informe final del concurso: Fragmentación social y crisis política e institucional en América Latina y el Caribe*. Programa Regional de Becas CLACSO

Programa Regional de Becas CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2002.

Acesso ao texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/fragmenta/parra.pdf>

Arquivo consultado em 07 de agosto de 2008.

PAULANI, Leda Maria. *Neoliberalismo e retórica. O capítulo brasileiro*. Documento eletrônico, em <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A015.pdf>; arquivo consultado em 08 de junho de 2008.

PEREZ, German. *Modelo para armar: complejidad y perspectivas de la protesta social en la Argentina reciente*. Publicado em: *Argumentos, no. 1*. IIFCS, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, Universidad de Buenos Aires, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Argentina. diciembre. 2002 1666-8979.

Acesso ao texto completo: <http://www.argumentos.fsoc.uba.ar/n01/articulos/perez.doc>; arquivo consultado em 17 de agosto de 2008

PIUZZI, C., José Miguel. *Relaciones Internacionales y Seguridad Hemisférica: una visión desde la estrategia*. Publicado Em: *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad, año 17, no. 3*. FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Santiago, Chile: Chile. Julio-Septiembre. 2002

Acesso ao texto completo: <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART40eccc0897411.pdf>; arquivo consultado em 17 de agosto de 2008

PORZECANSKI, Rafael. *Tipos de democracia, políticas económicas y equidad social en América Latina*. Publicado em: *Revista de Ciencias Sociales, año XVIII, no. 22*. DS, Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay: Uruguay. Septiembre. 2005

Acesso ao texto completo:

<http://www.rau.edu.uy/fcs/soc/Publicaciones/Revista/Revista22/05%20Porzecanski.pdf>; arquivo consultado em 14 de agosto de 2008

PUCCIARELLI, Alfredo. *Una asignatura pendiente*. Publicado em: *Argumentos, no. 1*. IIFCS, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, Universidad de Buenos Aires, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Argentina. diciembre. 2002 1666-8979.

Acesso ao texto completo:

<http://www.argumentos.fsoc.uba.ar/n01/articulos/pucciarelli.doc>; arquivo consultado em 18 de agosto de 2008

QUIJANO, Aníbal Quijano. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. Publicado em: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*.

Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Julio. 2000.

ISBN: 950-9231-51-7.

Acesso ao texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>; arquivo consultado em 12 de agosto de 2008

REGALADO ALVAREZ, Roberto. *Lo social y lo político en las luchas populares*. Publicado em: *En publicacion: Alternativa*, no. 21. ICAL, Instituto de Ciencias Alejandro Lipschutz, Organismo no Gubernamental de Desarrollo, Santiago, Chile: 2004

Acesso ao texto completo: <http://www.ical.cl/portadillapub.php?sec=303&subsec=321>; arquivo consultado em 16 de agosto de 2008

REYNA, José Luis. *México: una democracia incipiente*. Publicado em: *En los intersticios de la democracia y el autoritarismo. Algunos casos de Asia, Africa y América Latina*. CORNEJO, Romer (org.), CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, outubro 2006. ISBN: 987-987-1183-60-9. Acesso ao texto completo em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/cornejo/reyna.pdf> (arquivo consultado em 08 de agosto de 2008).

RIVERO, María del Carmen. *La insurrección. En publicacion: El poder de las luchas sociales. 2003: quiebre del discurso neoliberal* Rivero, María del Carmen CEDLA, Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario, La Paz. Julio. 2006. Acesso al texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/bolivia/cedla/rivero.pdf>, (documento consultado em 10 de julio de 2008).

ROCCA, Mariela Verónica. *El final es en donde partí?... La renegociación del contrato de Aguas Argentina S.A. en la post convertibilidad*. Publicado em: *Argumentos*, no. 7. IIFCS, Instituto de Investigaciones Gino Germani - Facultad de Ciencias Sociales Universidad de Buenos Aires: Argentina. 2006 1666-8979.

Acesso ao texto completo: <http://argumentos.fsoc.uba.ar/n07/articulos/rocca.pdf>. Arquivo consultado em 10 de agosto de 2008

ROJAS BOLAÑOS, Manuel. *LA REPRESENTACIÓN POLÍTICA: ¿en crisis o en transición?*. Publicado Em: *Revista Virtual*. FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Sede Costa Rica. 2005.

Acesso ao texto completo:

http://www.flacso.or.cr/fileadmin/documentos/FLACSO/Representacion_en_crisis_Manuel_Rojas.pdf; arquivo consultado em 14 de agosto de 2008

ROITMAN ROSENMAN, Marcos. *Pensar América Latina. El Desarrollo de la sociología latinoamericana* Publicado em: *Pensar América Latina. El Desarrollo de la sociología latinoamericana* Roitman Rosenmann, Marcos. 2008 ISBN 978-987-1183-86-9

Acesso ao texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/roitman/>; arquivo consultado em 15 de agosto de 2008

ROJO Y NEGRO DIGITAL, *Una crítica libertaria de la actual coyuntura. Mesa redonda en Madrid (15 y 16 de septiembre, de 17:30 a 21 horas)*

08/09/2008. doc. eletrônico, <http://www.rojoynegro.info/2004/spip.php?article23592>; arquivo consultado em 09 de outubro de 2008.

SALDANHA, Patrícia, *ORÇAMENTO 2008, Acordo garante a manutenção de parte dos recursos que haviam sido cortados após o fim da CPMF*. (12/03/2008); Documento

eletrônico, ver em <http://www.cultura.gov.br/site/2008/03/12/frente-parlamentar/>; arquivo consultado em 08 de abril de 2008; arquivo consultado em 08 de abril de 2008.

SALVIA, Agustin. *Crisis del empleo y nueva marginalidad en tiempos de cambio social. Génesis de una catástrofe anunciada*. Publicado em: *En publicación: Argumentos, no. 4*. IIFCS, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, Universidad de Buenos Aires, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Argentina. septiembre. 2004 1666-8979. Acesso ao texto completo: <http://www.argumentos.fsoc.uba.ar/n04/articulos/salvia.pdf>; arquivo consultado em 18 de agosto de 2008

SANCHEZ, German. *El asalto neoliberal. En publicación: Los retos de la Globalización. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos. TOMO I*, UNESCO - Caracas. Unidad Regional de Ciencias Sociales Humanas para América Latina y el Caribe. julio 1998. Citado: 3/12/2008]. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/unesco/sanchez.rtf> ISBN: 92-9143-036-6. arquivo consultado em 10 de agosto de 2008.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. *Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina*. Publicado em: *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Asia y América Latina*. Boron, Atilio A.; Lechini, Gladys. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. junio. 2006. ISBN: 987-1183-41-0. Acesso al texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/politica/PIHCuno.pdf>; arquivo consultado em 09 de agosto de 2008

SMITHSONIAN INSTITUTE, ornamentos http://www.si.edu/about/budget/2009/08-SE_Mandatory_Pgm_No_Yr2Yr_R2.pdf; documento eletrônico, arquivo consultado em 08 de junho de 2008.

SOCIALISMO LIBERTARIO, *Una critica libertaria all'attuale congiuntura mondiale*; 05/09/2008 doc. eletrônico, <http://www.socialismolibertario.it/cgt.htm>; arquivo consultado em 09 de outubro de 2008

SOLIDARIDAD LIBERTARIA (Grupo Solidaridad Libertaria de la Provincia de Burgos), *Anarquismo organizado en el Cono Sur latinoamericano* (07/01/2007), doc. eletrônico <http://solidaridadlibertaria.cgtburgos.googlepages.com/especialRyN.pdf>. arquivo consultado em 09 de outubro de 2008

TORRE, Carlos de la. *El regreso de Abdalá. En publicación: ICONOS. Revista de Ciencias Sociales, no. 23*. FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Quito, Ecuador. 2005. Acesso al texto completo: <http://www.flacso.org.ec/docs/i23delatorre.pdf> (documento consultado em 03 de fevereiro de 2007)

TUNNERMANN BERHEIM, Carlos. *Una nueva Cultura política para América Latina*. CIELAC, Centro Interuniversitario de Estudios Latinoamericanos y Caribeños, Universidad Politécnica, Nicaragua: .2005. Acesso ao texto em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cielac/human/tunner.rtf>; arquivo consultado em 19 de agosto de 2008

ULEPICC, capítulo Brasil: www.ulepicc.org.br (documento consultado em 03 de maio de 2008).

UNDA, Mario. *Contribución al debate sobre los movimientos sociales*. Publicado em: *Entre Voces*, no. 5. GDDL, Grupo Democracia y Desarrollo Local, Quito: Ecuador. Enero. 2006

Acesso ao texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecuador/iee/entrevo/entrevo5.pdf>; arquivo consultado em 10 de agosto de 2008

UNIBANCO, <http://www.ir.unibanco.com/ing/sob/org/index.asp>, arquivo consultado em 07 de abril de 2008.

US SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION; documentos referentes ao litígio da Merrill Lynch: associando a ML com a fraude da Enron, ver em:

<http://www.sec.gov/news/press/2003-32.htm>;

<http://www.sec.gov/litigation/litreleases/lr18038.htm>,

<http://www.sec.gov/news/speech/spch031703whd.htm>, e

<http://www.sec.gov/news/speech/spch031703smc.htm>, todos os arquivos consultados em 07 de abril de 2008.

_____ <http://www.gregpalast.com/imf-and-world-bank-meet-in-washington-greg-palast-reports-for-bbc-televisions-newsnight/> (documento consultado em 02 abril de 2007).

VEIGA, Danilo. *Desigualdades sociales y fragmentación urbana: obstáculos para una ciudad democrática*. EM: *El rostro urbano de América Latina. O rostro urbano da América Latina*. RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2004. ISBN: 950-9231-95-9

Acesso ao texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural1/p4art1.pdf>; arquivo consultado em 08 de agosto de 2008.

ZIBECHI, Raul. *Poder y representacion: ese estado que llevamos dentro*. En *publicacion: Chiapas*, no. 13. IIEC, Instituto de Investigaciones Economicas, UNAM, Universidad Nacional Autonoma de Mexico, DF, Mexico: 2002 1729-0201.

Acesso ao texto completo: <http://www33.brinkster.com/revistachiapas/chiapas-pres.html>. Arquivo consultado em 08 de julho de 2008.

9.3. Hemerografia

CAMPANHA JUBILEU SUL. *Auditoria Cidadã da Dívida*. Belo Horizonte, Jubileu Sul, dezembro de 2001.

BENJAMIN, César. *Brevemente Saberemos*. Revista mensal Caros Amigos, no. 72, artigo de março de 2003. p.23. São Paulo, Casa Amarela, 2003.

CARTOLINI, Néstor Cerpa. *Reportaje al comandante del MRTA, poco antes de la entrada en la Embajada de Japón en Lima*. Montevidéo, Editorial Recortes, brochura, 1997.

- CID, Rafael. *La anarquía como verdadera democracia*. Publicado em: *Revista Polémica*, Año 28, No. 94, diciembre 2008, p. 32. Asociación de Amigos de Polémica, Barcelona, 2008
- DOWBOR, Ladislau. *Altos Juros e descapitalização da economia*. Revista mensal Caros Amigos, no. 70, artigo de janeiro de 2003, pp.12-13. São Paulo, Casa Amarela, 2003.
- HARNECKER, Martha. PERALES, Iosu. *FMLN, Estrategia de La Victoria. Entrevista a los comandantes farabundistas*. Ed. Farabundo Martí, brochura, 1989
- FURTADO, Celso. *Ouçam esta Voz*. Revista mensal Caros Amigos, no. 71, entrevista de fevereiro de 2003, pp.30-35. São Paulo, Casa Amarela, 2003.
- GUZMÁN, Abimael. *Interview with Chairman Gonzalo*. San Francisco, El Diario Newspaper, brochura, 1991.
- LIMA ROCHA, Bruno (i). *Característica de la organización política de los anarquistas*. Publicado Em: *Dossier: el papel de la organización en el proyecto político libertario*. *Revista Polémica*, Año 28, No. 94, diciembre 2008, p. 30. Asociación de Amigos de Polémica, Barcelona, 2008
- PEREIRA, Duarte. *por enquanto, Mais do Mesmo*. Revista mensal Caros Amigos, no. 71, artigo de fevereiro de 2003. pp.26-27. São Paulo, Casa Amarela, 2003.

Anexo Composto de Gráficos Demonstrativos

Listagem sequencial de gráficos

- 1) Modelo de análise de conjuntura - recortes e relações
- 2) Modelo de análise de conjuntura - recortes básicos
- 3) Modelo de análise estratégica – conceitos básicos
- 4) Orientação básica de estratégia aplicada para a política
- 5) Orientação básica do processo de radicalização democrática para acumulação de forças no sentido do empoderamento popular
- 6) Tipos de aliança e orientação estratégica nos marcos de um projeto político
- 7) Análise estratégica – modelo de avaliação de efeitos do fato político
- 8) Modelo de análise política – sujeitos sociais
- 9) Modelo de análise política – agentes e sujeitos no cenário complexo
- 10) Modelo de análise política – temas permanentes
- 11) Círculos concêntricos da organização política
- 12) Modelo de análise política – agentes coletivos
- 13) Pré-condições para o crescimento orgânico estável
- 14) A organização política atuando em frentes sociais
- 15) Análise política: cálculos, possibilidades, tempos e movimentos
- 16) Análise política: debate básico das atividades cotidianas